

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO E SISTEMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
ÁREA CONCENTRAÇÃO GESTÃO AMBIENTAL

**SUSTENTABILIDADE
E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
NA ILHA DE SANTA CATARINA**

MARÍLIA HAFERMANN

FLORIANÓPOLIS
2004

MARÍLIA HAFERMANN

SUSTENTABILIDADE E DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
NA ILHA DE SANTA CATARINA

TESE APRESENTADA À UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA COMO REQUISITO PARCIAL
PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTORA

FLORIANÓPOLIS
2004

“Sustentabilidade e Desenvolvimento Turístico na Ilha de Santa Catarina”

Marília Hafermann

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, área de concentração Gestão Ambiental, do departamento de Engenharia de Produção do Centro de Ciência e Tecnologia da UFSC, em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau acadêmico de Doutora em Engenharia de Produção.

Coordenador do Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção

APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA EM 19/04/2004

Dra. Alina Gonçalves Santiago (OrientadoraUFSC)

Dra. Sandra Nahas Baasch (Membro-UFSC)

Dr. Almir Francisco dos Reis (Membro-UFSC)

Dr. Rufino Porfírio de Almeida (Membro-Externo)

Dr. José Waldemar Tabacow (Membro Externo)

Florianópolis - 2004

Em memória de Zélia, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo que aconteceu desde o início desse trabalho, pois tirei lições que jamais imaginei e vivi momentos intensos, de crescimento pessoal e profissional; reconheço a importância de todos que passaram pela minha vida durante esse período, foram trocas maravilhosas e amizades que conservarei no coração;

Sou especialmente grata a minha orientadora Dra. Alina Santiago, por ter aceitado me orientar, pela gentil colaboração através de sugestões, ajustes e eficiente orientação;

Agradeço aos que estiveram comigo desde sempre: meus filhos, de maneira especial a minha filha Mariana pelo incentivo e empatia;

À Saira minha irmã pelo espírito.

Aos também estudantes Leonardo Serpa, Luciana Espíndola, Karine Ávila, que cederam parte de seu tempo para me ajudar;

À Universidade do Sul de Santa Catarina, na pessoa do professor Laudelino Sardá por ter acreditado.

À Universidade Federal de Santa Catarina, na pessoa do professor Moretto Neto pelo apoio.

À M. Comelli, diretor-presidente do jornal “O Estado”, e sua esposa Narriman pela amizade e confiança.

À Santur, na pessoa de Maria Tereza pelo profissionalismo e ética.

Ao CNPq pela ajuda financeira;

Não posso deixar de expressar minha gratidão a Leo, o pequeno cãozinho Yorkie que foi meu fiel companheiro de trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	viii
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE TABELAS	xii
RESUMO	xiii
ABSTRACT	xiv

INTRODUÇÃO

I.1 – Definição do tema e problemática	15
I.2 – A estrutura da metodologia	19
I.3 – Objetivo	25
I.4 – Justificativa e relevância	27
I.5 – Hipóteses	31
I.6 – O conteúdo	34

CAPÍTULO I

Sobre a conceituação e a investigação em turismo

1 – Nem sempre foi assim	38
1.1 – Aportes conceituais	43
1.2 – O sistema turístico	45
1.3- Sobre o conceito de turismo	50
1.4 – A investigação em turismo	56
1.5 - O turista	61
1.6 – Os benefícios e os problemas do turismo para as comunidades locais	63

CAPÍTULO II

Tópicos sobre sustentabilidade, ambientalismo e turismo sustentável.

2 – Conceitos acerca de sustentabilidade	69
2.1 – Do ambientalismo moderno a sustentabilidade	72

2.2 - Considerações sobre turismo sustentável	77
2.3 – Agenda 21 para a indústria de viagens e turismo	83
2.4 – Sobre capacidade de cargas turísticas	87
2.5 – Ciclo de vida das destinações	94

CAPÍTULO III

A estrutura turística no Estado de Santa Catarina.

3 – Tópicos sobre turismo no Brasil	104
3.1 – A estrutura turística de Santa Catarina	108
3.2 – A demanda turística no Estado de Santa Catarina	112
3.3 – Santa Catarina como destino de fluxos estrangeiros	117

CAPÍTULO IV

Análise da atividade turística em Florianópolis.

4 – Análise da atividade turística em Florianópolis: Ilha <i>versus</i> Turismo	131
4.1 – Motivações dos turistas e algumas tipologias	170

CAPÍTULO V

Análise do processo de ocupação na Ilha de Santa Catarina.

5 – Análise do processo de ocupação na Ilha de Santa Catarina	181
---	-----

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO	217
-----------------	-----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	235
---	-----

LISTA DE FIGURAS

FIGURA	PÁGINA
FIGURA 1 – Gaivota sobre as águas da Lagoa da Conceição	42
FIGURA 2 - Sistema turístico básico modelo Leiper (2001)	48
FIGURA 3 - Enfoque sistêmico	60
FIGURA 4 - Ciclo de evolução de uma área turística	95
FIGURA 5 - Fatores que limitam a capacidade de carga do turismo	101
FIGURA 6 - Localização geográfica de Santa Catarina	109
FIGURA 7 - Vista aérea da praia de Camboriú	126
FIGURA 8 - Camboriú vista área do Parque Unipraias	127
FIGURA 9 - Ilha de Santa Catarina localização das principais praias	133
FIGURA 10 - Localização Geográfica da Ilha de Santa Catarina	135
FIGURA 11 - Áreas Protegidas na Ilha de Santa Catarina	141
FIGURA 12 - Praia de Ingleses: Convívio entre esgoto e veranistas	182
FIGURA 13 - Aerofoto das praias de Ingleses e praia do Santinho	183
FIGURA 14 - Evolução urbana na praia de Ingleses e Santinho	184
FIGURA 15 - Áreas de conflito na praia de Ingleses e Santinho	184
FIGURA 16 - Praia de Ingleses: ocupação sobre dunas	185
FIGURA 17 - Praia de Ingleses: ocupação sobre encostas	185
FIGURA 18 - Praia de Ingleses: Edificações e esgoto nas areias da praia	186
FIGURA 19 - Aerofoto da Lagoa do Peri, praia da Armação e do Matadeiro	187
FIGURA 20 - Evolução urbana na praia de Armação	188
FIGURA 21 - Áreas de Conflito Ambiental na praia de Armação	188
FIGURA 22 - Aerofoto da praia de Canasvieiras	189
FIGURA 23 - Turismo de massa na praia de Canasvieiras	190
FIGURA 24 - Turismo de massa na praia de Canasvieiras	190
FIGURA 25 - Evolução urbana na praia de Canasvieiras	191
FIGURA 26 - Áreas de Conflito Ambiental na praia de Canasvieiras	191
FIGURA 27 - Aerofoto da praia Brava	192

FIGURA 28 - Evolução urbana na praia Brava	193
FIGURA 29 - Áreas de conflito ambiental na praia Brava	193
FIGURA 30 - Acesso ao mar da Praia Brava	194
FIGURA 31 - Esgoto sendo despejada nas águas da praia Brava	195
FIGURA 32 - Edificações nas areias da praia de Ponta das Canas	196
FIGURA 33 - Edificações nas areias da praia de Ponta das Canas	196
FIGURA 34 - Aerofoto da praia de Pontas das Canas	197
FIGURA 35 - Evolução urbana na praia de Ponta das Canas	198
FIGURA 36 - Áreas de conflito na praia de Ponta das Canas	198
FIGURA 37 - Edificações sobre o manguezal na praia de Ponta das Canas	199
FIGURA 38 - Esgoto despejado Lagoa e ocupações nas encostas	200
FIGURA 39 - Queimadas sobre encostas na Lagoa da Conceição	201
FIGURA 40 - Aerofoto Barra Lagoa, Galheta, Mole, Lagoa Conceição, e Joaquina	202
FIGURA 41 - Evolução urbana na Lagoa Conceição, Barra Lagoa e Joaquina	203
FIGURA 42 - Áreas de Conflito Lagoa Conceição, Barra da Lagoa e Joaquina	203
FIGURA 43 - Esgoto sendo despejado nas águas da Lagoa Conceição	204
FIGURA 44 - Dunas avançando nas ruas	204
FIGURA 45 - Aerofoto da ocupação urbana da praia do Pântano do Sul	205
FIGURA 46 - Evolução urbana praia do Pântano do Sul	206
FIGURA 47 - Áreas de Conflito Ambiental do Pântano do Sul	206
FIGURA 48 - Edificações sobre as areias de Armação do Pântano do Sul	206
FIGURA 49 - Evolução da Ocupação Urbana na Ilha de Santa Catarina	208
FIGURA 50 - Esgoto sendo despejado nas águas da Baía Norte	210
FIGURA 51 - Avenida Beira Mar Norte	210
FIGURA 52 - Conflito entre Ocupação Urbana e AP na Ilha de SC	212
FIGURA 53 - Estacionamento sobre as dunas na praia da Joaquina	213
FIGURA 54 - Bares sobre as areias da praia da Joaquina	213

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO	PÁGINA
GRÁFICO 1 – Média percentual das cidades mais procuradas pelos turistas internacionais no Brasil (1987 a 2001)	115
GRÁFICO 2 - Fluxo turístico no Estado de Santa Catarina: turistas nacionais e estrangeiros (1986 a 2002)	117
GRÁFICO 2A - Fluxo turístico e linear no Estado de Santa Catarina: Receita total em US\$ e número total de turistas (1986 a 2002)	120
GRÁFICO 2B - Fluxo turístico no Estado de Santa Catarina: Receita turista nacional e receita turistas estrangeiros (1986 a 2002)	122
GRÁFICO 3 - Turistas nacionais e internacionais no Estado de Santa Catarina segundo local de origem e fluxo interno do Estado. (média 1986 a 2002)	125
GRÁFICO 4 - Fluxo turístico em Florianópolis: Turistas nacionais, turistas estrangeiros, totais de turistas (1986 a 2002)	148
GRÁFICO 4A - Fluxo turístico em Florianópolis: Número total de turistas e receita turística em US\$ 1.000 (1986 a 2002)	151
GRÁFICO 4B - Fluxo Turístico em Florianópolis: despesa média/dia nacionais e estrangeiros despesa média/dia estrangeiros em US\$ (1986 a 2002)	152
GRÁFICO 4C - Fluxo Turístico Florianópolis: Despesa/dia turistas nacionais US\$ e despesa/dia turistas estrangeiros em US\$ (1986-2002)	153
GRÁFICO 4D - Fluxo Turístico Florianópolis: Número total de turistas e linear, número de leitos disponíveis e linear, taxa de ocupação hoteleira e linear (1986 a 2002)	155
GRÁFICO 5 - Turistas nacionais e internacionais chegados à Florianópolis período (1986 a 2002)	158
GRÁFICO 6 - Tipos de hospedagem utilizados pelos turistas em Florianópolis. (média dos anos 1985 a 2002)	165
GRÁFICO 6A - Tipos de hospedagem utilizados em Florianópolis: hotel, casa de amigos ou parentes, casas alugadas, casas próprias (1985 a 2002)	167
GRÁFICO 7 - O que atrai os turistas à Florianópolis (1990 a 2002)	177

LISTA LISTA DE QUADROS

QUADROS	PÁGINA
QUADRO 1 - Critérios que caracterizam os danos ambientais	18
QUADRO 2 - Aspectos metodológicos de estudos em turismo	44
QUADRO 3 - Teorias compensatórias	52
QUADRO 4 - Plataformas de estudo do turismo	58
QUADRO 5 - Tipologia dos turistas	62
QUADRO 6 - Desenvolvimento sustentável segundo CMMAD	70
QUADRO 7 - Pressupostos do ecodesenvolvimento	75
QUADRO 8 - As cinco dimensões do desenvolvimento sustentável	76
QUADRO 9 - Benefícios do turismo sustentável conforme OMT	79
QUADRO 10 - Comparações entre turismo sustentável e não sustentável	81
QUADRO 11 - Áreas p/ desenvolvimento turístico - declaração da ECO 92	84
QUADRO 12 - Tipos de capacidades de cargas turísticas	90
QUADRO 13 - Indicadores de amostras de capacidade de carga do turismo	94
QUADRO 14 - Melhoria da relação do turismo com o meio ambiente	102
QUADRO 15 - Diferentes tipos de ilhas	137
QUADRO 16 - Hierarquia das necessidades	171

LISTA DE TABELAS

TABELAS	PÁGINA
TABELA - Locais procurados p/ turistas estrangeiros no Brasil. (1987a2001)	114
TABELA 2 - O fluxo turístico no Estado de Santa Catarina (1986 a 2002)	118
TABELA 2A - O fluxo turístico no Estado de Santa Catarina (continuação)	119
TABELA 3 - Turistas Nac. e Int. em Santa Catarina (1986 a 2002)	123
TABELA 4 - Os fluxos turísticos em Florianópolis no período de 1986 a 2002	147
TABELA 5 - Turistas Nac.e Int. à Florianópolis 1986 a 2002 (local de origem)	156
TABELA 6 - Hospedagens utilizadas Florianópolis (1985 a 2002)	159
TABELA 7 - Taxa de Ocupação Hoteleira – TOH – Florianópolis (1986 a 2002)	169
TABELA 8 - O que atrai os turistas a Florianópolis (1990 a 2002)	176

RESUMO

HAFERMANN, Marília. Sustentabilidade e desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis, 2004. Tese de doutorado (Doutorado em Gestão Ambiental). Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção. UFSC. 2004.

Palavras-chave: turismo sustentável, sustentabilidade, meio ambiente, urbanização, degradação ambiental, turismo de massa, Florianópolis, Ilha de Santa Catarina.

O presente trabalho tem como objeto o turismo na Ilha de Santa Catarina no decorrer dos últimos quinze anos, em particular na cidade de Florianópolis, atualmente conhecida como paraíso turístico em virtude de suas inúmeras belezas naturais. São trazidos à discussão aspectos que a tornaram capital turística. Em meio às transformações, baseadas no fomento ao turismo, metamorfoseou-se a cidade, turistificando-a, despertando discursos ambientais aliados à necessidade de práticas de turismo sustentável. Foram empregadas consultas documentais e bibliográficas, aerofotos, fotografias, mapas da evolução da ocupação urbana, além da pesquisa e observação aos conteúdos de demandas turísticas nacionais, estaduais e locais. Após a análise quantitativa e qualitativa destes dados, observou-se que a atividade turística fora uma “vocação natural” imposta, implantada de forma desordenada, tornando a cidade galvanizada com rapidez assustadora. Percebeu-se que as práticas turísticas atuais não consideram a sustentabilidade, ultrapassando a capacidade de desenvolvimento turístico e originando impactos negativos que, na maioria das vezes, descaracterizam a sustentabilidade dos atrativos naturais. Estes acontecimentos provocam sentimentos de preocupação em parte da população civil e administrativa, comprovando que a questão ambiental não pode mais ser ignorada: ela aparece aos nossos olhos e nos mostra na transforma o da natureza que cuidar é preciso. O Capítulo I faz revisão histórica e conceitual sobre o turismo. Em seguida desenvolveu-se uma discussão que abrangeu a rela o entre o turismo e o meio ambiente e da necessidade de se praticar turismo sustentável. O Capítulo III aborda o turismo mundial, brasileiro e a estrutura e demanda turística no Estado de Santa Catarina. No Capítulo IV, com análise dos dados pesquisados, verificou-se o desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina. O Capítulo V apresenta análise do processo de ocupa o. Concluindo que o turismo de massa que se implantou na Ilha de Santa Catarina não   compatível com turismo sustentável. Para melhorar este quadro é preciso mudar o paradigma e integrar desenvolvimento turístico   sustentabilidade.

ABSTRACT

HAFERMANN, Marília. Sustainability and tourism development in Santa Catarina Island. Florianópolis, 2004. Doctorate thesis (Doctorate in Environmental Management). Post graduation program in Production Engineering. UFSC. 2004.

Key words: sustainable tourism, sustainability, environment, urbanization, environmental degradation, mass tourism, Florianópolis, Santa Catarina Island.

This study has as its object the tourism in Santa Catarina Island during the last fifteen years, specially in the city of Florianópolis, nowadays known as a tourism paradise due its several natural beauties, seeking to bring into discussion the aspects which made it a tourism capital. Among the transformations based on the stimulation to the tourism the city metamorphosed arising environmental speeches allied to the need of sustainable tourism practices. To this study were used documental and bibliographic consultation, air photographs, photographs, maps of the urban occupation evolution besides the research and observation to the contents of national, state and local tourism demand. After the quantitative and qualitative analysis of these data, it was observed that the tourism activity was a “natural vocation” imposed, implanted in such disordered way that made the city urbanized in a scary rapidity. It was noticed that the current tourism practices do not consider the sustainability, exceeding the tourism development capacity and originating negative impacts that, most of times, deprive of characterists the sustainability of the natural attractions. These events provoke worrying feelings in a part of the civil and administrative population proving that the environmental issue can't be ignored any longer: it appears to our eyes and shows us in the transformation of the nature that to take care is necessary. Chapter I does a historical and conceptual review of the tourism. In the sequence was developed a discussion that embraced the relation between the tourism and the environment and the necessity of practicing the sustainable tourism. Chapter III approaches such topic on the whole, Brazil and the tourism structure and demand in Santa Catarina State. On Chapter IV, with the analysis of the researched data, it was verified the development in Santa Catarina Island. Chapter V presents analysis of the occupation process. Concluding, that mass tourism which was implanted in Santa Catarina Island is not compatible with sustainable tourism. To improve this situation it is necessary to change the paradigm and integrate tourism development to sustainability.

Enquanto não estivermos compromissados, haverá hesitação, a possibilidade de recuar e, sempre, a ineficácia. Em relação a todos os atos de iniciativa (e de criação), existe uma verdade elementar – cuja ignorância mata inúmeros planos e idéias esplêndidas: que no momento em que definitivamente nos compromissamos, a providência divina também se põe em movimento.

Todos os tipos de coisas ocorrem para nos ajudar, que em outras circunstâncias nunca teriam ocorrido. Todo um fluir de acontecimentos surgem a nosso favor. Como resultado da decisão, todas as formas imprevistas de coincidências, encontros e ajuda material, que nenhuma pessoa jamais poderia ter sonhado encontrar em seu caminho. Qualquer coisa que você possa fazer ou sonhar você pode começar. A coragem contém, em si mesma, o talento, o poder e a magia.

Goethe

I - INTRODUÇÃO

I.1 – DEFINIÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA

O turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo.

Não há dúvida de que o turismo transformou o mundo em muitos aspectos e de que para um grande número de culturas o turismo é a incorporação viva das imagens da mídia global. O encontro em contato direto é sempre mais forte que a confrontação por meio da figura ou da palavra escrita. As mudanças que o turismo ocasiona nos hábitos e costumes dos países anfitriões são sustentados pela viabilidade da economia do turismo em cada região de cada país. Quase inevitavelmente o desenvolvimento do turismo numa parte do país tem levado a reivindicações em outras partes, que se sentem à margem do que lhes parece ser um meio de melhorar a economia local.

O turismo é uma das atividades que mais cresce e que maiores perspectivas possui no mundo atual.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) o setor turístico é um dos que apresentam maior dinamismo no período contemporâneo, em escala internacional. Esta vitalidade revela-se crescente desde pelo menos o final da Segunda Guerra Mundial. O avanço da industrialização, com um movimento paralelo na disciplina industrial no âmbito do trabalho, e também o progressivo e brutal adensamento das áreas urbanas, impôs a evasão do cotidiano, o lazer, como uma verdadeira necessidade. Como consequência também se tornou uma atividade que carrega em si mesma inúmeros impactos negativos nos sítios receptores, em função da excessiva utilização dos recursos turísticos, principal característica do turismo de massa ou turismo tradicional. O turismo de massa tem contribuído acentuadamente para a destruição, por vezes irreversível, do meio ambiente turístico. A causa maior desse mal, além da ausência da preocupação com a preservação dos locais visitados, reside no número excessivo de pessoas que constituem os grupos turísticos.

O turismo é fenômeno recente como objeto de estudos, e embora antigo como fato socioeconômico e político-cultural, são escassos os estudos a respeito da sistemática de sua filosofia e de sua aplicação às diferentes realidades.

É relevante observar que todas as interferências do turismo não se caracterizam, necessariamente, na agressão ou na degradação do meio ambiente natural.

Ruschmann afirma que o desenvolvimento turístico em ambientes naturais oferece algumas vantagens que, fundamentalmente, mencionam:

- *“Criação de planos e programas de conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e de monumentos históricos;*
 - *Os investidores turísticos passam a investir nas medidas preservacionistas, a fim de manter a qualidade e a conseqüente atratividade dos recursos naturais e socioculturais;*
 - *Promove-se o desvendar e a acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões antes não valorizadas, a fim de desenvolver seu conhecimento por meio de programas especiais;*
 - *A renda da atividade turística, tanto indireta (impostos) como direta (taxas, ingressos), proporciona as condições financeiras necessárias para a implantação de equipamentos e outras melhorias preservacionistas;*
 - *intercâmbio cultural e aumento da compreensão entre os povos, originados pelo conhecimento maior do turista dos usos e costumes das comunidades que visita;*
 - *A recuperação psicofísica dos indivíduos, resultante do repouso, do divertimento e do distanciamento provisório do cotidiano profissional e social;*
 - *Na economia, o turismo beneficia as comunidades receptoras através do aumento da renda e sua distribuição.*
- Ecologicamente, percebe-se o emprego mais coerente dos espaços e a valorização da convivência direta com a natureza.” (RUSCHMANN, 2001, p. 56).*

Muito se incentiva essa atividade, mas, são poucos os estudos em profundidade que se destinam às pesquisas que contribuam para o planejamento, desenvolvimento sustentável e gerenciamento do turismo. Segundo a Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo (2003), a Ilha de Santa Catarina é o segundo destino turístico mais procurado no Brasil, insere-se nesse universo, onde os impactos positivos são menores que os negativos.

Assim sendo a problemática principal está centrada na questão:

Como se caracteriza o desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina?

Essa problemática traz em si outros questionamentos considerados secundários, porém não menos relevantes:

- **Que tipo de turismo é praticado na Ilha de Santa Catarina?**
- **Como as práticas de desenvolvimento turístico interferem na preservação dos sítios turísticos?**

- **O desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina estará atendendo as noções de sustentabilidade turística sugeridas pela Organização Mundial de Turismo, baseadas nos critérios da Comissão Brundtland ou Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD)?**
- **Quais direcionamentos apontam a evolução turística na Ilha de Santa Catarina?**
- **É possível turismo sustentável na Ilha de Santa Catarina?**

Na tentativa de responder esses questionamentos foi caracterizada a sustentabilidade turística, e sua aplicabilidade ao turismo. A possível existência de sustentabilidade turística será evidenciada através dos impactos ambientais produzidos pelo desenvolvimento descontrolado da atividade turística. Esses parâmetros serão demonstrados através dos danos ambientais, provocados pelo desenvolvimento descontrolado do turismo, os quais Ruschmann (2001) afirma, se caracterizam pelos seguintes impactos:

- a) poluição
- b) destruição da paisagem natural e das áreas agropastoris
- c) destruição da fauna e da flora
- d) degradação da paisagem, de sítios históricos e de monumentos
- e) congestionamentos
- f) conflitos
- g) competitividade

Inúmeras vezes observamos esses impactos acontecendo numa sinergia negativa, intensificando os danos ambientais.

Ruschmann (2001) declara que em todos os espaços, a poluição visual provocada pela construção de equipamentos de hospedagem, alimentação e entretenimento modifica o meio, descaracterizando irremediavelmente a paisagem. A inserção de construções inadequadas aos espaços, em virtude das edificações espontâneas, da mistura de estilos arquitetônicos, da não consideração em se adequar à paisagem etc. é a causa desses danos. (RUSCHMANN, 2001, p.58).

Esses danos ambientais serão demonstrados através dos critérios e das características dos impactos ambientais provocados pelo desenvolvimento conflitante do turismo, conforme apresentado no Quadro 1, a seguir.

QUADRO 1: Critérios que caracterizam os danos ambientais provocados pelo desenvolvimento descontrolado do turismo.

POLUIÇÃO
<p>Poluição do ar - provocada pelos motores, pela produção e pelo consumo de energia. Poluição da água -(oceanos, lagos, lagoas, rios, cachoeiras) provocada por: descarga de águas servidas in natura por causa da falta ou do mau funcionamento dos sistemas de tratamento; descargas de iates de recreio; gases emitidos por barcos a motor. Poluição de locais de piquenique - pela falta ou coleta inadequada de lixo; Poluição sonora – causada pelos motores de veículos de recreio (lanchas, ultraleves etc.), pelos ruídos dos turistas e pelos entretenimentos criados para eles.</p>
DESTRUIÇÃO DA PAISAGEM NATURAL E DE ÁREAS AGROPASTORIS
<p>O crescimento do turismo provoca a construção de casas, equipamentos e infra-estrutura para os turistas que, inevitavelmente, situam-se em áreas abertas, isto é, nas paisagens naturais ou nas áreas agropastoris;</p> <p>Algumas localidades com recursos cênicos valiosos, tais como praias ou florestas, têm o acesso do público barrado por serem propriedades privadas ou pertencerem a grandes grupos hoteleiros.</p>
DESTRUIÇÃO DA FAUNA E DA FLORA
<p>A poluição das águas, do ar e os ruídos provocados pelos equipamentos turísticos são responsáveis pelo desaparecimento de exemplares da fauna e flora das localidades; O excesso de pessoas em áreas naturais contribui para o desaparecimento de várias espécies de animais e plantas, como consequência do comportamento dos turistas – pisoteio, coleta de frutas, plantas e flores, vandalismo, incêndios etc.</p>
DEGRADAÇÃO DA PAISAGEM, DE SÍTIOS HISTÓRICOS E DE MONUMENTOS
<p>A instalação de modernos equipamentos, de dependências e de infra-estrutura para os turistas, muitas vezes, provoca a degradação da paisagem ou dos sítios: o estilo e a arquitetura dessas instalações muitas vezes (não se harmonizam), estão fora da escala das construções tradicionais; O excesso de pessoas em sítios históricos ou naturais resulta na sua degradação pela ação de grafiteiros e de furtos de peças.</p>
CONGESTIONAMENTOS
<p>A concentração de turistas no tempo e no espaço congestiona as praias e outros locais, impondo uma sobrecarga aos serviços de infra-estrutura e de entretenimento e danos consideráveis ao meio ambiente, além de agredir a qualidade de vida dos moradores pelos visitantes. Os congestionamentos das rodovias nos fins de semana e nos períodos de início e final de férias provocam uma perda no tempo de lazer, um aumento no consumo de combustíveis e a intensificação da poluição sonora e atmosférica.</p>
CONFLITOS
<p>Durante a alta estação turística, a população fixa precisa conviver com os congestionamentos, inexistentes em outros períodos do ano, e também modificar completamente seu modo de vida (mais trabalho, ritmo diferente das tarefas) e relacionar-se com pessoas com outros hábitos e, por isso, diferentes dos seus. Essa coexistência nem sempre é fácil e, em localidades com excesso de turistas, podem ocorrer tensões sociais.</p>
COMPETITIVIDADE
<p>Apesar de o desenvolvimento do turismo utilizar grandes espaços e absorver grande parte da mão-de-obra das localidades, a competição com outras atividades econômicas pode ocorrer, geralmente em prejuízo das atividades tradicionais (agricultura e/ou pesca). Essa competição geralmente resulta na prática exclusiva de atividades relacionadas com o turismo, economicamente indesejáveis para as regiões afetadas, pois, na baixa estação, os empregos turísticos desaparecem, provocando desemprego.</p>

FONTE: Ruschmann (2001). Adaptado pela autora.

A demonstração dos impactos ambientais provocados pelo desenvolvimento descontrolado do turismo obedecerá aos critérios apresentados no Quadro 1 para comprovar os danos ambientais provocados pela atividade turística, em determinados sítios na Ilha de Santa Catarina.

Discutiremos e demonstraremos tais efeitos e estratégias para melhorias do relacionamento da atividade com o meio ambiente.

A preservação dos destinos também possui sentido econômico.

O turismo responsável e a proteção do ambiente são aliados naturais. Um destino que mantém e promove as suas melhores qualidades se beneficiará com o maior sucesso financeiro tanto a curto quanto em longo prazo.

Um ponto importante a enfatizar: a juventude e maturidade (“velhice”) de um destino dizem respeito à saúde ambiental e à impressão que ele comunica, e não à idade cronológica. Alguns locais de turismo com uma longa história podem dar a impressão de juventude, ao passo que alguns lugares relativamente novos podem envelhecer num ritmo veloz.

Um dos mais fortes limitadores da oferta é a degradação ambiental que as destinações sofrem através do mau uso das mesmas, pela não observância dos limites de suporte. Esse critério, da degradação ambiental, será utilizado como parâmetro e aplicado a alguns sítios turísticos na Ilha de Santa Catarina, onde serão apresentadas áreas em que os impactos ambientais provocados pela ação antrópica degradaram e ainda degradam as belezas naturais, que são o principal atrativo turístico na Ilha.

I.2 – A ESTRUTURA DA METODOLOGIA

No turismo, o conhecimento é fundamental para a elaboração de planos e projetos e em todas as áreas de atuação, sendo a metodologia científica uma ferramenta tanto na orientação de ações em micro-escala, no âmbito empresarial, quanto em macro-escala, no caso do planejamento.

Segundo a Organização Mundial de Turismo (OMT), metodologia turística é: (OMT, 1995, p.245).

“Conjunto de métodos empíricos experimentais, seus procedimentos, técnicas e táticas para ter conhecimento científico, técnico ou prático dos fatos turísticos”.

O fato de um conhecimento ser científico não significa que seja verdadeiro. Na realidade, a ciência se expressa por meio da probabilidade de ocorrência, e não da certeza absoluta.

A ciência tem como objetivo fundamental a proximidade à veracidade dos fatos, e para que um conhecimento seja considerado científico torna-se necessário determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento. (GIL, 2002, p. 29).

Para que isso ocorra é necessário que se apresente um método de trabalho, ou seja, "um conjunto de atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar os objetivos – conhecimentos válidos e verdadeiros - traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista" (LAKATOS e MARCONI, 1998, p.41).

Entre os métodos básicos de abordagem estão o *indutivo* e o *dedutivo*. O método indutivo parte da abordagem dos fenômenos pela observação de dados particulares, com vistas a se chegar a uma conclusão universal. O método dedutivo aborda a realidade a partir de postulados universais, leis, teorias, para observação de fenômenos particulares.

O Presente estudo utiliza o método indutivo, que segundo Rauen (2002) ainda pode ser dividido em dois grupos: *indução estatística* e *indução naturalística*, que é a adotada no estudo. A indução estatística "consiste na observação de um *corpus* profundamente estudado e na generalização estatística desse estudo à população de casos semelhantes". A indução naturalística, "consiste no estudo aprofundado de um caso – estudo de casos – sem a intenção de generalização. Esta ocorre naturalisticamente, ou seja, pelos leitores do trabalho que acreditam na pertinência dos casos analisados a outros casos similares" (RAUEN, 2002, p.38).

A diferença básica entre os dois grupos citados acima, está na responsabilidade pela indução. No primeiro caso, a responsabilidade é dada ao pesquisador, que se apóia nos instrumentos estatísticos. No segundo, ela é imputada aos leitores, dado que a pesquisa se responsabiliza apenas pelos casos estudados. (RAUEN, 2002).

A indução naturalística faz parte da grande maioria dos estudos que utilizam o *método de pesquisa* qualitativa, e destaca os aspectos qualitativos do fenômeno. Uma pesquisa qualitativa não está interessada em generalizar os dados obtidos em seu estudo de caso, mas sim em aprofundar as nuances, buscando descrever mais profundamente a constituição daquilo que está sendo pesquisado. (RAUEN, 2002).

Além do *método de abordagem* e do *método de pesquisa*, o presente estudo também pode ser classificado com base em seus objetivos. Gil (2002), utiliza três grandes grupos: exploratórias, descritivas e explicativas. Dessas serão utilizadas as exploratórias e as descritivas.

As pesquisas exploratórias têm como objetivo "proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Pode-se dizer que essas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições" Também considera seu planejamento bastante flexível, e na maioria dos casos assume a forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso, como no caso do presente estudo.

A pesquisa descritiva tem como objetivo principal a "descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis". Também considera como característica desse tipo de pesquisa a descoberta de associações entre variáveis, podendo ir além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e determinar a natureza dessa relação. (GIL 2002, p.42).

Portanto, as características das pesquisas exploratórias e descritivas apresentadas, possibilitam a orientação da pesquisa de uma forma conceitual, respondendo a indagação de como o estudo atingirá seu objetivo geral.

Porém, para analisar os fatos do ponto de vista empírico, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade torna-se necessário traçar o delineamento da pesquisa. Este se refere ao "planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, que envolve tanto a diagramação quanto a previsão de análise e interpretação de coleta de dados. Entre outros aspectos, o delineamento considera o ambiente em que são coletados os dados e as formas de controle das variáveis envolvidas" (GIL, 2002, p.43).

A partir das definições de Gil (2002) e de Rauen (2002) o presente estudo apresenta o seguinte delineamento: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e estudo de caso.

A pesquisa bibliográfica está baseada em material já elaborado, constituído principalmente de livros, periódicos e artigos científicos. A pesquisa documental assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica, sua principal diferença é a natureza das fontes. A documental utiliza-se de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaboradas de acordo como os objetivos. Das inúmeras formas de pesquisa documental o presente estudo utilizará *registros públicos*,

fornecidos por órgãos e instituições dos governos federal, estadual e municipal (RAUEN, 2002). Os dados utilizados na pesquisa documental foram pesquisados na Santur (Santa Catarina Turismo S.A.), órgão público responsável pelo turismo no Estado de Santa Catarina. A investigação cobre dezenove anos, praticamente duas décadas: 1983 a 2002. Buscaremos assim, obter uma visão da evolução temporal das muitas questões aqui levantadas.

O estudo de caso, para Gil (2002, p.54) "é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos".

No estudo de caso os fenômenos e as relações sociais podem ser mais bem compreendidos no contexto em que ocorrem, e do qual fazem parte, possibilitando uma análise integrada. Este estudo permite a vivência da realidade a partir da delimitação de um objeto de estudo, e busca soluções por meio das relações entre a teoria e a prática (DESLANDES, 1994).

Rauen (2002) considera que o estudo de caso ocorre quando se analisa algo que tem valor em si mesmo, ou seja, as características que o caso tem de único, singular ou particular. Mesmo ocorrendo casos similares, um caso é distinto e, por isso, causa interesse próprio.

Dentre as características de um estudo de caso, apresentadas por Rauen (2002, p. 211), o presente estudo distingue-se por:

***Enfatizar** a interpretação em contexto – o contexto é o essencial para uma apreensão mais completa do objeto. A situação clarifica a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas.*

***Retratar** a realidade de forma completa e profunda – Há uma complexidade natural nas situações e buscar as relações é de fundamental importância. Portanto, há múltiplas dimensões observadas numa situação ou problema a serem estudadas, sempre com a perspectiva de focalizar o todo.*

***Utilizar-se** de várias fontes de informação – Num estudo de caso não contentamo-nos com uma única visão do objeto, mas devemos recorrer a vários dados, coletados em diferentes momentos, em muitas situações e com uma variedade de tipos de*

informantes. Com essa multiplicidade de informações, pode-se reconfigurar tudo o que se sabe sobre o caso em estudo.

Visar à generalização naturalística – *Esta generalização é aquela em que o leitor percebe a semelhança em muitos aspectos de um caso particular, com outros casos ou situações vivenciadas. A generalização tem como base o conhecimento experiencial do sujeito.*

Buscar uma linguagem e uma forma mais acessível (comparados a outras formas de pesquisa) para a apresentação dos resultados. *Neste estudo serão utilizados os dados pesquisados na Santur, levantamentos por aerofotos, demonstrações através de fotografias, que servirão como instrumento para análise e apresentação dos dados.*

A metodologia de uma pesquisa científica não é um projeto rígido e inerte, muito pelo contrário deve ser flexível e dinâmico. Os *métodos de abordagem* e os *métodos de pesquisa* são de uma forma geral (depois de definidos), mais rígidos, pois representam a base conceitual que irá direcionar a pesquisa. Já as demais características e delineamento da pesquisa são utilizados para atender aos objetivos do estudo, portanto são mais flexíveis e dinâmicos, podendo ser modificados e adaptados ao longo da investigação.

O turismo é um fenômeno dinâmico marcado por contínuos movimentos de crescimento e diminuição em sua demanda.

O estudo do turismo exigirá conhecimentos específicos e muitos cuidados, porque seus movimentos sempre estarão na dependência direta das diversas circunstâncias que cercam o comportamento social que representa a consequência da liberdade do homem em optar e fazer.

O paradigma ainda dominante tem suas origens na Revolução Industrial, o modelo de produção baseia-se na exploração predatória do sistema natural. O sistema produtivo tem como objetivo atender a demanda do mercado, que em contrapartida, baseia-se na exploração dos recursos naturais, esgotando e exaurindo o ecossistema.

Aliado a exploração desordenada desses recursos naturais temos conseqüentemente a poluição, e destruição em várias áreas do planeta. Como a base deste sistema de produção é a exploração o problema provoca uma crise energética e ambiental.

Os paradigmas dominantes referem-se às metodologias empregadas e ao tipo de análise. As análises desenvolvidas dentro do paradigma do crescimento econômico tendem a utilizar metodologias quantitativas, justificando suas afirmações mediante números e equações. Essas metodologias deixam de lado a questão da ação social individual e grupal que são fundamentais na configuração da sociedade e que precisam ser analisadas mediante o uso de metodologias qualitativas. Nesse sentido, as próprias metodologias não são neutras, mas já revelam o posicionamento do pesquisador e sua visão de mundo.

O paradigma emergente vai muito longe, acabando com a rigidez do método. No presente estudo o método de pesquisa adotado é a pesquisa qualitativa que “trabalha com um universo de percepções, significados, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (DESLANDES, 1994, p.22).

O estudo aplicado à Ilha de Santa Catarina permite essa vivência da realidade a partir da delimitação de um objeto de estudo, e busca soluções por meio de relações entre a teoria e a prática.

Mesmo que a atividade turística não seja a principal responsável pela agressão ou pela degradação do meio ambiente natural, pois qualquer mutação econômica ou social, independentemente de sua origem pode provocar modificações na relação do homem com seu espaço, essas modificações também ocorrem com as práticas turísticas.

A partir dos anos 70, os especialistas do turismo têm intensificado a orientação de seus estudos para os problemas do desenvolvimento da atividade e a necessidade de se impor limites à evolução descontrolada. Ruschmann (2001) destaca:

- As barreiras sociopsicológicas entre as comunidades receptoras e os turistas. Estes últimos são tolerados apenas pelo dinheiro que gastam nas localidades. Não há registros de interação ou compreensão entre os visitantes e habitantes das localidades;

- Economicamente, o dinheiro trazido pelos turistas circula apenas em tipos restritos de organizações do núcleo receptor, ao passo que as camadas mais pobres da população, que fornecem o solo e a mão-de-obra não qualificada, ficam apenas com uma parcela muito pequena dos lucros;

- Ecologicamente, o turismo implica na ocupação e na destruição de áreas naturais que se tornam urbanizadas e poluídas pela presença e pelo tráfego intenso de turistas.

Embora a ausência quase total de pesquisas e a conseqüente falta de dados impedem maiores avaliações das conseqüências do turismo sobre o meio ambiente, muitas impactações negativas são claramente perceptíveis e relacionam-se, na maioria das vezes, com a construção da infra-estrutura e dos equipamentos que, inevitavelmente, transformam o aspecto físico do lugar (como demonstraremos). Existem, nesse sentido, muitos exemplos.

I.3 – OBJETIVO

A atual pesquisa tem como objetivo geral caracterizar a atividade turística, através de sua ação sobre o meio ambiente descaracterizando seu valor como atrativo turístico, para que investigando o desenvolvimento turístico sejam pensadas práticas para desenvolver o turismo sustentável na Ilha de Santa Catarina.

Está focada nos seguintes objetivos específicos:

- **Caracterizar o tipo de turismo praticado na Ilha de Santa Catarina.**
- **Caracterizar e analisar o crescimento da atividade turística na Ilha de Santa Catarina nas últimas décadas.**
- **Caracterizar e analisar turismo sustentável como agente limitador da degradação ambiental em sítios turísticos.**
- **Promover a discussão e fomentar o estudo das repercussões da atividade turística na Ilha de Santa Catarina.**
- **Contribuir para o planejamento turístico sustentável.**

Baseada em pressupostos que na Ilha de Santa Catarina as práticas da atividade turística não respeitam a sustentabilidade, ultrapassando as capacidades dos ecossistemas presentes, causando impactos ambientais e sociais negativos que na maioria das vezes descaracterizam os atrativos turísticos naturais.

A partir do estudo da sustentabilidade turística será caracterizado o desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina, município de Florianópolis.

As formas e motivações de viagens turísticas encontradas hoje são características do período que tem início após a II Guerra Mundial. E são conseqüências

das novas relações de produção, de consumo e de trabalho, que possibilitaram a criação de novas formas de entretenimento e lazer.

O termo “fenômeno turístico” refere-se ao turismo desenvolvido a partir desse momento, e tem como característica principal ser um movimento de massa, pois não é encontrado em todas as fases do turismo.

Durante as últimas décadas, as novas relações de trabalho impulsionaram de forma significativa o turismo que se evidencia como relevante atividade que influencia, de forma direta e indireta, todos os setores de produção. Além de significativa importância econômica, a atividade turística impacta também as comunidades locais e o ambiente natural.

Segundo o World Travel Tourism Council (WTC) ou Conselho Mundial de Viagens e Turismo, o turismo gera emprego a 225 milhões de pessoas, representando um em cada nove trabalhadores em todo mundo. (LAGE e MILONE, 2000).

As viagens e turismo na América Latina devem experimentar um crescimento de relevantes proporções entre os anos de 1996 e 2006. Ao longo desse período, as receitas geradas pelas viagens e turismo deverão crescer aproximadamente 70% em termos reais, de US\$ 105 bilhões de dólares em 1996, para US\$ 235 bilhões de dólares em 2006. Durante esse período, a oferta de empregos deverá crescer apenas 15%, de 7,3 milhões de vagas para 8,4 milhões de empregos, destacando desta forma um significativo aumento de produtividade esperado para a atividade. Convém salientar que as novas tendências para o desenvolvimento da atividade merecem uma melhor investigação. O grande número de deslocamentos e a grande concentração de pessoas em determinados locais fazem da atividade turística uma promotora de impactos negativos, que podem ser caracterizados pela freqüente ligação com o setor informal (precariedade e subqualificação da mão-de-obra), aculturação, prostituição, além dos efeitos relacionados ao uso do solo (quando populações nativas são expulsas de suas localidades em função da valorização das áreas de interesse turístico).

Soma-se a esses impactos negativos a degradação do ambiente natural, que, em muitos casos representa a total descaracterização do atrativo e no pensar de Krippendorff (2001), se essa é a realidade, “*o turismo destruirá o turismo*”.

1.4 – JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Os processos que romperam o frágil equilíbrio entre o ambiente natural e o ambiente cultural, no Brasil, iniciaram com a ocupação e colonização.

A intensificação do processo de urbanização, a partir da década de 1940, decorrente do desenvolvimento industrial e a modernização da agricultura, a partir da década de 1960, não foram acompanhadas por uma legislação ambiental que pudesse minimizar essas transformações que o desenvolvimento turístico e a urbanização causaram sobre a natureza.

O acelerado ritmo de crescimento e a utilização de novas tecnologias para a exploração da natureza são os responsáveis pela ruptura desse equilíbrio ecológico.

A não consideração do tempo geológico necessário para recompor a natureza e a forma intensa e sem controle com que a sociedade brasileira utiliza os recursos, explicam a crise ambiental em que se vive atualmente e parece que somos donos da falsa idéia de que nosso ambiente possui riquezas infinitas.

A partir da década de setenta, a atividade turística no Brasil, ganha um lugar importante na economia nacional. Ela conhece um crescimento contínuo, sempre em evolução. Mas apesar das vantagens econômicas e sociais concedidas a certas classes sociais da população, (empresários, promotores, construtores, hoteleiros...), a atividade turística leva, quase sempre, a uma alteração do sistema ecológico natural e do patrimônio sócio-cultural. Isso é verdade em razão da criação de infra-estruturas subdimensionadas, do aumento rápido das poluições tradicionais e da aparição de novas fontes de poluição, agredindo as qualidades naturais do sítio e na super densificação dos espaços sensíveis nos sítios turísticos. Por todo lado onde o turismo se implanta, o seu desenvolvimento é excessivo, rápido e incontrolável. (SANTIAGO, 1995, p. 102). A chamada “indústria sem chaminés” não é assim inofensiva como parece.

Os problemas ambientais relacionam-se com o panorama de crise geral e, infelizmente, foram ignorados nas etapas de nosso desenvolvimento econômico. A ausência de políticas quanto ao planejamento dos recursos apresentaram erros, alguns irreversíveis, levando à degradação ambiental e suscitando severas conseqüências econômicas, entrando em contradição com o discurso de que o turismo promove melhoria da qualidade de vida para as comunidades receptoras ou populações nativas.

Os impactos negativos decorrentes da atividade turística provocam fortes modificações no espaço local e a saturação de vários sítios turísticos.

Ao mesmo tempo, os mercados também se desenvolvem e mudam, e os locais de grande atratividade têm tido que responder a isto em termos de suas instalações e seus serviços turísticos. Uma representação mais formalizada disso é a expressa pelo ciclo de vida da área turística (*TALC – Tourist Area Life Cycle*). Butler (1980) afirma que as destinações atravessam um ciclo evolutivo semelhante ao ciclo de vida de um produto, no qual as vendas crescem à medida que o produto evolui em estágios de exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação, declínio e renovação. (BUTLER, 1980 *in*: COOPER 2001, p.149).

O engajamento de Santa Catarina no setor de turismo foi impulsionado a partir dos anos 70. Entretanto, a sedução da orla marítima se fez sentir já desde o início do século XX, estimulando a instalação de residências secundárias, ou casas de praia, por grupos sociais que habitavam áreas mais ou menos próximas do litoral. Essa relação precursora com o mar é vinculada ao principal atributo turístico de Santa Catarina e ao fator que, de longe, mais afeta as decisões dos visitantes: os atrativos naturais.

O desenvolvimento turístico em Santa Catarina foi efetivado a partir dos anos 80, desenvolvido principalmente na região litorânea. Políticas públicas definiram a atividade turística como mais apropriada para desenvolvimento de alguns municípios, que afastados das possibilidades de concorrer na atração de capitais para as indústrias, poderiam “vender”, a partir de seus atrativos naturais e belezas paisagísticas, e atrair investimentos econômicos nessa “nova” atividade.

Essas ações promoveram o crescimento desordenado na região litorânea de Santa Catarina, onde ocorreram significativos impactos negativos causados pela ausência de planejamento que oriente e defina como o turismo deve ocorrer. Como consequência do crescimento desordenado de vários balneários no Estado, observa-se a destruição de áreas de dunas, de mata atlântica, de manguezais, de restinga, a poluição e contaminação das águas de abastecimento e das praias, provocando e promovendo desta maneira a diminuição da qualidade de vida das populações receptoras.

Entre os principais destinos turísticos do Estado de Santa Catarina, destaca-se a Ilha de Santa Catarina, onde fatores naturais contribuem para a formação de grande beleza cênica que compõe a paisagem.

A princípio pode parecer que os belos atrativos existentes no local tenham produzido um turismo accidental, mas não foi isso que aconteceu. Durante a década de setenta, no auge da industrialização nos países subdesenvolvidos, a cidade de Florianópolis com poucas vocações para as atividades industriais, segue a tendência na

busca de novas alternativas para o incentivo no desenvolvimento municipal, e entre as atividades propostas destaca-se o turismo. Na mesma década, o aglomerado urbano de Florianópolis, já era resultante do processo de conurbação que forma uma única malha urbana entre os municípios de Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça, impedindo que se conceba (mesmo sendo uma ilha), Florianópolis como uma cidade isolada, mas como pólo municipal da região. Essa divisão apresenta-se como consequência de uma segmentação econômica regional, onde as atividades do setor primário foram transferidas para Biguaçu e Palhoça, o setor secundário em São José e o setor terciário na capital, caracterizado pela prestação de serviços. (CECCA, 1997a).

Durante a década de 80, ocorre a consolidação do turismo, incentivada pela pressão dos empresários da atividade sobre os recursos públicos, a ponto de transformar o turismo em “alternativa preferencial de desenvolvimento econômico para o espaço local”, provoca uma certa mistificação, apresentando-o como atividade redentora da economia local, como panacéia, baseados num discurso no qual o turismo traz enormes benefícios econômicos para a comunidade local em função de seus “generosos efeitos redistributivos”. (CECCA 1997a). Desse modo a Ilha de Santa Catarina vem sendo palco de intervenções em seus espaços em função de suprir as necessidades demandadas pelo turismo.

Entre as transformações ocorridas no espaço destaca-se o processo de ocupação e adensamento nos balneários, verificando-se um acelerado processo de urbanização provocado pelo aumento da demanda turística. Também relevantes são as ocupações nas áreas naturais: mata atlântica, dunas, mangues entre outros.

Esse crescimento destrutivo gerou a perda de várias áreas naturais importantes. Essa crescente expansão urbana, a cada ano mais marcante, na forma de loteamentos e ocupações ilegais ou não, carece de infra-estrutura urbana, e continua devastando e causando impactos negativos à paisagem e aos ecossistemas naturais.

Durante a temporada de verão de 2001 os atrativos naturais representaram 72,03% da motivação que levaram os turistas à Ilha de Santa Catarina. Comprovando a importância que a natureza exuberante da Ilha exerce como atrativo turístico. (Santur – Santa Catarina Turismo – Estudo da Demanda Turística, 2002).

A partir desse cenário vemos uma contradição: por um aspecto o atrativo natural estimula o surgimento da demanda turística, por outro lado o atrativo está “desaparecendo” em função de sua descaracterização pela má utilização da atividade turística.

A localidade passa por um desgaste econômico, social e ambiental.

O meio ambiente natural, que antes representava o principal atrativo, deteriora-se pelo mau uso, pela transformação da paisagem consequência das inúmeras construções realizadas no local, e pelo excessivo número de visitantes que se deslocam a essas áreas, excedendo dessa forma as capacidades de suporte possíveis. (RUSCHMANN, 1997, p. 104).

O desenvolvimento rápido e descontrolado do turismo em localidades com recursos naturais de excepcional beleza, muitas vezes únicas, provoca o excesso da demanda e superdimensionamento da oferta, que descaracterizam a paisagem e fazem a destinação perder as características que deram origem à atratividade.

Essa problemática vem sendo discutida e estudada por especialistas e pesquisadores do turismo, porém a diversidade das situações nas diferentes localidades e a subjetividade dos critérios que norteiam as análises tem dificultado a determinação de padrões de ocupação de solo e uso da paisagem e do solo. Por isso, é preciso identificar os elementos sustentáveis para o planejamento do turismo. Um desses elementos é a capacidade de carga turística, considerando que se trata de uma noção que reconhece que tanto os recursos naturais como os construídos pelo homem têm um limite para absorverem visitantes, esse limite, quando ultrapassado, provoca sua deterioração.

Como sinais de degradação observamos (excesso de limite das capacidades de carga), grande concentração de pessoas (turismo de massa), que provoca em muitos locais a saturação da capacidade de suporte, verificada principalmente pelo aumento da produção de resíduos e a saturação do sistema viário nas vias de acesso aos balneários.

Nossa investigação cobre praticamente duas décadas. Os anos analisados são os de 1983 a 2002. O benefício de investigar um longo período é que teremos uma visão da evolução temporal das muitas questões aqui levantadas.

O desenvolvimento sustentável é definido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), também chamada Comissão Brundtland, como sendo: *“Aquele que atende as necessidades presentes sem comprometer as possibilidades das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”*.

O debate sobre turismo sustentável é parcialmente influenciado pelo conceito geral de sustentabilidade.

Como turismo sustentável considera-se aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras.

O turismo sustentável é fundamental para o crescimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando, assim, que destrua as bases que o fazem existir.

I.5 – HIPÓTESES

A hipótese é uma proposição que se faz na tentativa de responder ao problema.

Foram identificados alguns elementos que deverão permear o referencial teórico do estudo. Entre esses se fará abordagem do processo de ocupação e urbanização da Ilha de Santa Catarina, o crescimento da atividade turística na Ilha e o turismo sustentável.

- A atividade turística na Ilha de Santa Catarina vem se desenvolvendo a partir de modelos de turismo de massa, causando muitos impactos negativos que, na maioria das situações, apresentam discordância nas práticas do turismo sustentável.

- O turismo de massa não é compatível com turismo sustentável sendo o maior responsável pela degradação ambiental e conseqüente declínio dos sítios turísticos na Ilha de Santa Catarina.

- O processo de ocupação e urbanização na Ilha de Santa Catarina (especialmente os balneários), é influenciado pela atividade turística e não leva em conta a necessidade das práticas de turismo sustentável.

-A maior parte dos sítios turísticos, na Ilha, sofrem o impacto do turismo de massa.

A partir do século XVIII, inicia-se o processo de ocupação e urbanização na Ilha de Santa Catarina, com uma rápida degradação de seus ecossistemas em conseqüência das práticas agrícolas que levaram ao desmatamento quase integral da Ilha. A cobertura vegetal original da Ilha foi desmatada em cerca de 76%, considerando áreas de restingas, manguezais e florestas.(CECCA, 1997a). Posteriormente, com o declínio

desse ciclo agrícola no nosso século, começou um processo de recuperação espontânea da vegetação original, embora sem a riqueza da biodiversidade que foi comprometida nesses cerca de 250 anos de ocupação e exploração dos ambientes.

Com o crescimento urbano, na metade do nosso século, acelerado por políticas sociais, econômicas e urbanas equivocadas que apostavam na criação de uma metrópole catarinense, concentrando na Ilha empresas e serviços públicos que deveriam estar distribuídos pelo estado, os ecossistemas naturais passaram a sofrer novos impactos provocados pela ocupação desordenada do espaço natural. Estes impactos advinham tanto de projetos públicos e loteamentos privados, como de ocupações de população de baixa renda, particularmente em áreas de encostas e manguezais.

Com o novo ciclo econômico, a partir dos anos 80, caracterizado pela indústria do turismo associada à construção civil, o processo de urbanização, ampliado pela especulação imobiliária, estendeu-se aos balneários, sujeitos a uma rápida ocupação verticalizada e adensada, que não foi sequer acompanhada pela criação de uma infraestrutura viária e de saneamento, permitindo ocupação de dunas, áreas de marinha e o deságüe de esgotos nas praias. (CECCA, 1997a).

Este tipo de ocupação desencadeado nas últimas décadas é muito mais danoso que o promovido no ciclo econômico anterior, pois a urbanização, ao contrário das atividades agrícolas, não permite nenhum tipo de regeneração das condições originais, constituindo dessa forma um comprometimento definitivo dos ambientes naturais.

A atividade turística na Ilha de Santa Catarina não ocorreu de forma acidental. Durante a década de 70, no auge da industrialização nos países subdesenvolvidos, a Ilha com poucas vocações para as atividades industriais, principalmente por suas características geomorfológicas, segue a tendência do crescimento econômico voltado para o setor terciário, destacando-se a atividade turística como uma das principais atividades.

Durante a década de 80, ocorre a consolidação do turismo incentivada pela pressão dos empresários da atividade sobre os recursos públicos, a ponto de transformar o turismo em alternativa principal e preferencial de desenvolvimento econômico para a região.

O atrativo turístico natural é o fator determinante para os deslocamentos das demandas turísticas que ocorrem na localidade, principalmente durante a temporada de verão. Este fator vem contribuindo de forma significativa para a construção dos espaços existentes na cidade.

Na década de 90 verifica-se um enorme crescimento da área urbana dos balneários da Ilha de Santa Catarina. Durante muitos anos essas localidades somente possuíam movimento durante a temporada de verão e, durante o restante do ano eram verdadeiras “cidades fantasma”, característica da sazonalidade existente no local. A partir do final da década de 90, ocorre o aumento do número de pessoas que passaram a residir nos balneários, motivado principalmente pela melhoria dos acessos e baixo custo de moradia nessas localidades. Outro fator que contribuiu para a ocupação dessas localidades é a chegada de novos moradores na cidade, motivados principalmente pelas propagandas sobre a cidade veiculada na mídia nacional, e as ofertas de cursos universitários também instalados na cidade. A sazonalidade é uma das características do turismo na Ilha. Também possui ligação com o setor informal da economia, como no aumento do número de ambulantes e a concentração de mão-de-obra temporária durante o verão. Observa-se ainda, uma grande concentração de pessoas, que provoca em muitos locais a saturação da capacidade de suporte; empiricamente, é sentida e verificada, sobretudo pelo aumento da produção de resíduos e adensamento do sistema viário nas vias de acesso aos balneários.

Sob a ótica do ambiente natural, para os ecossistemas a sazonalidade trás contribuições positivas: a diminuição na produção dos resíduos, entre esses os efluentes líquidos, o que possibilita a recuperação da qualidade das águas costeiras.

A problemática ambiental traz à tona novas formas de abordagens sobre as práticas da atividade turística.

Não se pode deslocar a análise da atividade turística lhe atribuindo potencial de sustentabilidade sem levar em conta o fato de que se trata de uma atividade econômica, que produz e consome, mesmo que seu pressuposto seja “consumir” paisagens e territórios, em ambientes considerados restauradores ou de descanso para os indivíduos ou mesmo pequenos grupos. É preciso considerá-la em articulação com os elementos gerais da produção e do consumo.

Na bibliografia relacionada ao turismo, há dois enfoques principais: um que trata da produção e outro que analisa o consumo da paisagem, do território, do espaço. A produção e os produtores e o consumo e os consumidores da paisagem “produzida” e/ou apropriada pela atividade turística não podem, na realidade, ser desvinculados. Mas, embora não seja possível separar a produção do consumo, o que se observa nos trabalhos – acadêmicos ou não – é que ora se enfoca a produção, ora se analisa o “consumo”. Isto sem abordar a forma como a “mercadoria” natureza é vendida, em

termos de imagens e símbolos apresentados pelas empresas de turismo, que lhe atribuem novos signos e símbolos.

Tendo em conta que a problemática ambiental coloca em destaque a questão do espaço, do território, da paisagem, a atividade turística aparece como aquela que apenas “consome” a paisagem /espaço /território, sem aparentemente “destruir” esses lugares, o que justifica colocá-la como sustentável. Mas a atividade turística produz territórios, da mesma forma como todas as demais atividades do modo de produção industrial de produzir mercadorias, e em sua essência é insustentável, pois temos que levar em conta que toda produção é ao mesmo tempo destruição, transformação. (LUCHIARI, 2001). O futuro das atividades das destinações turísticas, na Ilha de Santa Catarina, está associado aos atrativos naturais e esses aos conflitos ambientais. Nesse contexto que a nós se apresenta, o planejamento de turismo sustentável poderá se traduzir em práticas que tentarão reverter os danos já estabelecidos e evitar que novos danos ambientais aconteçam.

I.6 – O CONTEÚDO

É fundamental que a pesquisa se situe no contexto histórico social onde se processa o fato. Portanto, a análise da informação permite prever e compreender dados sobre administrar conflitos, regenerar áreas degradadas, criar atividades que eliminem ou diminuam os impactos ambientais, formação de mão-de-obra e considerando fatores, tendências e relações do turismo em cada contexto específico.

O paradigma emergente traz novas formas de expressão na produção científica, com as quais imprimamos nos textos nossa marca pessoal. A nova linguagem será a do coração.

É dentro desta abordagem que se pretende analisar a sustentabilidade turística e o desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina, objeto dessa pesquisa.

No Capítulo I será efetuada uma revisão histórica e conceitual e se buscará discutir os aportes conceituais que envolvem a conceituação do turismo, a terminologia turística, o sistema natural, o sistema turístico, o turista. Serão apontados e discutidos os envoltimentos desses conceitos.

No Capítulo II desenvolveremos uma discussão que abrange a relação entre o turismo e o meio ambiente e a necessidade de se desenvolver o turismo de maneira

sustentável. Serão abordados os conceitos e os temáticos acerca de sustentabilidade, ambientalismo, turismo sustentável, agenda 21. A exploração dos recursos naturais e a sustentação da qualidade ambiental das regiões exploradas têm gerado muitas discussões nos meios acadêmicos, empresariais e governamentais. É indiscutível o fato de que a exploração desses recursos causa danos para o meio, mas proporciona, ao mesmo tempo, muitos benefícios econômicos e sociais. Neste caso cabe aos pesquisadores, estudiosos do tema, encontrar um equilíbrio entre a exploração econômica do meio ambiente para a prática de atividades turísticas e a preservação desse mesmo espaço. Defenderemos a idéia de que existe possibilidade da atividade turística na Ilha de Santa Catarina, haja vista que já está implantada. Afirmamos que o planejamento turístico sustentável procura resolver a “equação turística”, que envolve a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento econômico. O equilíbrio entre a utilização dos recursos ambientais para fins turísticos e sua sustentabilidade, depende da aplicação e do exercício das práticas do turismo sustentável.

No capítulo III serão abordados tópicos sobre o turismo no Brasil e no mundo. Serão analisadas as demandas turísticas catarinenses e o Estado como destino de fluxos estrangeiros. Os dados pesquisados remontam desde o ano de 1986 e encontram-se disponibilizados, na Santur – Santa Catarina Turismo S. A. (órgão público responsável pelos dados turísticos no Estado). Para as análises turísticas serão apresentados e elaborados várias figuras, tabelas e gráficos que demonstrarão a evolução turística no Estado de Santa Catarina.

No Capítulo IV será elaborada análise da atividade turística em Florianópolis abordando a problemática: ilha *versus* atividade turística, que unida com o Estado de Santa Catarina, e contribuindo para que o esse alcançasse a posição (de receptor turístico) hoje ostentada, a Ilha de Santa Catarina testemunhou uma “explosão” do turismo na década de 80 e 90. Serão analisadas estatisticamente séries históricas a partir do ano de 1986, para tal apresentaremos figuras, mapas, tabelas e gráficos que possibilitarão análises e leituras mais eficazes da evolução do panorama turístico na Ilha de Santa Catarina.

No capítulo V será efetuada a análise do processo de ocupação na Ilha de Santa Catarina. Serão apresentados episódios que buscarão comprovar e evidenciar a prática de turismo de massa em Florianópolis e os conflitos ambientais existentes. A degradação ambiental será comprovada através de aerofotos e fotografias e a evolução urbana será demonstrada através de aerofotos. Corroborando esse quadro serão

apresentados figuras com mapas, onde as áreas de conflito serão evidenciadas, conforme o modelo de análise apresentado por Ruschmann (2001). Assim sendo, acreditamos que os critérios que caracterizam os danos ambientais provocados pelo desenvolvimento descontrolado do turismo serão confirmados.

Na Conclusão serão respondidos as perguntas, hipóteses e objetivos de forma sintética, haja vista que já foram confirmados os pressupostos durante os capítulos anteriores. O esforço terá valido a pena, se esse conjunto de informações e análises forem úteis, não apenas para os acadêmicos e estudantes da área, mas também para trabalhadores, empresários e formuladores de políticas públicas para o setor do turismo, para quem se preocupa com questões de desenvolvimento local /regional, aos quais, com humildade, se destina esta obra. Acreditamos que as informações que essa pesquisa oferece poderão contribuir para o estudo e conhecimento dessa que é uma das mais importantes e vibrantes atividades econômicas contemporâneas. Neste sentido, a expectativa que norteou esse trabalho foi a de estar contribuindo, ainda que nos seus evidentes limites a esta causa.

Na esperança que o desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina alcance alto grau de desenvolvimento, sem, no entanto, colocar em risco a preservação do meio ambiente e as estruturas sociais nele existentes.

CAPÍTULO I

SOBRE A CONCEITUAÇÃO E A INVESTIGAÇÃO EM TURISMO

**Nossos avós padeciam do tédio
dos dias sempre iguais,
e nós padecemos de vertigem
por instantes sempre diversos,
acelerados, dilatados, excessivos,
nos quais se orientam somente aqueles,
que dotados de sabedoria,
sabem viver com estilo,
submetendo e sincronizando
os ritmos frenéticos do mundo
aos próprios biorritmos.
É provável que esta tendência
permaneça também no futuro próximo.**

Domenico De Masi

2000

1 – NEM SEMPRE FOI ASSIM...

“Não estou entre aquelas que acreditam que se o mundo fosse governado por mulheres, não haveria guerras. A capacidade humana para a insensatez e para calcular erroneamente é amplamente dividida. Mas a história deste século (XX) nos conta que a igualdade é parente da paz. E o senso comum nos diz que a verdadeira paz não é possível sem a plena participação das mulheres”.

Madeleine Albright (1997)

A idéia de que o universo tenha sido criado por um velhinho de barbas brancas é relativamente recente. Foi inspirada há cerca de quatro ou cinco mil anos por tribos nômades e caçadoras que vagavam por regiões desérticas e reverenciavam um deus guerreiro a quem podiam recorrer para dar-lhes segurança e protegê-las das condições de vida adversas que enfrentavam.

Entretanto, predominavam, naquele período pré-histórico, comunidades matriarcais com dezenas de milhares de anos de idade que, em vez de um deus, reverenciavam a imagem de uma deusa suprema e criadora do mundo.

Para as comunidades matrilineares, havia um mistério profundo no corpo feminino pelo fato de dar à luz e alimentar bebês. Não por acaso, exatamente durante o período dominado pelas comunidades matriarcais nasceu a agricultura, ao mesmo tempo em que nasceu uma mitologia poderosa que relacionava a mãe que alimenta seus filhos à terra de onde brotam os alimentos. A natureza, por analogia, era representada como uma Deusa-mãe, cheia de magia e encantamento. Isso provavelmente acontecia por que a participação do homem na concepção de bebês era ainda desconhecida. E como a mulher e a natureza geravam e alimentavam a vida, as pessoas se pautavam na crença de que o mundo havia sido criado por uma deusa. Tanto que as mulheres daquele período eram chefes de família e de Estado, sacerdotisas, e possuíam status social superior ao dos homens.

Porém, por volta de 2.500 a.C. a história começou a tomar outro rumo. À medida que as populações foram crescendo e se expandindo, surgiram disputas territoriais. Tribos nômades e guerreiras saíram principalmente do norte da Europa e foram em direção ao Oriente Médio, em busca de novos territórios. Essas tribos reverenciavam a imagem de um deus masculino guerreiro, e passaram a levar vantagem sobre todas as outras comunidades, pois fabricavam e faziam uso de armas. Em poucos séculos, elas

passaram a dominar as pacíficas sociedades matriarcais, e impuseram a imagem de seu próprio deus, que já não mais precisava da ajuda feminina para criar o mundo.

Com força bélica e ímpeto conquistador, as sociedades apoiadas sobre os pilares da religião patriarcal impuseram seu modo de vida, baseando-se na superioridade do homem e na crença de que o mundo havia sido criado por um deus e não por uma deusa.

À medida que as sociedades patriarcais dominaram as comunidades que se baseavam na adoração de uma deusa, a mulher também foi perdendo a posição. Além disso, com a ascensão de um deus masculino a supremo criador do universo, a consequência natural foi a ascensão dos homens aos papéis sociais mais importantes. A mitologia de criação do mundo passou a ser um ato exclusivamente masculino, e o papel feminino foi diminuindo ao longo do tempo.

Com essa nova divindade, agora masculina, a percepção da antiga relação entre homem e natureza também mudou. A natureza, que antes era reverenciada como a grande mãe e geradora da vida, passou a ser encarada como uma fonte de matéria prima voltada para servir ao homem. E a mulher, que historicamente esteve associada à natureza, também passou a ter importância social e religiosa relativa.

A história e a filosofia ambiental explicam que ao longo da história, a natureza esteve simbolicamente associada a uma imagem feminina. A relação entre homem e natureza que havia nas antigas sociedades matrilineares sofreu mudanças profundas ao longo do período patriarcal. No lugar da reverência em relação à natureza, o patriarcado fez surgir uma visão utilitarista e dominadora do mundo natural – algo que, com o passar do tempo, provocou o que hoje conhecemos como desequilíbrio ecológico. (BRAUN, 2003, p. 24).

Apesar da ascensão das culturas guerreiras, que prosperavam mais com a conquista e a escravização, sabemos que os cultos da Deusa Mãe sobreviveram e floresceram até a época dos romanos. Porém, cada vez mais o conflito entre os deuses guerreiros patriarcais e a Deusa Mãe foi se intensificando. O triunfo dos tempos modernos tornou-se o triunfo do cristianismo e de um Deus Pai supremo. No final do Império Romano do Ocidente, os cultos à Mãe haviam se tornado dispersos, suprimidos, assimilados, distorcidos: deixara de haver a sensação profunda de confiança e de a ela pertencer que haviam outrora existido.

As culturas da civilização ocidental são como os filhos de uma família abalada por um terrível divórcio: vivem agora apenas com o pai, e estão proibidos de mencionar o nome da mãe ou de lembrar aquelas épocas cálidas e alegres em que viveram sob os

seus abraços. Tendo apenas o pai a nos orientar, nós, a despeito do seu amor, tornamo-nos endurecidos, implacavelmente heróicos e severamente puritanos ao tentar esquecer a segurança perdida e a confiança sensual na terra que outrora a Mãe nos proporcionara.

Conseguimos vagamente pressentir que houve há muito tempo uma unidade primordial, quando uma Mãe Terra e um Pai Espírito desfrutavam de uma união feliz e harmoniosa. Mas esse paraíso foi perdido e, afastados e alienados, fomos forçados a engolir a amargosa propaganda de um Pai culpado, porém todo-poderoso. A Mãe foi destituída de seus poderes; seus cultos foram dispersos, divididos, abandonados, perseguidos.

Em nossa reverência exclusiva ao princípio paterno, em que suprimimos ou menosprezamos o princípio feminino, acabamos provocando danos à nossa saúde psíquica individual e coletiva. Isso sem mencionar a saúde física do próprio planeta Terra.

Essa visão utilitarista do meio ambiente foi ganhando força ao longo dos séculos. Muitos poetas e escritores do século XVI, por exemplo, simbolizavam a natureza como uma mulher benevolente, e acreditavam que a terra, quando semeada e cultivada, poderia ser usada como mercadoria e manipulada como fonte de riquezas para ajudar a construir sociedades culturalmente mais avançadas e movimentar a economia. Do ponto de vista de grande parte dos que viveram naquela época, a natureza deveria ser domesticada e subjugada para fornecer alimento espiritual e material – aumentando assim o conforto físico e suavizando as ansiedades de homens estressados com a vida urbana.

Essa nova mentalidade em relação às mulheres e à natureza podia ser facilmente encontrada não só entre pessoas comuns, mas entre artistas e intelectuais. Jean-Jacques Rousseau, considerado um dos mais influentes filósofos do século XVII, criticou duramente as injustiças sociais de sua época, porém jamais aquelas cometidas contra as mulheres.

Entretanto, até o final do século XIX e começo do século XX ainda havia notícia de algumas comunidades onde o respeito às mulheres estava profundamente associado ao respeito à natureza. Em 1852, o governo dos Estados Unidos fez uma pesquisa sobre a aquisição de terras indígenas para os imigrantes que chegavam ao país. Em resposta, o índio conhecido como chefe Seattle – autoridade máxima de uma tribo *Duwamish* – escreveu uma carta ao governo americano, dizendo o seguinte:

“O presidente em Washington, informa que deseja comprar a nossa terra. Mas como é possível comprar ou vender o céu, ou a terra? A idéia nos é estranha. (...) Conhecemos a seiva que circula nas arvores, como conhecemos o sangue que circula em nossas veias. Somos parte da terra, e ela é parte de nós, (...) Ensinarão vocês a suas crianças o que nós ensinamos as nossas? Que a terra é nossa mãe? O que acontece a terra acontece a todos os filhos da terra, (...) Amamos esta terra como o recém-nascido ama as batidas do coração da mãe. Assim, se lhes vendermos nossa terra, amem-na como a temos amado. Cuidem dela, como temos cuidado”. (CAMPBELL, 1992, p. 35).

Na mitologia das mais variadas culturas a Terra está associada à mãe.

A sociedade moderna desenvolveu a ciência e o gosto pela objetividade, além de tecnologias úteis e fascinantes. Porém toda essa modernidade também fez aumentar o poder de destruição, o egoísmo e a ganância.

Ninguém em sã consciência pode achar que devemos abandonar os avanços tecnológicos, nem mesmo o bom senso. Mas, de algum modo, a vida moderna nos distanciou da natureza, ampliou a competição e a agressividade; colocou em segundo plano a cooperação, além de sentimentos como amor e compaixão; e jogou o mundo num ritmo frenético de degradação e violência.

Não se pode negar que o mundo de hoje guarda muito do ímpeto conquistador e guerreiro herdado de nossos ancestrais – pertencentes àquelas antigas tribos guiadas por um Deus-Pai que as protegia de vários perigos. Naquele período, sem dúvida, as pessoas sentiam a necessidade de dominar a natureza para controlar o ambiente para se sentirem mais seguras. Não se pode negar também que foi a partir do modo de vida e cultura patriarcais dessas tribos que pudemos desenvolver sociedades mais complexas com imensos potenciais de criatividade artística e tecnológica. Ao mesmo tempo somos obrigados a reconhecer que os excessos cometidos na era do patriarcado estão nos levando ao limite do egoísmo – que vemos hoje em dia na forma de guerras, terrorismo, miséria e destruição ecológica.

Chegamos a ponto de perceber que a exploração da natureza para promover o nosso próprio conforto e movimentar a economia nos colocou diante de um enorme impasse. Os balanços ecológicos mostram que estamos em um momento histórico em que, se não mudarmos a maneira de nos relacionarmos com o meio ambiente que sempre esteve relacionado à mulher e à mãe, estaremos, em pouco tempo, à beira de uma catástrofe ecológica.

Um olhar sobre a história mostra que todas as sociedades têm sido predominantemente patriarcais ou matriarcais – baseadas na adoração do Deus-Pai ou da Deusa-Mãe. E como vimos no começo dessa introdução, os últimos quatro ou cinco mil anos têm sido, de modo geral, um período onde prevalece Deus-Pai e o sexo masculino.

No futuro certamente haverá cada vez mais espaço para que a idéia de quem, ou o que quer que seja essa Fonte criadora do universo, torne-se ao mesmo tempo pai e mãe.

Não é uma idéia simples. Talvez quando redescobrirmos o papel feminino em nossas crenças, poderemos restabelecer novos laços de harmonia com a natureza – simbolizada na arte e na mitologia pela mulher e pela mãe – e construir sociedades mais equilibradas, com menos desigualdades não só entre ricos e pobres, homens e mulheres, mas também com o meio ambiente.

Essa pesquisa se pauta na preocupação com a degradação ambiental promovida, principalmente, na Ilha de Santa Catarina, pela exploração provocada pelo desenvolvimento da atividade turística, que tem nos recursos naturais seu maior atrativo. Portanto, na Ilha, também se reproduz o discurso patriarcal, dominador e explorador da natureza, através da justificativa desenvolvimentista.

FIGURA 1 – Gaivota sobre as águas da Lagoa da Conceição.



FONTE: Arquivo do jornal “O Estado” (2003).

1.1 – APORTES CONCEITUAIS

O movimento de massa dos buscadores de lazer está dando o que pensar para aqueles que se preocupam com a interdependência dos seres humanos e de seu ambiente.

Os problemas ambientais relacionam-se com o panorama de crise geral e, infelizmente, foram ignorados nas etapas de nosso desenvolvimento econômico. A ausência de políticas quanto ao planejamento dos recursos apresentaram erros, alguns irreversíveis, levando à degradação ambiental e suscitando severas conseqüências econômicas.

Na maioria das ocasiões, isso ocorre porque os governos, com sua visão reducionista tratam dos fatores solo, água, fauna e flora separadamente. Essa visão demonstra-se problemática quando empregada na tomada de decisões relacionadas ao uso ambiental dos recursos naturais.

Portanto, são imperativos estudos que fundamentem o planejamento do meio ambiente, abarcando os planejamentos turísticos, que sejam capazes de avaliar a crescente degradação dos recursos naturais.

Durante este século, a mudança do paradigma mecanicista para o ecológico tem ocorrido em diferentes formas e com diferentes velocidades nos vários campos científicos. Não se trata de uma mudança uniforme. Ela envolve revoluções científicas, retrocessos bruscos e balanços pendulares.

A tensão básica é a tensão entre as partes e o todo. A ênfase nas partes tem sido chamada de mecanicista, reducionista ou atomística. A ênfase no todo tem sido chamada de holística, organísmica ou ecológica. Na ciência do século XX, a perspectiva holística tornou-se conhecida como “sistêmica”, e a maneira de pensar que ela implica passou a ser conhecida como “pensamento sistêmico”. (CAPRA, 1996).

A principal característica do pensamento sistêmico emergiu simultaneamente em várias disciplinas na primeira metade do século. Especialmente na década de 20. Os pioneiros do pensamento sistêmico foram os biólogos, que enfatizavam a concepção dos organismos vivos como totalidades integradas.

O Quadro 2 demonstra os aspectos metodológicos de estudos em turismo. Nela percebemos as visões e os enfoques pelas quais o fenômeno turístico é interpretado: visão reducionista, visão holística e visão sistêmica.

QUADRO 2: Aspectos metodológicos de estudos em turismo.

ABORDAGEM
VISÃO REDUCIONISTA
A ótica de estudo da visão reducionista é sobre os elementos e não aborda as inter-relações. Atem-se detalhadamente em analisar o todo dentro do qual estão inseridos objetos particulares, fechados, unidos, mas isolados, como por exemplo, estudos na área econômica.
VISÃO HOLÍSTICA
O holismo representa radicalmente o oposto: considera todas as partes como inseparáveis, não analisáveis isoladamente. Estuda o fenômeno turístico como um todo considerando relevantes as inter-relações.
VISÃO SISTÊMICA
A visão sistêmica surge em resposta às limitações e dificuldades que existem na aproximação entre a visão reducionista e a visão holística. A visão sistêmica prega que a análise do turismo como um sistema permite observar particularidades do todo e, simultaneamente, propriedades específicas das partes que compõe esse todo.

Fonte: Baseado em REJOWSKI (1998).

O bioquímico Lawrence Henderson, foi influente no seu uso pioneiro do termo “sistema” para denotar tanto organismos vivos como sistemas sociais. Dessa época em diante, um sistema passou a significar um todo integrado cujas propriedades essenciais surgem das relações entre as suas partes, e “pensamento sistêmico”, a compreensão de um fenômeno dentro do contexto de um todo maior. (CAPRA, 1996).

Essa visão esta sendo abordada, novamente, em função dos problemas ambientais que vigoram na atualidade representada pela Teoria Geral dos Sistemas ou Análise Sistêmica.

Quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente. São problemas sistêmicos, significa que estão interligados e são interdependentes. Esse é de fato, o significado da raiz da palavra “sistema”, que deriva do grego (*syn*)*histanai* (“colocar junto”). Entender as coisas sistemicamente significa, literalmente, colocá-las dentro de um contexto, estabelecer a natureza de suas relações.

Como em (sin)tese, (sin)ergia, (sin)trofia, se torna cada vez mais significativo. Quando coisas se juntam algo novo acontece. Nesse contexto, há novidade, criatividade, uma complexidade mais rica.

Para Beni (2002), a Teoria Geral dos Sistemas, um moderno conceito estabelecido, afirma que cada variável, em um sistema, interage com as outras variáveis de forma tão completa que causa e efeito não podem ser separados. Uma única variável pode, ao mesmo tempo, ser causa e efeito. A realidade não permanecerá imóvel. Mas não pode ser desmembrada. Não será possível entender uma célula, a estrutura de um cérebro, a família, uma cultura ou o Turismo se forem isolados de seus contextos. O relacionamento é tudo. (BENI, 2002).

A Terra é um grande sistema que funciona hierarquicamente. Todos os subsistemas são independentes, embora interligados entre si. As atividades antrópicas não afetam expressivamente os subsistemas de funcionamento global, como, por exemplo, o subsistema atmosférico, mas os de uma hierarquia inferior, principalmente os que envolvem os seres vivos (ecossistemas), que são suscetíveis às ações do homem.

Apesar da maioria das atividades que alteram o meio ambiente, ter a finalidade de ser favorável do ponto de vista humano, o grau de inter-relação dos fenômenos naturais referidos explica que mudanças inesperadas ou reações em cadeia venham a resultar daquilo que pretendia ser uma benfeitoria isolada.

1.2 – O SISTEMA TURÍSTICO

A estrutura do sistema é constituída pelos elementos e suas relações, expressando-se através do arranjo de seus componentes.

O elemento é sua unidade básica e o problema de escala é importante quando se quer caracterizá-lo.

Quando um sistema fica exposto a usos que vão além de sua capacidade ambiental, inicia-se uma troca de energia com o meio onde se localiza, podendo desencadear elevação, diminuição ou permanência do nível de energia do sistema.

Beni (2002), afirma que conforme a escala que se deseja analisar, deve-se ter em vista que cada sistema pode ser um subsistema ou elemento, ao se procurar analisar a categoria de fenômenos em outro nível de abordagem, estabelecendo-se interpenetração e alinhamento hierárquico. Três características principais das estruturas dos sistemas devem ser observadas:

Tamanho: o tamanho de um sistema é determinado pelo número de unidades que o compõe.

Correlação: a correlação entre as variáveis do sistema estabelece o modo pelo qual elas se relacionam. A força indica o valor da intensidade, e o sinal positivo ou negativo indica a direção em que ocorre o relacionamento.

Casualidade: a direção da casualidade mostra qual é a variável independente e qual é a dependente. A variável dependente que é controlada sofrerá alterações somente quando a variável independente (que controla) se alterar.

Sob o enfoque sistêmico, o turismo pode ser caracterizado como um sistema aberto, o que possibilita o estudo dos elementos do sistema turístico.

Beni (2002) defende que esse enfoque auxilia nos estudos multidisciplinares de aspectos particulares do Turismo, favorecendo análises interdisciplinares a partir de várias perspectivas com ponto de referência comum.

A Organização Mundial de Turismo - OMT (2001), na conceituação de turismo, distingue quatro elementos básicos:

Demanda turística: composta pelos consumidores ou possíveis consumidores dos bens e serviços turísticos. Em função da origem dos turistas e seus destinos, pode ser classificada como:

Turismo doméstico (turistas que visitam seu próprio país).

Turismo receptivo (não-residentes, provenientes de um determinado país).

Turismo emissor (turistas de um país que visitam outro país).

Estas três classificações podem combinar entre si:

Turismo interior (doméstico e receptivo).

Turismo nacional (doméstico e emissor).

Turismo internacional (emissor e receptivo).

Oferta turística: conjunto de produtos, serviços e organizações oferecidas aos turistas em determinado destino turístico. A oferta é muito mais que a soma dos produtos turísticos, caracterizando todo o destino integrado por esses produtos, os serviços turísticos e não-turísticos e a imagem do destino. Em função do gasto turístico, a oferta turística é agrupada em: alojamento; alimentação; transporte; lazer, cultura e atividades esportivas; compras; outros. Todas essas atividades são realizadas no destino turístico.

Espaço geográfico: base territorial onde localizam a oferta e a demanda turísticas e se encontra a população residente, importante fator de agregação ou de desagregação. Pode ser estabelecido como espaço turístico, município turístico (mesma região administrativa) e destino turístico. Em relação aos municípios turísticos,

caracterizam-se como zonas turísticas as que envolvem mais de um município e, como núcleo turísticos, os que envolvem uma área menor que um município.

Operadores de mercado: empresas e organizações cuja função principal se relaciona com a oferta e as demandas turísticas: agências de viagens, companhias de transporte e instituições públicas ou privadas que organizem e promovam o turismo. (OMT, 2001, p. 43).

Beni (2002), conceitua sistema como o conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias ou princípios logicamente ordenados e coesos, com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo. Sob esse enfoque, o autor visualiza três grandes conjuntos no sistema de turismo:

RA – Relações ambientais: subsistemas ecológico, social, econômico e cultural.

RE – Organização estrutural: superestrutura e infra-estrutura.

AO – Ações operacionais: mercado, oferta, demanda, produção (input), consumo (output) e distribuição.

Essa subdivisão não é obrigatória e só é necessária quando analisadas informações para identificar o funcionamento do sistema. Em relação aos sistemas ambiental e turístico, essa subdivisão é necessária em função das diversas inter-relações em cada parcela de subsistemas, que também interagem com o sistema global.

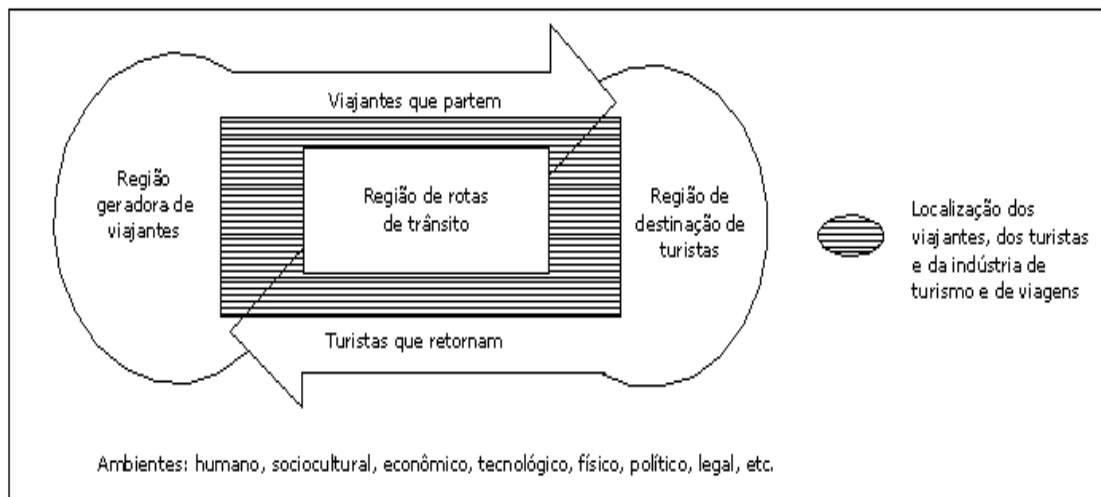
O sistema turístico é um sistema aberto, realizando trocas com o meio em que se localiza, interdependente, mas não auto-suficiente.

As estruturas e funções não são estáticas; portanto, quaisquer usos que possa alterar um desses subsistemas refletirão nos demais, que também poderão se alterar. Justamente por ser aberto mantém um processo contínuo de relações dialéticas de conflito e colaboração com o meio circundante. Em princípio, a exploração dos recursos naturais de uso turístico deveria ser constante, já que constituem subsistemas fundamentais, em cujo redor se aglomeram os demais. Em teoria, portanto, o sistema teria que explorar seus atrativos turísticos de maneira que a uma degradação – pelo uso – corresponde ser a força oposta, impulsionada pelo homem, de caráter conservador ou regenerador para, dessa forma, garantir a duração do sistema em longo prazo, como, por exemplo, uma cidade com vocação turística na área costeira. (BENI, 2002).

Cooper (2001) apresenta o modelo idealizado por Leiper (1990). Interação entre si, não somente para ofertar o produto turístico, mas também em termos de transações e impactos, como demonstramos na Figura 2.

Esse modelo, como demonstra a Figura 2, aborda de forma nítida, muitas das questões identificadas anteriormente ao considerar a atividade dos turistas, permitir que os setores da indústria sejam localizados e oferecer os elementos geográficos, que são inerentes a toda viagem.

FIGURA 2: Sistema turístico básico apresentado por Leiper.



Fonte: Leiper, 1990 in Cooper, 2001.

Cooper (2001) apresenta três elementos básicos do modelo de Leiper (1990), os quais:

1 – Turistas – O turista é o autor do sistema. Turismo, afinal de contas, é uma experiência essencialmente humana, desfrutada, esperada e lembrada por muitos como um dos momentos mais importantes de suas vidas. Definir e tentar classificar o turista é o que se propõe na última parte desse capítulo.

2 – Elementos Geográficos – Leiper delinea três elementos geográficos em seu modelo: a) região geradora de viajantes; b) região de destinação de turistas; c) região de rotas de trânsito.

A região **geradora de viajantes** representa o mercado gerador para o turismo e, de certa forma, oferece o impulso para estimular e motivar viagens. É o local de onde o turista procura por informação, faz reserva e parte.

Em muitos aspectos, a região de **destinação do turista** representa o lado afiado do turismo. É na destinação que todo o impacto do turismo é sentido e as estratégias de planejamento e gerenciamento são implementadas. A destinação também é a razão de ser do turismo, com uma gama de lugares distintos do cotidiano por sua significação

cultural, histórica ou natural. A atração para visitar as destinações energiza todo o sistema turístico e cria demanda de viagem na região geradora. É, portanto, na destinação, onde ocorrem as conseqüências mais visíveis e drásticas do sistema.

A região das **rotas de trânsito** não representa simplesmente o curto período de tempo da viagem até a destinação, mas inclui também os lugares intermediários que podem ser visitados no trajeto: há sempre um intervalo em uma viagem, quando os viajantes sentem que já saíram de casa, mas ainda não chegaram... (onde) eles escolhem visitar. Utilizando o sistema turístico de Leiper (figura 2), o transporte representa o meio de condução ao destino saindo da região de origem, portanto, representa o movimento de viajantes de sua origem para o destino. No entanto, também pode ser considerado em si mesmo como uma atração turística por direito próprio, já que a etapa “*en route*” faz igualmente parte da experiência turística. Inclusive em algumas ocasiões, o destino define o *transporte*. (Organização Mundial de Turismo – OMT 2001).

3 – Indústria Turística – O terceiro elemento do modelo de Leiper é a “*indústria turística*”, a qual se pode pensar como sendo o espectro de empresas e organizações envolvidas na oferta do produto turístico. O modelo permite que a localização dos vários setores do turismo seja identificada. Por exemplo, agentes de viagem e operadores de turismo são encontrados, em sua maior parte, na região geradora de viajantes; atrações e indústria de hospitalidade são encontradas na região de destinação, e o setor de transporte está amplamente representado na região das rotas de trânsito. As principais vantagens desse modelo são:

- *aplicabilidade geral e simplicidade, que fornecerão uma forma útil de pensar o turismo.*
- *incorpora visões interdisciplinares ao turismo, pois fornece uma estrutura dentro da qual as abordagens podem ser situadas.*
- *pode ser utilizada em qualquer escala ou nível de generalização.*
- *o modelo é flexível e permite a incorporação de formas diferentes de turismo, ao mesmo tempo em que demonstra seus elementos comuns.* (COOPER, 2001).

Portanto, pensar o planejamento de uma cidade turística é um desafio maior que os próprios planejadores imaginam, inúmeros elementos devem ser considerados e devem contemplar as mais diversas áreas do conhecimento.

1.3- SOBRE O CONCEITO DE TURISMO

O turismo é uma atividade multidimensional e multifacetada que tem contato com muitas vidas e atividades econômicas diferentes. Não é surpreendente, portanto, que tenha se mostrado muito difícil de definir – a palavra turista apareceu pela primeira vez na língua inglesa no início do século XIX, e, quase dois séculos mais tarde, não têm acordo sobre a definição. De um certo modo, isso reflete a complexidade do turismo, mas também é um indicativo de sua imaturidade como campo de estudo. É difícil encontrar uma base de coerência na abordagem da definição de turismo. Por isso têm sido criadas definições para contemplar necessidades e situações específicas. Mesmo assim, é vital que se façam tentativas de definição do turismo, não apenas para possibilitar um sentido de credibilidade e propriedade àqueles que estão envolvidos na atividade, mas também para considerações práticas de medição e legislação.

As definições de turismo podem ser pensadas como:

-definições na demanda, ou

- definições na oferta.

As definições de turismo têm uma característica particular, já que foram mais motivadas por considerações de demanda do que de oferta. (COOPER, 2001).

O turismo no passado era apresentado por muitos especialistas como viagens para regiões distantes de mais de 80 km dos locais de residência dos viajantes; ou, ainda que exigissem a permanência desses por mais de 24 horas no lugar visitado; importava que essas pessoas não viessem a exercer, nessa localidade, uma ocupação remunerada. Nos dias atuais são conceitos ultrapassados. Precisamos revê-los.

Os anos 90 têm assistido a um progresso considerável no desenvolvimento e no consenso em torno das definições.

Neste sentido, há muitas dificuldades na definição das palavras turista, viagem, turismo, visitante e termos semelhantes. Estas dificuldades tornam-se especialmente aparentes quando comparadas às definições usadas por vários governos. Tem-se feito progresso em direção ao consenso de definições internacionais, mas ainda existe muita variação na terminologia do turismo doméstico. (REJOWSKI, 1998).

Muitas vezes, a conceituação do turismo tem gerado controvérsias, como consequência das múltiplas e variadas interpretações que tem sido dada a este fenômeno. Essas interpretações têm sua origem nas definições e conceitos oferecidos pelas tantas disciplinas para as quais o turismo constitui um campo particular, ou nos

pontos de vista de certas correntes de pensamento que o explicam em função de princípios ideológicos ou filosóficos que professam.

Sob essa ótica Acerenza (2002) ressalta que poucas vezes se teve presente que tais interpretações, embora válidas nos campos de estudo particulares ou dentro de correntes de pensamento, na verdade, não são mais do que enfoques parciais dentro dos quais, geralmente, se perde a visão universal do fenômeno.

Por sua parcialidade, esses enfoques têm sido, inclusive, questionados por outras disciplinas ou outras correntes de opinião, de acordo com cada caso.

As diferentes disciplinas relacionadas ao turismo, para as quais este constitui um importante campo de estudo, logicamente notaram a necessidade de defini-lo, a fim de poder discuti-lo, de uma forma sistematizada. Algumas vezes essas definições parciais pretendem conceituar turismo. Muitas vezes, na tentativa de conceituar parcialmente o turismo, são geradas discussões, pois não foram levadas em conta as limitações que tais definições criam.

Do ponto de vista da ciência econômica, o turismo é um serviço.

A economia ao estudar e ocupar-se em como os homens decidem empregar recursos escassos para satisfazer as necessidades humanas ilimitadas, pode ser empregada também como forma de responder perguntas como:

O que produzir?

Como produzir?

Para quem produzir?

No processo de geração de riquezas, dois agentes participam ativamente: os consumidores e os produtores, que tem como objetivo, maximizar suas satisfações e seus lucros. Desse modo podem ser interpretados e caracterizados os produtos turísticos. (LAGE e MILONE, 2000).

Porém, esse é um conceito parcial válido para a economia e que, ainda assim, não deixa de ser relevante, mesmo que o estudo do turismo seja encarado sob a ótica de outra ciência.

O conceito de turismo muda de um campo de estudo para outro.

As correntes de pensamento diferentes, originaram-se nas denominadas teorias compensatórias. Essas teorias se fundamentam no fato de:

- *se uma sociedade pensa que se orienta pelo princípio do mérito;*

- *o descanso também será um descanso merecido.*

Dessa forma, o ócio se apresenta como uma compensação aos esforços e penalidades que formam a essência da vida produtiva do ser humano.

As teorias compensatórias agrupam-se em torno de duas correntes principais: Teorias humanistas e teorias da alienação. Em torno delas as opiniões sobre ócio e turismo divergem muito, como veremos no Quadro 3, a seguir.

Quando perguntado sobre o que achava em ser rotulado como o “profeta do ócio”, Domenico De Masi respondeu: “eu me limito a sustentar, com base em dados estatísticos, que nós, que partimos de uma sociedade onde uma grande parte da vida das pessoas adultas era dedicada ao trabalho, estamos caminhando em direção a uma sociedade na qual grande parte do tempo será, e já é, dedicada à outra coisa...” (De MASI, 2000, p. 16). Na categoria das “outras coisas”, podemos, com certeza, inserir o turismo.

QUADRO 3: Teorias compensatórias.

TEORIAS HUMANISTAS	TEORIAS DA ALIENAÇÃO
<p>Chamamos de teorias humanistas do ócio e do turismo o conjunto de pensamentos e ideologias que vêm no ócio e no turismo algumas manifestações essenciais do ser humano.</p> <p>Essa teoria tem como seu maior pensador o professor da Universidade de Varsóvia Krzysztof Przeclawski que escreveu vários trabalhos a respeito. Os que seguem essa teoria consideram que o ócio e, portanto, o turismo, manifesta os valores do indivíduo e argumentam que não haveria guerra no mundo se os assuntos estivessem nas mãos dos responsáveis pela atividade turística. Defendem que o turismo é um meio para facilitar a comunicação entre os povos e contribui para o fortalecimento da paz.</p>	<p>A teoria da alienação tem sua origem nas críticas marxistas às sociedades capitalistas feitas por Adorno, Horkheimer e Marcuse, entre outros. Essas teorias se identificam com o que se conhece como a Escola de Frankfurt e exerceu influência também no campo do turismo, sendo Louis Turner e John Ash, seus representantes mais notórios. Segundo os quais o denominado turismo de massas e a indústria que o gera manipulam e exploram as pessoas, trabalham com indivíduos alienados nos países emissores, levam todo mal às sociedades receptoras e nada de bom do que existe nos países desenvolvidos. De acordo com esses autores, o turismo de massas sempre destrói o meio ambiente, contribui para o desaparecimento dos usos e costumes das comunidades receptoras e impede o desenvolvimento dos povos.</p>

Fonte: ACERENZA (2002). Adaptado pela autora.

As diferentes maneiras de visualizar o turismo, fruto de princípios ideológicos e filosóficos, não podem se generalizar porque não são mais do que interpretações particulares do fenômeno e não dão resposta às duas grandes interrogações: o que é e,

como consequência, o que significa o turismo para a sociedade como um todo? (ACERENZA, 2002).

Fica evidente a necessidade de conceituação dessa atividade dentro de uma definição geral, que permita identificar suas características essenciais que a diferencie de outras atividades tentando evitar cair em julgamentos parciais. Uma das maneiras é tentar explicar o fenômeno mediante a etimologia da palavra.

Vários autores afirmam que os termos *turismo* e *turista* originam-se das palavras francesas *tourisme* e *touriste*. No entanto, a língua portuguesa adotou os termos *turismo* e *turista* através do inglês e não diretamente da matriz francesa.

A definição proposta pela Organização Mundial de Turismo – OMT (2001) descarta a consideração do turismo exclusivamente como uma atividade vacacional, acentuando que a característica mais relevante é a mobilidade das pessoas:

Turismo são as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e (estâncias) a lugares diferentes de seu contexto habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de ócio, por negócio e outros motivos. (OMT, 2001).

Essa definição se ajusta em função da evolução da atividade em questão e segundo alguns elementos que, em algum momento, são convenientes destacar.

As primeiras descrições e conceituações sobre o fenômeno turístico surgiram em no final do século XIX e início do século XX. Uma definição que Acerenza defende (mas não faz referência), é de Guyer (1905), a qual sugere que:

Turismo, no sentido moderno da palavra, é um fenômeno dos tempos atuais, baseado na crescente necessidade de recuperação e mudança de ambiente, no conhecimento e na apreciação da beleza dos cenários, no gozo do contato com a natureza e é, em particular, produto da crescente fusão das nações e países da sociedade humana, como resultado do desenvolvimento do comércio, da indústria e dos mercados e do aperfeiçoamento dos meios de transporte. (ACERENZA 2002, p. 31).

Esse conceito possibilita a formação de uma idéia sobre o fenômeno turístico, mas não satisfaz aos especialistas.

Na Espanha, Luis Fernando Fuster (1973), define turismo:

Turismo é, de um lado, conjunto de turistas; do outro, os fenômenos e as relações que esta massa produz em consequência de suas viagens. Turismo é todo o equipamento receptivo de hotéis, agências de viagens, transportes, espetáculos, guias-intérpretes que o núcleo deve habilitar para atender às correntes

(...). Turismo é o conjunto das organizações privadas ou públicas que surgem para fomentar a infraestrutura e a expansão do núcleo, as campanhas de propagandas (...). Também são efeitos negativos ou positivos que se produzem nas populações receptoras. (FUSTER, 1974 in: BARRETO, 2001).

Essa definição é abrangente e possui em seu conteúdo elementos que demonstram que o turismo é um fenômeno de longo alcance na sociedade contemporânea.

Nos Estados Unidos, Donald Lundberg (1974), ensina turismo como sendo:

O turismo é uma atividade de transporte, cuidado, alimentação e entretenimento do turista; tem um grande componente econômico, mas suas implicações sociais são bem mais profundas... Estimula o interesse no passado, na arquitetura e na arte... (LUNDBERG, 1974 in: BARRETO, 2001).

Essa abordagem considera a economia um fator importante no turismo, mas não o principal, da ênfase às decorrências do fenômeno turístico e suas implicações sociais. Os deslocamentos espaciais são decisivos. Sem viagens de ida e volta não se pode pensar em relações turísticas e em temporalidade, fenômeno que faz a importância da estada em lugares da moradia habitual dos que visitam o lugar. Apesar dessas considerações, considera o fenômeno social relevante.

Na Espanha, J.I. Arrillaga (1976), assim entende turismo:

O turismo é o conjunto de deslocamentos voluntários e temporais determinados por causas alheias aos lucros; conjunto de bens, serviços e organização que determinam e tornam possíveis estes deslocamentos e as relações e fatos que entre aqueles e os viajantes tem lugar. (ARRILAGA, 1976).

Embora ainda muitos círculos vejam o turismo apenas como “a indústria de viagens e prazer” trata-se de algo mais complexo do que um simples negócio ou comércio.

No México, Miguel Angel Acerenza (2002), definiu turismo da seguinte forma:

Turismo definitivamente é uma atividade que tem lugar dentro do tempo livre, que está inserida nas do ócio e que, como tal, contribui para a melhora da qualidade de vida da população, uma vez que esta tenha conseguido satisfazer suas necessidades mínimas de subsistência e alcançado boas condições de saúde, moradia e educação. (ACERENZA, 2002).

Na sociedade moderna o estudo do tempo livre adquire uma dimensão muito mais ampla. Portanto, os conceitos mais recentes contemplam o ócio nas definições sobre turismo.

O turismo é uma amálgama de fenômenos e relações, fenômenos estes que surgem por causa do movimento de pessoas e sua permanência em vários destinos. Há no turismo um elemento dinâmico – a viagem – e um elemento estático – a estada. (BARRETO, 2001).

Uma das mais modernas e recentes definições é de Oscar de La Torre (1992), no México, que define:

Turismo é um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, descanso, cultura ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural. (DE LA TORRE, 1992 in: BARRETO, 2001).

Turismo é um produto relacionado, essencialmente, ao deslocamento de pessoas e tem por objetivo o planejamento composto da combinação de bens e serviços, aos indivíduos fora de suas residências habituais.

As estatísticas sobre o número de pessoas que passaram a fazer turismo em seu tempo ocioso ou tempo de lazer, aumentam a cada dia.

Mesmo quando levamos em consideração que viagem não é a mesma coisa que turismo (turismo inclui a viagem apenas como uma parte), havendo viagens que não são de turismo. Podemos exemplificar: viagens de estudo, viagens de negócios, viagens para visitar parentes em datas especiais, como bodas, doenças, mortes, podem ser mais que um prazer, compromissos sociais.

Dessa maneira, mesmo que as pessoas viagem por motivos alheios ao turismo na grande parte das ocasiões utilizam os mesmos serviços que os turistas. Congressos e eventos similares podem também organizar esquemas de atendimento turísticos aos acompanhantes dos participantes.

Seja a viagem tomada em sua dimensão histórica e sociológica, seja ela uma metáfora para pensar a própria cultura ou o trabalho intelectual, a idéia das viagens não se esgota. As possibilidades de interpretações que tais temas podem oferecer encontram-se exemplificados no texto a seguir:

“Nômade não é necessariamente alguém que muda de lugar: há viagens estacionárias: viagens em intensidade e, mesmo os nômades históricos, não são os que se mudam, como os migrantes, mas na realidade os que não se mudam e que começam a nomadizar para permanecer no mesmo lugar, ao mesmo tempo em que fogem dos códigos”. (LUCHIARI, 2001, p.78).

1.4 – A INVESTIGAÇÃO EM TURISMO

Existe atualmente uma preocupação em definir algumas tendências do ensino e da pesquisa, tanto na área do turismo como em outras, que podem ser restringidas a três conceitos básicos: pluridisciplinaridade ou multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. A medida em que as disciplinas vão cooperando e coordenando entre si, podemos explicar melhor esse conceito.

Uma *disciplina* requer um corpo teórico para que possa ser ensinada. O turismo como *objeto de estudo* se constitui em um núcleo no qual as diferentes disciplinas se entrelaçam.

Entende-se por abordagem transdisciplinar a integração das relações interdisciplinares de maneira global, de modo que a tendência é o desaparecimento das fronteiras entre as disciplinas. (DENCKER, 1998).

Embora interdisciplinaridade e multidisciplinaridade não sejam sinônimas, habitualmente são usados como se fossem.

Essa abordagem merece atenção e vários estudiosos discutem essas posições. A Faculdade Técnica de Sidney (Austrália), defende que a aproximação ortodoxa para a educação na área de turismo (estudos multidisciplinares), tornou-se um entrave para seu desenvolvimento, e propõe que uma nova disciplina seja criada, a partir dos conhecimentos atuais sobre turismo, para que se torne um núcleo do qual haveria uma aproximação interdisciplinar. Esses termos traduzidos para o português seriam entendidos como: “teorologia”, “turismologia” e “ciências sociais da viagem”. Haja vista as dificuldades encontradas para tal abordagem, usam-se os modelos multidisciplinares ou interdisciplinares, por se adequarem melhor aos padrões institucionais já existentes.

Estudar o turismo implica em pensar de forma interdisciplinar, compreender em profundidade as causas e os efeitos das mudanças que se processam no desenvolvimento da atividade em todas as suas dimensões.

Para a Organização Mundial de Turismo – OMT (2001), a característica mais relevante do turismo é o movimento das pessoas.

Essa opinião se ajusta e é resultante em função da evolução que a atividade turística exerce sobre alguns elementos que, dependendo do momento histórico em que se inserem, e se modificam conforme os paradigmas vigentes em cada época.

O lazer entendido como um ideal clássico de ócio, antes situado em um campo distinto do trabalho, apontando para a necessidade de trabalhar, desaparece ao longo da história, diante da industrialização e dos avanços tecnológicos. Hoje, mede-se o lazer, freqüentemente pelo número de horas da jornada do trabalho, utilizando-se da falsa máscara do ideal do ócio. Cria-se assim um mito de liberdade em relação ao tempo.

Quando as pessoas estão “livres” do trabalho, acabam realizando em seu “tempo de liberdade”, atividades que, na verdade, nada tem de “livres”, tais como: ir à academia, ao supermercado, ao médico e, até mesmo, acabam por se ocupar com um segundo emprego. Pode-se perceber, a qualquer momento do cotidiano, como praticamente ninguém parece conseguir fruir, plenamente, da liberdade da necessidade de estar ocupado. (BRUHNS, 2003).

Da mesma forma com que o lazer e o ócio modificam-se através dos tempos históricos e interferem particularmente nas dimensões da evolução do turismo, as literaturas turísticas desenvolvem seus estudos com plataformas ou abordagens que também evoluíram cronologicamente.

Convém salientar que embora as abordagens tenham evoluído com o passar do tempo, uma leva a outra e todas coexistem atualmente.

Para facilitar o estudo da literatura técnico-científica do turismo foram agrupadas em diferentes abordagens, “plataformas”, apresentadas no Quadro 4.

QUADRO 4: Plataformas de estudo do turismo.

PLATAFORMAS
DEFESA OU ADVOCATÍCIA: O BOM TURISMO
Iniciou nas primeiras décadas do século passado, mas somente após a segunda Guerra Mundial desenvolveu-se, objetivando utilizar o turismo para reconstruir a economia de alguns países. Seu estudo caracteriza-se pela abordagem do turismo tanto pelo seu aspecto econômico quanto sociocultural: gera empregos, tem efeito multiplicador, preserva o meio ambiente natural e artificial, revive tradições...
ADVERTÊNCIA OU DE PRUDÊNCIA: O MAU TURISMO
Iniciou nos anos 60, do século passado, como contestação à abordagem de defesa, através do resultado de pesquisas nos EUA e em outros países. Estuda as questões negativas, econômicas ou não: gera empregos sazonais e não-especializados, destrói as formações naturais e a paisagem, quebra a estrutura das comunidades receptoras.
ADAPTAÇÃO: COMO PRATICAR O TURISMO
Iniciou a partir dos debates sobre os impactos positivos e negativos do turismo. Seu estudo defende que alguns tipos adaptados ou alternativos de turismo causam menos impactos do que outros podem centralizar-se na comunidade receptora, utilizando recursos locais. Também chamados: turismo nativo, apropriado, alternativo, sensível, rural, suave, pequena escala, controlado, verde...
CONHECIMENTO CIENTÍFICO OU BÁSICO: O POR QUE DO TURISMO.
Iniciou através do estudo do turismo como um todo, porque concluiu que as abordagens anteriores são parciais. Estuda suas funções, relações e estruturas podem resultar construções teóricas e práticas. Seu discurso defende abordagem holística do turismo, e a formação de um corpo de conhecimento científico: estudando sistematicamente sua estrutura, suas funções em âmbito das pessoas, dos grupos, das empresas, dos governos e dos sistemas...

Fonte: REJOWSKI (1998), elaborado pela autora.

Esse último tipo de estudo – “plataforma do conhecimento” da ênfase ao enfoque dos atores envolvidos e a relação entre eles, constitui o estudo menos desenvolvido, e o que a ciência social deve abraçar, não só para constituir um saber acadêmico puro, mas também para contribuir para o planejamento do turismo em benefício da sociedade como um todo, inclusive dos turistas, que, conforme tendências mais comuns na academia, são os grandes “vilões” da história. (LUCHIARI, 2001).

A Organização Mundial de Turismo - OMT, afirma que o turismo não se constitui ciências sociais, entendidas com corpo e doutrina metodicamente ordenado. Mas sim o turismo é uma disciplina, em desenvolvimento na qual convergem as maiorias das ciências sociais consolidadas, porque, uma de suas características é a multidisciplinaridade.

Não apenas os elementos do turismo estão interligados, mas também podemos ver que essa atividade está intimamente relacionada com outras atividades e conceitos. É, portanto, um erro considerar o turismo de forma isolada dessas outras atividades. Por exemplo, a maior parte do turismo que acontece pelo mundo é uma atividade de lazer, sendo importante situá-lo no espectro de atividades de lazer.

Entre as várias disciplinas ligadas à investigação e pesquisa turística destacamos para nosso estudo a ecologia porque se encontra ligada ao turismo principalmente no que tange a exploração dos recursos turísticos naturais. Seu estudo abrange a sustentabilidade: utilização dos recursos, os impactos ambientais, o esgotamento dos recursos, a capacidade de recuperação dos mesmos, e implica numa visão ambiental no momento de planejar e planificar o turismo para que as gerações futuras possam, também, usufruir desses recursos.

Percebe-se cada vez mais o estudo do turismo despertando o interesse de várias áreas do conhecimento no meio acadêmico de algumas poucas disciplinas para outras das ciências humanas e sociais; destas para disciplinas das ciências exatas e naturais. (REJOWSKI, 1998).

Sob esse aspecto, Beni (1990) concorda e expressa que a melhor maneira de estudar o turismo é através da visão sistêmica e esclarece:

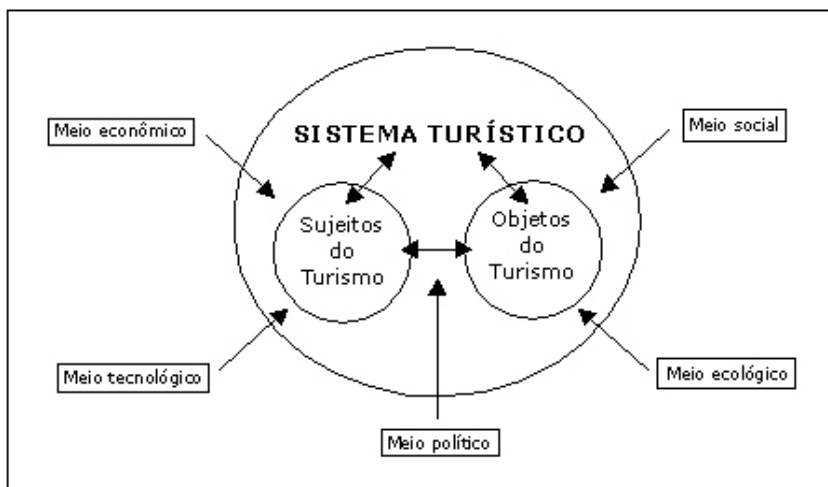
“Exatamente como outro sistema, o Sistur (Sistema de Turismo) tem necessidade de intervenções ágeis e especializadas, através de estratégias planejadas, para mantê-lo em estado de operação otimizado. Permite, ainda, o processamento de pronta recuperação de dados e informações necessárias para várias integrações (...). Finalmente, o Sistur instrumentaliza o estudioso, dando-lhe meios para utilizar matrizes de relação entre funções do turismo e operadores de sistema, convergentes para a adoção de modelos matemáticos que, além de serem inovadores, constituem-se em verdadeiros precursores de uma abordagem e de uma investigação rigorosamente científica do turismo”. (BENI, 1990, p. 34).

As conceituações etimológicas ou funcionais, utilizadas entre pessoas ou instituições ligadas ao setor turístico, não englobam toda a extensão do fenômeno que pretendem abranger. Há necessidade de estudos e esclarecimentos maiores acerca da própria estrutura do fenômeno.

O fato de o turismo encontrar-se ligado, praticamente, a quase todos os setores da atividade social humana é a principal causa da grande variedade de conceitos, todos

eles válidos enquanto se circunscrevem aos campos em que é estudado. A Figura 3 demonstra a dinâmica do enfoque sistêmico.

FIGURA 3: Enfoque sistêmico.



Fonte: Rodrigues, 1997.

A conceituação do Turismo não pode ficar limitada a uma simples definição, pois que este fenômeno ocorre em distintos campos de estudo, em que é explicado conforme diferentes correntes de pensamento, e verificado em contextos vários da realidade social. (BENI, 2002).

O turismo não é uma técnica nem ciência com autonomia e independência, pois utiliza constantemente princípios, recursos e conclusões de ciências e técnicas dos mais variados ramos da atividade humana. Não possui sistemática própria. O objeto do conhecimento específico de seu setor não lhe pertence, pois se forma a partir de um conjunto de objetos de outras ciências e técnicas comuns a atividades de outros campos ou especialidades.

Ainda que alguns conceitos apontados não possam ser considerados definição propriamente dita, é relevante dizer que na maioria dos casos, mais de um país se viu obrigado a usar um ou mais deles com o propósito de esclarecer a aplicação de certos procedimentos de natureza administrativa ou migratória.

Se fossemos considerar apenas a funcionalidade do processo turístico, seriam fáceis as conceituações corretas e a compreensão simples de seus vários aspectos. Mas há os elementos humanos, que é sujeito do turismo, seu autor e agente. Portanto torna-se

relevante a análise ou identificação da pessoa humana em situação de turista, excursionista ou visitante. Existem diferenças formais, que serão apresentadas a seguir.

1.5 - O TURISTA

O turismo não existe sem o turista. É, portanto, uma forma particular de uso do tempo livre, uma forma especial de recreação e não inclui, portanto, todas as formas possíveis de recreação, embora possa estar relacionado também com outro tipo de atividade. (ACERENZA, 2002).

Ainda que busquemos definições abrangentes de turismo, os turistas são, na prática, um grupo heterogêneo, com personalidades, demografias e experiências diferentes.

Usualmente a palavra *turista* significa pessoa que viaja para recrear-se. Tecnicamente seu significado é discutível, pois enquanto sua definição é *restritiva* seu alcance é *amplo*.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), em 1963, definiu turista:

Visitante temporário, que esteja fora de casa e no país visitado pelo menos 24 horas, e os motivos da viagem possam ser agrupados em: lazer, férias, estudo, religião, esporte, negócios, família, trabalho reunião. (Organização Mundial de Turismo - OMT, 2001).

Para uma melhor compreensão, é interessante recorrer a uma tipologia. Uma tipologia esclarecedora que Schmeil (1994) apresenta é a de Valene Smith (1980), demonstrada no Quadro 5. De acordo com ela, existem sete tipos de turistas: são os exploradores, a elite, o fora de padrão, o não usual, o de massa incipiente, o de massa e o *charter*. (SMITH, 1980 in: SCHMEIL, 1994).

QUADRO 5: Tipologia dos turistas.

TIPOS DE TURISTAS	CARACTERÍSTICAS
Turistas Exploradores	Buscam novos conhecimentos e são em número bastante reduzido. São semelhantes aos antropólogos, vivendo ativamente como observadores participantes de suas populações. Acomoda-se facilmente às normas locais.
Turistas de Elite	São em número também pequeno. Diferem dos exploradores, por estarem excursionando auxiliados por um guia turístico. Adaptam-se às normas locais, mas em tempo reduzido.
Turista Fora do Padrão	É aquele que procura estar longe das multidões turísticas, e também procura aumentar a excitação de suas férias com alguns acontecimentos fora do normal. Em geral, se adapta bem a acomodações simples.
Turistas Não Usuais	São aqueles que fazem viagens organizadas em pacotes turísticos que incluem visitas rápidas a comunidades mais exóticas, sempre bem equipadas, com alimentos, barco a motor, remédios, etc.
Turistas Massa Incipiente	São em números razoáveis. Viajam individualmente, ou em pequenos grupos. Buscam regiões mais populares, onde possam encontrar boa educação ocidental. Adaptam-se pouco a regiões menos ocidentalizadas.
Turistas de massa	Em geral são em grande número e costumam invadir determinados locais e se amontoar em hotéis. Esse tipo de turismo é construído sobre valores e recursos das classes médias. Seu impacto é alto. Exigem boa educação ocidental como, por exemplo, treinamento multilingüístico e organização dos empregados dos hotéis.
Turistas Charter	São aqueles que chegam em massa, usam etiquetas para identificação, estão em ônibus numerados e hospedam-se em hotéis ocidentalizados. O destino para eles pouco importa.

Fonte: Adaptado pela autora, baseado em Schmeil (1994).

Quanto menor a adaptação do turista às normas culturais das localidades que visita, maior é o impacto que ele produz sobre elas. (SCHEIMEL, 1994, p. 30). E as estatísticas sobre o número de pessoas que passaram a fazer turismo em seu tempo ocioso ou tempo de livre, aumentam a cada dia.

Num mundo que bipa, trina, brilha... ao ruído das tecnologias, tanto no sentido literal como no figurado podemos efetivamente nos isolar dos seres humanos, uns dos

outros, da natureza, e de nós mesmos... não é de admirar que as pessoas estejam à procura de um sentido para a vida. (NAISBITT, 1999).

Talvez esse sentido esteja representado pelas estampas multicoloridas de cartões postais, vendendo sol e mar, fazendo chamamento para que venham conhecer lugares onde promessas de um paraíso perdido, o qual, os turistas irão encontrar.

As pesquisas revelam que 72,03% dos turistas que chegam a Ilha de Santa Catarina buscam esse paraíso. Suas vindas são motivadas pelas belezas naturais.

Porém, quando chegam se tornam disputados ou rejeitados pelas destinações e sua população nativa.

O turista é, assim, sujeito de um sentimento ambíguo de aceitação/rejeição; no imaginário coletivo de cada grupo social, ele é visto diferente. Para alguns, vive-se graças a ele; para outros, vive-se mal por culpa dele.

1.6 – OS BENEFÍCIOS E OS PROBLEMAS DO TURISMO PARA AS COMUNIDADES LOCAIS.

Se for cuidadosamente planejado, ordenado, e gerenciado, o turismo pode levar benefícios substanciais às comunidades locais. Entre alguns dos **benefícios potenciais** da atividade turística a Organização Mundial de Turismo - OMT (2003), destaca:

➤ Benefício especialmente importante é a geração de novos empregos através do turismo. O turismo, em particular, pode empregar jovens, mulheres e grupos de minorias étnicas locais. Os empregos no turismo são oferecidos não apenas diretamente em hotéis, restaurantes e outros empreendimentos turísticos, mas também nos setores da oferta, como a agricultura, a pesca, o artesanato e a manufatura. Em áreas economicamente enfraquecidas, os empregos oferecidos pelo turismo podem reduzir a emigração de jovens, que saem em busca de trabalho em outros lugares.

➤ O desenvolvimento turístico pode estimular o estabelecimento de empreendimentos turísticos locais. Estes oferecem oportunidades de investimentos de capital local, empregos, rendas, lucros (gerados pelos empreendimentos),

desenvolvendo de forma geral, um senso de empresariado que talvez ainda não existisse na área.

➤ O aumento da renda gerada pelos novos empregos e empreendimentos no turismo resulta na melhoria dos padrões de vida local. Se os empreendimentos comerciais forem de propriedade e gerenciamento locais, é também provável que os lucros por eles obtidos permaneçam na área.

➤ O turismo gera rendimentos de impostos locais que podem ser utilizados para melhoria de instalações, serviços de infra-estrutura da comunidade, tais como, escolas, clínicas médicas, bibliotecas, parques, instalações recreacionais e estradas.

➤ Os empregados do setor turístico aprendem novas habilidades e tecnologias, como o uso do computador, as quais ampliam o desenvolvimento dos recursos humanos locais. Algumas dessas habilidades e tecnologias são transferíveis a outras atividades econômicas.

➤ O turismo exige a implantação de uma infra-estrutura adequada: estradas, abastecimento de água, energia elétrica, gerenciamento de esgoto e telecomunicações. Essa infra-estrutura também pode ser projetada para servir às comunidades locais de forma que elas se beneficiem com suas melhorias. O desenvolvimento turístico pode auxiliar no pagamento dos custos de ampliação da infra-estrutura.

➤ O turismo pode propiciar novos mercados para produtos locais, como itens de agricultura e de pesca, artes e artesanato e artigos manufaturados, estimulando, por intermédio disso, outros setores econômicos do local. O desenvolvimento de instalações turísticas pode auxiliar no amparo à indústria de construção local.

➤ O turismo estimula a criação de instalações varejistas, recreacionais e culturais novas e melhoradas, como lojas de especialidades, e de bairros comerciais, parques, recreação, centros de cultura e teatros recuperados, que podem ser aproveitados tanto pelos residentes locais quanto por turistas. O turismo normalmente auxilia no pagamento de instalações e das atividades culturais, como as apresentações teatrais, com as quais as comunidades locais não poderiam arcar sem o turismo.

➤ A qualidade ambiental geral de uma área pode ser recuperada em consequência do turismo, pois os turistas preferem visitar lugares atrativos, limpos e não poluídos. Os padrões de uso da terra e de transportes também podem ser melhorados, já que o turismo age como um catalisador para o desenvolvimento de alguns lugares.

➤ O turismo pode servir de justificativa e auxiliar no pagamento da conservação das áreas naturais locais, dos sítios arqueológicos e históricos, das artes, do artesanato e de determinadas tradições culturais, pois são esses pontos que atraem os turistas. Por essa razão, precisam ser mantidos, e em muitos casos, ampliados, para que se consiga um turismo próspero e sustentável.

➤ O turismo encoraja a formação da consciência ambiental e do senso de identidade cultural dos residentes, ao verem que os turistas desfrutam do patrimônio natural, histórico e cultural do local. É comum aos residentes desenvolverem senso de orgulho renovado em relação ao seu patrimônio quando percebem que os turistas o apreciam. Sob esse ponto de vista, o turismo pode vir a estimular a revitalização de determinados aspectos do patrimônio cultural que, de outra forma, estão sendo perdidos devido às forças de desenvolvimento moderno.

Quando os turistas gastam dinheiro, eles criam uma reação em cadeia que produz benefícios econômicos adicionais. Comerciam com empresas que adquirem ofertas e serviços do local e de outros lugares. A empresa, por sua vez, adquire ofertas e serviços necessários para sua operação e, através de sucessivos círculos de aquisição, as despesas diretas e iniciais dos visitantes espalham e multiplicam-se por toda a economia local e regional.

Sem o devido planejamento, desenvolvimento e gerenciamento, porém, o turismo pode resultar em problemas para a área local.

Alguns desses **problemas potenciais** são:

- Congestionamento de trânsito e de pedestres e os níveis excessivos de ruídos podem ser uma consequência do desenvolvimento turístico desenfreado. Encontrar estacionamentos apropriados para veículos pode vir a ser um problema em áreas turísticas.

- A poluição do ar pode ser gerada pelo uso excessivo de veículos com motor de combustão interna por turistas e operadoras de viagens. A construção e instalações turísticas podem, por um determinado tempo, provocar a poluição do ar.
- A poluição das águas de superfície e subterrâneas pode ser consequência do descarte e do tratamento precários do esgoto e dos resíduos sólidos. O descarte inadequado dos resíduos sólidos também pode contribuir para a propagação de vermes e doenças.
- As áreas turísticas podem perder seus atrativos devido ao *design* inadequado das instalações turísticas, à sinalização publicitária feia e ao lixo jogado no chão por turistas.
- Atrativos turísticos importantes, tais como museus, teatros e parques, podem acabar sendo muito freqüentados pelos turistas, fazendo com que os residentes locais não tenham um acesso conveniente a esses pontos, um problema que leva os residentes à indignação em relação ao turismo.
- A falta de controle na visitação a parques naturais, sítios arqueológicos e históricos, pode levar esses locais a deterioração. A observação incorreta da vida selvagem, por exemplo, pode ocasionar o rompimento dos padrões normais de comportamento e de reprodução dos animais. As pichações, o vandalismo e a remoção ilegal de itens para serem utilizados como suvenires pode espoliar sítios arqueológicos e históricos.
- Pode haver degradação do patrimônio natural e cultural local e perda do senso de identidade cultural caso haja a comercialização e a modificação indevidas das artes, do artesanato e das tradições locais. A imitação de alguns padrões de comportamento dos turistas, por parte dos jovens do local, pode acarretar a perda de valores e tradições culturais locais.
- A geração de benefícios econômicos às comunidades e aos residentes locais pode ser limitada caso muitas pessoas de fora estejam empregadas no turismo e os

empreendimentos turísticos sejam, em sua maioria, de propriedade ou administrados por pessoas de fora. Haverá também perda econômica se a maioria dos produtos utilizados no turismo for importada de outra região, embora a importação de mercadorias e serviços possa ser necessária em alguns lugares que disponham de poucos recursos locais.

Sem o devido planejamento, ordenação e gerenciamento, o turismo pode resultar em congestionamento, poluição, além de outros problemas ambientais. Através de um planejamento, uma ordenação e um gerenciamento cuidadosos, os benefícios do turismo podem ser maximizados e seus problemas minimizados. Entretanto, como em qualquer tipo de desenvolvimento, e o turismo não é exceção, algumas incertezas são inevitáveis.

CAPÍTULO II

TÓPICOS SOBRE SUSTENTABILIDADE, AMBIENTALISMO E TURISMO SUSTENTÁVEL

**Nós não herdamos
a terra de nossos
antepassados, mas a
tomamos emprestado
de nossos filhos.**

**Chefe Seattle
1855**

2 – CONCEITOS ACERCA DE SUSTENTABILIDADE

O termo “sustentável” passou a ser usado freqüentemente nos últimos 20 ou 30 anos, mas as idéias que o amparam, nasceram nos modelos mais remotos de planejamento urbano. Talvez, as primeiras tentativas de se alcançar o desenvolvimento sustentável tenham sido as cidades e as metrópoles que foram planejadas pelos romanos. Muitos sistemas agrícolas tradicionais, também estavam baseados no princípio da sustentabilidade.

Porém, aumento nas horas de trabalho, invenções tecnológicas, pressões populacionais, mudanças sociais e econômicas, conduziram ao crescimento da indústria e à urbanização. Os agricultores, pressionados, maximizaram a produção de alimentos ao curto prazo. Os problemas não tardaram... E resultaram em iniciativas privadas e estatais. O processo de industrialização não se adapta a considerações generalizantes devido a enorme gama de variabilidade e ao descompasso temporal, não apenas na Europa, mas também nas áreas periféricas do Ocidente de capitalismo retardatário como o Brasil: em São Paulo, a industrialização – qualitativa e quantitativamente – é um processo datado tradicionalmente por volta de 1890.

Na Inglaterra, porém, o processo data de meados do século XVIII, aproximadamente em 1760. É justamente por isso que Londres, sofrendo as transformações provocadas pela industrialização, apesar de não ser uma cidade industrial, reflete a imagem opressora da vida urbana e a nostalgia imaginária do campo, da vida rural sempre rodeada de belas e idealizadas paisagens, da necessidade de evasão. Trigo (2001) cita um poeta londrino como exemplo:

Não vejo bosque verde, fonte pequenina,
 Nem ribeirão descendo a encosta da colina.
 Para onde quer que eu volte os olhos curiosos
 Vejo fileiras de tijolos malcheirosos
 E monturos mal cheirosos que apodrecem,
 Nos quais os porcos buscam abrigo e se aquecem.
 Se em qualquer lugar aonde se vá só se vêem
 Imagens que vejo cá no beco também,
 Se ruído e pó não inspiram idéias serenas
 E as diligencias ainda mais enfeiam a cena,
 Por que buscar a musa em sítios tão ingratos?
 Fico em casa a escrever e poupo meus sapatos.

(Charles Jenner, séc. XVIII).

O poeta, nada mais via senão os aspectos negativos de uma grande concentração urbana em transformação: materiais de construção, lixo, mesmice, barulho, poluição do ar, tráfego, indistintamente distribuídos por todo o sítio urbano. (TRIGO, 2001).

A industrialização transformou a economia, a sociedade e o meio ambiente natural. Se ela não fosse controlada, o processo poderia destruir o meio ambiente físico, e conseqüente qualidade de vida insatisfatória para a população. Essa tendência estava no centro do desenvolvimento dos primeiros sistemas de planejamento urbano regulados por leis na Europa, os quais datam do final do século XIX e início do XX. (SWARBROOKE, 2000a).

Após a Segunda Grande Guerra, uma nova ordem mundial se estabelecia e com ela novas formas de planejamento. Entre 1945 e a década de 70, desenvolveram-se sistemas burocráticos de planejamento do uso da terra nos países desenvolvidos e alguns analistas podem argumentar que o planejamento falhou. Seus argumentos baseiam-se em que o mercado deixado por conta própria levaria, finalmente, ao desenvolvimento sustentável. Convém salientar que essa é uma posição da minoria dos analistas.

O Quadro 6 apresenta as decisões da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD (1988), também conhecida como Comissão Brundtland. Define desenvolvimento sustentável como sendo:

QUADRO 6: Desenvolvimento sustentável segundo CMMAD.

Aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades.
... Tipo de desenvolvimento capaz de manter o progresso humano não apenas em alguns lugares e por alguns anos, mas em todo o planeta e até um futuro longínquo. Assim o “desenvolvimento sustentável” é um objetivo a ser alcançado não só apenas pelas nações em desenvolvimento.
... No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve por em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na terra: a atmosfera, as águas, os solos, os seres vivos.
... A terra não deve ser deteriorada além de um limite razoável de recuperação. No caos dos minerais e dos combustíveis fósseis, é preciso dosar o índice de esgotamento e a ênfase à reciclagem e no uso econômico, para garantir que o recurso não se esgote.
... É também, um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender as necessidades das gerações futuras.

FONTE: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CMMAD – (1988) Adaptado pela autora.

Ignacy Sachs (1993) faz a seguinte descrição para Desenvolvimento Sustentável:

O processo que melhora as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeita os limites e a capacidade de cargas dos ecossistemas.

Três critérios fundamentais devem ser obedecidos simultaneamente: equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica.

... é um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, embora de mudança mais lenta, em que:

- a) A vida humana pode continuar indefinidamente.
- b) Os indivíduos podem prosperar.
- c) As culturas humanas podem ter uma dimensão essencial.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável entendido pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988) como sendo:

Um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas. (CMMAD, 1988).

Temos pela primeira vez na história da humanidade, um conceito que tenta dar uma resposta integral para os problemas do desenvolvimento, da ecologia, da pobreza, da distribuição das riquezas e das sociedades civis, sendo aceito por todas as correntes políticas, éticas e geográficas. (RUSCHMANN, 2001).

Esse relatório rejeita o posicionamento do não crescimento dos países, principalmente os subdesenvolvidos, que não podem esperar pela implantação de políticas ambientais definitivas enquanto não tiverem atingido um nível de vida razoável para suas populações.

O conceito de sustentabilidade como pode ser observado, engloba claramente o meio ambiente, as pessoas e os sistemas econômicos.

Para a Comissão Brundtland, o desafio do desenvolvimento sustentável é trazer as considerações ambientais para o centro das tomadas de decisão econômicas, para o centro de planejamento futuro em todos os níveis: local, regional e global. Muitos dos problemas que enfrentamos hoje, como a contaminação tóxica, a chuva ácida, a fome, a disseminação de doenças transmissíveis, o tratamento inadequado dos esgotos e o excesso de lixo sólido industrial e residencial são resultados de decisões tomadas sem considerarem seus impactos nos recursos humanos e não humanos do meio ambiente.

A degradação do meio ambiente esteve sempre presente desde quando inicia a concentração populacional e das atividades humanas, aprofundou quando da implantação da indústria moderna (MONTIBELLER, 2001), e se intensificou enormemente, sobretudo, a partir dos anos 60. Nesta última fase, a degradação ambiental decorre, dentre outras razões, principalmente:

- da expansão vivida pelo capitalismo em sua denominada “idade do ouro”;
- do tipo de atividades industriais que se expandem no segmento metal mecânico e na química;
- da agropecuária industrializada.

O despertar da consciência ecológica coletiva se intensifica a partir dos anos 60 do século XX. A respeito desse aspecto nota-se que até então, as diversas atividades humanas sobre a natureza, no quadro do mundo capitalista, não haviam atingido uma situação crítica. O processo de industrialização intensificado a partir da referida data – a indústria permeando todas as esferas produtivas – torna-se altamente impactante sobre o meio ambiente. As mais diversas formas de poluição, a exploração dos recursos naturais, a concentração espacial das populações e das atividades produtivas, aumentaram a problemática ecológica e fez surgir na sociedade a preocupação com o futuro e com o presente do meio ambiente.

As comunicações globalizadas, com certeza, foram importantes nesse processo.

Há um marco histórico a dividir o período de preocupação social, quanto à degradação do meio ambiente. O primeiro, onde as inquietações não ultrapassavam a escala local; e os demais, que lhe seguem, nos quais a consciência ambientalista amplia-se largamente.

2.1 – DO AMBIENTALISMO MODERNO A SUSTENTABILIDADE

A industrialização crescente depois da Segunda Guerra Mundial, conduziu a um aumento significativo dos acidentes que envolvem substâncias perigosas.

Mas mais importantes manifestações relativas ao surgimento do moderno ambientalismo ocorrem a partir de 1970, resultado direto de manifestações culturais e políticas vividas durante os últimos anos da década de 60, os anos rebeldes.

Nesse contexto caótico, plural, rico e diversificado, o problema do meio ambiente (res)urge propondo articulações muito diferentes às tradicionais análises sobre a vida na terra, o consumo, a exploração dos recursos naturais, a qualidade de vida, a manutenção dos padrões de produção e a aquisição de bens, entre outros.

Desenvolve-se uma nova idéia: que é perfeitamente possível refletir, criticar, negar e substituir verdades, antes inquestionáveis, apresentadas pelos Estados e pelo poder, assuma ele a forma que assumir, subvertendo ordens muitas vezes profundamente prejudiciais à população e aos grupos ou “tribos”.

É dentro dessa conjunção revolucionária que se desenvolve a mentalidade ambientalista, que viria a proliferar-se, socializando-se.

Esta mentalidade alargaria seus contornos, antes restritos aos especialistas, e o ambientalismo passará a integrar vários conteúdos, abrangendo uma complexidade de conhecimentos, entendendo o ser humano como um elemento co-responsável, fundamental, para a sobrevivência física do planeta e da própria qualidade de vida.

Nesse panorama reinventa-se o poder, reinventa-se a maneira do fazer ciência, dos comportamentos, da espiritualidade, do sentir, do ensinar, da política, do pedir.

Sob essa ótica, desenvolve-se uma mentalidade ambientalista que compreenderá os pensamentos complexos, abrangentes, multicentrada, abarcando vários aspectos da vida contemporânea, permeando outras conjunturas e necessidades humanas, redesenhando a arquitetura do desejo humano de viver bem, ampliando o discurso sobre o meio, sobre as exigências e condições de qualidade de vida.

Ao defrontar-se com a relação entre a vida e a morte, através da limitação do uso dos recursos naturais – toda forma de poluição, fim dos recursos naturais – e a destruição absoluta, pela guerra nuclear, os humanos, no limite de sua sobrevivência física, redescobrem, quase instintivamente, a importância de saber viver. As preocupações com o que o cerca, ampliam-se, resgatando valores, que aparentemente, encontravam-se desaparecidos. E buscam mudanças nos paradigmas que determinam sua relação com o meio natural. (LUCHIARI, 2001).

No final dos anos 30 do século XX, existia uma euforia na comunidade científica internacional sobre o futuro. Aparentemente, todos os princípios científicos estavam bem estabelecidos e previa-se que o mais importante a fazer era aplicá-los ao desenvolvimento tecnológico para o bem-estar, riqueza e saúde das sociedades.

Em 1945, a explosão das bombas nucleares no Japão, alertou o mundo, seriamente sobre os perigos do uso descontrolado da ciência e da tecnologia. Depois da

utilização desenfreada e indiscriminada de pesticidas, freons, as descargas brutais de poluentes industriais para os mares, rios, lagos e atmosfera, e a acumulação de lixos tóxicos, enegreceram o panorama paradisíaco que se antevia.

Os anos 60 foram marcados pela publicação de livros que são considerados clássicos da literatura ambiental: “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson (1962), foi uma das obras mais polêmicas. A autora se propõe à utilização sensata da tecnologia e da ciência para prevenir desastres ambientais.

No ano de 1968, cientistas, educadores, e empresários de países desenvolvidos realizaram vários encontros de estudos, para discutir o futuro do planeta. Esse grupo ficou conhecido como “Clube de Roma”, e era dirigido por Dennis Meadows, chegaram a conclusões sobre a vida na Terra, e a discussão que mais haviam considerado era a de que o homem devia analisar a si próprio - seus objetivos e valores- tal como o fazia com relação ao mundo que procurava mudar.

A preocupação ambiental tornou-se mais severa nas décadas de 1970 e 1980, onde desastres ambientais alertaram para a adoção de legislação que visou à prevenção e o controle de tais acidentes: Seveso, no norte da Itália, em 10 de julho de 1976; Bhopal, na Índia em 03 de dezembro de 1984; Chernobyl, na Rússia (atual Ucrânia) em abril de 1986; Basiléia, na Suíça, em 1986. Embora em 1972, na cidade de Estocolmo, foi organizada a primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano, somente após os desastres ambientais, o movimento pelo meio ambiente ganhou crédito em todo o mundo, contribuindo com pesquisas científicas e influenciando currículos de escolas e universidades.

Em face da gravidade dos problemas ambientais identificados em todo planeta, a Assembléia Geral das Nações Unidas, indicou em 1983, a então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD). O objetivo dessa comissão era formular uma lista com as mudanças necessárias para que todo o mundo alcançasse um desenvolvimento sustentável até a virada do século.

Em 1986, na Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento em Ottawa, Canadá, o conceito desenvolvimento sustentável foi colocado como um novo paradigma e posteriormente, em 1987, publicado como “*Our Common Future*”, conhecido também como o Relatório Brundtland.

Esse relatório baseava-se na idéia de que “*nós não herdamos a Terra de nossos antepassados, mas a tomamos emprestado de nossos filhos*”.

Nesse documento encontra-se uma síntese do que poderia ser dito sobre desenvolvimento e os problemas ambientais do mundo contemporâneo.

A principal decorrência do Relatório Brundtland foi a realização da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente (UNCED) ou a Rio-92, também conhecida como ECO-92. Nessa conferência muitos debates e discussões gravitavam em torno do conceito de sustentabilidade.

O termo *desenvolvimento sustentável* difunde-se a partir dos anos 80. É uma expressão de influência anglo-saxônica, (*sustainable development*), utilizada primeiramente pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (correspondente em inglês IUCN), em alguns artigos por ela publicados.

Seria preciso construir um novo padrão de desenvolvimento, que buscasse atender aspectos sociais e ambientais. Surgiu o termo ecodesenvolvimento, que mais tarde foi substituído (no movimento ambientalista) por desenvolvimento sustentável.

A palavra ecodesenvolvimento foi introduzida por Maurice Strong, secretário geral da Conferência de Estocolmo-72 e largamente difundida por Ignacy Sachs, a partir de 1974. Ela significa o desenvolvimento de um país ou de uma região, baseado em suas próprias potencialidades, portanto endógeno, sem criar dependência externa, tendo por finalidade harmonizar os objetivos sociais e econômicos de desenvolvimento com uma gestão prudente dos recursos e do meio.

Esta abordagem coloca em igualdade os aspectos sociais, ambientais e econômicos. E possui uma posição ética fundamental: o desenvolvimento voltado para as necessidades sociais mais prementes que dizem respeito à melhoria da qualidade de vida da população, apresentados no Quadro 7.

QUADRO 7: Pressupostos do ecodesenvolvimento.

Solidariedade Sincrônica	Comprometimento com os povos atuais, na medida que desloca o enfoque da lógica da produção para a ótica das necessidades fundamentais da população.
Solidariedade Diacrônica	Fundamentada na economia de recursos naturais e na perspectiva ecológica para garantir possibilidade de qualidade de vida às próximas gerações.

FONTE: Ignacy Sachs (1993). Adaptado pela autora.

Quando comparamos os componentes do Desenvolvimento Sustentável, contidos na CMMAD (1988) e demonstrados anteriormente na Tabela 6, às dimensões

de Ecodesenvolvimento elaboradas por Ignacy Sachs, um dos autores mais conhecidos na literatura ambiental, apresentados a seguir no Quadro 8, percebemos identidade entre eles.

Sachs (1993) propõe crescimentos ambientalmente prudentes, sustentáveis, socialmente responsáveis, voltados para qualidade de vida, de grau superior e equitativamente distribuídos. Afirma que ao planejar o desenvolvimento, devemos considerar simultaneamente cinco dimensões. (SACHS, 1993). Só conseguiremos ecodesenvolvimento se contemplarmos essas possibilidades expostas no Quadro 8.

QUADRO 8: As cinco dimensões do desenvolvimento sustentável.

DIMENSÕES e PROPOSTAS	OBJETIVOS
<p>Sustentabilidade Social</p> <p>Fomentar a criação de postos de trabalho. Permitir renda individual. Qualificação profissional. Produção de bens dirigidos às necessidades sociais básicas.</p>	Para que sejam diminuídas as desigualdades sociais.
<p>Sustentabilidade Econômica</p> <p>Investimentos públicos e privados em permanente fluxo. Cooperativismo. Manejar com eficiência os recursos. As empresas devem absorver os custos ambientais. Contar com o meio endógeno. Criatividade.</p>	Para que o aumento da produção e a riqueza social não criem dependência externa.
<p>Sustentabilidade Ecológica</p> <p>Respeitar os ciclos ecológicos dos ecossistemas. Prudência ao usar os recursos naturais não-renováveis. Reduzir os gastos energéticos. Aumentar a conservação de energia. Usar tecnologias e processos produtivos com baixo índice de resíduos. Cuidados ambientais.</p>	Para que a melhoria da qualidade do meio ambiente e a preservação das fontes de recursos energéticos e naturais sejam repassadas para as gerações futuras.
<p>Sustentabilidade Espacial</p> <p>Desconcentrar espacialmente tanto as atividades quanto as populações. Democratizar /desconcentrar o poder local e regional. Equilibrar a relação cidade/campo.</p>	Para que sejam evitadas as aglomerações.
<p>Sustentabilidade Cultural</p> <p>Adaptar as soluções a cada ecossistema. Respeitar a formação cultural comunitária.</p>	Para que sejam evitados conflitos culturais.

FONTE: Baseado em Ignacy Sachs (1993). Adaptado pela autora.

Sachs (1993), defende que o Relatório percebe a necessidade de maior crescimento econômico com formas, conteúdos e usos sociais completamente

transformados, atendendo as necessidades das pessoas buscando uma distribuição mais justa de renda, a conservação dos recursos naturais e enfatizando técnicas limpas de produção.

A polêmica em torno do Relatório Brundtland, opondo “crescimento quantitativo” a “desenvolvimento qualitativo” e considerando que o crescimento sustentável é uma contradição em termos, deve-se, de certo modo, a uma interpretação semântica equivocada. (SACHS, 1993).

A conceituação da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Renováveis – UICN (1991), é relevante, onde considera desenvolvimento sustentável o processo que melhora as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeita os limites da capacidade de carga dos ecossistemas.

Pode soar um tanto estranho que a UICN (1991), não se refira às gerações futuras em sua formulação. Contudo, ao respeitar os limites dos ecossistemas estaremos intrinsecamente legando condições de vida às futuras gerações.

É dentro dessa abordagem que a atividade turística deverá se pautar para que possamos praticar um turismo sustentável.

2.2 - CONSIDERAÇÕES SOBRE TURISMO SUSTENTÁVEL

O debate sobre turismo sustentável é influenciado pelo conceito geral de desenvolvimento sustentável discutido anteriormente.

Há muito tempo pratica-se o chamado turismo predatório que tantos danos vem causando ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural de inúmeros países. Como reação a estas práticas, o turismo sustentável tornou-se um tema relevante. Nos últimos anos o conceito de turismo sustentável ganhou o centro das atenções no mundo do turismo e estimulou inúmeras conferências, livros acadêmicos e relatórios empresariais.

O conceito de desenvolvimento sustentável, que inclui a prática do turismo sustentável, foi adotado pelas Nações Unidas, pela OMT e por muitos governos nacionais, regionais e locais. Turismo sustentável significa que os recursos naturais, históricos e culturais para o turismo sejam preservados para o uso contínuo no futuro, bem como no presente. Na verdade esses recursos podem ser ampliados pelo turismo

onde for necessário. O turismo sustentável significa também que a prática do turismo não acarrete sérios problemas ambientais ou socioculturais, que a qualidade ambiental da área seja preservada ou melhorada, que um nível de satisfação do turista seja mantido, de forma a conservar os mercados para o turismo e a expandir suas vantagens amplamente pela sociedade.

A Agenda 21 é um programa abrangente de ação adotado na Conferência da Terra, em 1992. A partir dele, a OMT e outras agências elaboraram a Agenda 21 para Viagens e Turismo, que apresenta o papel que as viagens e o turismo devem desempenhar na conquista do desenvolvimento sustentável, como veremos mais adiante. (AGENDA 21, 1999).

Há várias décadas, tem havido um debate que levou a maior aceitação e desenvolvimento do conceito de turismo sustentável. A expressão “turismo sustentável” passou a ser usada a partir do final dos anos 80, quando os estudantes de cursos superiores e os profissionais de turismo começaram a considerar as implicações do Relatório Brundtland em suas próprias atividades.

O debate sobre o conceito de turismo sustentável é um fenômeno dos anos 90, mas suas origens pertencem ao sentido mais amplo de desenvolvimento sustentável e convivem conosco há muitos séculos.

Desde o início dos anos 90 a expressão “turismo sustentável” passou a ser usada com frequência. Ela concentra uma abordagem do turismo que reconhece a importância da comunidade local, a forma como as pessoas são tratadas e o desejo de maximizar os benefícios econômicos do turismo para essa comunidade. (SWARBROOKE, 2000a).

Encontrar o equilíbrio entre os interesses econômicos que o turismo estimula e os seus desenvolvimentos planejados, que preserve o meio ambiente, não é tarefa fácil, principalmente porque o controle da atividade depende de critérios, valores subjetivos e de uma política ambiental e turística adequada que ainda não se encontrou no nosso país nem em outros países.

Poucas pessoas parecem pensar sobre uma razão fundamental para o turismo sustentável, preferindo em vez disso simplesmente vê-lo como uma boa idéia.

Não há uma definição completamente aceita de turismo sustentável. Swarbrooke (2000a), sugere que a definição deve estar ligada ao conceito de sustentabilidade definida no Relatório Brundtland (1988).

Isso levaria a uma definição como esta:

“Formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades”. (SWARBROOKE 2000a, p. 19).

A Organização Mundial de Turismo (OMT) cita uma lista de benefícios do turismo sustentável, destacados no Quadro 9, em seguida. (OMT 2003).

QUADRO 9: Benefícios do turismo sustentável conforme OMT.

O planejamento do turismo e seu desenvolvimento devem ser parte das estratégias do desenvolvimento sustentável de uma região, estado ou nação. Esse planejamento deve envolver a população local, o governo, as agências de turismo, etc. para que consiga maiores lucros possíveis.
- Agências, associações, grupos e indivíduos devem seguir princípios éticos que respeitem a cultura e o meio ambiente da área, da economia e do modo tradicional de vida, do comportamento da comunidade e dos princípios políticos.
-O turismo deve ser planejado de maneira sustentável levando em consideração a proteção do meio ambiente.
O turismo deve distinguir os lucros de forma equitativa entre os promotores de turismo e a população local.
É essencial ter boa informação, pesquisa e comunicação da natureza do turismo, especialmente para os moradores do local, dando prioridade para desenvolvimento duradouro, que envolve a realização de uma análise contínua e um controle de qualidade sobre os efeitos do turismo.
A população deve se envolver no planejamento e no desenvolvimento dos planos locais junto com o governo, os empresários e outros interessados.
Ao iniciar um projeto, há necessidade de realizar análise integrada do meio ambiente, da sociedade, da economia, dando enfoques distintos aos diferentes tipos de turismo.
Os planos de desenvolvimento do turismo devem permitir a população local que se beneficie deles ou que possa explicar as mudanças que se produzem na situação inicial.

FONTE: Organização Mundial de Turismo, 2003.

Turismo sustentável é:

Aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras. (Organização Mundial de Turismo, 2003).

O turismo e o meio ambiente estão intimamente inter-relacionados. O ambiente construído e natural oferece muitos atrativos para os turistas, e o desenvolvimento

turístico é capaz de causar tanto impactos positivos quanto negativos ao ambiente. A prática do turismo sustentável depende da proteção dos recursos naturais para o turismo.

Como meio ambiente entende-se a biosfera, isto é, as rochas, as águas e o ar que envolve a Terra, juntamente com seus ecossistemas constituídos de comunidades – integradas por indivíduos e todos os tipos de vida animal e vegetal.

Essa definição também inclui todos os tipos de construções feitas pelas mãos dos homens: as cidades, os monumentos históricos, os sítios arqueológicos e, ainda, os padrões de comportamento das populações - o folclore, o vestuário, a gastronomia e o modo de vida das comunidades.

Alguns estudiosos consideram perigoso tentar produzir definições de turismo sustentável porque definições gerais (em qualquer área) podem dar a impressão de simplicidade do que na verdade é uma área complexa, definições rígidas poderiam, também, limitar o alcance de questões a serem cobertas sob o domínio do turismo sustentável... As definições tendem a ser irrelevantes, enganosas, e a mudar constantemente. (SWARBROOKE, 2000a).

O turismo sustentável se relaciona com outros termos, portanto é comum vermos relacionadas com turismo sustentável as palavras:

- turismo responsável, turismo alternativo, ecoturismo, turismo propício ao meio ambiente, turismo brando, turismo de impacto mínimo -

Apesar de estarem relacionadas com o turismo sustentável, nenhuma das definições é seu sinônimo.

O turismo sustentável engloba muitos elementos que compõe o sistema de turismo, caracterizando-se como uma área muito ampla, e até agora, mal definida.

Polarizar o turismo é condená-lo aos valores de “bom” turismo e “mau” turismo. Há elementos favoráveis e desfavoráveis nos dois enfoques do turismo. Sabemos que as coisas nem sempre são brancas ou pretas, às vezes, elas podem ter nuances de cinza.

Chegar a um consenso sobre o que envolve e de como o turismo sustentável poderá ser praticado e alcançado é muito complexo, em função de se ter uma gama de interesses diversos. Nessas discussões, é relevante, considerar que cada ambiente possui suas características próprias e essas particularidades deverão ser contempladas na gestão do turismo.

A seguir, o Quadro 10, apresenta contraste entre desenvolvimento de turismo sustentável e não sustentável:

QUADRO 10: Comparações entre turismo sustentável e não sustentável.

SUSTENTÁVEL	NÃO SUSTENTÁVEL
<p align="center">Conceitos gerais</p> Desenvolvimento lento Desenvolvimento controlado Escala adequada Longo prazo Qualitativo Controle local	<p align="center">Conceitos gerais</p> Desenvolvimento rápido Desenvolvimento descontrolado Escala inadequada Curto prazo Quantitativo Controle remoto
<p align="center">Estratégias de desenvolvimento</p> Planejamento com posterior desenvolvimento Esquemas baseados em conceitos Preocupação com as paisagens Pressão e benefícios difusos Promotores de desenvolvimento locais Moradores locais empregados Arquitetura nativa	<p align="center">Estratégias de desenvolvimento</p> Desenvolvimento sem planejamento Esquemas baseados em projetos Concentrado nas “sensações do momento” Capacidade de crescimento Promotores de desenvolvimento no exterior Força de trabalho importada Arquitetura de outros tipos (exótica).
<p align="center">Comportamento do turista</p> Pouca valorização Algum preparo mental Aprende a língua local Tem tato e é sensível Fala baixo Repete as visitas	<p align="center">Comportamento do turista</p> Muita valorização Pouco ou nenhum preparo mental Não aprende a língua local Fala alto É enérgico e insensível Improável que volte

FONTE: Baseado em Swarbrooke (2000a). Adaptado pela autora.

A discussão sobre turismo sustentável sugere que certos tipos de turismo são vistos como mais sustentáveis do que outros.

Um exemplo dessa distorção é o turismo litorâneo e o ecoturismo. Há uma tendência em classificar o ecoturismo como sustentável, e o litorâneo, como não-sustentável, em função de conglomerar um maior número de pessoas.

A visão do ecoturismo é, ainda, excessivamente “cor-de-rosa” e talvez seja apenas em função de ser um fenômeno novo. Se ele crescer, em escala de massa, como aconteceu no Quênia (África) com os safáris, então passará a exibir muitas características do turismo litorâneo de massa. Portanto, o ecoturismo talvez não seja mais sustentável do que qualquer outra forma de turismo.

Qualquer planejamento turístico deve considerar essa perspectiva.

Toda atividade turística, se não for bem planejada, poderá caracterizar-se como não sustentável, pois estará comprometendo vários componentes dos sistemas ambiental e turístico, o que poderá comprometer, também, a qualidade desses recursos para as futuras gerações.

O planejamento turístico, com base nas características do espaço em que será implantado, e definir qual o setor do turismo que o ambiente poderá aceitar sem grandes impactos é tarefa para turismólogos.

Cada setor do turismo tem suas próprias questões em relação ao turismo sustentável:

- **Acomodação:** impacto ambiental de novas acomodações e operações (por exemplo, tratamento de rejeitos), papel das cadeias multinacionais, políticas de recursos humanos (por exemplo, discriminação sexual e racial e níveis salariais).
- **Gestão das destinações:** planejamento do setor público e regulamentação da indústria de turismo, incentivos financeiros para novos desenvolvimentos, encargos dos turistas e alternativas de aplicação da receita.
- **Viagens no varejo:** seu papel na criação de expectativas do turista, sugestões sobre destinos (por exemplo, religião, cultura, questões de saúde, problemas políticos, etc.).
- **Atrações para os turistas:** impacto ambiental de novas construções e operações, relações com a comunidade local, políticas de empregos.
- **Operadoras de viagem:** número de tipos de viagens que os turistas fazem até a destinação, relação com os fornecedores locais, educação dos turistas quanto às questões de sustentabilidade nos locais turísticos.
- **Transporte:** uso de combustível, terras exigidas para infra-estrutura de aeroportos e estradas, congestionamento de tráfego nas estradas.

As relações entre as atividades turísticas e o meio ambiente refletem uma complexa troca de energia.

Na maioria das vezes, os efeitos negativos do turismo têm sido apontados e discutidos. Nem sempre a culpa é totalmente do setor turístico, nem sempre o setor turístico é totalmente isento dela.

Como recurso turístico, o recurso ambiental supõe um outro significado, qual seja, uma conotação econômica, de forma que um elemento da natureza é analisado como um recurso que pode ser útil ao homem e para o qual há uma demanda. A exploração econômica dos recursos ambientais como recursos turísticos, obriga à elaboração de um planejamento que organize e racionalize esse processo.

2.3 – AGENDA 21 PARA A INDÚSTRIA DE VIAGENS E TURISMO

O marco para o desenvolvimento sustentável na atividade turística está baseado na “Declaração do Rio de Janeiro” ou “Eco 92”. Dentro das propostas criadas na agenda 21 foi exposto que “o desenvolvimento e o impulso da indústria associada às viagens e ao turismo, admite-se universalmente, há que se realizar de modo sustentável”.

A Agenda 21 é um programa abrangente de ação adotado por 182 governos na Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Conferência da Terra, em 14 de junho de 1992. (AGENDA 21, 1999).

Primeiro documento do gênero a atingir um consenso internacional, a Agenda 21 oferece um projeto para assegurar o futuro sustentável do planeta, partindo dos dias de hoje em direção ao século XXI. Identifica as questões ambientais e de desenvolvimento que ameaçam causar uma catástrofe econômica e ecológica e apresenta uma estratégia para transição às práticas de desenvolvimento mais sustentáveis.

O setor de Viagens & Turismo tem interesse na proteção dos recursos naturais e culturais que representam o centro dos seus negócios, e conta também com os meios para protegê-los. Na qualidade de maior indústria do mundo, possui o potencial para realizar melhorias substanciais ambientais e socioeconômicas e para contribuir, de forma significativa, para o desenvolvimento sustentável das comunidades e dos países nos quais opera. Ações conjuntas provenientes dos governos e de todos os setores do turismo serão necessárias para que se perceba esse potencial e assegure um desenvolvimento futuro de longa duração.

Em 1996 três organizações internacionais – o “*Conselho de Viagens e Turismo*”, a “*Organização Mundial do Turismo*” e o “*Conselho da Terra*” – associaram-se para lançar um plano chamado “*Agenda 21 para Turismo e Viagem Através do Desenvolvimento Sustentado*”. O projeto tem interesse especial em proteger a natureza e a cultura regional que são o ponto principal deste negócio. Existem áreas as quais são prioridades na ação e com objetivo definido, com planos sugeridos para respectivos desenvolvimentos.

Para departamentos governamentais, marcas registradas, a corrida é estabilizar sistemas, procedimentos e incorporar o desenvolvimento sustentado considerando o processo de decisões e para identificar ações as quais resultem no turismo sustentado.

Esse processo vai necessitar de reorientação fundamental. Entretanto, o custo da falta de ação vai logo pesar sobre os de operacionalização. Problemas com a indústria

continuarão e os negócios poderão enfrentar crescentes e regulatórias penas, particularmente, no acordo das Nações Unidas, segundo as decisões adotadas durante a Conferência do Rio. As agências de turismo estão dependentes das ações tomadas pela Agenda 21.

A meta de trabalho para o desenvolvimento sustentável a ser estabilizada pela indústria de viagens e turismo deve ser baseada na declaração do Rio de envolvimento com o desenvolvimento. Seguem apresentadas no Quadro 11.

QUADRO 11: Áreas p/ desenvolvimento turístico sustentável - declaração da ECO 92.

Assistências às pessoas na saúde e vidas em harmonia com a natureza.
Contribuição na conservação e restauração do ecossistema.
Paz, desenvolvimento e produção são independentes.
Protecionismo da indústria deve ser combatido ou revertido.
Proteção deve ser parte do turismo procurado.
Taxas para desenvolvimento do turismo devem ser operadas com a participação dos cidadãos, com planejamento de decisões sendo adotada a nível local.
Nações devem avisar mutuamente sobre desastres os quais possam afetar o turismo.
Desenvolvimento de empregos às mulheres e indígenas.
Obrigações de “suportar” a cultura dos índios.
Leis internacionais de proteção devem ser respeitadas ao máximo

FONTE: Organização Mundial de Turismo, 2003.

Turismo e viagens têm potencial para contribuir ao desenvolvimento sustentado, segundo os princípios da Agenda 21, através de políticas dirigidas para:

- *Controle monetário;*
- *Tornar produtos mais eficientes e pelo incremento de relações econômicas mais equilibradas*

Portanto, os governos e as grandes empresas necessitam concentrar suas ações nessas áreas. A cooperação é necessária e deve ser estimulada entre os setores públicos e privados, pela racionalização no uso dos recursos não renováveis, pela administração dos desperdícios no processo de produção etc. Novas e freqüentes medidas devem ser incentivadas, de modo a fomentar a concretização do processo. A expansão desenfreada de infra-estrutura necessita ser monitorada, de modo a garantir a sustentabilidade do

processo. A aplicação de taxas e impostos que incidem diretamente sobre as relações de produção turísticas, necessita serem reavaliadas, de modo a reduzir a discriminação pela via monetária.

No futuro próximo, utilizando novas tecnologias da transmissão de informação, devem ser realizados seminários para difusão dos princípios e pressupostos que fundamentam a Agenda 21, de modo a adequar a indústria de viagens e lazer aos novos ditames da terra como espaço sustentável.

Em Santa Catarina os primeiros passos para implantar a “*Agenda 21 Local*” foram dados em fevereiro de 1997, quando foi realizado o primeiro seminário da “*Agenda 21 Catarinense*”.

Em junho do mesmo ano, ocorreu o primeiro seminário da “*Agenda 21 Local da Grande Florianópolis*”, ocasião em que foram divulgadas informações sobre o tema e os municípios desta microrregião foram estimulados a elaborar as suas respectivas agendas 21 locais.

Durante esse evento, foi solicitada a decretação oficial da criação do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis à prefeita da cidade, o que foi feito por intermédio do Decreto Municipal nº 246/97 de 09.06.1997, posteriormente alterado pelos decretos 176/98 e 342/00.

A instalação do fórum ocorreu em 22.05.98, com a posse de representantes das administrações diretas e indiretas, federais e estaduais e municipais; instituições de ensino, associações civis, organizações sindicais e entidades representativas da sociedade organizada. Atualmente o fórum conta de mais de 130 entidades oficialmente empossadas.

Seis áreas temáticas foram definidas, sendo elas:

- *1 - Desenvolvimento Sustentável Regionalizado*
- *2 - Gestão dos Recursos Naturais e Ambientais*
- *3 - Planos Diretores e a Comunidade*
- *4 - Cultura e Cidadania*
- *5 - Infra-estrutura e a Qualidade de Vida*
- *6 - Geração de Emprego e Renda*

Apesar da discordância sobre que atitudes tomar, fica claro que é urgente a necessidade de uma ação conjunta entre sociedade civil, tanto no papel de consumidores

como no de cidadãos, governos e empresas. Somente desta aliança poderemos esperar frutos significativos na intenção de se preservar este planeta não só para os homens, visão esta de caráter puramente antropocêntrico e egoísta, e sim para todos os seres que nele habitam.

O desafio para atingir os objetivos dispostos na Agenda 21 não é subestimado. Exigirá uma reorientação de princípios. No entanto, a inércia custará mais caro do que a ação. Em curto prazo, as perdas dos recursos do setor vão continuar e as empresas poderão enfrentar penalidades reguladoras ou econômicas cada vez maiores, especialmente em decorrência do prosseguimento das Nações Unidas para o processo da Rio 92. Em um prazo mais longo, o desenvolvimento futuro do setor de Viagens & Turismo dependerá das ações hoje tomadas no apoio à Agenda 21.

O planejamento do turismo sustentável surge, assim, como a forma de evitar a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, para minimizar os custos sociais que afetam os moradores das localidades e para otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico.

O meio ambiente é a base econômica da atividade turística e apresenta oportunidades e limitações. O caráter finito da qualidade dos recursos ambientais naturais e os custos e benefícios do desenvolvimento turístico para as populações e seu meio trazem à tona uma série de conflitos que necessitam ser resolvidos. Um dos mais marcantes ocorre como consequência dos efeitos da atividade, em que interesses individuais de curto prazo dos empresários se chocam com os de longo prazo dos poderes públicos. Por exemplo, a prefeita da capital, Ângela Amim, declara que estudos de impacto ambiental serão efetuados antes de serem aprovadas as construções de novos shopping centers. (Diário Catarinense, 11 de maio de 2003).

A perpetuação da atratividade dos recursos turísticos é, portanto, a base do desenvolvimento sustentável do turismo. Este conduz a uma série de novos conceitos, todos constituindo uma reação aos excessos do turismo descontrolado: o “turismo brando” (*soft tourism*), o “turismo suave” (*sanfler tourism*), o “turismo de qualidade” (*quality tourism*), “alternativo”, “responsável”, “de baixo impacto” etc. Todos eles aceitam tanto a limitação quantitativa quanto a limitação qualitativa dos níveis de desenvolvimento da atividade.

Tanto a teoria como a prática da determinação da capacidade de carga, das técnicas de zoneamento de ambientes frágeis e dos meios de proteção de culturas vulneráveis estão se tornando uma constante nos novos desenvolvimentos turísticos e

também na recuperação daqueles já instalados. Em escalas menores, os avanços têm sido mais sensíveis e já se implantam projetos alternativos; a noção de sustentabilidade do fenômeno tem sido cada vez mais compreendida e aplicada. O grande teste, porém, encontra-se no campo do turismo de massa e na compreensão e na aceitação de que, comercialmente, os altos custos da implantação do turismo sustentável têm lucratividade reduzida, porém contínua, por períodos de tempo mais longos.

No Brasil, em Santa Catarina e em particular na Ilha de Santa Catarina, o fenômeno do turismo é recente, se comparado com o tempo de existência da atividade em todo o mundo. Mesmo assim, muitas áreas do litoral da Ilha, em poucas décadas mergulharam numa variedade de problemas, extrapolando sua carga sociocultural e ambiental, fazendo com que seus principais atrativos turísticos perdessem a qualidade.

Theobald (2001) indica como referência Butler (1980), afirmando que já podemos ver em várias áreas receptoras o “ciclo de vida” das regiões turísticas: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio teorizados por Butler. (BUTLER, 1980 *in*: THEOBALD, 2001).

As questões gerais centrais sobre impactos em qualquer discussão sobre dos impactos negativos ou positivos do turismo devem incluir noções de capacidade de carga e de critérios para a avaliação dos impactos. (THEOBALD, 2001).

Determinar o limite máximo de pessoas que uma área pode suportar, sem causar danos ao meio ambiente e, a qualidade da visita é evidenciada na literatura como algumas das possibilidades de se evitar impactos negativos indesejáveis e de se traçar um desenvolvimento mais sustentável pra áreas turísticas, através da capacidade de carga.

2.4 – SOBRE CAPACIDADE DE CARGAS TURÍSTICAS

A idéia da capacidade de carga é central ao conceito de sustentabilidade. Colocada de forma bastante simples, a capacidade de carga de um local, *resort*, ou até mesmo uma região refere-se à sua capacidade de absorver o uso pelo turismo sem deteriorar-se. Em outras palavras, a capacidade de carga intervém no relacionamento entre o turista e o recurso turístico, ou destinação. O conceito de capacidade de carga, assim como o de sustentabilidade, tem suas raízes no gerenciamento de recursos, mas é

particularmente importante agora, em uma situação na qual os recursos limitados das destinações estão sob crescente pressão dos usuários.

Os estudos de capacidade de suporte objetivaram, inicialmente, estimar o nível máximo de exploração permitida, em termos quantitativos, de um certo sistema, sem causar a degradação deste. Tem a sua origem e aplicação junto aos estudos relativos à criação de gado e manejo da vida silvestre.

A complexidade do conceito e a dificuldade de encontrar uma definição aceita por parte dos especialistas levou à construção de muitos outros conceitos e definições, que vieram se modificando e se aperfeiçoando ao longo do tempo, bem como, à aplicação de variadas metodologias passíveis de críticas e muita discussão. Desde a metade da década de 1940, quando Summer em 1945 criou uma das primeiras definições para o termo capacidades de carga, até os dias de hoje, muitos modelos foram criados e muitas variáveis foram adicionadas a ela. (BRUHNS, 2003).

Na década de setenta, os estudos de capacidade de suporte utilizaram-se de métodos de análises numéricas, computadorizados, de difícil aplicação e questionáveis quanto aos resultados. Esta realidade tornou os estudos de capacidade de suporte pouco aceitos por parte de políticos e administradores das áreas naturais.

Atrelado ao conceito de sustentabilidade ecológica, desde a sua origem, os estudos de capacidade de carga, atualmente, incorporam as várias dimensões da sustentabilidade – ambiental, cultural, econômica, social e política – atendendo aos objetivos do turismo sustentável.

A tentativa de determinar o limite máximo de pessoas que uma área turística pode suportar, sem causar danos ao meio ambiente e à qualidade da visita é evidenciada na literatura como parte das possibilidades de se evitar impactos negativos indesejáveis e de se traçar um desenvolvimento mais sustentável para as áreas turísticas.

O conceito veio se ampliando. Atualmente, é aplicado a todos os tipos de recursos naturais renováveis e a certas atividades realizadas pelo homem; sendo definido pelos objetivos do uso do solo. É variável no tempo e leva em consideração a dinâmica dos elementos naturais e as alterações que estes podem sofrer com a interferência humana.

Determinar o limite máximo de visitantes (turistas) que uma área pode suportar foi uma preocupação que esteve presente nos estudos de capacidade de carga desde sua origem até os anos de 1980. Entretanto, essa preocupação sempre esteve no alvo das críticas de muitos especialistas sobre o assunto. A questão para esses estudiosos residia

no fato de que determinar o número de visitantes /turistas não era suficiente para garantir uma visita responsável e impedir impactos indesejáveis ao meio visitado. Nesse sentido outras variáveis relativas ao comportamento do turista, deveriam ser incorporadas aos estudos de capacidade de suporte.

Estudos realizados nas últimas décadas definem capacidade de suporte como sendo:

O nível máximo de uso que uma área pode sustentar, fixado por fatores naturais de resistência do meio ambiente. (BRUHNS, 2003).

A necessidade de atingir os objetivos do turismo sustentável – a conservação do patrimônio natural e cultural das localidades receptoras; a socialização dos benefícios decorrentes da atividade e da qualidade da visita – associada ao agravamento dos impactos socioculturais negativos, devido à falta de ações e estratégias sustentáveis levou à formulação do conceito de capacidade de carga social que visa:

Definir níveis de desenvolvimento que sejam (aceitáveis) para as comunidades receptoras e os negócios locais. (OMT, 2001).

Esse conceito embora seja subjetivo, procura a realização de um planejamento e de uma gestão sob a ótica da sustentabilidade, que seja capaz de levar o bem-estar às populações locais e aos visitantes. A idéia de somar às variáveis ecológicas outras variáveis de cunho sociocultural é um avanço nos conceitos de capacidade de carga e pressupõe a construção de metodologias que as envolvam e as articulem, em benefício da sustentabilidade das áreas turísticas. (COOPER, 2001).

A busca da sustentabilidade integral de uma área turística trouxe a necessidade imediata de reconceituar o termo capacidade de carga. Para que o novo conceito abarcasse as premissas do desenvolvimento sustentável e todas as suas dimensões, foi desenvolvida a idéia de capacidade de carga total, assim definida pela Organização Mundial de Turismo:

“O máximo uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se

produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou a cultura local”. (OMT, 2001, p. 248).

O quadro 12, a seguir apresenta alguns tipos de capacidade de cargas turísticas.

QUADRO 12: Tipos de capacidades de cargas turísticas.

Capacidade de Carga Física
Relaciona-se com a quantidade de terrenos sustentáveis que estão disponíveis para as instalações, e também inclui a capacidade finita dessas instalações (tais como vagas para estacionamento, lugares em restaurantes ou leitos em hospedagens). É a mais direta de todas as medidas de capacidade de carga, e pode ser utilizada para planejamento e controle de gerenciamento (por exemplo, limitando vagas em locais sensíveis).
Capacidade de Carga Psicológica ou Perceptiva
A capacidade de carga psicológica ou perceptiva de um local é ultrapassada quando a experiência de um visitante é significativamente prejudicada. É claro que algumas pessoas toleram multidões e gostam de lugares cheios, enquanto outras os rejeitam. A capacidade de carga psicológica é, portanto um conceito muito individual e difícil de influenciar através do planejamento e gerenciamento, ainda que o paisagismo possa ser usado para diminuir a impressão de superlotação.
Capacidade de Carga Biológica
A capacidade biológica de um local é excedida quando o dano ou a perturbação ambiental é inaceitável. Isso está relacionado com a fauna e com a flora, por exemplo, em locais de piqueniques, em trilhas, ou em ecossistemas de dunas. Existe mais pesquisa examinando os limites de capacidade da vegetação do que a tolerância de animais ou pássaros ao turismo (por exemplo, em locais de observação de baleias). Também é importante levar em consideração ecossistema total, ao invés de elementos individuais.
Capacidade de Carga Social
O conceito de capacidade de carga social é derivado das idéias de planejamento e sustentabilidade de turismo com base em comunidades. Tenta definir os níveis de desenvolvimento que seriam aceitáveis para os residentes e as empresas da comunidade anfitriã e podem-se utilizar técnicas que tentam medir os limites máximos dos residentes para aceitar mudanças. (<i>LAC – Limits to Acceptable Change</i>).

FONTE: Baseado em COOPER, 2001. Adaptado pela autora.

A concepção de capacidade de carga total de uma área é, sem dúvida, um grande avanço quanto ao reconhecimento dos possíveis impactos do turismo sobre as comunidades receptoras. Preterida nas definições anteriores em função das expectativas e necessidades dos turistas e do meio ambiente, as comunidades locais parecem agora ganhar importância nos estudos de capacidade de carga turística.

A conservação da atratividade dos recursos turísticos é uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável do recurso. A prática da determinação

da capacidade de carga, das técnicas de zoneamento de ambientes frágeis e dos meios de proteção a culturas vulneráveis, está se tornando uma constante nos projetos turísticos contemporâneos, e também nos de recuperação dos empreendimentos já instalados.

O Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, no ano de 1986, em sua resolução 001/86, define impacto ambiental como:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: - a saúde, a segurança, o bem estar da população, as atividades sociais e econômicas; a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.(CONAMA 1986, Resolução 001/86).

Essa mesma instituição afirma que os impactos ambientais de empreendimentos turísticos divergem dos gerados por outras atividades econômicas, em virtude dos impactos afetarem diretamente os recursos, razão de ser da sua existência. Esse fato não ocorre com a implantação de indústria, cujos impactos ambientais não afetem diretamente seu funcionamento, mas sim as populações ou ambientes do entorno.

Observa-se, atualmente, o aumento da demanda turística, principalmente em áreas de elevado valor ecológico. Isso leva ao comprometimento da integridade dos recursos ameaçados pelo turismo de massa.

A questão fundamental que se coloca nesse caso é a premente necessidade de controlar o crescimento quantitativo dos fluxos turísticos em todo o mundo, uma vez que os ecossistemas sensíveis ficam irremediavelmente comprometidos quando se ultrapassam os limites de sua capacidade de carga: “*Carrying Capacity*” (RUSCHMANN, 2001).

A natureza constitui o único fator do produto turístico que não pode ser ampliado, apesar de, geralmente, ser a base de sua existência, de sua atratividade e de seu destaque no mercado.

O desenvolvimento rápido e descontrolado do turismo em localidades com recursos naturais de excepcional beleza, muitas vezes únicas, (como encontramos na Ilha de Santa Catarina), provoca excesso da demanda e superdimensionamento da oferta, que descaracterizam a paisagem e fazem a destinação perder as características que deram origem à atratividade. Essa problemática vem sendo discutida e estudada por

vários especialistas e pesquisadores do turismo. É preciso identificar o conceito de capacidade de carga para o planejamento do turismo, considerando que se trata de uma noção que reconhece que tanto os recursos naturais como os construídos pelo homem têm um limite para absorver os visitantes; esse limite, quando ultrapassado, provoca sua deteriorização. (RUSCHMANN, 2001).

O elemento central da questão do desenvolvimento do turismo é o conceito da administração da capacidade de carga. De acordo com recentes estudos sobre o desenvolvimento sustentado, bem como sobre as formas adequadas de turismo de baixo impacto, o conceito sugere um enfoque dessa atividade que permita o seu crescimento dentro de limites aceitáveis. Logo, não surpreende que pessoas defendam intuitivamente o conceito de capacidade de carga para a atividade turística, muito embora talvez não avaliem totalmente o que isso representa do ponto de vista do seu gerenciamento.

Os primeiros trabalhos que trataram do impacto do turismo sobre os destinos se concentravam principalmente nos aspectos econômicos. A razão disso não foi apenas o fato de esses impactos serem de quantificação e mensuração mais fáceis, havia também a esperança de que esses estudos demonstrassem o benefício econômico líquido que o turismo implicava para os destinos que o acolhiam. Em muitos casos isso realmente ocorreu, mas o turismo por sua própria natureza é seduzido por ambientes e sociedades singulares e frágeis, e evidenciou-se que em alguns casos seus benefícios econômicos foram neutralizados por conseqüências ambientais e sociais adversas e não mensuradas previamente.

As questões gerais centrais em qualquer discussão dos impactos negativos e positivos do turismo devem incluir noções de capacidade de carga e de critérios para sua avaliação.

A capacidade de carga é um conceito relativamente claro – dito de modo simples, ele se refere a um ponto além do qual níveis superiores de visitas ou de desenvolvimento turístico levariam a uma deterioração inaceitável do ambiente físico e da experiência do visitante. (THEOBALD, 2001).

A União Européia (1994), declara que a capacidade de carga não é fixa, variando em razão de intempéries (tempestades, furacões, incêndios, inundações, terremotos, vulcões etc.), e também em decorrência da ação humana (guerras, instabilidade, tensões sociais). (MAGALHÃES, 2002).

Quanto maior o desenvolvimento turístico das atrações, maior a probabilidade delas ultrapassarem sua capacidade de carga. Entretanto não existe um limite claramente

definido para ela, uma vez que a capacidade de um atrativo, de uma área ou local depende de elementos culturais e naturais, que variam tanto espacial como temporalmente.

Um dos aspectos mais importantes, na definição do potencial de um lugar para o seu desenvolvimento turístico, está explícito na sua capacidade de absorver a presença de turistas e dos novos equipamentos que deverão ser instalados. Dessa forma, seu conceito de capacidade de carga está referenciado pela saturação do equipamento turístico, degradação do meio ambiente e pela diminuição da qualidade da experiência turística. As dificuldades de medição e quantificação de tal nível têm restringido seu uso como ferramenta de planificação turística, ainda que tenha aplicado com certo êxito na ordenação turística e recreativa de áreas naturais. (MAGALHÃES, 2002).

Os impactos sociais e ambientais provocados pelo desenvolvimento econômico do turismo são praticamente inevitáveis. Por isso tornam-se relevantes empreender planos de desenvolvimento do turismo que estabeleçam a capacidade de carga das destinações, considerando o equilíbrio entre os efeitos econômicos, sociais e culturais e o equilíbrio dos recursos naturais da atividade.

Alguns impactos negativos podem ocorrer quando da ultrapassagem da capacidade de carga, provocada no ambiente físico, se reporta às atitudes psicológicas dos turistas, no nível de aceitação social da comunidade receptora e na economia das localidades.

Os limites físicos envolvem: a capacidade máxima de pessoas em determinada área e a deterioração que seu excesso provoca no meio natural da destinação, assim como nos recursos turísticos construídos pelo homem. A saturação psicológica se manifesta pelo desconforto que os turistas passam a sentir com o excesso de outros turistas na mesma área ou no mesmo recurso. Quando esse limite é ultrapassado, os turistas começam a procurar outros locais para suas férias ou atividades recreativas. Trata-se de componente comportamental, que reflete a qualidade da experiência turística. (RUSCHMANN, 2001).

A capacidade de carga pode ser definida como o número máximo de pessoas que podem utilizar um local sem uma alteração inaceitável no ambiente físico e sem um declínio inaceitável na qualidade da experiência dos visitantes. (COOPER, 2001).

Existem várias perspectivas sobre a capacidade de carga. Em seu sentido mais tradicional evoca a imagem de um “limite”, “teto”, ou “piso” que o desenvolvimento do turismo não deveria ultrapassar, segundo se verifica no Quadro 13 a seguir.

QUADRO 13: Indicadores de amostras de capacidade de carga do turismo.

<p>Tipo de Limiar: Volume</p> <p>Exemplos Volumes de pico, horário, diário, semanal, anual de vários tipos de visitantes (p. ex. pernoites, visitas, permanências de um dia).</p>
<p>Tipo de Limiar: Densidade</p> <p>Exemplos Número de pessoas/hectare de praias, turistas/metro quadrado de espaço em restaurantes/lojas, etc.</p>
<p>Tipo de Limiar: Mix de Mercado</p> <p>Exemplos Número de unidades de visitantes em relação às unidades de residentes (p. ex. visitantes/população local, unidades de leitos para visitantes/unidades de leitos para residentes, utilização de instalações públicas pelos visitantes/utilização de instalações públicas pela população local).</p>

FONTE: THEOBALD, 2001.

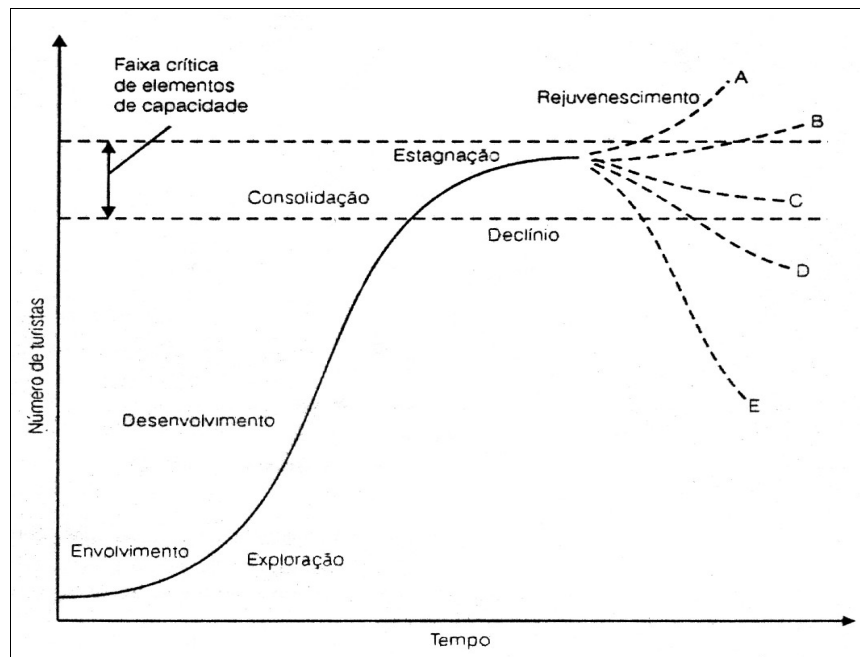
Na realidade a literatura está repleta de indicadores de capacidade de carga que descrevem essas referências em termos de volume ou de *mix* de mercado.

As dificuldades apresentadas por esses indicadores numéricos da capacidade de carga surgem quando se tenta vinculá-los diretamente a administração dos efeitos específicos do turismo. Como ocorre com relação à recreação, não existem muitas evidências de que reduzindo ou elevando simplesmente determinado padrão de capacidade de carga, venham a ocorrer mudanças previsíveis na capacidade de uma área de gerir o uso turístico. Ao contrário, a questão crucial aparentemente está na forma de administrar a mudança. Isso implica uma designação prévia das condições de acordo com as quais é possível julgar determinados níveis inaceitáveis de impacto do turismo.

2.5 – CICLO DE VIDA DAS DESTINAÇÕES

Para Butler (1980) a capacidade de carga do turismo é determinada pelo mercado. É também de Butler a idéia de que as destinações têm ciclos de vida. Em seu modelo do “ciclo de vida de região turística”. Esse conceito adquiriu muita influência no turismo e, sem dúvida, tem efeitos relevantes no turismo sustentável, especialmente, porque o modelo também indica que cada estágio do ciclo tem implicações. Sua teoria pode ser observada na Figura 4 a seguir. (BUTLER, 1980, *in*: THEOBALD, 2001).

FIGURA 4: Ciclo de evolução de uma área turística.



FONTE: BUTLER (1980), *in*: THEOBALD (2001).

Ao mesmo tempo, os mercados também se desenvolvem e mudam, e os locais de grande atratividade têm tido que responder a isto em termos de suas instalações e seus serviços turísticos. Uma representação mais formalizada disso é a expressa pelo ciclo de vida da área turística: *TALC – Tourist Area Life Cycle*. (BUTLER, 1980, *in*: THEOBALD, 2001). Diz-se que as destinações atravessam um ciclo evolutivo semelhante ao ciclo de vida de um produto, no qual as vendas crescem à medida que o produto evolui em estágios de lançamento, desenvolvimento, maturidade e declínio. Dito de forma simples, a curva *TALC* irá variar, mas para cada destinação ela dependerá de fatores como:

- taxa de desenvolvimento
- acesso
- diretrizes governamentais
- tendências de mercado e
- destinações concorrentes

Cada um desses fatores pode acelerar ou atrasar o progresso durante os vários estágios. Na verdade, o desenvolvimento pode ser suspenso em qualquer estágio do

ciclo, e apenas os empreendimentos turísticos que prometerem um retorno financeiro considerável irão amadurecer para experimentar todos os estágios do ciclo. A variação de cada estágio, por sua vez, e a do próprio ciclo, são variáveis.

Na verdade, poder-se-ia argumentar que uma compreensão do ciclo auxilia o desenvolvimento de estratégias sustentáveis de turismo, baseadas na comunidade, no estágio de envolvimento. Implementar tais abordagens nos estágios posteriores pode não ser apropriado. Em outras palavras, as destinações turísticas são dinâmicas, com a mudança na oferta dos recursos e do acesso acompanhada por uma evolução do mercado em termos quantitativos e qualitativos, já que ondas de números e tipos diferentes de turistas, com preferências, motivações e desejos diferenciados ocupam as destinações turísticas em cada estágio de seu ciclo de vida.

É na forma de uma estrutura conceitual que a curva *TALC* é mais bem utilizada, ainda que outros autores tenham sugerido que ela possa ser utilizada para guiar o planejamento estratégico nas destinações, ou como uma ferramenta de elaboração de previsões.

O ciclo ou curva *TALC* tem muitos críticos, em parte por causa de sua abordagem aparentemente determinista. Argumentam que longe de ser um guia independente para decisões, o *TALC* é determinado pelas decisões estratégicas de gerenciamento, e é muito dependente de influências externas. No entanto, como uma estrutura na qual se pode visualizar o desenvolvimento das destinações, ainda que tardiamente, e como maneira de pensar sobre o relacionamento entre a destinação e a evolução de mercado, ele pode sinalizar tendências. (COOPER, 2001). Essas tendências podem significar processos de desenvolvimentos turísticos sustentáveis ou processos de degradação das destinações.

Percebeu-se que o turismo de massa foi um dos grandes responsáveis no processo de degradação desses destinos. Eclode assim, a necessidade em se buscar uma nova forma de praticar turismo. Que seja responsável e que exerça o menor impacto ambiental e social nos locais onde se manifesta, respeitando as capacidades de carga turística e mantendo comprometimento com a sustentabilidade.

O turismo de massa é caracterizado pelo grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano – vem sendo considerado o maior agressor dos espaços naturais. O excesso de turistas conduz ao superdimensionamento dos equipamentos destinados a alojamento, alimentação, transporte e entretenimento, que impreterivelmente ocupam grandes

espaços – agredindo paisagens e destruindo ecossistemas. Além disso, a falta de “cultura turística” dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio que visitam – acreditam que não tem responsabilidade na preservação das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que têm direito ao uso daquilo pelo qual pagaram e que, além disso, permanecem pouco tempo – tempo insuficientes, no seu entender, para agredir o meio natural. (RUSCHMANN, 2001, p. 110).

Percebemos limiares de capacidade crítica quando os números dos turistas se aproximam de níveis que pressionam a capacidade da destinação de proporcionar experiências turísticas de qualidade. Os principais indicadores de que esses tetos de capacidade estão sendo ultrapassados estão relacionados a um declínio identificável da demanda de mercado. Por vários motivos de ordens físicas, econômicas, sociais, ambientais, psicológicas ou políticas, os turistas começam a mostrarem-se apáticos em relação à destinação. Embora quedas da demanda de mercado por uma área turística possam ser provocadas por diversos fatores, em geral pressupõe-se que as condições desejáveis foram ultrapassadas quando ocorrem declínios de fato da demanda de visitantes. À medida que esses padrões deixam de ser aplicados, será preciso adotar iniciativas sob a forma de estratégias de administração diretas/ e ou indiretas. Dependendo das condições desejadas pela comunidade, deverão ser tomadas medidas para aumentar a capacidade de absorção do turismo e renovar o interesse dos visitantes pela destinação; ou então, restringir as dimensões prejudiciais à atividade turística de forma a reduzir as conseqüências do turismo a níveis mais adequados. (THEOBALD, 2001). Conforme demonstrado na Figura 4:

No *estágio da exploração* a destinação é visitada por um pequeno volume de turistas. As atrações naturais, a escala e a cultura do local são os atrativos principais, mas os volumes são limitados por falta de acesso e instalações. Nesse estágio, a atração da destinação é que ela permanece sem modificações causadas pelo turismo.

No *estágio do envolvimento*, as comunidades locais devem decidir se querem estimular o turismo e, se quiserem, o tipo e a escala do turismo que quiserem. Iniciativas locais começarão a oferecer serviços aos visitantes e divulgar a destinação, o que pode levar a um volume aumentado e regular de visitantes. Uma temporada turística e uma área de mercado emerge e podem ser criadas pressões sobre o setor público para que forneça infra-estrutura e controles institucionais. Neste ponto, é importante estabelecer processos de organização e tomada de decisões apropriadas para o turismo. Aqui, o

envolvimento da comunidade local deveria garantir que se respeitem os limites de capacidade de carga localmente determinados e que os princípios sustentáveis sejam introduzidos.

No *estágio do desenvolvimento*, grandes quantidades de visitantes são atraídas, chegando a igualar ou exceder o número de habitantes locais em períodos de pico. Neste estágio, a organização do turismo pode mudar, à medida que o controle sai de mãos locais e empresas de fora da área chegam a oferecer produtos e instalações. Esses empreendimentos podem ter calendários e objetivos diferentes dos da comunidade local, em termos de desenvolvimento sustentável. É, pois, neste estágio, que podem ocorrer os problemas, se as estruturas de tomada de decisão locais forem frágeis. O controle no setor público pode ser afetado também, à medida que o planejamento regional e nacional se torne necessário, em parte para melhorar problemas, mas também em função de adaptar-se ao mercado gerador de turistas internacionais. Isso acontece também porque os turistas tornam-se dependentes de viagens organizadas pelas estruturas comerciais do *trade* turístico. Este é um estágio crítico, já que as instalações e a natureza mutante do turismo podem alterar a própria natureza da destinação e a qualidade pode entrar em declínio por problemas de uso em demasia e deterioração dos recursos.

Após o *estágio da consolidação* e nos estágios posteriores do ciclo, a taxa de aumento dos visitantes declina, apesar de ainda haver um aumento no número total, que ainda pode ser *ou* é maior do que o dos residentes permanentes. A destinação agora participa ativamente da indústria do turismo, com um distrito comercial recreacional identificável. (*Recreational Business District – RDB*).

Durante o *estágio da estagnação*, os volumes máximos de turistas foram atingidos e a destinação não está mais em evidência, dependendo de visitas repetidas de parte de viajantes mais conservadores. Busca-se também, o uso comercial das instalações extensivas da destinação. Geralmente, são necessários grandes esforços promocionais e de desenvolvimento para manter o número de visitas. As destinações, neste estágio, costumam ter problemas ambientais, sociais e econômicos e descobrem que a competição por visitantes é ferrenha e proveniente de destinações mais maduras e bem estabelecidas.

No *estágio do declínio* os visitantes estão, agora, sendo perdidos para novas destinações e uma área geográfica menor para viagens de um dia e fins de semana comum. Entretanto, as destinações não devem esperar pelo declínio como se fosse

inevitável, mas buscar revitalizar as visitas, procurando novos mercados, relançando-a ou descobrindo novos usos para as instalações.

No *estágio da renovação* os administradores podem decidir renovar ou relançar o local, buscando novos mercados ou desenvolvendo o produto. A introdução de novos tipos de instalações, como cassinos, é uma resposta comum. Neste caso, a destinação deveria procurar proteger seus mercados tradicionais, ao mesmo tempo em que busca novos mercados e produtos, como negócios, conferências ou turismo de interesses especiais. Isto ajuda a estabilizar o fluxo de visitação, pode combater a sazonalidade e reduzir a dependência de segmentos em declínio no mercado.

Estratégias de renovação são difíceis de implementar, já que os administradores estão lidando com uma malha de produtos e serviços das destinações, em vez de um produto ao consumidor. Na verdade, é neste estágio que a analogia entre o ciclo de vida de um produto e o ciclo de vida de uma destinação se interrompe, simplesmente porque o turismo está entrelaçado de forma muito próxima ao próprio estilo de vida do local bem como empregos, serviços e transportadores de apoio. Os exemplos clássicos desse estágio são Atlantic City (EUA), Benidorm (Espanha) e Maiorca (Espanha), entre outros.

Na verdade, poderia se argumentar que uma compreensão do ciclo auxilia o desenvolvimento de estratégias sustentáveis de turismo baseadas na comunidade no estágio do envolvimento. Implementar tais abordagens nos estágios posteriores pode não ser apropriado.

Na prática, dependendo dos fatores envolvidos, determinar as capacidades de carga não é, em geral, uma atividade fácil nem precisa. Essa determinação baseia-se em suposições feitas e percepções dos níveis de mudança aceitável. As capacidades de carga também podem mudar com o tempo, podendo sofrer aumentos através da adoção de certas ações. No entanto, continua a ser uma técnica muito útil para orientar o planejamento para o turismo sustentável.

As capacidades de carga podem ser estabelecidas tanto para as áreas turísticas não desenvolvidas quanto para aquelas que já contam com alguma atividade e que talvez até estejam atingindo ou ultrapassando seus níveis de saturação. Geralmente, são os destinos turísticos mais procurados que tem se preocupado com seus níveis de capacidade. O cálculo das capacidades de carga é mais apurado para os locais de desenvolvimento específico e as áreas turísticas menores.

Nos âmbitos nacionais, regionais e das áreas turísticas maiores, é necessário que as capacidades de carga sejam consideradas de forma mais genérica. Muitas vezes, em um nível que abranja uma região, as capacidades se baseiam em um total das capacidades dos locais individualmente, como nos casos de grandes atrativos turísticos ou *resorts*.

Apesar do destaque dado aos estudos de capacidade de carga turístico estes vêm passando por severas críticas por parte de muitos especialistas, no decorrer de sua história. Embora se reconheça a importância de tais estudos para a sustentabilidade integral das áreas visitadas, há carência de metodologias que possam atingir os objetivos pretendidos.

Em parte a dificuldade da quantificação dos impactos ambientais e sociais do turismo retardou o desenvolvimento das metodologias do impacto. Mas a onda ascendente do ambientalismo alcançou o turismo e emprestou sustentação à opinião de que em alguns casos os custos ambientais e sociais do turismo superam bastante seus benefícios econômicos. Conceitos do tipo “desenvolvimento sustentado do turismo” e “consumo responsável do turismo” são vistos por muitos como a resposta, junto com um melhor planejamento e gerenciamento do turismo. As pesquisas sugerem que os enfoques tradicionais do gerenciamento da capacidade de carga tiveram um sucesso limitado na prática. Isso deve ser atribuído a:

- expectativas pouco realistas (ou seja, existe uma técnica que pode proporcionar um número mágico que identifica “quanto é demais”).
- pressupostos insustentáveis (ou seja, existe uma relação direta entre o uso do turismo e seu impacto).
- juízos de valor inadequados (isto é, conflitos entre os pontos de vista desses “especialistas” a respeito das condições apropriadas para uma área e os das pessoas que vivem nas destinações).
- suporte jurídico insuficiente (isto é, ausência de um processo institucional formalmente reconhecido para garantir a consecução dos objetivos da administração). (THEOBALD, 2001).

Embora o conceito de capacidade de carga traga reflexões importantes a idéia de capacidade de carga está sujeita a inúmeras dificuldades de ordem prática.

Salienta-se que as dimensões da pesquisa da capacidade de carga que se concentram no estabelecimento de condições ou de resultados desejados parecem ter um valor prático para a administração do turismo, quando aplicados a sistemas de planejamento que visam o gerenciamento de uma mudança desejável e aceitável. Alguns processos de capacidade de carga oferecem a possibilidade de orientar acerca do

grau, da taxa e da direção da mudança que ocorre. Dada a impossibilidade das técnicas tradicionais de gerenciamento da capacidade de carga superarem determinadas barreiras (Figura 5), é sugerido um enfoque alternativo.

FIGURA 5: Fatores que limitam a capacidade de carga do turismo.



FONTE: THEOBALD (2001).

Deixando de lado as preocupações passadas com o estabelecimento dos limites de uso, a atenção volta-se para as questões de identificação das condições ambientais, sociais e econômicas desejadas por uma comunidade, e para a criação de estratégias de administração do desenvolvimento capazes de fazer frente aos desafios da capacidade de carga turística. (RUSCHMANN, 2001).

A OMT sugere para a melhoria da relação do turismo com o meio ambiente. O princípio norteador para o desenvolvimento do turismo sustentável consiste em gerenciar os recursos naturais e humanos, a fim de maximizar o divertimento dos visitantes e os benefícios locais, minimizando ao mesmo tempo, os impactos negativos sobre a comunidade local de destino e sua população. Isso requer uma avaliação objetiva dos impactos negativos potenciais e uma análise refletida de como esse potencial pode ser controlado. O desenvolvimento turístico, como todos os aspectos do desenvolvimento, principalmente, nos países do terceiro mundo é uma ameaça, mas também pode ser uma oportunidade: Quadro 14, a seguir.

QUADRO 14: – Diretrizes para a melhoria da relação do turismo com o meio ambiente.

<p>1 – As considerações ambientais devem ser completamente incorporadas aos planos de desenvolvimento turístico, principalmente com referência à qualidade do ar e da água (potável e para fins recreacionais), conservação do solo, proteção do patrimônio natural e cultural e qualidade dos povoadamentos humanos.</p>
<p>2 – as metas do turismo devem basear-se na capacidade de carga dos locais e na sua sustentabilidade ambiental, além de serem compatíveis com o desenvolvimento regional, com as preocupações sociais e com o planejamento no uso da terra.</p>
<p>3 – As decisões devem basear-se nas mais completas informações disponíveis referentes às suas implicações ambientais. A Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) deve ser aplicada aos grandes desenvolvimentos propostos para avaliar os danos ao meio ambiente à luz do crescimento turístico previsto e da demanda máxima. Deve-se considerar locais alternativos para o desenvolvimento, levando-se em conta os limites do local e a sua capacidade de carga. Essa capacidade abrange fatores físicos, ecológicos, sociais, culturais e psicológicos.</p>
<p>4 – Medidas ambientais adequadas em todos os níveis de planejamento devem ser definidas e implementadas. Deve-se prestar uma atenção especial à demanda máxima, ao sistema de esgotos, ao descarte de resíduos sólidos, a poluição sonora e ao controle de densidade de tráfego. Nas zonas mais ameaçadas, programas abrangentes de melhorias devem ser formulados e implementados.</p>
<p>5 – incentivos devem ser aplicados tanto aos setores públicos quanto ao privado como forma de estender a demanda no tempo e no espaço, para que se consiga o maior aproveitamento das hospedagens.</p>
<p>6 – O poder regulador deve ser empregado para limitar os desenvolvimentos em áreas sensíveis, e a legislação deve ser redigida para proteger os ambientes raros, ameaçados e sensíveis.</p>
<p>7 – Como parte dos esforços gerais para evitar a degradação ambiental, porém também em seu próprio interesse, a indústria turística e de viagens deve se opor (recusando-se a participar de desenvolvimentos não-sustentáveis, retirando investimentos através de lobby com governos e órgãos da indústria, trabalhando em conjunto com as ONGs) às seguintes práticas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - despejo de esgoto não tratado no mar; - pesca não-sustentável, com uso de explosivos, com linha de pescar longa e a pesca de baleias; - uso de minas explosivas em corais e coleta desses; - silvicultura não-sustentável; derrubada das florestas tropicais e desmatamento; - métodos de construção não-sustentáveis; - instalação de usinas de energia nuclear perto de áreas turísticas; - instalação de rotas de navegação para navios-petroleiros perto de praias balneáveis; - uso contínuo de produtos com CFC, <p>e conceder apoio financeiro, com investimentos complementares através de campanhas para:</p> <ul style="list-style-type: none"> - esforços por parte dos governos e de ONGs no sentido de proteger o ambiente; - medidas para reduzir as emissões das usinas de energia elétrica e das fábricas; - negociações diretas com representantes dos povos nativos antes de assumir qualquer desenvolvimento que possa afetar sua terra ou seu modo de vida.

FONTE: Organização Mundial de Turismo (OMT), 2003.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA TURÍSTICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Com o passar do tempo

Surge a vontade

De sonhar

O dia todo

Com o anoitecer,

A semana toda

Com a sexta-feira

O ano todo

Com as férias,

Com uma vida

Que não seja apenas

Uma metade de vida.

P.E.Stössl

1973

3 – TÓPICOS SOBRE TURISMO NO BRASIL

O desenvolvimento do turismo no mundo, em função dos relacionamentos que implicam fenômenos turísticos e meio ambientes, provoca inúmeros debates. Para uns o turismo constitui uma chance para o desenvolvimento econômico. Para outros a atividade turística consome o meio ambiente porque altera a paisagem e destrói os seus recursos. Afirma Santiago (1995), que a atividade turística se apropria e fraciona os espaços que vai consumindo pelo seu crescimento espacial.

O setor do turismo é apresentado como um dos que mais avançam no mundo, se não como o de maior crescimento. Historicamente, seu desempenho é, ao mesmo tempo, vetor e consequência das melhorias nas condições para realização das viagens, refletindo a proliferação e a diversificação dos serviços e das infra-estruturas ligadas ao transporte e à hospedagem.

A atividade turística participa também como fator determinante deste fenômeno a contínua ampliação de uma formidável engrenagem de lazer e entretenimento, organizada em escala internacional, que funciona como um poderoso lubrificante para deslocamentos motivados pelo desejo de “evasão” do cotidiano.

Na base dessa trajetória ampla, situam-se modificações de cunho social e organizacional importantes, as quais tornaram as viagens e o ócio elementos chaves do ciclo de reconstituição do ser humano na sociedade industrial. (KRIPPENDORF, 2001).

De forma gradual e em âmbito planetário, uma verdadeira “indústria” do turismo tomou forma, movimentando recursos financeiros em quantidades astronômicas.

Em 1998, o conjunto de bens e serviços vinculados ao setor, correspondeu a cifras da ordem de US\$ 3,6 trilhões, superiores a 10% do produto bruto global.

A contrapartida na esfera do emprego também é impressionante, algo em torno de 10% de todos os postos de trabalho existentes no mundo encontram-se vinculados a atividades em foco o que faz do turismo um tema recorrente nos debates sobre desemprego e novas oportunidades de ocupação. E é exatamente esse fator - a incrustada possibilidade de geração de renda e ocupação para expressivos contingentes de pessoas – que se encontra na base da opção pelo turismo nas estratégias de desenvolvimento formuladas e implementadas em diferentes contextos socioeconômicos e em diferentes escalas nacional ou regional. (VIEIRA, 2002).

A sedução tem-se mostrado forte, e muitas vezes irresistível, em países menos industrializados, que dispõem de atributos e atrativos para o desenvolvimento do

turismo. De fato, na África, na Ásia e na América Latina, existem países e regiões nas quais esta orientação ganhou terreno de forma mais ou menos rápida. Todavia, em inúmeros casos os resultados têm sido controversos: embora o turismo venha contribuindo para a revitalização econômica em diferentes localidades, muitas experiências suscitaram críticas pelo que se deixou de alcançar e, sobretudo, por tudo aquilo que a expansão do turismo realmente implicou.

Está-se falando de reflexos socioambientais e culturais que, inclusive, comprometem a própria manutenção da atratividade turística. Isto sem mencionar os danos causados às populações autóctones, que se vêem privadas de recursos e têm sua cultura e o seu modo de vida irremediavelmente afetada. Está-se falando também de frustrações em termos de emprego e renda, tendo em vista o caráter sazonal dos fluxos turísticos em muitas áreas e a tendência à informalidade nas relações de trabalho que vicejam no setor. Estes temas, entre outros, são frequentes nas discussões sobre os impactos do crescimento turístico em áreas que passaram a escorar – ou a tentar fazê-lo – nesse setor grande parte das suas possibilidades de desenvolvimento.

O Brasil não constitui exceção à tendência geral de crescimento do turismo, e sua relação com esse setor não parece ter-se mantido imune ao debate crítico sobre as repercussões da “opção turística”.

Desde os anos 80, pelo menos, o País vem ocupando posições de destaque na geografia da movimentação turística internacional, ainda que seja praticamente um lugar comum considerar que os volumes de demanda registrados não fazem justiça à diversidade de atrativos existentes, algo que se coloca com estridência, sobretudo quando se observa o que ocorre em países próximos. Ao mesmo tempo, multiplicam-se os gritos de alerta sobre os impactos destrutivos da abertura do setor do turismo, de santuários ecológicos, a exemplo do Pantanal do Mato Grosso e da Amazônia, para citar apenas dois dos mais representativos do nosso patrimônio natural. (LINS, 2002, *in*: VIEIRA, 2002).

Com poucas expectativas, o turismo no Brasil, bem como nos outros países em desenvolvimento, começou a ser explorado como fator de desenvolvimento depois da Segunda Guerra Mundial.

O processo se iniciou com a aplicação da tríade sol, praia e mar, que atende às exigências do mercado extra-regional. No entanto, a receita só foi aplicada anos mais tarde, devido à falta de estabilidade política na região ou ao fato de que os governos não consideravam o turismo como alternativa para a consecução de seus objetivos.

A dimensão econômica da atividade turística é relevante e muitos países se aproveitam desse recurso para reequilibrar o balanço de pagamentos exterior e para dinamizar a economia local. As receitas turísticas internacionais representam mais do que a décima parte do produto nacional bruto em pelo menos vinte países, e mais que um quarto em uma dezena de países tropicais. (SANTIAGO, 1995).

A economia do turismo precisa ser avaliada através de uma visão sistêmica e integrada, tendo como referências os vários agentes que participam de seu processo.

Os principais resultados econômicos desse processo na década de noventa já podem ser avaliados através dos seguintes indicadores:

A taxa atual de crescimento das chegadas internacionais na década de 90 foi de 4,31% com destaque para o ano 2000 registrando o total de 698,3 milhões de chegadas. As receitas diretas obtidas pelos gastos dos turistas nas localidades visitadas atingiram em 2000 o valor de US\$ 476 bilhões e uma taxa média anual de crescimento de 5,9%. O gasto per capita apresentou o seguinte comportamento na década considerada: passou de US\$ 586,28 para US\$ 691,94 em 2000. As razões estão associadas ao avanço tecnológico com reflexos sobre os custos e os preços finais dos produtos e serviços ofertados no mercado. (OMT, 2000).

Os indicadores macroeconômicos do turismo publicados pela *World Travel Tourism and Council - WTTC*, ano 2000, comprovam a importância da atividade no cenário mundial:

- a) Produto Interno Bruto: US\$ 1.330,0 bilhões
- b) Emprego direto: US\$ 67,8 milhões
- c) Investimentos: US\$ 733,0 bilhões
- d) Impacto global: US\$ 3.550,0 bilhões

O Brasil apresenta-se neste cenário como quarto destino mais procurado das Américas e é responsável por 4,24% de chegadas internacionais em relação a este continente. É uma classificação baixa, diante dos recursos naturais e culturais que possui. (OMT, 2000).

De 1995 ao ano de 2005 a América Latina – excetuando-se o México – pressupunha uma perspectiva de crescimento da ordem de 60%, ou seja, um incremento de recursos de US\$ 125 bilhões. Nesta avaliação, a dúvida era de quanto caberia ao

Brasil deste montante de crescimento. (WTTC, 2000 *In* LAGE e MILONE, 2000, p. 86).

Por hipótese, vamos supor que o Brasil fosse praticamente a metade da América Latina e, assim, metade desses recursos seriam nossos. Seria ótimo se fosse verdade, mas esta situação está muito longe da realidade.

A evolução da atividade turística, em especial, na última década, demonstra o avanço na exploração econômica da oferta primária situada em todas as regiões do país, que apresentam potencialidades nos diversos tipos de turismo praticados no mundo: turismo de eventos, turismo de negócios, turismo de sol e mar, turismo de aventura, turismo de saúde, turismo de visita a parentes e amigos, turismo religioso, entre tantos...

Beni (2002) afirma que no Brasil, segundo matriz de insumo produto do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - a atividade turística impacta 52 segmentos diferentes da economia, empregando em seu redor, desde mão-de-obra mais qualificada, até as de menor qualificação tanto no emprego formal como informal. Esse número gera controvérsias, há autores que defendem que impactação exercida é maior que 52 segmentos econômicos, que é exponencialmente maior.

A Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH) declara que os 10 mil meios de hospedagem existentes no país são responsáveis pela geração de 720 mil empregos, sendo 180 mil diretos.

A Organização Mundial de Turismo prevê que para cada dólar investido em turismo por um país, ele recebe seis dólares como retorno. Assim sendo, a cada US\$ 7 mil deixados no país repercute na manutenção de um emprego. Enquanto na indústria automobilística são necessários R\$ 170 mil para gerar um emprego, no turismo apenas R\$ 40 mil possibilitam um emprego direto num hotel; R\$ 10 mil empregam uma pessoa num restaurante e R\$ 50 mil podem garantir matéria-prima e emprego a um artesão. (Relatório Embratur - Gestão 2000).

O Turismo desenvolve-se a partir de meados do século XIX, mas, apenas na década de 50 é que se transformaria em atividade de massa, significativa em termos socioeconômicos e culturais. O desenvolvimento do capitalismo industrial possibilitou o uso de sua tecnologia em outras áreas, entre elas, o Turismo.

O turismo nasceu e se desenvolveu com o capitalismo. Talvez por isso os economistas aproveitaram essa atividade para equilibrar a balança de pagamentos de vários países durante os últimos trinta anos.

Mas foi em 1960 que o turismo explodiu como atividade de lazer para milhões de pessoas e como fonte de lucros e investimentos, com lugar garantido no mundo financeiro internacional.

No processo de objetivação, sob o paradigma funcionalista, o turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre indústria e comércio. Em razão de não ser uma atividade agrícola ou industrial, normalmente é classificada no setor terciário ou de serviços.

A problemática é que o Turismo, muito mais que uma indústria de serviços, é fenômeno com base cultural, com herança histórica, meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais.

O somatório que esta dinâmica sociocultural gera parte de um fenômeno recheado de objetividade-subjetividade, que vem a ser consumido por milhões de pessoas.

Para parte dos autores da área do Turismo, este é concebido como um produto, pois satisfaz as necessidades humanas. A partir dessa definição, hoje aceita genericamente, pode-se interpretar, da mesma maneira, bens e consumo ou até pessoas, serviços, localidades, instituições ou idéias, tudo quanto possa satisfazer as necessidades dos indivíduos ou grupos que se deslocam de seu local de origem. (GASTAL, 2002).

3.1 – A ESTRUTURA TURÍSTICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina está localizado na região sul do Brasil (Figura 6), possui uma extensão territorial com área de 95.442,90 mil quilômetros quadrados, que representam 1,12% da superfície do território nacional. Situa-se no centro dos principais mercados do Brasil e dos países do Mercado Comum do Sul – Mercosul.

A população do estado é majoritariamente descendente de imigrantes europeus de diversas origens, com predominância de alemães, italianos e portugueses.

FIGURA 6: Localização geográfica de Santa Catarina.



FONTE: SANTUR, 2002. (www.santur.sc.gov.br).

Segundo dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – no ano 2000 o estado possuía uma população de 5.333.284 habitantes, dos quais aproximadamente 21% viviam no campo, em cerca de 203 mil estabelecimentos rurais. Devido ao intenso processo de urbanização ocorrido a partir da década de 70, atualmente 30% da população catarinense está concentrada nas oito cidades que têm mais de 100 mil habitantes, representando pouco mais de 20% da região sul e em torno de 3,0% do total de pessoas residentes no país.

A atividade turística, como geradora de empregos, conforme o Relatório Anual de Informações Sociais - RAIS – do Ministério do Trabalho, no Estado de Santa Catarina emprega 1.155.712 trabalhadores de forma direta. (RAIS – mão-de-obra empregada no Turismo – adendo SC, 2001).

As características essenciais da economia estadual são a diversificação de produtos com alta qualidade, a atualização tecnológica e a modernidade gerencial. As unidades produtivas estão distribuídas por todo território.

As empresas industriais estão agrupadas em pólos regionais especializados, destacando-se o de cerâmica, o têxtil, o eletro-metal-mecânico, o agroindustrial, o de madeira e o de papel. São cerca de 43 mil indústrias, das quais 455 de porte médio e 108 grandes, que empregam cerca de 365 mil trabalhadores.

Em dados fornecidos pelo ICEPA (Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina) no ano de 2000, as exportações estaduais atingiram US\$ 2,711 bilhões, correspondendo a 4,6% do total brasileiro. Na pauta das exportações estaduais, destaca-se o complexo agroindustrial que contribui com 50% do total estadual. Neste sub-setor destacam-se as exportações de produtos florestais e de carnes de aves e miudezas. Proporcionalmente, Santa Catarina é o estado brasileiro que tem o maior número de empresas operando com as especificações das normas ISO 9000 (*International Organization Satandardization*). O principal destino das exportações são os Estados Unidos, a Argentina e a Alemanha.

Santa Catarina é no contexto nacional e para a América Latina uma referência em potencial para a expansão das atividades turísticas.

O território barriga-verde é rico em atrativos tanto do ponto de vista de condicionantes ecológicos que vão de paisagens naturais litorâneas, formações montanhosas, zonas climáticas nítidas nas quatro estações a um variado conjunto de cenários com manifestações sócio-espaciais de culturas, que vêm impulsionando o padrão de desenvolvimento estadual, como nos lugares que receberam influências de portugueses (açorianos), alemães, italianos, austríacos, poloneses, africanos e até orientais.

Sob a égide desses fatores o desenvolvimento turístico tem produzido em Santa Catarina, espaços de relações que podem ser avaliados de diversas maneiras.

Se inicialmente o litoral com suas variedades de costas altas ou baixas, cheias de praias urbanizadas ou ainda em estágios primitivos serviram de ponto de partida para a inserção do estado entre as rotas brasileiras nas estações de veraneio, o interior com seus “vales coloniais” típicos das formações sociais desse Brasil meridional, vem adicionando qualidades aos conteúdos nas formas atuais de produção do espaço turístico.

O espaço catarinense dispõe hoje, em todos os quadrantes, de ingredientes indispensáveis ao que “modernamente” se passou a chamar de “indústria do turismo” ou “força fabril sem chaminé”.

Em decorrência dessas potencialidades cada lugar, ou conjunto de lugares tem buscado na devida escala de condições materiais, tecnologia e informação, integrar-se a movimentos amplos da sociedade na “geração de riquezas” e “qualidade de vida” através de atividades de turismo, capazes de despertar discutíveis questionamentos e avaliações.

Santa Catarina parece um espaço de alguma forma diferenciado no contexto da movimentação turística nacional. De fato, em alguns Estados ocorreu substancial redução na demanda de fluxos com origem no exterior, em virtude de um feixe de problemas que envolvem, entre outras coisas, o agravamento da chamada crise urbana nas grandes aglomerações brasileiras. Em Santa Catarina, ao contrário, observou-se a consolidação do caráter de ponto de convergência daqueles fluxos, o que ganha a devida substância através da observação de patamares cada vez mais altos ocupados pelas duas principais cidades turísticas do Estado no ranking nacional: Florianópolis e Camboriú.

Diversos atributos encontram-se na base desse tipo de trajetória. Com certeza, algumas especificidades do patrimônio natural e das relações cambiais com economias vizinhas, em especial a Argentina, ajudam a explicar o fortalecimento de Santa Catarina como destino de fluxos estrangeiros.

Da mesma forma, não parece justo omitir uma certa orientação governamental e, talvez, sobretudo, empresarial em termos de implantação de infra-estrutura básica e turística em diversas regiões do Estado.

O país encontra-se envolvido, na problemática do turismo, e isso acena com o fortalecimento de atividades portadoras de mais divisas, de maior renda e de novos empregos; ao mesmo tempo, a situação assim criada obriga-nos a admitir que planejar e controlar se constituem procedimentos irrecusáveis e urgentes.

Santa Catarina participa com certo destaque dessa progressão do turismo brasileiro, sobressaindo-se como foco de convergência de contingentes oriundos, sobretudo, do Rio Grande do Sul, do Paraná e de São Paulo, no âmbito dos mercados emissores internos, e também de procedência Argentina, no que diz respeito aos mercados externos. Ao longo dos 25 anos, o adensamento desses fluxos contribuiu para a consolidação progressiva de um aparato receptivo não negligenciável, reforçando a

percepção de que o território catarinense passou a constar, de modo cada vez mais saliente, no mapa da atividade turística nacional. (VIEIRA, 2002).

Diversos atributos encontram-se na base desse tipo de trajetória. Com certeza, algumas especificidades do patrimônio natural e das relações cambiais com economias vizinhas, em especial a Argentina, ajudam a explicar o fortalecimento de Santa Catarina como destino de fluxos estrangeiros. Da mesma forma, não parece justo omitir uma certa orientação governamental e, talvez, sobretudo, empresarial em termos de implantação de infra-estrutura básica e turística em diversas regiões do Estado.

Por exemplo, a gradativa implantação de uma malha viária cobrindo parte significativa do território catarinense, assim como a expansão das redes de distribuição de energia elétrica e de telefonia, entre outras coisas, possibilitou o crescimento turístico em vários locais, posto que viabilizaram não só o acesso, como o próprio investimento privado em equipamentos de turismo. Está referindo, como parece óbvio, à implantação de hotéis, restaurantes e equipamentos de lazer em geral. (LINS, 1994).

3.2 – A DEMANDA TURÍSTICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

O fenômeno turístico em Santa Catarina constitui privilégio, sobretudo de uma faixa de território paralela ao litoral de cerca de 200 km de largura.

Em Santa Catarina, a principal fonte de dados sobre a movimentação turística, em termos de fluxos, é o Estudo da Demanda Turística da Santur. Esse estudo é realizado desde 1984 nos principais municípios turísticos do Estado. Essa pesquisa oferece informações que vão do número de turistas, discriminados entre nacionais e estrangeiros, à receita gerada localmente a partir dos gastos dos visitantes, passando pelos atrativos que motivaram a viagem e as opiniões acerca de aspectos da infra-estrutura para turismo.

A coleta de informações para elaboração do estudo da demanda turística ocorre através de entrevistas com turistas que estão deixando a cidade, nos principais hotéis, terminais rodoviários e aeroviários de passageiros e acessos terrestres.

A pesquisa baseia-se numa amostra aleatória cujo dimensionamento é estabelecido por parâmetros estatísticos com nível de confiança de 95% e um erro relativo de 5%, que permitem inferências sobre médias e distribuições percentuais para a totalidade dos turistas que entram e saem do país.

O modelo da amostragem é o probabilístico do tipo aleatório simples. Por esse método cada elemento da população tem a mesma probabilidade de estar incluído na amostra, onde cada turista entrevistado tem a mesma chance de ser escolhido e, conseqüentemente, estar incluído na amostra, fazendo com que as inferências sejam representativas para a população da qual foram extraídas, fixando-se o grau de confiança desejado e a expectativa de erro prevista. Durante a alta estação turística, as entrevistas são efetuadas ao final de quinzena e/ou de mês, de modo a registrar a tendência parcial e geral de mercado.

Lins (1994) afirma que, no nível metodológico, na identificação do perfil sócio-econômico dos fluxos, são formuladas questões a cerca da profissão e da renda média pessoal e familiar, técnica considerada suplantada pelos principais institutos de pesquisa de mercado, face aos potenciais vícios inerentes.

Na composição do gasto médio aproximado, apresenta valor não especificando os montantes efetuados com transportes, hospedagem, alimentação, compras, lazer e outros. Em nível de planificação turística, estes elementos exercem papel relevante.(LINS, 1994).

Entretanto, embora sistemático, o estudo não cobre sempre os mesmos municípios, desde o início da realização. O número de sítios pesquisados tende a aumentar, à medida que certas localidades observam o fortalecimento do respectivo setor turístico. Mas há casos de abandono, isto é, municípios que foram estudados num determinado momento e depois retirados do rol do levantamento de dados, sem justificativa e sem explicação.

Tudo isto quer dizer que, primeiro, é difícil realizar uma análise sobre a trajetória do fluxo turístico para Santa Catarina como um todo. De fato, somente alguns municípios têm sido investigados. Mas, em segundo lugar, é difícil efetuar estudos sobre o comportamento da demanda mesmo com referência aos municípios que compõe a amostra de pesquisa atual da Santur, visto que somente alguns deles foram objetos de observação desde o início da realização das pesquisas. Claro que tais municípios - Balneário Camboriú, Blumenau e Florianópolis - situam-se entre os mais importantes sítios turísticos do Estado, seja em termos de recepção de fluxos ou de alocação de recursos privados para implantação de novos equipamentos e serviços.

Assim, os dados a eles referentes com certeza refletem o desenvolvimento em escala agregada. Contudo, quando as tabelas forem analisadas, deve-se ter claro que se

estará falando somente de um segmento (por mais representativo que seja) do movimento turístico de Santa Catarina.

Pesquisas sobre turismo emissivo e receptivo realizadas pela EMBRATUR, agência oficial de fomento ao turismo em abrangência nacional, dão conta que o Estado de Santa Catarina faz parte do panorama turístico nacional. Entre as 35 cidades brasileiras procuradas pelo turismo em 1987, o Estado de Santa Catarina é representado por seis cidades: Florianópolis, Camboriú, Blumenau, Itapema, Porto Belo e Itajaí. Essas seis cidades representam 14,3 % da demanda turística em 1987. Duas destinações predominam: Florianópolis e Camboriú (SANTIAGO, 1995). Em 1991, duas cidades catarinenses figuravam entre as sete mais visitadas por turistas estrangeiros: Camboriú e Florianópolis, que ocupavam respectivamente, a 4ª e a 7ª posição no ranking das cidades. A Tabela 1 demonstra o que se afirma ao apresentar os locais mais procurados pelos turistas internacionais no Brasil no período de 1987 a 2001.

TABELA 1: Locais procurados pelos turistas estrangeiros no Brasil (1987 – 2001) em %.

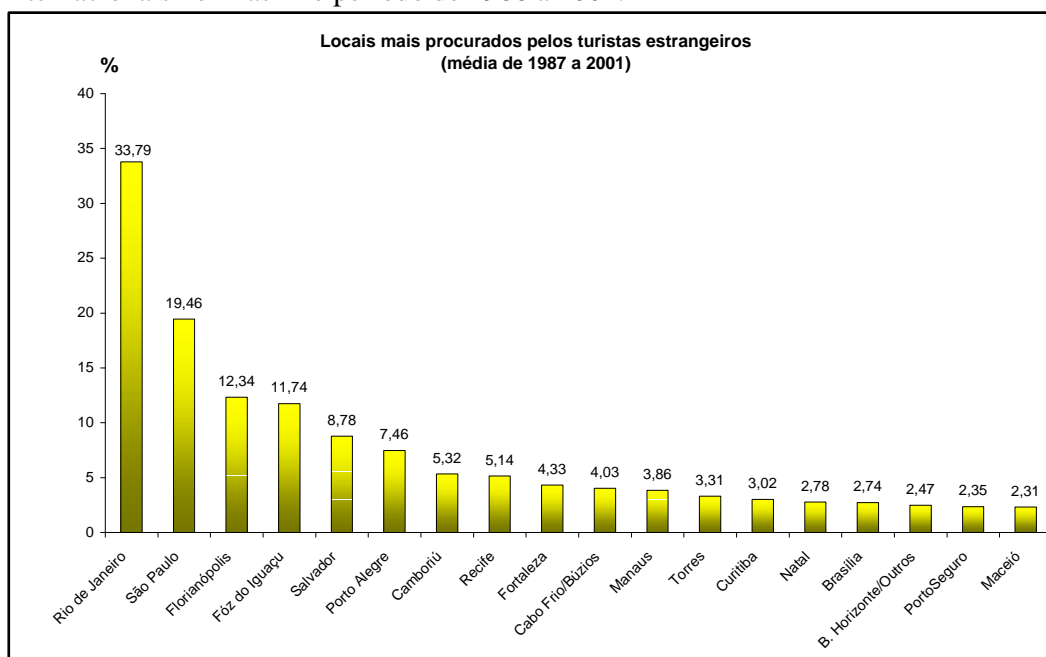
LOCAL	1987 (%)	1988 (%)	1990 (%)	1991 (%)	1992 (%)	1993 (%)	1994 (%)	1995 (%)	1996 (%)	1997 (%)	1998 (%)	1999 (%)	2000 (%)	2001 (%)
Rio Janeiro	29.9	30.1	33.8	31.4	27.8	45.4	39.5	41.8	30.5	37.4	30.02	32.54	34.13	28.77
São Paulo	19.8	21.3	19.4	18.5	18.3	19.2	21.3	19.9	22.4	23.5	18.4	13.74	19.65	17.02
Porto Alegre	8.9	6.3	5.82	6.2	6.3	8.5	7.8	9.7	10.1	7.9	7.9	6.05	5.9	7.11
Florianópolis	7.4	7.9	6.22	7.2	8.3	12.4	15.3	11.4	17.0	13.5	14.0	17.69	18.69	15.77
Foz Iguaçu	7.0	8.0	9.3	10.8	13.5	13.5	12.7	16.0	16.6	11.8	8.9	11.78	12.94	11.47
Salvador	5.3	5.2	5.2	5.8	5.5	9.8	9.3	8.8	7.7	12.2	10.09	12.67	13.47	11.13
Camboriú	4.2	4.0	6.2	5.6	4.8	6.4	6.6	6.2	5.4	3.7	5.1	4.88	6.6	4.86
Manaus	3.6	4.1	3.8	4.0	3.1	4.5	3.8	5.0	4.7	4.2	3.3	2.17	-	-
Curitiba	3.2	3.1	2.2	-	3.1	3.6	4.1	-	2.1	-	3.0	2.78	-	-
Recife	3.1	3.9	3.3	4.4	3.7	6.1	4.8	5.7	4.7	5.7	7.2	6.44	5.75	7.2
Brasília	2.8	3.3	2.8	2.9	-	-	-	3.5	2.3	-	2.5	1.78	-	-
Torres	2.5	-	-	-	3.1	-	3.9	-	4.4	-	3.0	2.95	-	-
B. Horizonte	2.3	2.8	2.0	3.2	2.5	-	2.6	2.8	1.7	-	-	2.35	-	-
Fortaleza	-	-	-	-	-	3.6	-	4.1	3.2	3.4	4.6	4.7	5.39	5.61
CFrio/Búzios	-	-	-	-	-	4.3	-	3.4	2.7	-	5.4	4.56	4.0	3.87
Natal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.78	-	-
Porto Seguro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.35	-	-
Maceió	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.31	-	-

FONTE: Elaborado pela autora a partir dos dados do Anuário Estatístico da EMBRATUR. (1987 a 2002).
Obs. Não existem dados concernentes ao ano de 1989 no Anuário Estatístico da EMBRATUR.

Em 1987 as cidades de Camboriú (4,2%) e Florianópolis (7,4%) somados os percentuais de visitantes, colocam Santa Catarina na 3ª classificação, como Estado receptor com 11,6%. Em 1992, essa tendência continua: dentre as destinações mais procuradas pelos turistas internacionais, Florianópolis é a 4ª cidade mais visitada. A cidade de Camboriú é a 5ª cidade mais procurada. Dez anos depois, 1997, essa posição permanece inalterada até o ano de 1998 quando a soma das duas cidades respectivamente (14%) e (5,1%) representam 19,1% no turismo receptivo nacional e elevam a posição de Santa Catarina nesse cenário para segundo colocado (em primeiro lugar: Rio de Janeiro). Essa colocação está estável desde então.

Ao mesmo tempo observa-se na Tabela 1 e no Gráfico 1, que ao longo do período de 1997 a 2001, a variação entre as 10 cidades mais visitadas tem sido pequena. Destaca-se o ano de 1998, quando Florianópolis ocupou o 2º lugar entre as cidades mais visitadas, lugar tradicionalmente ocupado por São Paulo, como decorrência do aumento expressivo de fluxo argentino, que tem como destino privilegiado o Estado de Santa Catarina e Florianópolis, em particular. O Rio de Janeiro foi a cidade mais visitada pelos turistas estrangeiros em 2001 (28,8%), São Paulo destacou-se em 2º lugar (17%), e Florianópolis em 3º (15,8). O Gráfico 1 apresenta a média percentual das cidades mais procuradas pelos turistas internacionais no Brasil durante o período de 1986 a 2001.

GRÁFICO 1 – Média percentual das cidades mais procuradas pelos turistas internacionais no Brasil no período de 1986 a 2001.



FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados dos Anuários Estatísticos EMBRATUR. (1986a 2002).

Note-se, porém, que tais preferências dizem respeito às viagens motivadas pela busca de lazer. Santa Catarina não ostenta a mesma atratividade junto aos fluxos cuja motivação para viajar relaciona-se com a realização de negócios e/ou a participação em congressos e convenções: na pesquisa de 1992, em que se inquiriu sobre esse assunto, nenhum local do Estado foi citado como ponto de destino.

A presença de belezas naturais é relevante para que haja captação da demanda turística. Sem dúvida, as belezas naturais são vantagens para as localidades que as possuem. Porém, cabe destacar que o turismo, apesar de todo apelo à “volta para a natureza”, vem se constituindo como um fenômeno urbano.

O destaque para a cidade de São Paulo que na média dos últimos 14 anos (1987-2001), vide Gráfico 1, apresenta-se como 2º lugar em destinação turística comprova a tendência do turismo urbano e de eventos.

Se voltarmos nosso olhar para o turismo europeu, por exemplo, veremos que inúmeras cidades, dentre as mais visitadas, não são caracterizadas como belas em termos de recursos naturais.

Os fluxos estrangeiros que têm se dirigido a Santa Catarina são provenientes, particularmente do Cone Sul latino-americano, com especial destaque para a Argentina. A situação econômica dos países da região, manifestada em relações cambiais de uma certa natureza, só tem contribuído para que, desde o começo da década de 90, o Estado se beneficiasse de intensos fluxos originados nos países vizinhos.

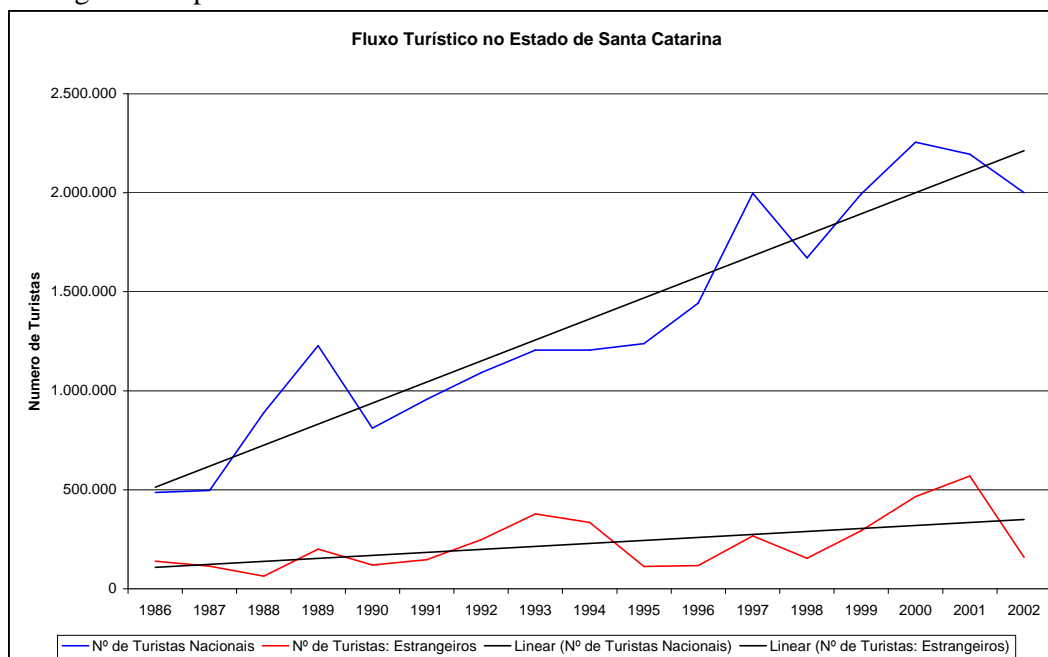
Assim é que as pesquisas da Embratur dão conta que, entre 1987 e 1991, três dos cinco países que mais enviaram turistas para o Estado localizam-se nas fronteiras do Brasil meridional: Argentina, Paraguai e Uruguai. Os dois países restantes foram Estados Unidos e Alemanha.

Uma década após, a tendência histórica se confirma como demonstram os anos de 2000, 2001 e 2002. Três dos cinco países que mais enviaram turistas para Santa Catarina foram os mesmos países fronteiriços: Argentina, Paraguai e Uruguai. Os dois países restantes foram Chile e Estados Unidos. Sendo que o Chile, embora não faça fronteira com o Brasil, está localizado na América do Sul.

3.3 - SANTA CATARINA COMO DESTINO DE FLUXOS ESTRANGEIROS

Na virada dos anos 70 para 80 o Brasil consolida sua posição de núcleo receptor de fluxos turísticos internacionais: enquanto o número de chegadas turísticas no mundo como um todo mais do que setuplica entre 1967 e 1988, a participação nacional daqueles totais mais que dobra; de outro lado, a Conta Turismo, no Balanço de Pagamentos do Brasil, passa a apresentar um saldo positivo desde o começo da última década e o setor em foco, apresenta, já em 1983, uma receita equivalente à receita de exportação de um produto tão importante na pauta brasileira como o minério de ferro. (Lins, 1994, p. 152). O Gráfico 2 apresenta o fluxo turístico no Estado de Santa Catarina e demonstra o número de turistas nacionais e estrangeiros nos anos de 1986 a 2002.

GRÁFICO 2: Fluxo turístico no Estado de Santa Catarina: turistas nacionais e estrangeiros no período de 1986 a 2002.



FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na SANTUR (1986 a 2002).

Santa Catarina não permanece imune a esta tendência do fortalecimento do Brasil na geografia da movimentação turística em escala internacional. De fato, a diversidade de seus atrativos, quer naturais, quer históricos e culturais, juntamente com uma posição que o coloca no vértice de um leque de fontes potenciais de emanção de

viagens motivadas pela busca de lazer, têm feito do Estado objeto de constante busca por parte de turistas estrangeiros.

As Tabelas 2 e 2A apresentam os fluxos turísticos no Estado de Santa Catarina, quando demonstramos os números que se referem à capacidade de alojamento nos hotéis era de 37.939 leitos, em 1991 (segundo o órgão responsável pelo setor turístico na época: Secretaria da Indústria do Comércio e do Turismo). O município de Florianópolis representado por 8.578 leitos e Balneário Camboriú por 8.241 leitos, ou seja, 44,33 % da capacidade total do Estado. Em dezembro de 1990, a Embratur já havia classificado 21.572 leitos, somente na hotelaria, onde 4.228 leitos eram relativos a Florianópolis e 4.306 leitos eram relativos a Camboriú. (SANTIAGO, 1995).

TABELA 2: O Fluxo Turístico no Estado de Santa Catarina (1986 a 2002).

ANO	Turistas Nacionais	Turistas Estrangeiros	Nº Total de Turistas	Receita Total U\$ milhões	Nº de leitos disponíveis	Taxa de Ocupação Hoteleira
1986	486.259	139.879	626.138	149.204	29.137	49,84 %
1987	496.439	114.563	611.002	226.333	27.597	58,58 %
1988	889.921	64.008	653.929	168.821	30.774	56,16 %
1989	1.227.208	200.276	1427.484	559.054	32.997	60,00 %
1990	810.645	120.810	931.455	284.319	36.435	45,76 %
1991	956.110	146.288	1.102.398	219.825	37.939	47,63 %
1992	1.091.527	247.770	1.339.297	281.929	37.939	69,08 %
1993	1.205.752	378.025	1.588.770	467.196	49.517	54,24 %
1994	1.205.241	335.186	1.540.427	565.802	51.600	57,56 %
1995	1.238.117	112.515	1.350.632	541.650	51.307	52,97 %
1996	1.443.340	117.679	1.561.019	636.968	55.165	51,98 %
1997	1.997.620	266.816	2.264.436	930.613	59.272	70,83 %
1998	1.671.376	153.669	1.825.045	428.217	61.031	65,07 %
1999	1.993.630	292.905	2.286.535	365.080	65.394	68,01 %
2000	2.255.860	464.994	2.720.854	491.216	66.882	75,90 %
2001	2.194.522	568.663	2.763.185	477.491	67.716	76,37%
2002	2.001.034	158.511	2.159.545	300.048	72.156	52,78%

FONTE: A partir de dados da SANTUR (1986 a 2002).

Uma das variáveis, a Taxa de Ocupação Hoteleira (TOH), na Tabela 2, demonstra os números que se referem à capacidade de alojamento nos hotéis em Santa Catarina. Em 1991 a capacidade era de 37.939 leitos. O município de Florianópolis representado por 8.578 leitos e Balneário Camboriú por 8.241 leitos, ou seja, somavam 44,33% da capacidade total do Estado.

No ano de 2001, dez anos depois, conforme divulgação da Abih-sc, a capacidade dos hotéis de Santa Catarina era de 180.000 leitos. O município de Florianópolis representado por 18.000 leitos e Camboriú por 20.000 leitos, representando um aumento na capacidade hoteleira de 9.422 leitos.

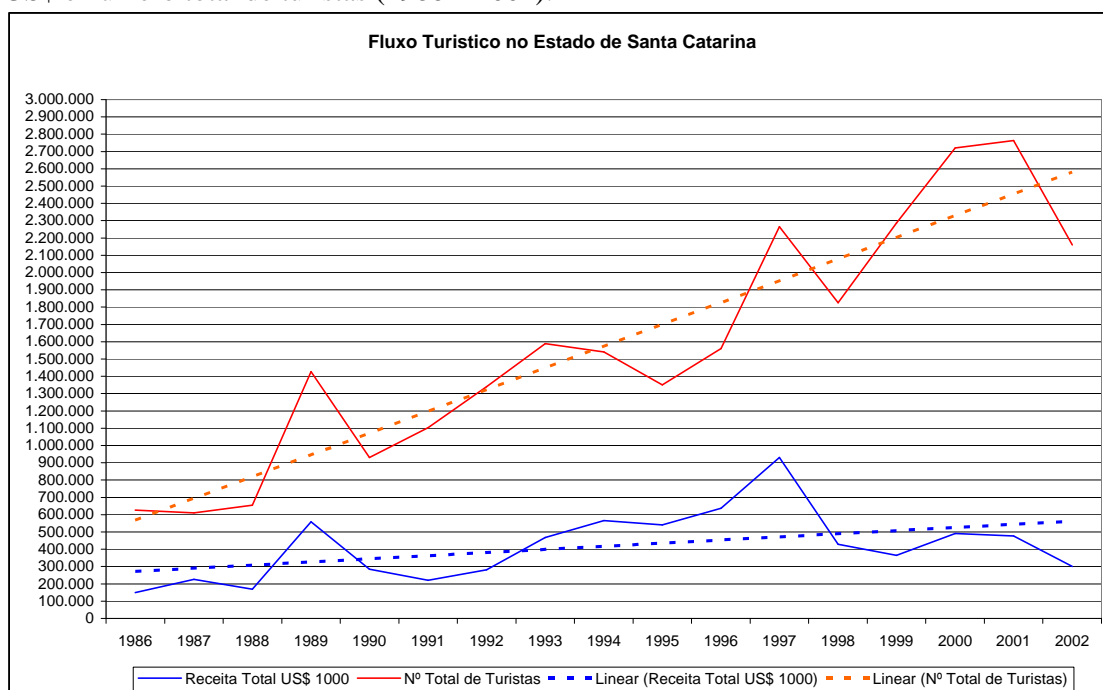
TABELA 2A: O fluxo turístico no Estado de Santa Catarina (continuação).

ANO	Despesa média diária Turista Nacional	Despesa US\$ por turista (média/dia) Estrangeiro	Permanência média (dias) em hotéis	Permanência média (dias) tipos de hospedagens Nacionais	Permanência média (dias) tipos de hospedagens Estrangeiros
1986	29,93	29,62	10,04	7,89	8,29
1987	22,76	65,24	11,01	10,07	15,06
1988	14,02	23,84	11,81	11,41	17,36
1989	24,70	41,24	11,47	8,53	14,41
1990	29,70	21,53	10,96	10,26	14,34
1991	18,24	25,43	11,40	9,84	12,96
1992	16,97	25,85	12,14	10,43	13,86
1993	20,89	41,39	11,99	9,62	14,37
1994	28,67	37,20	11,88	11,19	14,37
1995	37,72	38,34	10,59	10,33	13,44
1996	38,35	45,44	10,44	10,14	14,15
1997	34,08	43,28	11,61	11,37	13,43
1998	20,12	26,72	11,30	11,14	13,10
1999	14,31	27,80	9,71	9,37	12,00
2000	16,17	27,67	9,74	9,39	11,41
2001	14,58	28,42	5,66	8,96	11,81
2002	13,43	19,71	5,01	9,75	12,15

FONTE: A partir de dados da SANTUR (1986 a 2002).

Porém, com a desvalorização cambial e a crise econômica na Argentina, nosso principal país emissor, a taxa de ocupação hoteleira em Santa Catarina não passou de 50%. Como turismo e hotéis estão intimamente ligados; representantes da Abih-sc solicitaram uma divulgação mais forte do Estado. Segundo eles, se a taxa de ocupação passasse a 60%, em dois anos seriam criados 20 mil novos empregos e o incremento na renda dos hotéis e segmentos de apoio (restaurantes, transportes, etc), seria de R\$ 300 milhões. Em 2001, o setor gerou 37,5 mil empregos diretos e 112,5 mil indiretos.

GRÁFICO 2A: Fluxo turístico e linear no Estado de Santa Catarina: Receita total em US\$ e número total de turistas (1986 – 2002).



FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados da Santur. (1986 a 2002).

Analisando o Gráfico 2A que evidencia o fluxo turístico e linear no Estado de Santa Catarina demonstrando a receita total em US\$ e número total de turistas no período de 1986 a 2002, observa-se a nível sócio-econômico, o perfil do fluxo estrangeiro, particularmente o proveniente da Argentina, que apresenta acentuada queda no nível de renda e nos gastos efetuados no Estado, nos últimos anos, fato que reflete diretamente no nível da infra-estrutura de equipamentos e serviços disponíveis.

Também ao observarmos maiores gastos *per capita*, no período de 1989, deve-se a desvalorização da moeda nacional, que de forma relevante favoreceu ao turista estrangeiro.

Outra acentuada elevação dos gastos *per capita* é percebida no ano de 1997, onde o motivo é o mesmo citado anteriormente: taxa de câmbio desfavorável ao Brasil, e sendo a Argentina nosso principal mercado emissor, o resultado não poderia ser diferente. O gasto *per capita /dia* dos turistas, em geral, em 2001, registrou um ligeiro decréscimo com relação a 2000. No ano de 2002, o decréscimo é acentuado: de US\$ 28,42 para US\$ 19,71; representando uma queda brusca no gasto *per capita /dia*. Esse comportamento deveu-se a medidas econômicas ocorridas na Argentina.

Ainda no Gráfico 2A, a composição do fluxo turístico modificou-se no tempo. A presença estrangeira foi crescente até 1993, apresentou comportamento oscilante até 1998/1999 e depois se engajou em outra clara tendência ascendente. É possível perceber uma certa sintonia entre a quantidade de estrangeiros e as relações cambiais envolvendo Brasil e Argentina: o Plano Cavallo data do início do período observado; o Plano Real - fortemente escorado no câmbio sobre-valorizado – foi adotado em 1994; e a mudança na política de câmbio no Brasil, no sentido da desvalorização, ocorre no início de 1999. (VIEIRA, 2002).

Considerar essas alterações nas relações entre Brasil e Argentina é importante pelo que indicam sobre a composição da demanda turística catarinense. Sem dúvida, a Argentina é o principal mercado emissor de fluxos estrangeiros para Santa Catarina, tendo participado, entre as altas estações de 1990 e 2001, com contingentes que oscilaram entre 69% e 92% do total de turistas conforme comprovado no Gráfico 2A.

Lins (2002) afirma que em Santa Catarina, o tema referente à desigualdade espacial na incidência do fato turístico, no que se refere à demanda, pode ser confirmado quando se observa a participação de núcleos receptores situados no litoral:

* Litoral Central – Florianópolis;

* Litoral Norte – Camboriú, Bombinhas, Itapema, Porto Belo e São Francisco do Sul;

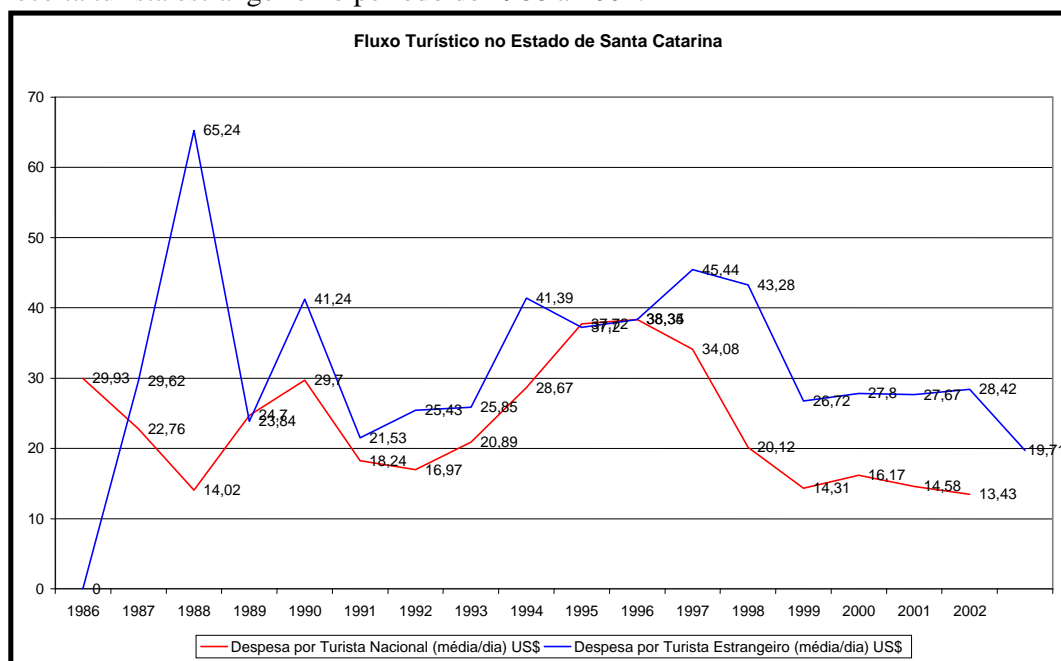
* Litoral Sul - Garopaba e Laguna,

com relação ao número total de turistas e aos gastos turísticos.

Salta aos olhos o que esses números representam em termos de canalização de fluxos: aqueles oito municípios concentram nada menos que 2/3 dos turistas que visitaram o Estado, e registraram mais de 90% dos seus gastos.

A seguir o Gráfico 2B apresenta o fluxo turístico no Estado de Santa Catarina, receita do turista nacional e receita do turista estrangeiro no período de 1986 a 2002.

GRÁFICO 2B: Fluxo turístico no Estado de Santa Catarina: Receita turista nacional e receita turista estrangeiro no período de 1986 a 2002.



FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. (1986 a 2002).

Lins (2002) declara que o fenômeno do turismo em grande escala no Estado configura uma prerrogativa da franja litorânea, onde a incidência de serviços e o congestionamento da demanda alimentam-se reciprocamente. Em face da diversidade de alternativas possíveis, este fato, tomado em si mesmo, descortina um espaço promissor para a formulação de políticas de turismo “norteadas” pela busca da interiorização dessas atividades. Todavia, o envolvimento institucional apresenta-se como necessário não só para ampliar geograficamente a incidência do turismo. Planejamento e organização do crescimento das atividades do setor turístico são iniciativas que necessitam urgência, visando coibir abusos no uso dos recursos turísticos e, assim, conter a degradação sócio-ambiental. (LINS, 2002 *in*: VIEIRA 2002).

Boletim da Abih-sc (janeiro de 2002) declara que os argentinos continuarão a frequentar nossas praias porque, apesar da crise, é três vezes mais barato passar as férias no Brasil do que permanecer em casa na Argentina. Até dezembro de 2001, haviam sido solicitados 800 pedidos de permissão de pouso para vôos *charters* à Infraero para o Estado e 98% deles eram de Buenos Aires e províncias vizinhas. Como 50% das consultas se confirmam em vôos e ainda faltavam dois meses para a temporada de praia, o otimismo fazia parte dos que trabalham para o turismo. No ano 2000, Florianópolis

recebeu 747 vôos, transportando mais de 125 mil passageiros. Santa Catarina recebeu, nesse mesmo ano, oito navios em seu litoral, com 27 escalas durante a temporada de verão. Em 2001, seriam dez navios, com 47 escalas. Os navios do verão catarinense farão escalas em Itajaí, São Francisco, Porto Belo e Jurerê.

A Tabela 3 apresenta o número de turistas nacionais e internacionais no Estado de Santa Catarina segundo seu local de origem, e fluxo turístico interno do Estado.

TABELA 3: Turistas nacionais e internacionais no Estado de Santa Catarina segundo seu local de origem e fluxo interno do Estado no período de 1986 a 2002

ANO	R.S.	S.C.	PR.	S.P.	R.J.	ARG.	URU.	PAR.	EUA.	CHI.
1986	33.11	22.48	13.82	17.15	6.53	85.89	4.36	5.02	0.62	1.2
1987	34.28	24.04	15.89	13.93	4.33	89.42	6.41	2.08	0.29	0.74
1988	25.43	23.13	21.2	17.23	2.8	75.26	8.25	8.25	1.69	0.85
1989	20.84	23.38	21.23	21.11	4.86	92.26	2.01	3.72	0.57	-
1990	24.02	17.4	22.44	20.39	4.31	69.05	12.89	7.88	1.58	2.15
1991	23.4	17.26	24.97	19.87	5.39	83.12	5.34	4.06	2.56	0.43
1992	23.95	18.51	22.17	24.33	4.03	89.05	4.74	2.96	0.36	1.46
1993	24.78	26.68	21.85	14.91	4.0	92.33	3.44	2.22	0.22	1.0
1994	20.49	21.73	27.66	17.29	3.7	89.3	3.31	5.3	0.38	0.57
1995	24.64	28.55	26.68	11.79	2.26	79.19	3.64	9.49	-	3.64
1996	25.18	23.13	28.82	12.93	2.81	82.79	4.19	6.05	-	0.93
1997	30.69	21.06	26.42	13.3	2.91	81.79	5.24	6.9	-	2.48
1998	35.93	21.03	24.17	10.09	1.39	74.71	6.61	12.73	-	1.32
1999	29.73	25.7	22.41	12.35	2.11	79.87	3.9	10.71	0.31	1.19
2000	23.17	21.54	33.51	11.72	2.38	85.82	4.82	5.81	0.64	0.99
2001	27.28	21.47	29.15	11.8	2.15	86.17	5.0	6.0	0.44	0.78
2002	34.97	19.34	25.85	11.92	2.19	71.54	12.4	11.23	0.39	0.78

FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. (1986 a 2002).

Observando a Tabela 3, notamos que a variação do fluxo entre turistas brasileiros e estrangeiros é devido à instabilidade política e econômica dos países de origem. Os turistas brasileiros são provenientes seguintes Estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro.

Dentre os turistas nacionais os três Estados que mais visitaram o Estado de Santa Catarina no ano de 2002, estão os provenientes do Rio Grande do Sul com 34,97%; em seguida is oriundos do Paraná com 25,85%; e os catarinenses com 19,34%.

Os turistas estrangeiros chegam da Argentina, Paraguai, Uruguai, Chile e Estados Unidos. Os argentinos são em maior número somam 86 % em 1986, 89 % em 1987, 75 % em 1988, 92 % em 1989, 69 % em 1990, 83,12 % em 1991, 89,05% em 1992, 92,33% em 1993, 89,30% em 1994, 79,19% em 1995, 82,79% em 1996, 81,79% em 1997, 74,71% em 1998, 79,87% em 1999, 85,82% em 2000, 86,17% em 2001 e apresenta uma relevante queda: 71,54% no ano de 2002 em função de reformas econômicas ocorridas na Argentina.

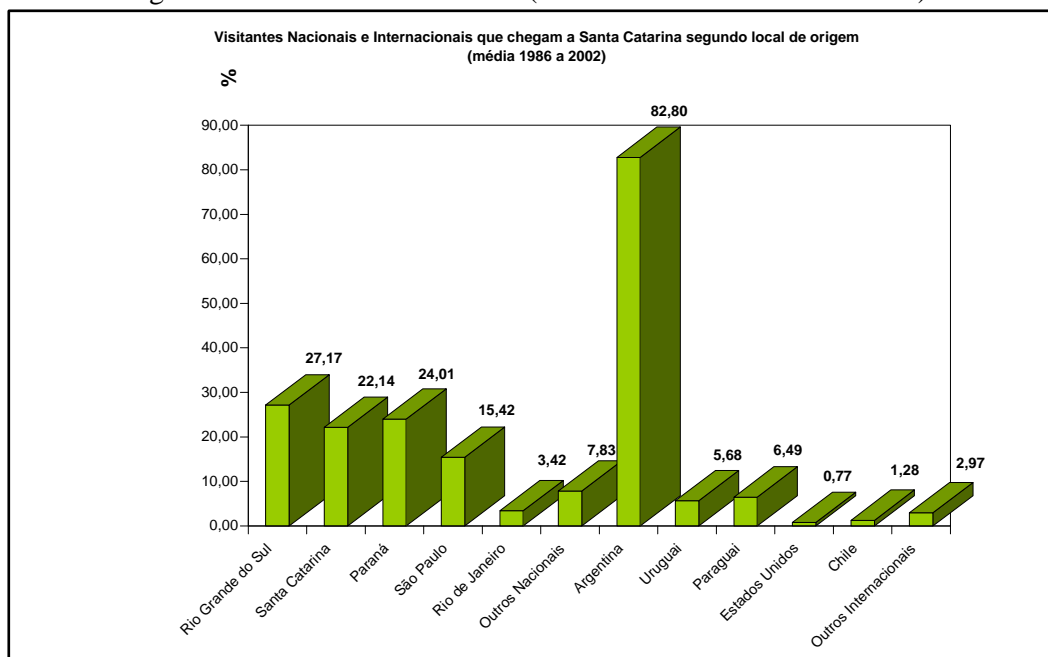
Economicamente já ficou evidenciado que a atividade turística tem significado expressivo para Santa Catarina. Em 1993, a atividade foi responsável pela geração de uma receita bruta equivalente a 25% do total das exportações do estado. Para 1994, a receita girou em torno de 560 milhões de dólares.

Mesmo assim, vale salientar que nos anos de 1994 e 1995, o fluxo turístico dos pólos emissores para Santa Catarina apresentou algumas oscilações – conforme comprova a Tabela 3 – e isso se deve, em parte, às novas condições geradas no mercado brasileiro naqueles anos, decorrentes principalmente em função da ampliação das ofertas nordestinas para demandas notadamente de estrangeiros, muitas das quais argentinas e, em decorrência das mudanças processadas no câmbio brasileiro procedente da nova política econômica, que elevou custos para muitos estrangeiros como os próprios argentinos.

Santiago afirma que entre os anos de 1990 e 1994, nota-se uma diminuição sensível do fluxo turístico em Santa Catarina: como efeito, outras regiões brasileiras, em particular, a Nordeste, investiram maciçamente no setor turístico, através de publicidade feita junto aos turistas estrangeiros, transformando-se assim em concorrentes para o Estado de Santa Catarina. (SANTIAGO, 1995).

As análises efetuadas na Tabela 3 corroboram as interpretações do Gráfico 3 onde as médias anuais apresentadas acompanham as mesmas séries históricas nas interpretações dos visitantes nacionais e internacionais chegados a Santa Catarina segundo seu local de origem.

GRÁFICO 3:- Turistas nacionais e internacionais no Estado de Santa Catarina segundo local de origem e fluxo interno do Estado. (Média dos anos de 1986 a 2002).



FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. (1986 a 2002).

O Gráfico 3 admite claramente a maior média dos últimos 16 anos aonde os visitantes estrangeiros que chegam ao Estado de Santa Catarina são, em sua maioria, provenientes da Argentina. Dentre os turistas nacionais, a maior média dos últimos 16 anos fica com os visitantes provenientes do Rio Grande do Sul com 27,17%; seguidos dos turistas paranaenses com 24,01%; e em terceiro lugar os turistas catarinenses com 22,14% de chegadas, na média desses mesmos 16 anos, demonstrando que um número relevante de catarinenses tem por costume visitar o próprio Estado.

Desde o início, o turismo em Santa Catarina vem sendo expandido, sobretudo em diferentes municípios da orla marítima, sendo os principais receptores Balneário Camboriú e Florianópolis.

O engajamento efetivo de Santa Catarina no setor de turismo foi impulsionado a partir dos anos 70. Entretanto, a sedução da orla marítima se fez sentir já desde o início do século XX, estimulando a instalação de residências secundárias, ou casas de praia, por grupos sociais que habitavam áreas mais ou menos próximas do litoral. Essa relação precursora com o mar, vinculada ao principal atributo turístico de Santa Catarina e ao fator que, de longe, mais afeta as decisões dos visitantes, ocorreu na área que hoje

corresponde ao município de Balneário Camboriú, atualmente um dos núcleos de turismo receptivo de maior destaque no sul do Brasil.

O crescimento da oferta da infra-estrutura turística no Estado de Santa Catarina, não é sempre acompanhado de uma qualificação ou especialização dos serviços. A deteriorização sucessiva dos espaços condena e compromete o potencial existente. A urbanização contínua linear. A orla das praias de Camboriú, primeiro sítio turístico catarinense, é um exemplo.

FIGURA 7: Vista aérea da praia de Camboriú.



FONTE: Acervo da autora (2002).

No início, a ocupação desse local envolveu principalmente moradores do Vale do Itajaí e áreas próximas. O processo foi tão intenso que, em 1964, a tão ambicionada faixa litorânea separou-se do município de Camboriú e tornou-se município de Balneário Camboriú.

Na dinâmica de consolidação dessa área como pólo turístico, as atividades ligadas ao veraneio passaram a figurar como fatores básicos da economia local: hotelaria, alimentação e lazer /entretenimento constituem hoje em dia segmentos que respondem, com efeito, pela essencial geração de postos de trabalho e renda, relevando-se a forte sazonalidade da movimentação de visitantes. Tais atividades evoluíram a reboque das construções civis, estimulada pela especulação imobiliária geradora de uma intensiva verticalização da estrutura urbana, e daquelas atividades produtivas que,

distribuídas em regiões próximas, fornecem insumos para o setor turístico e para um mercado urbano de considerável dinamismo nos meses de verão.

O significado do turismo em Balneário Camboriú, que no censo de 2000 registrou pouco mais de 73 mil habitantes, pode ser avaliado com base nos dados fornecidos pela Santur sobre demanda turística.

Se deixados à própria sorte, os locais mais atrativos nesses segmentos do litoral de Santa Catarina, deverão convergir para os mesmos “modelos” turísticos, marcados pela urbanização avassaladora e por grandes impactos sócio-ambientais, como se observa hoje em Camboriú, onde a “muralha” de prédios (fruto da especulação imobiliária) na orla marítima faz com que o sol deixe de banhar as areias da praia antes das 15 horas. Como era de se esperar, foi um verdadeiro desastre para o turismo. Especialistas foram chamados, na tentativa de reverter o quadro. Foi criado o Parque Unipraias, onde turistas limitados ao uso da praia, são “convidados” a usufruir os bondinhos e observam o mar, no ar (Figura 8). Contudo, foi uma busca de soluções, prática e atual, para problemas que se criaram em longo tempo, com permissão de crescimento turístico, com políticas sem planejamento e sem compromisso com a sustentabilidade. Exemplos que demonstram o que não se deve repetir: práticas turísticas predatórias, insustentáveis.

FIGURA 8: Camboriú vista área do Parque Unipraias.

Os únicos bondinhos aéreos do mundo a ligar duas praias (praia Central à praia de Laranjeiras). Eles estão inseridos num complexo de lazer e diversão de mais de 85 mil m², o Parque Unipraias localizado na Barra Sul. O atrativo engloba três estações. A estação Barra Sul é composta de praça de alimentação, mini shopping, área para recreação infantil e exposições, além da estrutura de embarque.



FONTE: SANTUR, 2002. (www.santur.gov.br)



Subindo a 240 metros no alto do Morro da Aguada encontra-se a estação Mata Atlântica, um parque ambiental de 60 mil m² com 500 metros de trilhas ecológicas, dicas de preservação ambiental, três mirantes, bares, auditório panorâmico, anfiteatro e aconchegantes recantos. Descendo até a terceira estação, está a praia de Laranjeiras, onde os turistas seguem pelo bulevar e tem a opção de curtir os encantos que a praia oferece.

Lins (2002) demonstra que para a década de 90 (excetuando-se o ano de 1996, para o qual não existem dados disponíveis), os resultados mostram uma forte tendência de crescimento do fluxo turístico (oriundo tanto do país quanto do exterior). A magnitude da demanda adquire significado especial quando lhe contrapõe o tamanho da população municipal. Ao mesmo tempo, multiplicou-se a receita municipal: no verão de 1990, os turistas deixaram quase 65 milhões de dólares em Balneário Camboriú; na alta estação de 2001, este número sobe para 170 milhões de dólares, após temporadas em que o patamar de 200 milhões de dólares foi ultrapassado nos anos de 1997 e no ano 2000. (LINS, 2002 *in*: VIEIRA, 2002).

Camboriú foi o primeiro e o mais importante lugar de acolho turístico do Estado de Santa Catarina. Esta estação balneária é rival da Ilha de Santa Catarina, pelo número de turistas e pelo seu potencial número de alojamentos. O crescimento turístico, especialmente pela forma de balneário trópico, ligado a natureza do verão: sol e praia; provoca o consumo das áreas adjacentes, dos espaços não urbanizados ao redor e nasce essa frente do mar urbanizada. A urbanização linear e o turismo de massa provocam uma concentração intensa chegando à saturação em pleno verão. Camboriú, cidade que concentra o essencial de equipamentos turísticos e potencial hoteleiro. Ali os processos de desmatamento e de poluição refletem a falta de sintonia entre um processo de ocupação intensivo e descontrolado, com forte tendência a verticalização, e a infraestrutura básica disponível, além da ausência de um sistema de planejamento.

Além disso, já estão se disseminando no litoral norte do Estado os grandes empreendimentos com capacidade de atração de turistas oriundos de locais cada vez mais distantes, que configura um cenário de pressões cada vez mais intensas sobre os recursos naturais. O *Beto Carrero World*, instalado no Município de Penha e considerado o maior parque temático da América Latina, é provavelmente a melhor ilustração dessa tendência. Outras iniciativas similares estão imprimindo as suas marcas no território e contribuindo para galvanizar a orientação turística do litoral norte do Estado. Uma das mais representativas é o Parque Unipraias demonstrado na Figura 8, nas cercanias da área central de Balneário Camboriú, com sistema de bondinhos para acesso a algumas praias vizinhas. Este quadro está exigindo uma ação institucional mais enérgica, orientada no sentido da implantação de um sistema de planejamento e controle do desenvolvimento turístico no nível local.

Santa Catarina apresentou significativo crescimento desde o início dos anos 80, período em que o setor turístico se consolidou de fato no Estado. Esta evolução é ao mesmo tempo causa e efeito de uma intensa movimentação dos investimentos no setor.

A evolução da infra-estrutura turística ocorreu em sintonia com o aumento dos fluxos de visitantes em Santa Catarina, tanto de origem nacional como estrangeira, num movimento que só fez se intensificar, e inclusive, proporcionou a duas cidades do Estado figurar entre sítios mais demandados pelos turistas estrangeiros no Brasil: Camboriú e Florianópolis. A análise da evolução turística na Ilha de Santa Catarina é o tema que contempla o enfoque a seguir.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM FLORIANÓPOLIS

**Com efeito, pelas oito horas,
estando o céu limpo e o horizonte bastante claro,
avistamos a Ilha de Santa Catarina...
A vista passeava agradavelmente
sobre as espessas florestas ...
sobre os morros e os flancos das montanhas,
no fundo dos vales e sobre a orla do mar,
estendia-se soberba vegetação,
formando o quadro mais imponente
e pitoresco que a natureza pode nos oferecer
em seu estado mais selvagem...**

LOUIS ISIDORE DUPERREY

1822

4 – ANÁLISE DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM FLORIANÓPOLIS: ILHA versus TURISMO

A palavra “ilha”, que se origina do latim, *insula*, é com freqüência associada a uma idéia de isolamento. A peculiaridade geográfica de serem porções de terra menores que os continentes, cercadas de água por todos os lados, confere às ilhas status de um mundo exótico diferente de qualquer lugar.

Na essência dos apelos às imagens e às representações de paisagens, estão as ilhas que são veiculadas nos meios de comunicação como destinos preciosos, como espaços exóticos evocadores de simulacros. Suas representações remetem a idéias de aventuras, paraísos, prisões e até riscos.

Devidamente apropriadas pelo capital em todas as suas vertentes, não raramente, as ilhas são incorporadas ao modelo convencional de turismo na caça aos nichos ou paraísos perdidos. Há um apreço ao culto paradisíaco que elas encerram, findando por descolarem o real do subjetivo, o tangível do imaginado, a ilha como espaço com vida própria e submetida à ilha evocada pelos sonhos comercializados em folders e roteiros turísticos. No mundo da mercadoria, a ilha e seus ilhéus se confundem na ordem do turismo imposta como redenção econômica, em especial nos do terceiro mundo.

As ilhas tropicais são espaços cercados de mitos e fantasias que as tornam atrativos objetos de consumo turístico nos mais diferentes lugares da superfície terrestre. Impregnadas de simbolismos, as ilhas normalmente geram uma imagem positiva para o turista. Diferente de muitas regiões continentais, elas possuem uma distinta e facilmente reconhecível identidade comercial. As ilhas tropicais e sub-tropicais exercem especial fascínio às representações dos continentais, atraindo fluxos massificados do turismo nas suas diversas correntes. Essas ilhas se localizam, em grande parte, no Mar do Caribe, nos Oceanos Pacífico e Índico integrando as principais rotas do turismo internacional de sol e praia, modelo SSSS: sea, sand, sun and sex – mar, areia, sol e sexo. (ASSIS, 2000).

A visão paradisíaca é reforçada hoje pela mídia moderna que vende a ilha como símbolo do natural, do primitivo e do único. Ela torna-se cada vez mais o domínio do que é sonhado, idealizado como espaço de liberdade, de prazer e de aventura pelo homem moderno, alienado e pressionado pela sociedade urbano industrial. Nesse sentido, as ilhas, sobretudo as tropicais, são vendidas pela mídia e pelas empresas de turismo e viagens como o último pedaço do paraíso perdido. (DIEGUES, 1997).

As imagens que exaltam a tropicalidade estão associadas à presença do sol radiante, grande parte do ano, a grandes florestas, a abundância de praias desertas de águas límpidas e areias brancas, corpos desnudos bronzeados, sexo fácil, etc. Esses símbolos enquadrados num espaço geográfico peculiar como o insular se revestem de mitos e fantasias que transformam as ilhas tropicais em paraísos disputados por um seleto grupo de turistas oriundos, na sua maioria, da Europa e da América do Norte.

Na Ilha de Santa Catarina, a maioria desses turistas estrangeiros é proveniente do país vizinho; Argentina. Na maioria das vezes, esse grande contingente de turistas que as ilhas recebem tornam a demanda turística maior que a capacidade de suporte desses espaços.

Apesar de também difundir padrões homogeneizantes e seletivos, o turismo em ilhas apresenta diferentes características que se manifestam pela interação de diversos fatores que expressam as dimensões:

“de insularidade - fenômenos resultantes do relativo isolamento dos espaços insulares e que podem ser quantificados: distância do continente, localização, tamanho etc.;

e de ilheidade - formas de representação simbólicas e imagens decorrentes da insularidade e que se expressam, por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade. Diz respeito também ao vivido pelos ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular, por ex. práticas sócio-espaciais, infra-estrutura.” (DIEGUES, 1997, p. 12).

Esses fatores influenciam e são influenciados pelos contextos nos quais as ilhas se inserem – ilhas tropicais, subtropicais e temperadas-frias, ilhas próximas do continente (como a Ilha de Santa Catarina) e distantes do continente, ilhas-países independentes e territórios nacionais dependentes, ilhas-presídios e turísticas, ilhas como áreas de preservação e como propriedades particulares, ilhas de intensa relação com o continente (por exemplo: ilha de Santa Catarina, na Figura 9) e de pouca relação com o continente, ilhas-centro e periféricas, metropolitanas etc. – originando, assim, distintas estruturas sócio-espaciais do turismo insular que se caracterizam por ofertas e demandas específicas. No centro das idéias e imagens que evocam a insularidade, o mar se impõe onipresente como uma barreira de água que separa a ilha do continente, criando para os ilhéus e continentais representações do espaço insular.

Para os continentais, as imagens que suscitam a insularidade estão carregadas de símbolos que, na maioria das vezes, se associam ao mar como barreira física que separa mundos diferentes. Transpor essa barreira é voltar no tempo; é entrar no mundo dos

“homens lentos” é reencontrar-se com a natureza, nos últimos redutos do mundo selvagem, é isolar-se do caos e dos estresses urbanos.

FIGURA 9: Ilha de Santa Catarina localização das principais praias.



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

OBS.: Mosaico realizado com o auxílio do software Adobe Photoshop 6.0, através da digitalização das aerofotos da Ilha de Santa Catarina do voo de 1998 (CELESC), de escala 1:15000.

Diegues (1997) nessa mesma linha declara que mais do que em outras situações, a idéia de travessia entre o continente e a ilha tem um significado que supera a distância geográfica ganhando um sentido existencial.

Para os ilhéus, viver numa ilha, num espaço natural circundado pelo mar, não é, necessariamente, viver no paraíso. A ilha é o lócus da vida cotidiana que, muitas vezes, é dura e difícil. O mar que para os continentais representa a barreira de proteção da ilha, para os ilhéus é um fator de isolamento, um meio de sobrevivência, um obstáculo ao “progresso”, à “modernidade”. Isto depende da localização e do tipo de relação que as populações insulares mantêm com o continente. Em muitos casos, o mundo vivido dos ilhéus é marcado pelas limitações, pelos desafios de sobreviver num território geograficamente limitado, com recursos naturais escassos e onde ainda há a precariedade ou inexistência de serviços básicos como saúde, educação, saneamento etc.

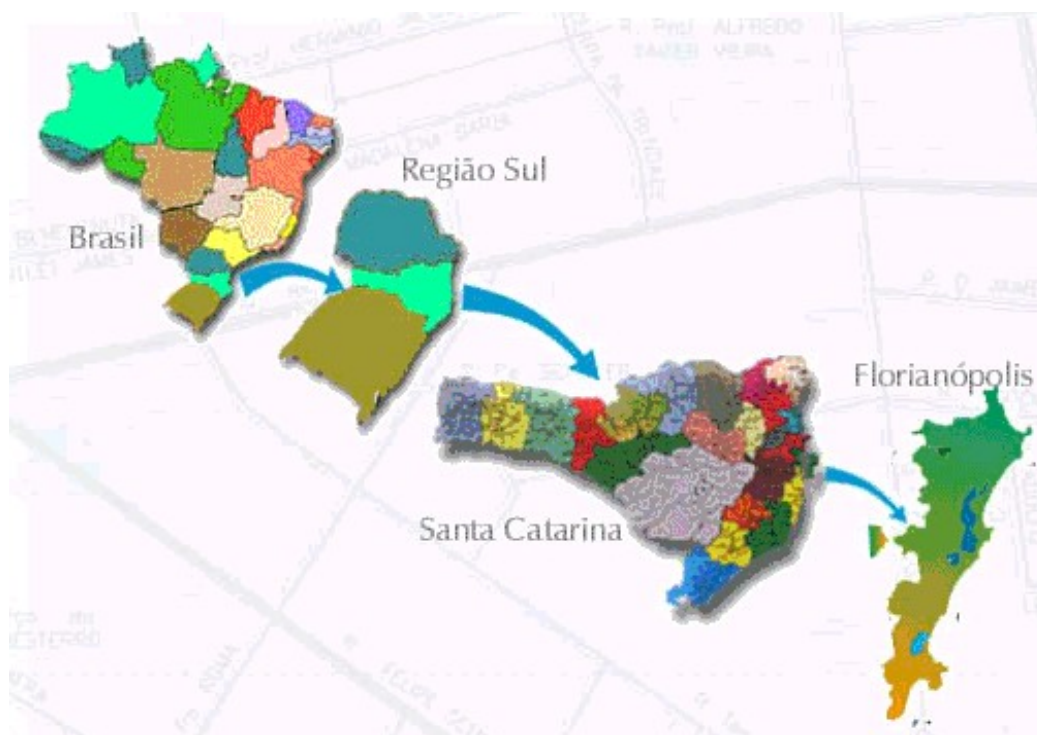
É relevante esclarecer que insularidade não quer dizer, necessariamente uma condição de isolamento. Por mais isoladas que as ilhas estejam do continente, elas mantêm com este, mesmo que com pouca freqüência, diversas relações que vão do comercio de suprimentos e serviços para a sobrevivência às relações sociais mais amplas. Em alguns casos, as ilhas que estão bastante ligadas ao continente, mantendo com este varias relações, tendem a perder a identidade insular como espaços diferenciados da vida continental.

Um dos principais fatores que vem contribuindo para isso é a expansão do processo de urbanização via turismo que resulta na transformação das ilhas em espaços metropolitanos contíguos. A contigüidade metropolitana, freqüentemente, arrefece a identidade insular. Os habitantes das ilhas oceânicas que se localizam distantes do continente, como o arquipélago do Fernando de Noronha (PE) que fica a 527 km de distância da cidade do Recife, tendem a manter poucas relações com o continente pelas dificuldades de acesso que fica restrito a transportes aéreo e marítimo.

Contudo, em outras situações, a ilha pode ser uma extensão da metrópole, caso de Itamaracá (PE); quando não o próprio núcleo metropolitano, (ASSIS, 2000), caso de Florianópolis na Ilha de Santa Catarina (nosso objeto de estudo), fazendo com que a relação do homem com o mar, seus gêneros de vida e suas práticas sócio-espaciais sejam transformadas com o convívio dos padrões da vida metropolitana na ilha. O Estado investe na infra-estrutura de acessibilidade e na urbanização que vão desencadear o incremento de atividades relacionadas aos setores secundário e terciário e a intensificação dos fluxos de turistas que disseminam seus estilos de vida, padrões de

consumo etc. Em inúmeros casos, quando a ilha já se encontra num estágio avançado de urbanização (como por exemplo, em Florianópolis na Ilha de Santa Catarina), os moradores já não se definem claramente como ilhéus, como habitantes de um espaço peculiar. Enfatiza-se, entretanto, que esta relação é difícil de ser avaliada, uma vez que não podemos desconsiderar a influência dos meios de comunicação e aos anseios das sociedades insulares que também desejam alcançar e usufruir os bens proporcionados pela “vida moderna”. Ademais, a fragilidade dos ecossistemas naturais associadas à própria configuração geográfica limita a capacidade de carga turística das ilhas, condicionando a distribuição espacial dos equipamentos e infra-estrutura turística. A figura 10 apresenta a localização geográfica do Estado de Santa Catarina e da Ilha de Santa Catarina.

FIGURA 10: Localização Geográfica do Estado de SC e da Ilha de Santa Catarina.



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

Schwarbrooke (2000b) defende que o turismo em ilhas tende a enfrentar desafios semelhantes aos do turismo no continente, em relação a sustentabilidade. Porém, o isolamento geográfico das ilhas e o fato de serem sistemas fechados, relativamente auto-suficientes colocam essas questões sob um enfoque mais nítido que nos continentes.

Ao mesmo tempo, não há dúvida de que as ilhas também exercem um fascínio especial sobre os turistas. Talvez porque, para chegar até as ilhas, seja necessária uma viagem por terra e por mar que pode aumentar a excitação, enquanto seu isolamento geográfico tende a assegurar que suas culturas sejam mais homogêneas e bem preservadas que as dos continentes. Enquanto isso, algumas ilhas sentem-se marginalizadas na era da globalização. Também têm problemas, como preços mais altos das mercadorias, devido aos custos de transporte necessários para a distribuição. A diminuição da população e o declínio das indústrias tradicionais são fatores comuns em muitas ilhas semelhantes na atualidade. (SWARBROOKE 2000b).

Além disso, muitos ecossistemas e sociedades insulares são frágeis e suscetíveis às mudanças provocadas pelo turismo em grande escala. Portanto, muitas ilhas precisam do turismo, mas tem muito a temer do turismo mal administrado. Os impactos do turismo e os problemas do turismo sustentável são similares nas ilhas e em outros lugares, mas nas ilhas eles estão mais concentrados. Um dos principais desafios para as ilhas é lidar com o fluxo de grande número de turistas na alta temporada, quando os turistas podem ultrapassar o número de habitantes da localidade. Isso pode levar a:

- *escassez de recursos como água;*
- *congestionamentos dificultam o deslocamento normal da população local em suas atividades diárias;*
- *população local a sentir-se como um grupo minoritário em sua própria comunidade;*
- *excessiva pressão sobre a infra-estrutura local, como sistema de esgoto e rede de transporte.*

Como em todo turismo sustentável, o conceito de sustentabilidade nas ilhas tem vários componentes-chave como:

- *redução dos impactos negativos do turismo;*
- *a maximização dos impactos positivos do turismo;*
- *o desenvolvimento sustentável do turismo nas novas destinações;*
- *manutenção do turismo nas destinações existentes e sustentabilidade das empresas de turismo existentes.*

O Quadro 15 a seguir demonstra alguns diferentes tipos de ilhas.

Quadro 15: Diferentes tipos de ilhas.

Ilhas grandes , p. ex. Austrália.	Ilhas diminutas , ex. Comino, próxima de Malta (Itália).
Ilhas únicas , p. ex., Chipre.	Arquipélagos , p. ex., a Indonésia.
Ilhas situadas perto do continente , p. ex., as Ilhas Aran, na Irlanda. Ilha de Santa Catarina , no Brasil.	Ilhas situadas longe do continente , p. ex., as Ilhas de Açores (Portugal) e as Ilhas de Fernando de Noronha (Brasil).
Ilhas que são destinações turísticas há décadas, como Capri (Itália).	Ilhas em que o turismo quase não existe . Como na Ilha de Jan Mayen (Noruega).
Ilhas que são relativamente industrializadas e urbanizadas, como o Reino Unido.	Ilhas menos industrializadas e urbanizadas, como Creta (Grécia).
Ilhas com muita população , ex. o Reino Unido.	Ilhas com poucos habitantes como Svalbard (Noruega).
Ilhas com população em crescimento como Java (Indonésia).	Ilhas cuja população está diminuindo , como algumas Ilhas próximas da costa da Escócia. (Reino Unido).
Ilhas que desenvolveram vínculos de transportes como Maiorca (Itália).	Ilhas com vínculo de transportes pouco desenvolvidos , como algumas pequenas Ilhas gregas que tem serviços limitados de balsa e nenhum vôo direto regular.
Ilhas com população quase totalmente homogênea , como a Irlanda.	Ilhas com população quase totalmente heterogênea , como Papua Nova Guiné (Oceania).

FONTE: Adaptado de SWARBROOKE, 2000b.

Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, localiza-se na região mediana do litoral catarinense, seu território, com área de 452 km², abrange uma porção insular (438 km²) e uma porção continental (12,1 km²).

A porção insular, compreendendo a ilha também denominada de Ilha de Santa Catarina, possui forma alongada, estendendo-se paralela ao continente, com dimensões aproximadas de 54 km de comprimento por 18 km de largura. A proximidade com a Costa Continental separa as duas baías: Baía Norte e Baía Sul, divididas por um estreito com largura em torno de 500 metros. Nesse trecho localizam-se as três pontes que fazem a ligação ilha-continente, destacando-se a Ponte Hercílio Luz, em estrutura pênsil de aço, símbolo da cidade e do estado.

A Ilha está localizada junto à costa da porção central leste de Santa Catarina, entre os paralelos 27° 20' e 27° 51' de latitude sul e entre os meridianos de 48° 20' e 48° 35' de longitude oeste.

O clima da área é mesotérmico úmido, com precipitações distribuídas por todo o ano, havendo, porém, momentos de chuvas torrenciais de verão e chuvas de inverno acompanhadas de vento sul. A umidade média relativa do ar é de 80%. A temperatura pode alcançar a casa dos 30°C no verão e ficar abaixo de 10°C no inverno, embora a média anual seja de 20°C, estando a média das máximas em 24°C e a médias das mínimas em 16°C.

As características peculiares do território, composto por morros, mangues, dunas, promontórios e por uma costa extremamente recortada, fazem com que 42% da área do município esteja definida como área de preservação. Estas condições de fragilidade e de compartimentação de sua geografia física, geraram uma cidade polinucleada, dividida entre o Distrito Sede, entendido com a Cidade Permanente, abrigando mais de 80% da população, e as Cidades balneárias, nas quais começam a surgir estruturas urbanas complexas, de apoio não só aos turistas, mas às pessoas que vem buscando esses locais como alternativa residencial.

Para estudar as características do fenômeno turístico na Ilha de Santa Catarina é conveniente examinar dados relativos à demanda turística nos órgãos destinados a pesquisar e fornecer essas informações.

Em Santa Catarina o atual estado da documentação relativa a pesquisas turísticas é na Santur, órgão oficial e é mal dimensionado. As lacunas são algumas vezes inevitáveis. As informações são descontínuas sendo que alguns anos oferecem dados para pesquisas e outros anos os mesmos dados não são apresentados. É neste cenário que o pesquisador terá que garimpar suas informações.

Embora as décadas de 1980 e 1990 tenham sido marcadas pela estagnação econômica, elas tiveram características distintas. Por exemplo, o período que vai do início da década de 1980 até 1994 foi caracterizado pela elevação da inflação e deterioração macroeconômica. Os anos seguintes experimentaram estabilização de preços, reorganização da economia, o que aumentou a capacidade de planejamento e o horizonte temporal de consumo /investimento. Outra mudança importante ocorreu a partir de 1990, quando foram introduzidas políticas de liberalização comercial, privatização de empresas estatais e desregulamentação de mercados, marcando profunda reorientação das políticas públicas de desenvolvimento, agora voltadas para a redução do papel do Estado na economia e incentivo aos mercados.

Com a estabilidade dos preços e o fortalecimento dos mercados tende a mudar o comportamento dos agentes econômicos, especialmente quanto às decisões de consumo

e investimento, espera-se que a indústria do turismo tenha sido afetada pelo novo quadro macroeconômico. Os anos analisados no estudo podem fornecer informações sobre o comportamento do setor do turismo em períodos de desorganização e posterior organização macroeconômica, bem como num ambiente de economia fechada e voltada para os mercados internos, e que, posteriormente, tornou-se mais aberta para o resto do mundo. É nesse panorama que se insere a Ilha de Santa Catarina, Florianópolis, para as análises.

O turismo ou a conservação, prioridade à economia ou à ecologia?

A escolha é principalmente de ordem política. A avaliação da margem de ação que a Ilha de Santa Catarina dispõe para conciliar desenvolvimento turístico e a proteção do meio ambiente passa pela análise do crescimento turístico. O conhecimento desse crescimento é essencial para o desenvolvimento turístico equilibrado e é importante para avaliar o ritmo e os sítios, em quais momentos e de quais formas esse turismo tomou lugar, metodologia aplicada em Santiago (1995).

Em tempos históricos a Ilha era considerada a porta do Rio da Prata e, por isto, disputada por portugueses e espanhóis. Várias fortalezas, hoje em ruínas, atestam a sua importância estratégica nos tempos coloniais.

A Ilha de Santa Catarina que já teve nome de Ilha dos Patos e Ilha de Meyembipe reflete a geologia e o relevo das áreas continentais vizinhas. Pertence à Unidade Geomorfológica Serras do Leste Catarinense, apresentando embasamento granítico, com depósitos de quaternários aluviais e marinhos, resultando em morrarias de altitude mediana e planícies que permitiram a acomodação de lagoas e rios de pequeno porte.

O cenário produzido por tal estrutura contribuiu para a construção da conhecida “Ilha da Magia”, onde se encontram praias, promontórios, costões, restingas, manguezais, dunas, lagoas e dezenas de ilhas e ilhotas menores à sua volta.

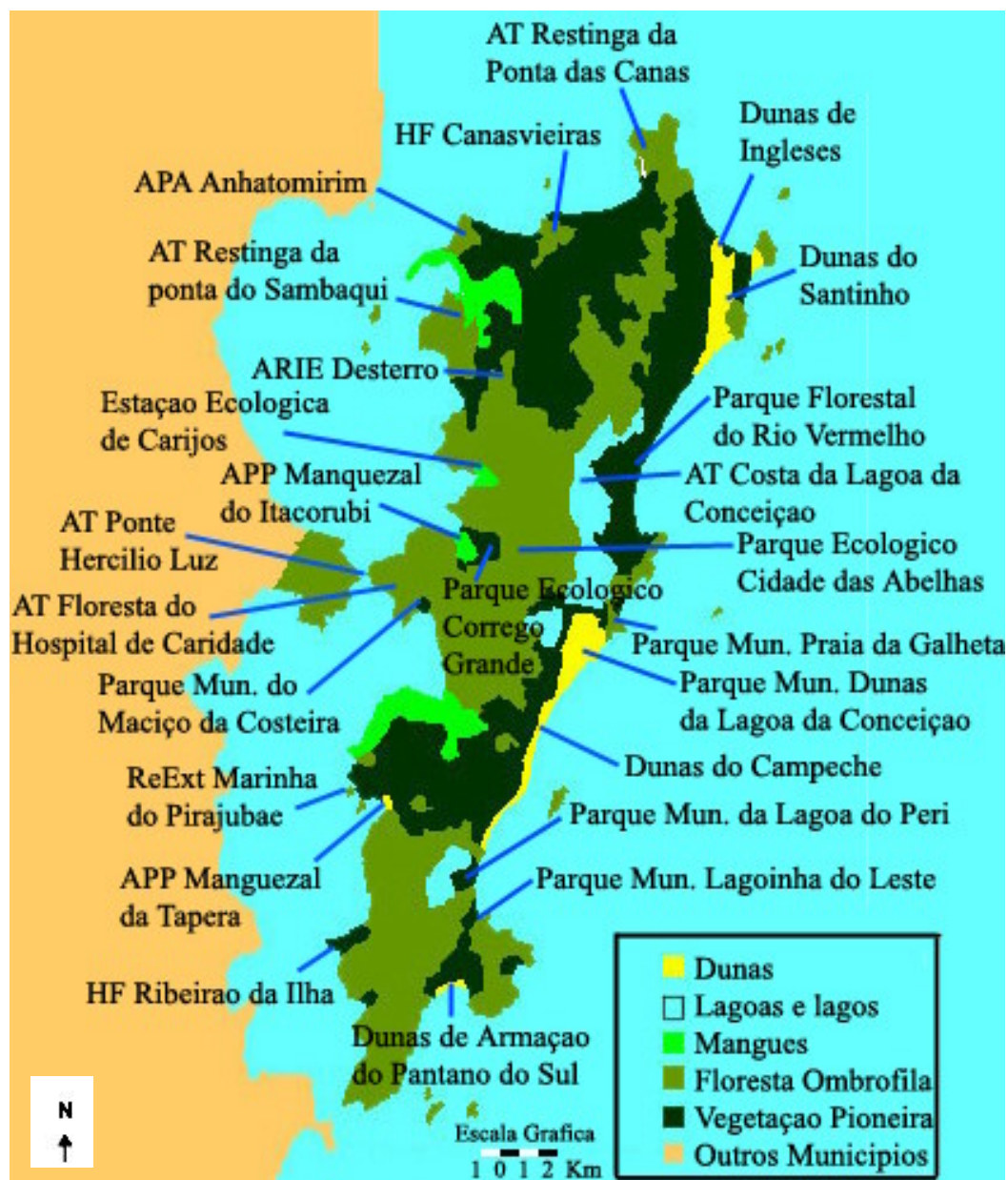
A vegetação da Ilha, quase completamente destruída nos séculos anteriores e primeira metade do presente século, hoje se encontra em estado de regeneração, principalmente nas encostas historicamente utilizadas pela agricultura de subsistência e fornecimento de lenha, embora o avanço da expansão urbana venha reduzindo sensivelmente o domínio da vegetação em algumas áreas. Em vários espaços a vegetação aparece algumas vezes, revestida de pujança, e às vezes, ladeada por vegetação secundária, como capoeira e capoeirinha, ou ainda por plantações de subsistência. Na costa oeste da Ilha encontra-se os manguezais, importantes

ecossistemas que vêm tendo suas áreas reduzidas pela expansão das atividades humanas. Destacam-se os manguezais do Ratonés, Saco Grande, rio Itacorubi, e rio Tavares. Conta-se cerca de 42 praias, além de 36 ilhas que a circundam. Duas lagoas se destacam – da Conceição e do Peri. Os cursos de água corrente mais importantes são os rios Capivari, do Braz, Itacorubi, do Mel, Papaquara, Pau do Barco, Ratonés e Tavares. A fauna local é composta por espécies marinhas e lacustres. Trinta espécies de répteis estão identificadas. A avifauna tem 170 espécies identificadas entre as residentes e as migratórias, que habitam os diversos ambientes da Ilha de Santa Catarina. (ZEFERINO, 2001). Vinte e cinco Unidades de Conservação foram criadas por Decreto-Lei, e alguns parques municipais foram estabelecidos. As Unidades de Conservação incluem:

- 01) Áreas de Preservação Permanente (APP).
- 02) Dunas da Armação.
- 03) Dunas da Barra da Lagoa.
- 04) Dunas do Campeche.
- 05) Dunas dos Ingleses.
- 06) Dunas da Lagoa da Conceição.
- 07) Dunas do Pântano do Sul.
- 08) Dunas do Santinho.
- 09) Dunas da Chica.
- 10) Lagoinha Pequena.
- 11) Manguezal do Itacorubi.
- 12) Manguezal do Ratonés – Estação Ecológica dos Carijós.
- 13) Manguezal do Rio Tavares – Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé.
- 14) Manguezal do Saco Grande – Estação Ecológica dos Carijós.
- 15) Manguezal da Tapera.
- 16) Parque da Lagoa do Peri.
- 17) Parque Desterro da UFSC.
- 18) Parque do Tabuleirinho.
- 19) Parque Florestal do Rio Vermelho.
- 20) Parque Municipal da Galheta.
- 21) Parque Municipal da Lagoinha do Leste.
- 22) Parque Municipal Maciço da Costeira.
- 23) Ponta do Sambaqui.
- 24) Região da Costa da Lagoa.
- 25) Restinga da Ponta das Canas.

A figura 11 apresenta as áreas protegidas da Ilha de Santa Catarina.

FIGURA 11: Áreas Protegidas na Ilha de Santa Catarina.



FONTE: Tabacow, 2002.

APA – Áreas de Proteção Ambiental.

APP – Áreas de Preservação Permanente.

ARIE – Áreas de Relevante Interesse Ecológico.

AT – Áreas Tombadas.

HF –Horto Florestal.

ReExt – Reservas Extrativistas.

Os conquistadores encontraram a Ilha habitada pelos carijós, que a denominavam Jurerê-Mirim ou Juru-Mirim, isto é Boca Pequena, em alusão ao estreito sobre o qual atualmente se estende a ponte Hercílio Luz. Dos indígenas ficaram os topônimos de alguns lugares e acidentes geográficos, como também contribuições na culinária, principalmente farinha de mandioca e seus derivados. (ROHR, 1977).

O Estado de Santa Catarina possui, aproximadamente, 5.350.000 habitantes. Florianópolis integra uma rede bem distribuída de cidades de pequeno e médio porte. Sua condição de capital a coloca como pólo da microrregião da Grande Florianópolis, que reivindica para si a condição de região metropolitana.

Apesar de, nos últimos anos, as indústrias do vestuário e da informática virem tomando impulso, a economia de Florianópolis continua voltada, fundamentalmente, para as atividades terciárias, destacando-se as atividades comerciais, o serviço público e o turismo. A povoação de Nossa Senhora do Desterro foi fundada pelo bandeirante paulista Francisco Dias Velho, que adquiriu uma sesmaria e aqui iniciou benfeitorias em 1662.

A Vila foi elevada à condição de sede da Capitania de Santa Catarina em 1738, e o primeiro governador, o brigadeiro José da Silva Paes, projetou e deu início à construção do complexo de fortificações catarinenses: Santa Cruz de Anhatomirim (1738), São José da Ponta Grossa (1740), Santo Antônio, em Ratones (1740), e Nossa Senhora da Conceição, em Araçatuba (1742). Ainda ao lado das fortalezas do norte, mencionamos a Bateria de São Caetano e do Pontal. Os fortes de São Luis e São Francisco, e na parte sul o forte de Sant'Anna e Santa Bárbara, na parte continental, Estreito, o forte de São João.

As fortificações contribuíram para apoiar o desenvolvimento dos núcleos de ocupação, na medida que os regimentos militares passaram a ser parte importante do contexto populacional. Elas estabeleceram as primeiras redes de comunicação por mar e por terra, interligando pontos prévia e posteriormente ocupados.

Consolidando a estratégia de ocupação, ocorreu a grande corrente migratória que, entre 1748 e 1756, transferiu mais de seis mil açorianos, para a Ilha de Santa Catarina e para o litoral fronteiro.

Os imigrantes açorianos criaram e desenvolveram comunidades típicas, através da fundação de freguesias, tais como: Santíssima Trindade de Trás do Morro, Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, Nossa Senhora das Necessidades e Santo Antonio de

Lisboa, São João Batista do Rio Vermelho, São Francisco de Paula de Canasvieiras e Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão.

As antigas freguesias desenvolveram uma rede de comunicação cujos pontos são as próprias sedes e as linhas são os caminhos que as interligam, com alguns entroncamentos. A rede tentava circundar a ilha e criava um nó no centro do Distrito Sede, a Vila Nossa Senhora do Desterro. A maior parte dos contratos com o continente era feita a partir do Distrito Sede, pelo “canal do estreito”, por meio de balsas e *ferry-boats*. O porto da capital exerceu influência centralizadora também até as primeiras décadas do século XX.

Algumas freguesias mantinham certa autonomia através do contato direto com o continente, independentemente do Distrito Sede. Por exemplo: o Ribeirão da Ilha comunicava-se com a Enseada do Brito, no continente, atravessando o canal da Baía Sul; e Santo Antonio de Lisboa e Canasvieiras, que engendraram a ocupação do norte da ilha, faziam contato com São Miguel, no continente, saindo do porto de Sambaqui.

Verifica-se, portanto, que nos séculos XVIII e XIX houve uma rede de vias terrestres e marítimas, a partir dos relacionamentos entre as freguesias, complementando aquela inicialmente esboçada pelos fortes e quartéis. As bases militares tiveram também papel importante na definição da rede viária no triângulo central do Distrito Sede.

A localização da vila capital, na ponta mais aproximada do continente e voltada para as Baías Norte e Sul, condicionou a condução das redes de comunicação marítima e terrestre entre os diferentes pontos ocupados na ilha.

Intencionalmente voltada para a margem continental, a vila capital nucleou a expansão da rede urbana tanto na ilha quanto no continente fronteiro, com reflexos que alcançam a atualidade.

O advento da Ponte Hercílio Luz (1926), alterou sobremaneira a dinâmica urbana do ponto de vista social, econômico e funcional. Provocou mudanças diretas no sistema viário do Distrito Sede, influenciou na renovação arquitetônica e repercutiu nos núcleos do interior da ilha e também nos continentais.

O sistema rodoviário passou a desenvolver-se com maior rapidez, provocando o gradativo abandono das rotas de navegação entre os núcleos litorâneos, que passaram a se utilizar mais das redes viárias terrestres.

Os antigos cenários do interior da ilha e o centro histórico de Florianópolis expressam uma herança que é sua relação com o mar, enquanto gerador de um elenco de atividades.

O mar foi o principal protagonista de uma história de mais de dois séculos e meio. De início, do mar se extraía a sobrevivência, na pesca e no intercâmbio de gêneros e mercadorias. As atividades comerciais, portuárias, alfandegárias e diplomáticas, lembram que Desterro /Florianópolis teve enorme intimidade com o uso do mar. (IPUF, 1994).

Os sucessivos aterros (especialmente os da década de setenta), a valorização do sistema rodoviário, a desativação do porto, o desenvolvimento turístico, a expansão imobiliária e as dificuldades diversas para manter a pesca artesanal são alguns fatores que levaram ao distanciamento das atividades tradicionais características de Florianópolis como cidade litorânea, sediada numa ilha e com forte bagagem de cultura açoriana.

Os primeiros balneários litorâneos, que foram criados em diversos pontos do planeta, tinham como objetivo central os tratamentos medicinais, fundamentados na teoria das qualidades terapêuticas de imersões em águas marinhas. Os balneários eram usados apenas por pessoas adultas, envolvendo banhos de imersão nas águas do mar. Eram estruturadas segundo prescrições médicas para o tratamento de problemas de saúde. Esses pólos turísticos se desenvolveram com grande rapidez, acompanhando a velocidade da industrialização e do adensamento nos centros urbanos.

O processo de ocupação no litoral brasileiro remonta ao início da colonização do país, mas se estrutura de forma especial a partir do século XX, quando nos subúrbios das grandes cidades costeiras se configura uma nova estrutura urbana, a qual se pode denominar bairro ou subúrbio de veraneio.

O primeiro exemplo caracterizado dessa nova forma de ocupação é implementado na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, onde o bairro de Copacabana, construído à beira-mar é valorizado dentro do contexto urbano como balneário e onde os banhos de mar diários se torna hábito popular.

Os hábitos dos banhos de mar são no Brasil típicos do século XX, apesar de em alguns países europeus, como Inglaterra e França, remontar ao final do século XV. Tal hábito, à medida que se torna prática urbana da capital federal (na época Rio de Janeiro), se espalha pelos principais centros urbanos costeiros brasileiros e, a partir da segunda metade do século, por toda a costa do país, onde Florianópolis, então capital do Estado de Santa Catarina, se insere.

Essas práticas sociais induzem a formalização de dois tipos de ocupação urbana de característica residencial no litoral – o bairro ou subúrbio inserido dentro de um

contexto urbano complexo, no caso cidades como Rio de Janeiro, Vitória ou Santos, ou o bairro de segunda residência, destinado basicamente a ser utilizado no período das férias de verão, ou nas épocas de grandes feriados.

Antes de surgir um turismo, propriamente dito, nas décadas de 50 e 60, havia em Florianópolis o que se entende por “veranismo”. As pessoas residentes na cidade costumavam freqüentar as praias locais no verão, principalmente nos finais de semana ou em suas férias para tomar banho de mar, tomar sol, brincar, etc. Muitas dessas pessoas possuíam casas de praia – casas construídas especialmente para passar finais de semana e/ou férias. As pessoas que não tinham casa alugavam alguma disponível – quando elas não estavam ocupadas por seus proprietários – ou se deslocavam de automóvel até alguma praia ou preenchiam a lotação de um ônibus com amigos, familiares e vizinhos para poderem chegar até a praia e passar lá o seu dia.

Inicialmente, as praias mais procuradas eram as localizadas na área continental, nos bairros Balneário e Coqueiros. Eram elas: Praia da Saudade, Praia do Meio, Praia de Itaguaçu e Praia de Bom Abrigo. Esses espaços de lazer eram muito disputados pelos moradores locais na década de sessenta. Em geral, as residências existentes nessas regiões eram quase todas “de praias”. Com o passar do tempo, esses locais se urbanizaram, tornando-se áreas de residências permanentes, e as praias acabaram tornando-se impróprias para banho, em função da poluição resultante do crescimento urbano. Mais adiante, as pessoas de classe média foram descobrindo as praias do norte da Ilha de Santa Catarina. Essas já eram habitadas por pescadores/lavradores descendentes de açorianos, muitos que residem até hoje nessas regiões. Nas localidades de Canasvieiras e Jurerê foram feitos loteamentos, construindo-se casas de veraneio, e assim, as praias próximas também começaram a serem descobertas, como por exemplo: Daniela, Sambaqui, que por algum tempo foram consideradas praias de “farofeiros”. “*Farofeiro*” é uma classificação que parte, das classes médias e altas, referindo-se aos indivíduos pobres que moram longe da praia. Ou segundo dicionário da língua portuguesa Aurélio Buarque de Holanda, é o indivíduo que mora longe da praia e a freqüenta levando seu farnel. É interessante notar que muitas pessoas remetem o termo “*farofeiro*” aquele que leva para a praia galinha assada recheada com farofa, costume que já foi muito comum em piqueniques na década de 70.

No final da década de 60 começaram a circular em Florianópolis turistas provenientes de São Paulo, Rio Grande do Sul e interior do Estado de Santa Catarina. Além desses, muito esporadicamente, alguns turistas vindos da Argentina.

A rede hoteleira ainda era bastante incipiente e centralizada no centro da cidade de Florianópolis, longe das praias. Cria-se então o primeiro órgão público ligado ao turismo, a DIRETUR (Diretoria de Turismo e Cultura). A DIRETUR foi criada em 1969, pelo prefeito Acácio Garibaldi Santiago, suas atribuições eram culturais e o turismo não ocupava o centro de suas atenções. Essa entidade, nove anos depois, em 1978, passa a se chamar SETUR (Secretaria de Turismo Cultura e Esportes).

Ainda em 1969, foi criado o primeiro órgão privado ligado ao turismo, a agência de viagens Ilhatur, que inicialmente trabalhou mais com o turismo de “exportação” ou seja, vendia passagens e hospedagens para os moradores da cidade em outros lugares, como Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Em 1971, é criada outra agência de viagens, a Besc Turismo, agência ligada ao Banco do Estado de Santa Catarina (BESC).

Em meados de 1975 surge a DEATUR (Departamento Autônomo de Turismo). Com o passar do tempo, a Besc Turismo e a DEATUR fundem-se criando a TURESC (Empresa de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina S.A.), que posteriormente vai se chamar CITUR (Companhia de Turismo e Empreendimentos de Santa Catarina S.A.), em junho de 1977, passou a chamar-se SANTUR (Secretaria Estadual de Santa Catarina). Atualmente a SANTUR chama-se (Santa Catarina Turismo S.A.), é uma empresa de economia mista, que tem por objetivo o fomento e a divulgação da política estadual de turismo. Encontrando-se vinculada a Secretaria de Estado da Organização do Lazer.

No âmbito municipal, em 1994, surge a SETUR (Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes) e em 1989 cria-se a PROTUR (Fundação pró-turismo de Florianópolis).

Atualmente, a finalidade principal dos organismos privados ligados ao turismo é múltipla. Com o passar do tempo, seus serviços foram segmentando-se em especialidades. Alguns deles trabalham somente com transporte de turistas dentro da cidade, outros são representantes de determinados fornecedores da indústria turística nacional como as companhias aéreas, locadoras de veículos, etc.

Existem ainda aqueles que trabalham com a promoção e divulgação do turismo de Florianópolis, em âmbito nacional e internacional.

A SETUR possui as mesmas atribuições que a Santur e se propõe a fazer o mesmo trabalho em âmbito municipal, quer dizer, em Florianópolis.

A Ilha de Santa Catarina pertence ao município de Florianópolis, onde os dados gerais concernentes a essa ilha são estabelecidos a toda municipalidade. A seguir será

analisada a característica do turismo em relação ao município de Florianópolis, que compreende a Ilha de Santa Catarina. A Tabela 4, a seguir, vem a demonstrar o Fluxo Turístico em Florianópolis.

Na década de setenta, o fluxo turístico argentino, na Ilha de Santa Catarina, começa a crescer muito até 1980, ano que ocorre um movimento massivo de turistas argentinos em Florianópolis, em função da liberalização da economia argentina nesse período. A moeda argentina passa a ter maior poder de compra que a brasileira. A diferença de valor da moeda Argentina em relação à brasileira foi tão grande, que os argentinos compraram até mesmo eletrodomésticos, como geladeiras, televisores, aparelhagem de som, entre outros. Depois desse “boom”, a vinda de argentinos mesclou-se de altos e baixos em função de uma inversão dessa situação, a seguir:

TABELA 4: Os fluxos turísticos em Florianópolis no período de 1986 a 2002.

ANOS	Turista Nacion.	Turista estrang.	Total de turist.	Receita Turíst. (US\$)	Leitos Dispo.	Duraç. Média dia viagem	TOH (%)	Gastos dia Turista Nacion. (US\$)	Gastos dia Turist. Estra. (US\$)	TOH Todos Meios Hosp. T. N.	TOH Todos Meios Hosp. T. E.
1986	131.790	67.710	199.500	35.578	-	10.05	85.00	16.20	20.41	10.26	9.90
1987	126.811	82.034	208.845	129.962	-	12.79	77.50	17.69	101.89	10.28	12.70
1988	225.984	46.768	274.752	57.611	-	10.54	65.00	21.34	15.70	9.52	15.28
1989	241.804	103.532	345.336	143.673	-	11.13	71.83	34.10	45.03	5.29	6.23
1990	243.820	58.837	302.657	138.715	-	10.46	64.64	47.30	33.67	9.67	13.73
1991	269.133	61.456	330.589	84.920	8.578	12.07	69.19	19.11	29.71	11.79	13.30
1992	201.901	149.797	351.698	84.462	8.578	12.09	78.16	15.55	25.58	11.89	12.30
1993	238.282	178.332	416.614	176.091	9.419	12.59	74.55	26.57	41.37	9.24	15.94
1994	170.679	186.196	356.875	164.772	10.110	12.43	66.79	32.60	39.49	10.12	14.75
1995	172.623	83.105	255.728	109.863	10.282	11.27	59.98	33.93	45.09	10.53	12.81
1996	215.835	84.815	300.650	120.961	12.292	10.37	59.16	36.01	43.95	9.53	12.54
1997	270.189	154.591	424.780	215.508	12.909	11.34	71.82	43.81	45.96	10.41	12.96
1998	272.643	85.815	358.458	136.106	14.056	10.96	69.22	35.11	33.65	10.22	13.26
1999	287.859	147.631	435.490	129.520	14.056	11.57	78.00	19.37	36.67	11.11	12.48
2000	335.132	171.109	506.241	144.917	14.056	10.35	88.20	23.11	35.10	9.72	11.60
2001	319.901	232.987	552.888	163.149	14.056	10.32	80.40	21.60	36.09	9.24	11.81
2002	295.464	75.163	370.627	84.634	14.056	10.97	53.43	20.35	22.17	10.35	13.43

FONTE: Elaborado pela autora dados pesquisados na Santur. Demanda Turística de Florianópolis 1986 a 2003.

NOTA: A metodologia utilizada pela SANTUR considera a pesquisa da demanda realizada somente nos meses de janeiro a março (primeiro trimestre de cada ano).

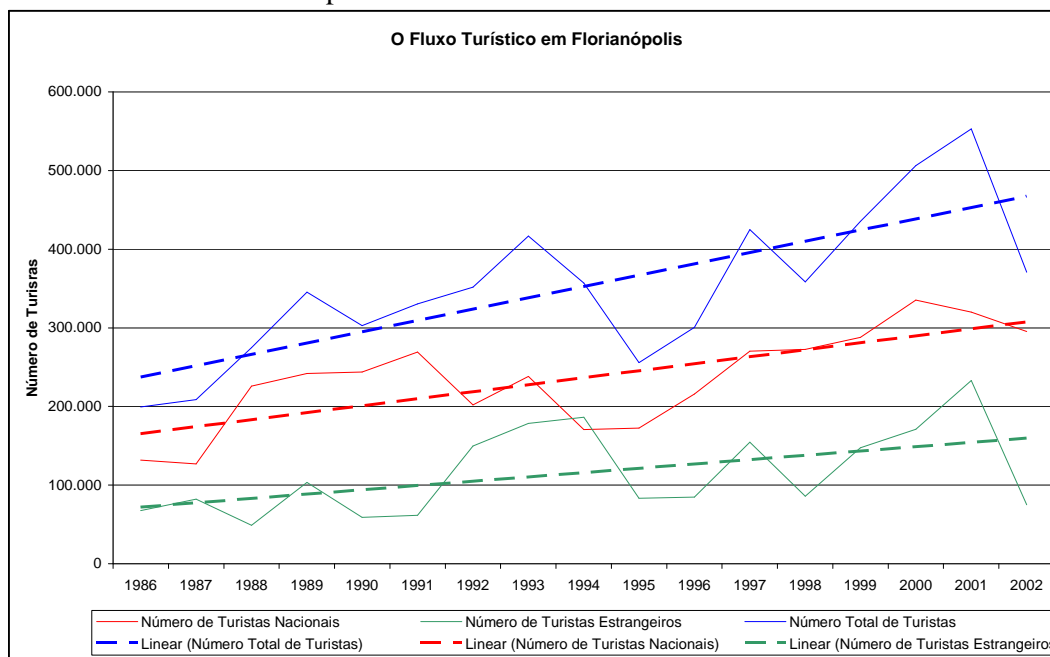
Entre os anos de 1980 e 1990, a cidade de Florianópolis apresentou uma evolução mais significativa que a média brasileira, porque foi mais procurada que as outras destinações turísticas mais consolidadas, como por exemplo, Salvador e Recife

idades localizadas na região nordeste do Brasil. (SANTIAGO, 1995). Ainda no ano de 1986 o fluxo de turistas argentinos volta a crescer, chegando a maior temporada da década de 90, em termos de turistas estrangeiros: a temporada de 1994 (quando a ilha recebeu 186.196 turistas estrangeiros).

Após o ano 2000, temos um panorama que se modifica acelerado e severamente: o ano de 2001 tem um recorde, de todos os tempos, no recebimento de turistas internacionais, eles chegam a 232.987 turistas estrangeiros. No ano seguinte, em 2002, esse número apresenta uma queda acentuadíssima e se reduz para 75.163 turistas estrangeiros. A causa responsável por essa diminuição deve-se às medidas econômicas adotadas na Argentina, que é o maior pólo emissor de turistas estrangeiros à Ilha de Santa Catarina. Os reflexos dessa diminuição se fizeram notar em vários níveis devido o chamado popularmente “efeito dominó”, porque o turismo é um sistema e atua em rede, qualquer mudança se faz sentir no todo. Num território que vive quase exclusivamente da atividade turística (por exemplo: Ilha de Santa Catarina), esses efeitos são desastrosos, como num jogo de dominó, onde as peças quando enfileiradas uma após a outra, se a primeira peça cair, derrubará a segunda e assim sucessivamente.

A Tabela 4, apresentada anteriormente, foi desdobrada inúmeras vezes e os dados cruzados resultaram em variadas leituras, entre elas o Gráfico 4, a seguir.

GRÁFICO 4: Fluxo turístico em Florianópolis: Turistas nacionais, turistas estrangeiros, totais de turistas durante o período de 1986 a 2002.



FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. 1986 a 2003.

Portanto, a análise dos diversos gráficos propõe-se comprovar as leituras das análises das tabelas e reforçá-las.

A Ilha de Santa Catarina sente forte influência do fortalecimento do turismo tanto no Brasil como em âmbito internacional. Como a diversidade de seus atrativos culturais, históricos e principalmente naturais, a busca pelo lazer se intensifica principalmente por parte de turistas estrangeiros, fato comprovado no ano de 1986 quando vieram 67.710 turistas estrangeiros e esse número sobe para 232.987 no ano de 2001, e apresenta uma queda acentuadíssima no ano de 2002, em função das medidas econômicas ocorridas na Argentina, que se fizeram notar imediatamente no fluxo turístico de Florianópolis, principalmente por valorizar excessivamente o turista estrangeiro.

Na série histórica analisada: 1986 a 2002, nota-se claramente que o número de turistas nacionais durante esses dezessete anos pesquisados, sempre ultrapassou o número de turistas estrangeiros. A grande diferença que o turista estrangeiro faz é no sentido econômico, pois o turista brasileiro compra com a moeda nacional que é o *real* e o turista estrangeiro (argentino) utiliza o *dólar* nas transações comerciais. É uma troca desigual, (mas não estamos falando de igualdades...), dessa forma é mais atrativo para todos os ramos da economia, o turista estrangeiro, pois nossa moeda, o *real* apresenta grande desvalorização em face ao *dólar*.

Da mesma maneira observamos que os números totais de turistas vindos a Florianópolis no ano de 2001, é recorde nessa série histórica. Mas, é relevante ressaltar que embora tenhamos recebido mais turistas (552.888 no total), isso não representou uma maior entrada de moedas na economia local, haja vista que esses turistas gastaram 163.149,00 dólares, ao passo que no ano de 1987 chegavam à Florianópolis 208.845 turistas, que gastaram o total de 129.962,00 dólares. De tal modo entende -se que em 1987 cada turista estrangeiro gastava em média/dia US\$ 101,89 e cada turista nacional gastava em média/dia US\$ 17,69. Quinze anos depois, em 2001, cada turista estrangeiro gastou em média/dia US\$ 36,09 e cada turista nacional gastou em média/dia US\$ 21,60.

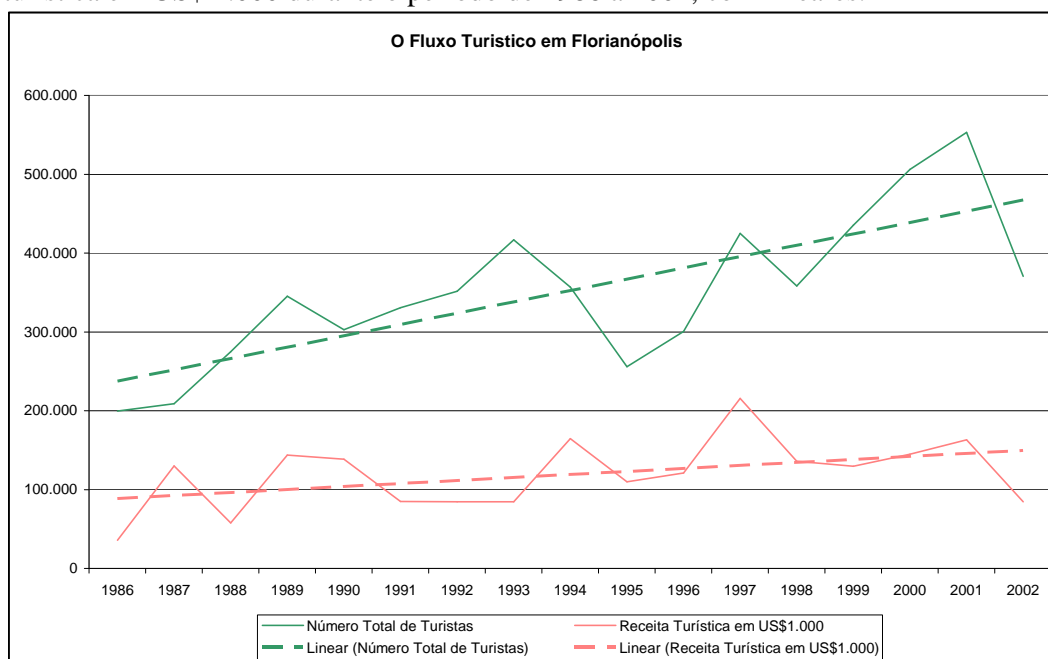
Essa análise demonstra que o poder aquisitivo do turista estrangeiro argentino caiu muito (embora ainda seja maior que o gasto/dia do turista nacional), vide Tabela 4, em contrapartida, o poder aquisitivo do turista nacional aumentou. Esse fato justifica-se com os argumentos que seguem:

- a) **A política econômica brasileira está dificultando os turistas brasileiros que viajavam para o exterior, pois a nossa moeda está desvalorizada em relação ao dólar.**
- b) **Com a desvalorização da moeda nacional tornaram-se possíveis férias e viagens dentro do país (turismo interno). Sair do Brasil para o exterior ficou muito caro.**
- c) **Se o turista estrangeiro está vindo cada vez menos e gastando também cada vez menos, como demonstram os dados na Tabela 17, no Gráfico 4 e no Gráfico 4A (esse gráfico especificamente para melhor demonstrar, apresenta uma linear do fluxo turístico), além do gasto média/total/dólar dos turistas nacionais e estrangeiros no período de 1986 a 2002 e o Gráfico 4B, que demonstram o gasto médio/dia turista nacional e turista estrangeiro no mesmo período, é importante e necessário repensar a política turística para Florianópolis, quanto aos chamamentos e propagandas turísticas do estado tanto em âmbito nacional e internacional.**
- d) **Portanto, é relevante investir numa propaganda para chamamento de turistas nacionais e descobrir os nichos desses turistas que sejam mais propensos a gastar.**
- e) **Respaldada nos números pesquisados acerca do desenvolvimento turístico na lha de Santa Catarina, acredito que a alternativa para Florianópolis é diversificar a economia local, sem que com isso deixe de pensar o turismo como a sua melhor alternativa.**
- f) **Traçar diretrizes para buscar uma qualificação do turismo já existente para que o processo de desenvolvimento turístico seja compatibilizado com a preservação dos pressupostos do desenvolvimento sustentável.**

O fenômeno da urbanização turística, tal como se configura, atualmente, abrange bem mais do que uma camada privilegiada da população. Envolve um contingente bastante significativo de pessoas que se deslocam do seu local de trabalho e residência, para outros espaços destinados a períodos ociosos de lazer.

O Gráfico 4A a seguir demonstra o fluxo turístico em Florianópolis, número total de turistas e receita gerada em US\$, no período de 1986 a 2002.

GRÁFICO 4A: Fluxo turístico em Florianópolis: Número total de turistas e receita turística em US\$ 1.000 durante o período de 1986 a 2002, com lineares.



FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. (1986 a 2003).

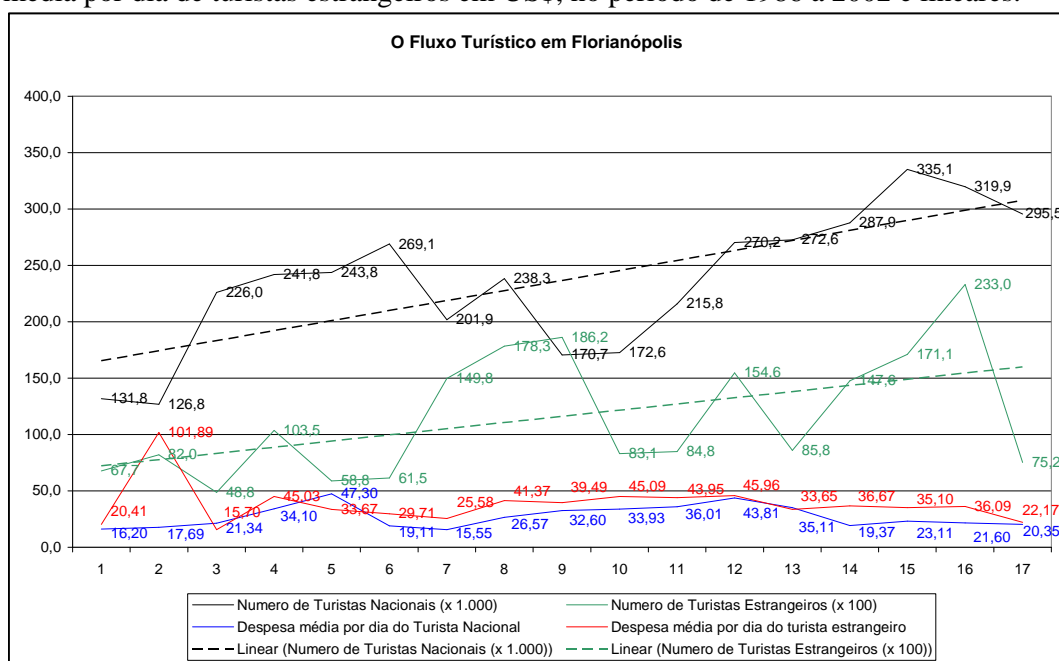
Ao elaborar o Gráfico 4A, o objetivo foi demonstrar o fluxo turístico em Florianópolis onde se dá destaque ao número total de turistas e a receita turística total gerada no período de 1986 a 2002.

O Gráfico 4A demonstra o fluxo turístico em Florianópolis contendo número total de turistas e receita turística em dólares. Nas lineares apresentadas podemos observar que no ano de 1993 o número de turistas superou a expectativa prevista pela linear, porém a receita turística gerada foi aquém da sugerida pela tendência linear apresentada. Nota-se uma queda acentuada no número de turistas chegados a Florianópolis. É relevante observar que a receita turística se mantém praticamente estável (segundo a linear apresentada) sugerindo que os turistas vieram em menor número, porém gastaram mais. O ano de 2002 se sobressai dos demais no momento que

a diminuição no recebimento de turistas e na receita gerada estão, fora da linha projetada pela linear, isto é, muito abaixo das expectativas. Nesse ano (2002) os setores hoteleiros e a comunidade em geral sentiram a diminuição do movimento turístico em vários setores onde ele se fazia notar com seu efeito multiplicador. Gerando uma movimentação nos setores públicos e privados, há que se pensar novas formas de atrair o turista para Florianópolis. Uma das conclusões, conforme informações da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (Abih-sc), foi na opção pelo investimento em propaganda turística interna, isto é, o Brasil para os brasileiros conhecerem, mas sem deixar de lado o turista da América do Sul.

No Gráfico 4B, a seguir, é demonstrado o fluxo turístico em Florianópolis, onde são apresentados os números de turistas nacionais, despesa média por dia e número de turistas estrangeiros e despesa média por dia com suas respectivas lineares.

GRÁFICO 4B: O Fluxo Turístico em Florianópolis: Número de turistas nacionais, despesa média por dia de turistas nacionais. Número de turistas estrangeiros, despesa média por dia de turistas estrangeiros em US\$, no período de 1986 a 2002 e lineares.



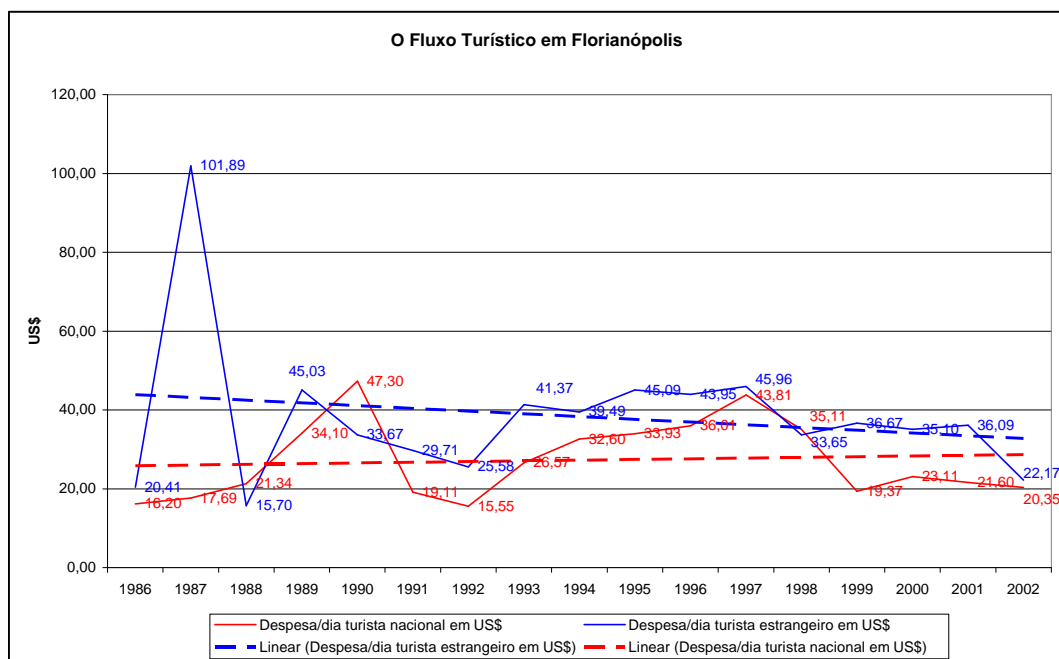
FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. (1986 a 2003).

Obs.: os números 1 a 17 representam respectivamente os anos de 1986 a 2003.

Observa-se que os fatores econômicos brasileiros como a crise do petróleo, instabilidade política, inflação da moeda tem uma influência forte no poder de compra dos turistas nacionais ou internacionais. Assim, mesmo se os turistas são mais numerosos, as flutuações das receitas geradas são muito variáveis.

Nos dados concernentes aos turistas brasileiros, eles são sempre mais numerosos. Esse crescimento é seguido pelo aumento das despesas até 1990. Em resposta à crise econômica de 1991, as despesas dos turistas brasileiros por dia se reduziram sensivelmente. Nessa série histórica, em dezessete anos analisados, foi o ano de 2001 que recebeu maior número de turistas (nacionais e estrangeiros) totalizando 552.888 turistas. Na década de noventa, observa-se que a média da década na despesa /dia do turista nacional foi de US\$ 33,24. E o turista estrangeiro teve na média da década na despesa /dia um gasto de US\$ 41,02. Observa-se também que se o turista estrangeiro gasta apenas 10 dólares a mais que o turista nacional nesta média das décadas, pode-se concluir que o turista nacional tem um poder aquisitivo maior que o estrangeiro, pois sua moeda não é o dólar. Parece que também fazem parte de classes sociais distintas.

GRÁFICO 4C: O Fluxo Turístico em Florianópolis: Despesa/dia turistas nacionais e linear em US\$ e despesa/dia turistas estrangeiros e linear em US\$ no período de 1986-2002.



FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. (1986 a 2003).

A política econômica de cada país interfere sobremaneira nas vidas de seus cidadãos, nos seus hábitos, costumes e indiscutivelmente em seu lazer. Dessa forma percebe-se nitidamente que planos econômicos de governos nacionais ou internacionais fazem oscilar de forma muito perceptível às demandas turísticas.

O número de turistas internacionais é mais importante nos anos de 1987 e 1989, graças ao câmbio favorável para os argentinos nesse período.

Assim as suas despesas por dia, são muito mais importantes do que as despesas dos turistas nacionais. Nós insistimos sobre essas particularidades desses turistas porque eles formam o essencial da clientela. Os argentinos são, sobretudo, chegados em carros particulares e por avião, em detrimento aos meios de transportes mais baratos como ônibus. Os turistas desses anos (1987 e 1989) têm um poder de compra superior aos turistas de outros anos conforme apontado no de Gráfico 4C.

O turismo pode ser considerado como atividade principal do desenvolvimento de Florianópolis. O crescimento da demanda turística ao curso dos anos 80 é significativo. O número de turistas que procuram como destino a cidade de Florianópolis, quase dobrou desde 1986 a 1994, sobretudo aqueles vindos de São Paulo e Argentina.

A variação dos fluxos de chegada turística à Florianópolis é submetida às variações de câmbio e da instabilidade econômica dos países de origem. Nós observamos que a demanda turística é mais numerosa quando há um declínio da economia brasileira, como provam as receitas dos anos de 1988 e 1991, conforme evidenciado no Gráfico 4C. Nestes momentos, a moeda brasileira apresentava uma taxa de câmbio interessante aos turistas argentinos. Nos 10 anos seguintes, de 1992 a 2002, ocorrem oscilações nos anos de 1995 e 1998 apresentando queda na demanda turística. Ocorre um aquecimento e resposta em 1998, com aumento da vinda de turistas e em 2001. Apesar de sugerir um aumento para os anos seguintes, uma variante não esperada surpreende: as mudanças na política econômica na Argentina se refletem imediatamente na demanda turística na Ilha de Santa Catarina no ano de 2002, apresentando um declínio, até então, nunca visto.

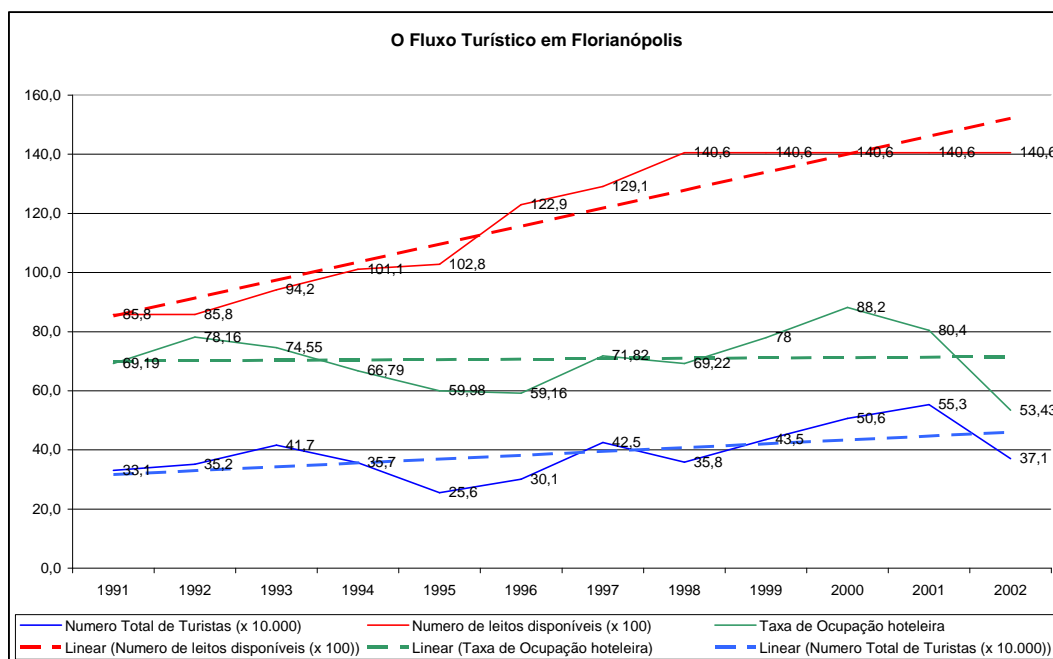
A seguir o Gráfico 4D apresenta o fluxo turístico em Florianópolis, número total de turistas e linear, número de leitos disponíveis e lineares, taxa de ocupação hoteleira e linear, durante o período de 1986 a 2002. Foram cruzados dados sobre o número total de turistas, o número de leitos disponíveis e a taxa de ocupação hoteleira, durante o período de 1986 a 2002, em Florianópolis.

No que diz respeito ao número de leitos e sobre a taxa de ocupação hoteleira, no período de 1986 a 2002 percebe-se que o número de leitos disponíveis cresceu no período de 1995 a 1999, quando há uma estagnação no crescimento da oferta de leitos.

A investigação demonstra que a resposta para essa situação tem relação direta com a diminuição do número de turistas e também ao crescimento acelerado das

segundas residências que são ofertadas como casas de aluguel e rivalizam com o setor hoteleiro, como veremos adiante.

GRÁFICO 4D: O Fluxo Turístico em Florianópolis: Número total de turistas e lineares, número de leitos disponíveis e lineares, taxa de ocupação hoteleira e linear, durante o período de 1986 a 2002.



FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. (1986 a 2003).

Apesar das estatísticas da Santur demonstrarem uma estagnação (segundo se observa no Gráfico 4D), de acordo com a Abih-sc, nos anos de 1999 a 2002, houve um crescimento de 25% no número de leitos em Santa Catarina, e em Florianópolis esse crescimento (segundo essa instituição) foi ainda maior, registrando um aumento de 30% no mesmo período. Aqui temos o registro de uma contradição. A Santur afirma que não houve crescimento na oferta de leitos. A Abih-sc afirma que houve.

Demonstramos mais um fato que torna difícil a pesquisa e a análise turística na Ilha de Santa Catarina e no próprio Estado: informações desconstruídas e contraditórias.

Santa Catarina carece de uma instituição que possa administrar os resultados e haja uma linguagem científica comum, para que os números sejam repassados com maior exatidão. Fica registrada a sugestão que estes organismos trabalhem interligados e

que haja comunicação: que os resultados sejam discutidos entre eles antes de serem devolvidos à comunidade. E quando os números não coincidirem que seja dada uma explicação lógica e convincente.

Fundamental para todo enfoque da administração do crescimento turístico é a criação de um banco de dados para monitorar as decisões sobre as mudanças e informar as decisões. Os dados disponíveis na maioria dos destinos turísticos são inadequados e incompletos. Escassos são os exemplos de um monitoramento abrangente em que são analisados indicadores de mudança no plano econômico, social e ambiental. A localidade de Whistler, na Columbia Britânica (Inglaterra), implementou recentemente um amplo programa de monitoramento da comunidade e de *resorts* e está evoluindo desde 1994. (THEOBALD, 2001). Há necessidade que se possibilite e se crie condição para que programas inspirados em localidades como Whistler e sejam adaptadas as realidades locais e, o desafio da administração do crescimento do turismo seja vencido.

TABELA 5: Turistas nacionais e internacionais chegados à Florianópolis no período de 1986 a 2002 segundo seu local de origem, em percentuais.

ANOS	R.S	S.C	PR.	S.P.	R.J.	Outros	ARG.	URU.	PAR.	EUA	CHI	Outros
1986	22.30	24.11	12.48	20.95	10.17	-	88.64	4.22	0.97	0.76	1.87	-
1987	20.63	16.91	10.78	23.23	12.27	-	89.95	6.90	0.29	0.57	0.86	-
1988	15.24	25.46	14.52	24.34	7.26	-	72.99	10.43	1.90	3.32	1.90	-
1989	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1990	26.09	10.72	15.38	22.32	6.03	-	61.88	20.00	3.75	1.25	2.50	-
1991	21.00	10.72	15.38	22.32	6.03	-	71.53	9.49	2.92	5.84	-	-
1992	33.87	5.91	7.53	29.57	5.91	6.45	81.88	6.52	1.45	-	4.35	-
1993	31.51	11.15	15.29	18.15	8.60	-	93.62	3.83	-	-	2.13	0.43
1994	34.49	13.10	16.84	20.86	6.68	-	92.16	3.19	1.96	-	0.49	1.23
1995	57.03	18.09	8.24	10.66	3.23	-	84.23	5.03	3.02	-	4.70	-
1996	44.28	17.60	14.08	12.61	3.81	-	84.33	6.72	3.73	-	1.49	-
1997	43.04	7.28	14.81	20.31	7.41	-	84.60	6.70	2.46	-	3.13	-
1998	25.89	13.06	15.68	26.60	5.94	-	77.47	9.09	7.11	-	1.98	-
1999	43.34	7.05	11.98	20.27	4.70	-	83.04	4.78	4.78	-	2.17	-
2000	37.08	9.27	9.27	21.03	4.63	-	86.34	7.01	0.88	-	2.80	-
2001	35.37	12.56	18.78	20.05	3.46	-	87.38	6.78	4.26	-	0.95	-
2002	38.36	11.09	16.51	20.79	4.28	-	63.38	19.45	6.83	-	1.37	-

FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. (1986 a 2003).

OBS: Não foram efetuadas pesquisas pela Santur no ano de 1989.

A Tabela 5 anteriormente demonstra o movimento dos turistas nacionais e internacionais que chegaram à Florianópolis no período de 1986 a 2002. Os números pesquisados dos turistas internacionais pertencem aos países: Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile, Estados Unidos e outros. Os números dos turistas nacionais pesquisados pertencem aos estados de: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro.

Para melhor efeito de visualização e análise foram elaborados gráficos cruzando algumas das variáveis contidas na Tabela 5.

Embora possam parecer que se repetem, eles reforçam a preocupação que permeia esse trabalho: demonstrar o desenvolvimento turístico na Ilha de Santa Catarina.

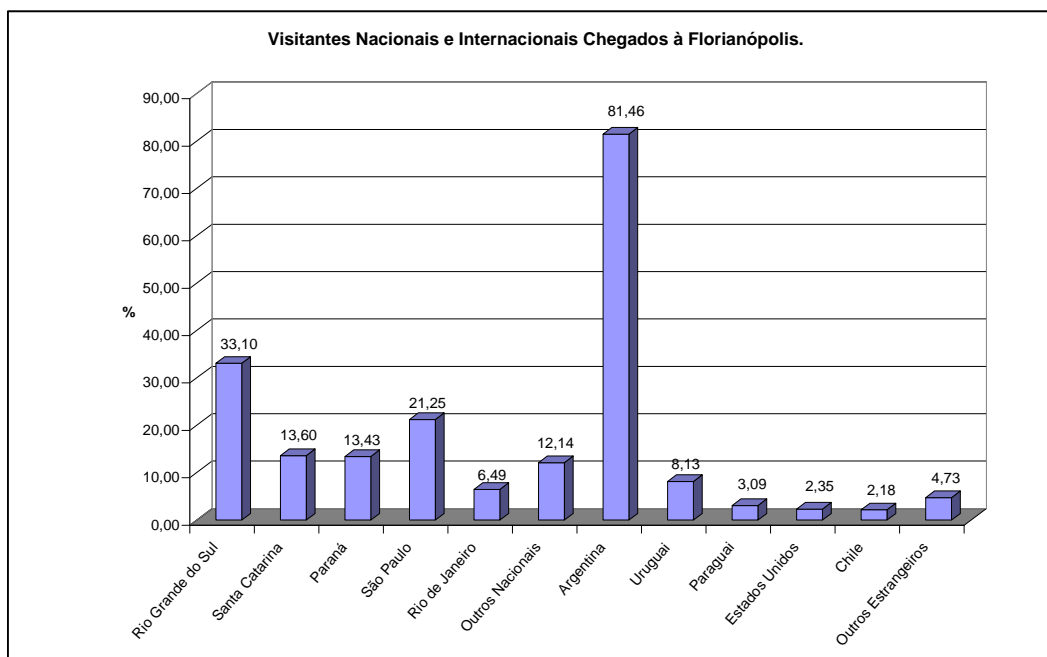
Entre os anos de 1988 e 1991, o número de turistas vindos de São Paulo ultrapassa os vindos do Rio Grande do Sul. É o resultado de intensas campanhas de promoção turística da Ilha de Santa Catarina no Estado de São Paulo.(SANTIAGO, 1995).

Na década seguinte, os anos de 1992 a 2002, os turistas nacionais que mais visitaram a Ilha foram os chegados do Rio Grande do Sul, que ultrapassam os outros estados chegando a representar nos anos de 1996 e 1999, os percentuais de 44,28% e 43,34% respectivamente. Quanto aos turistas internacionais os argentinos são em número disparadamente maior, chegando a representar nos anos de 1993 e 1994 os percentuais de 93,62% e 92,16% respectivamente.

As justificativas para compreender o grande número de turistas argentinos que procuram a Ilha de Santa Catarina como destinação são inúmeras, entre elas, as proximidades geográficas, a política econômica, a facilidade do idioma. Em estudos sobre esses grupos de turistas, Schmeil (1994) afirma que os turistas argentinos procuram e geralmente encontram aventuras recheadas de surpresas, fantasias e novidades, em suas férias nas praias de Florianópolis. Toda fantasia deste turista está permeada de elementos que compõem determinado sistema de representações, que tem sido desenvolvido e reforçado pelos meios de comunicação de massa sobre o Brasil. O turista argentino busca em Florianópolis, antes de qualquer coisa, o Brasil, o brasileiro ou as brasileirices divulgadas em âmbito internacional. Estas brasileirices são características que dão ao Brasil uma maquiagem de liberalidade, soltura, sexualidade, musicalidade entre outros.

O Gráfico 5 oferece uma dimensão da quantidade e das diferenças entre as demandas turísticas internacionais e nacionais.

GRÁFICO 5: Visitantes nacionais e internacionais chegados à Florianópolis no período de 1986 a 2002.



FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. (1986 a 2003).

A diversidade cultural brasileira é estereotipada através destas brasileiras, e domesticada pela infra-estrutura turística que transforma algumas praias de Florianópolis como lugar ideal ou uma zona propícia para inversão ou suspensão das regras cotidianas de turistas de massa, principalmente, estrangeiros. Este lugar é ideal porque alia as diversidades e exotismos a uma certa segurança ou a um certo conforto urbano. Estes comportamentos trazem muitos inconvenientes, tanto para os próprios turistas, como para a população anfitriã. (SCHMEIL, 1994). As categorias “população anfitriã” e/ou “brasileiros” incluem todas as pessoas residentes em Florianópolis, bem como as pessoas que nasceram em outros estados brasileiros, e em outros países, mas moram ou trabalham em Florianópolis.

O Brasil sempre foi divulgado internacionalmente pelos meios de comunicação de massa através de imagens de um mundo tropical, quente e sem regras muito rígidas, como uma arena antiestrutural. Muitas propagandas veiculadas em televisão mostram paisagens compostas de uma fauna e flora rica e colorida, onde mulheres morenas

felizes seminuas e sensuais dançam ou caminham a beira-mar, ao sol quente, embaladas por sambas carnavalescos, acompanhadas de seu simpático e esperto malandro, que no meio do percurso pega uma bola e demonstra sua agilidade no futebol. Ou ainda, um país, onde as regras sociais são mais flexíveis, ou seja, o país do “jeitinho”.

De forma caricatural e estereotipada a publicidade recupera as minorias culturais brasileiras, seu exotismo, seu estado “mais próximo” da natureza para atrair turista.

A Tabela 6 a seguir apresenta os tipos de hospedagem utilizados pelos turistas em Florianópolis.

TABELA 6: Tipos de hospedagem utilizados pelos turistas em Florianópolis no período de 1985 a 2002, em percentuais.

ANOS	Taxa Ocupação Hoteleira	Casa Alugada	Pensão ou motel	Albergues Juventude	Camping	Residência Secundária	Casa Parente Amigo	Outros	Pousada
1985	42.00	24.00	2.00	-	-	1.00	24.00	7.00	-
1986	32.03	27.41	0.90	-	7.21	3.15	26.95	2.36	-
1987	31.16	25.64	0.55	-	8.29	4.53	26.52	3.31	-
1988	29.61	14.23	0.25	-	7.94	6.70	32.51	8.77	-
1989	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1990	33.76	11.43	0.75	1.39	20.30	5.13	27.24	-	-
1991	34.29	26.95	0.80	1.76	4.15	8.29	23.76	-	-
1992	36.20	29.45	0.31	1.23	6.75	3.37	22.70	-	-
1993	28.15	36.38	2.19	1.83	6.22	5.48	19.47	-	-
1994	23.77	50.52	1.42	1.16	4.91	4.26	13.95	-	-
1995	16.96	37.20	7.77	1.20	4.92	3.84	28.12	-	-
1996	20.47	30.91	8.32	1.28	5.54	2.99	30.49	-	-
1997	24.39	35.89	-	1.06	2.28	3.34	23.82	-	9.92
1998	21.80	35.65	0.44	1.03	2.50	4.12	29.31	-	5.15
1999	21.46	36.06	1.79	1.42	3.20	6.71	23.92	-	6.04
2000	21.07	34.83	0.65	1.65	2.89	5.14	26.86	-	6.19
2001	17.68	42.91	0.33	0.60	2.61	6.76	21.75	-	7.36
2002	18.14	29.27	0.91	0.7	2.52	8.33	31.31	-	8.75

FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados fornecidos pela Santur. (1986 a 2003).

Obs: A Santur não efetuou pesquisas no ano de 1989.

Uma das características dos universos turísticos paradisíacos, e que também se reproduzem, no caso específico do discurso argentino sobre o Brasil, é a

espontaneidade, a liberdade total de ação e ausência de responsabilidades. Desse modo, o Brasil é colocado como um espaço que oferece liberdade, e que expressa ou aparenta um controle social frágil, uma forma de organização social mais aberta, em que a inexistência de regras rígidas possibilita ou sugerem aos visitantes, liberdade para transcendência de limitações estruturais de seu cotidiano.

Quanto aos meios de hospedagem que os turistas utilizam, foram agrupados para efeito de pesquisa em: hotel, casa alugadas, pensão ou motel, albergues da juventude (credenciados pela Embratur e direcionados para estudantes “mochileiros”), camping, residência secundária, casa de parentes ou amigos, pousadas e “outros”.

O turista busca um mundo diferente ou inverso ao seu. No caso do turista argentino, essa busca se expressa de muitas formas. Uma das coisas mais importantes que este turista procura no Brasil, é o contato com a natureza. Contato que se dá, principalmente, no convívio com o mar, especificamente na praia.

A cidade de Florianópolis, apesar de localizada na região Sul, que é vista como mais responsável e conservadora dentro do contexto brasileiro, não fica por menos, isto é, ela se insere também dentro daquele sistema de representações sobre o Brasil. Os argentinos ao virem para Florianópolis procuram encontrar na cidade os mesmos elementos formadores daquela imagem caricatural do Brasil. Isto por que, Florianópolis deve adequar-se às suas necessidades enquanto turistas, ou seja, deve caracterizar-se como um espaço propício para suspensão de regras dos seus cotidianos. Em outras palavras, para que o espaço turístico possibilite comportamentos de inversões, ele deve possuir algumas peculiaridades, mesmo que imaginárias.

De forma geral, Florianópolis vai ser vista como um espaço que oferece grande liberdade para fazer as mais variadas coisas. Além de constituir-se num espaço de liberdade para inversão de formas de ser e de viver cotidianas do turista argentino. (SCHMEIL, 1994).

Observando a Tabela 6, ressaltamos que a Taxa de Ocupação Hoteleira (TOH) diminuiu de 42% em 1985, para 18,14% em 2002, representando 23,86% a menos no período analisado. Esse é um índice muito alto e traz severas conseqüências econômicas, sociais e ambientais para a Ilha de Santa Catarina. As casas alugadas aumentaram de 24% em 1985, para 29,27% em 2002; representando uma diferença de 5,27% a mais no período demonstrado. Os albergues da juventude diminuíram sua ocupação em 0,62% nesses últimos 18 anos, mas o mais curioso é o fato de não terem crescido, já que se trata de local específico para jovens estudantes. Os campings

também tiveram diminuídas suas ocupações em 4,69% no período analisado. A utilização de casa de parentes ou amigos aumentou de 1985 a 2002 em 7,31% o que demonstra que alguma quantidade de turistas que retornam a Florianópolis já tem parentes ou conhecidos, não utilizando outras formas de hospedagem economicamente mais vantajosas para a cidade. As pousadas começaram a fazer parte das pesquisas da Santur no ano de 1997, durante estes seis anos tiveram sua ocupação diminuída em 1,17% o que representa uma margem baixa, mas que em termos econômicos é bom.

A **residência secundária ou segunda residência** são alojamentos turísticos particulares, utilizados temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente em outro lugar. Conhecida por diversos vocábulos restritivos como casa de praia, casa de veraneio, casa de campo, casa de temporada, casa de férias, etc. esse tipo de “domicílio ocasional” conforme o IBGE (1991), é uma prática aristocrática antiga que se massificou, recentemente, associada ao fenômeno de urbanização, expandindo-se bastante não só nos espaços insulares, mas também nas áreas continentais urbanas e rurais.

Com a industrialização e a metropolização das cidades, cada vez mais se fazia necessário que o homem urbano saísse das áreas centrais super povoadas em direção às periferias metropolitanas na busca do reencontro com a natureza. Essa era uma forma de aliviar os estresses cotidianos e renovar suas energias.

Portanto, devido à proximidade das áreas centrais, as regiões periféricas metropolitanas passaram a ser alvos dos especuladores imobiliários e das estratégias de marketing turístico, que procuravam valorizar os atributos naturais e culturais desses espaços ofertando-os aos segmentos sociais específicos que tinham renda excedente para adquirir residência secundária. Na ilha de Santa Catarina, esse atributo era seguido do discurso de que a residência secundária poderia ser alugada, na temporada, ajudando no pagamento do imóvel, em longo prazo.

Sendo um fenômeno recente que se vincula ao turismo pendular de fim de semana e das férias anuais, a residência secundária tem sua localização definida pela relação tempo-custo-distâncias. Esses fatores podem contribuir para valorização de recursos naturais e culturais mais próximos dos centros emissores que são preferidos a outros, de qualidade superior, porém, mais distantes. (ASSIS, 2000).

Entretanto, um fator que influencia na dinâmica do espaço turístico e na localização das residências secundárias é a rede de acesso e transporte. Apesar das residências secundárias se localizarem, geralmente, ao redor das grandes metrópoles,

elas podem se espalhar por distâncias maiores devido às qualidades dos meios e vias de transportes disponíveis. Isso acontece porque a área central metropolitana polariza a emissão de fluxos de finais de semana que desenvolvem uma ampla faixa de residências secundárias em seu entorno, formando cinturões concêntricos. Assim, com as melhorias de acesso, estas áreas periféricas passam a serem ocupadas por uma clientela popular, enquanto os ocupantes pioneiros detentores de um poder aquisitivo mais elevado, partem em busca de áreas isoladas cada vez mais distantes da área central, reproduzindo assim a lógica turística de consumo e produção do espaço.

Por outro lado, as construções de segundas residências também marcam um vínculo permanente entre as áreas de origem e as áreas de destino. O refúgio freqüente nas residências secundárias estabelece identidades e territorialidades, que, muitas vezes, desencadeiam repercussões espaciais e conflitos sócio-culturais entre a população visitante e a nativa. Essas repercussões espaciais podem ser positivas e negativas e, geralmente, estão associadas à expansão do processo de urbanização nos núcleos receptores e à perda da atratividade turística, à diversificação do mercado de trabalho e seus efeitos no padrão de renda, à proliferação do turismo adventício (que corresponde à transformação de residências secundárias em residências permanentes, em virtude da fixação de antigos turistas que transferem seu domicílio principal para os núcleos receptores). As repercussões negativas mais comuns referem-se ao fato das segundas residências, geralmente, desalojarem com suas edificações e infra-estruturas o uso do solo tradicional anterior, agrícola e pesqueiro e provocarem turbulência nos níveis culturais e sociais (perfis de emprego, alterações de estilos e horizontes de vida etc.) e ambientais (desorganização da drenagem e mudanças geomorfológicas, destruição das qualidades das águas doces e oceânicas, etc.).

Florianópolis possui uma população de 341.781 habitantes. A quantidade de domicílios particulares ocupados e não ocupados, conforme dados do IBGE, em sinopse do censo de 2000:

Total de domicílios: 141.127

Domicílios ocupados: 103.907

Domicílios não ocupados: 37.220

Perfazendo um percentual de 26,37 % de domicílios não ocupados.

Na Ilha de Santa Catarina a variante correspondente às residências secundárias chama a atenção o aumento de 7,33% nestes últimos dezoito anos. No ano de 1985 o percentual de residências secundárias é 1% (Tabela 6). O censo do ano 2000 do IBGE

demonstra o crescimento das residências secundárias. A maioria dessas residências recebe para aluguel um número excessivo de pessoas, para as quais não foram projetadas nem construídas.

Ressaltando, foi o item que mais cresceu durante o período analisado. Nos hotéis a oferta de leitos não cresceu nessa velocidade. Para efeito de cálculo, vamos considerar que cada residência secundária possua, no mínimo dois quartos (que representam então dois leitos – um para casal - e um para solteiro), se multiplicado por três pessoas (no mínimo) para cada residência secundária, teremos um total de 111.660 pessoas ocupando essas 37.220 residências secundárias.

Dessa forma quero afirmar que a média da ocupação nas residências secundárias ultrapasse esse índice (indiquei o mínimo). O impacto causado é maior e, portanto, o número demasiado de ocupação de pessoas em residências secundárias afeta profundamente e interfere, ao mesmo tempo, na queda da taxa de ocupação hoteleira na Ilha de Santa Catarina.

A observação dos meios de hospedagem utilizados expressa uma importante característica do modo como a atividade turística vem se desenvolvendo em Florianópolis: a grande maioria dos turistas hospeda-se em casas ou apartamentos (alugados, próprios ou de amigos). Os dados da alta temporada de 2001 são bastante expressivos: somente 28,58% dos turistas utilizam hotéis, pousadas hospedagens e campings. A imensa maioria (71,42%) preferiu meios informais de hospedagem.

A colocação no mercado de residências e apartamentos tem acontecido de maneira bastante informal, donde as divisas daí provenientes raramente serem incorporadas às estatísticas oficiais. Da mesma forma, destas modalidades de hospedagem, nenhum rendimento tributário que possa ser investido na melhoria sócio-ambiental da cidade advém ao poder público.

Essas vagas de aluguel têm origem fundamentalmente, em segunda residência de moradores de Florianópolis e cidades próximas, mas também em centros emissores mais longínquos como as regiões metropolitanas de Porto Alegre, Curitiba e São Paulo.

Na medida em que um percentual bastante significativo delas ainda se encontra nas mãos de moradores originais, o aluguel de casa e apartamentos tem se constituído numa das formas mais efetivas de participação da população local no processo turístico: parte da riqueza gerada permanece junto às comunidades insulares, constituindo importante fonte de complementação da renda familiar.

Isso é particularmente expressivo em localidades transformadas em balneários, e inexistente na maioria dos empreendimentos turísticos recentes, concebidos de forma totalmente segregada das comunidades locais.

A segunda residência se constitui numa atividade extremamente negativa ao meio ambiente, em função da quantidade de território comprometida e das dificuldades e custos excessivos para a implementação de infra-estruturas. (REIS, 2002, p. 103).

Ressalta-se, novamente, esse tipo de atividade foi e é uma forma, talvez, a única, que a população nativa sentiu-se como agente incluída no processo de “turistificação” da Ilha de Santa Catarina. Ressaltamos que muitas famílias computam e incluem essa fonte de renda sazonal para se manterem durante o restante do ano.

Cabe sugerir estudos de antropologia do turismo ou sociologia do turismo, que abordem tais temas e dêem continuidade as investigações para verificar a relevância de tais afirmações. A incorporação do morador local no processo é característica de sustentabilidade social. A experiência do turismo será também, a experiência de troca social.

Porém, receber turistas nessas condições sub-básicas de infra-estrutura não é recomendável. Saturar essa mínima infra-estrutura oferecida (que não se encontra preparada para tal demanda), gera impacto ambiental e social que se observam durante a alta temporada através de quedas brutas de energia elétrica (nas horas de pico), congestionamentos no trânsito, aglomerações nas praias, aumento dos resíduos na coleta de lixo, aumento das poluições já existentes.

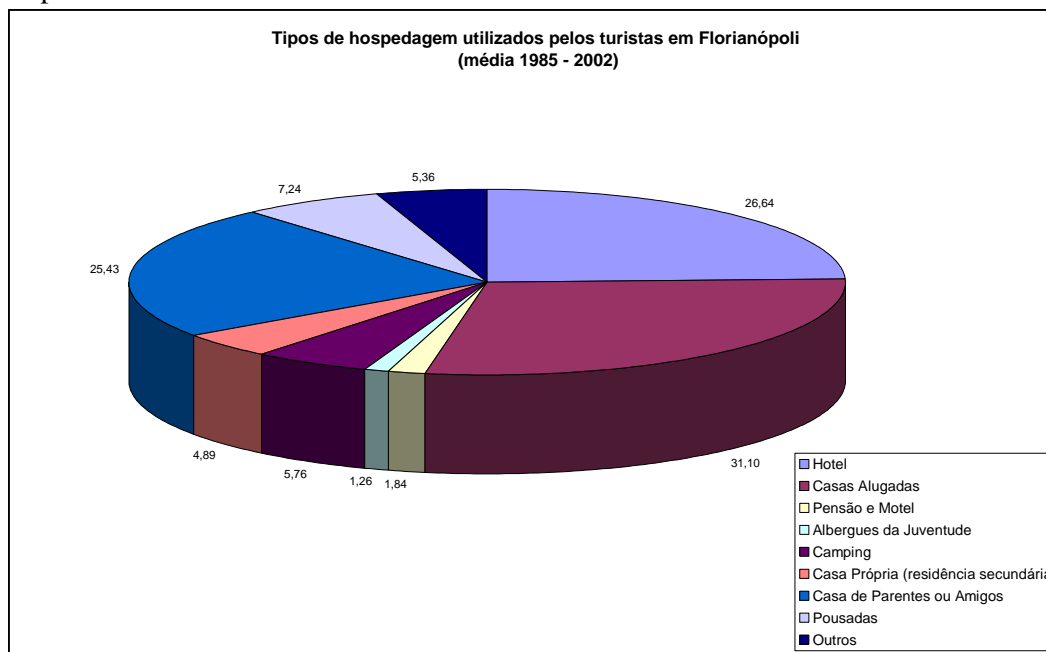
Esses episódios confirmam e nos fazem perceber a existência do turismo de massa em Florianópolis.

Turismo massivo não é benéfico e nem se enquadra nas sugestões de turismo sustentável apresentadas nos capítulos anteriores.

Com tantos impactos ambientais e sociais negativos, a capacidade de carga turística fica seriamente comprometida.

Apresentamos, a seguir, o Gráfico 6 os tipos de hospedagem utilizados pelos turistas que visitam a Ilha de Santa Catarina.

GRÁFICO 6: Tipos de hospedagem utilizados pelos turistas em Florianópolis. Média do período de 1985 a 2002.



FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. (1986 a 2003).

O Gráfico 6 apresenta os tipos de hospedagem utilizados pelos turistas em Florianópolis. Para tal foi organizada uma média da série histórica pesquisada (1986 - 2002) demonstrando de forma mais efetiva, os tipos de hospedagem utilizados pelos turistas em Florianópolis.

Sob o enfoque econômico e cultural constata-se, que, a propriedade de praia (residência secundária), no Brasil e conseqüente em Florianópolis, é considerada como uma excelente forma de investimento financeiro, relativamente segura, e com grande e rápida valorização monetária, graças à especulação imobiliária.

Na Ilha de Santa Catarina agrega-se a esse “valor” a possibilidade de alugar a propriedade no verão, para turistas estrangeiros (e receber em dólar), ou para turistas nacionais. O que em qualquer dos casos é considerado um bom negócio, pois contribui, em várias ocasiões, no pagamento do imóvel com a renda obtida no aluguel. No entanto, o retorno financeiro desses imóveis é instável, envolve muitas oscilações relativas a fatores de ordem econômica, social e cultural, e também a manutenção da qualidade paisagística e ambiental.

O aspecto cultural, da valorização da propriedade de veraneio, a considera uma forma de garantia econômica, associando-a a uma “imagem positiva das vantagens do desenvolvimento econômico”.

O acréscimo da renda média dos municípios litorâneos, gerados graças ao aumento no número de proprietários e construções responsáveis pela maior arrecadação fiscal, se constitui nos argumentos centrais para a “suposta confirmação” das vantagens da evolução das atividades relacionadas ao setor turístico.

Outros fatores culturais brasileiros, aliados ao econômico, justificam o intenso e crescente consumo das **residências secundárias**. É o “símbolo de status social”. Para a maioria dos brasileiros, ser proprietário de uma casa de veraneio no litoral é uma representação concreta e palpável de ascensão social. Alguns elementos, tais como a exclusividade, o menor número de turistas nas praias, a limpeza e manutenção de águas cristalinas despoluídas, ou a presença de vegetação nativa e de paisagens com belezas naturais, são elementos que podem aumentar o prestígio de seu proprietário. (HAUSMANN, 2001).

Na avaliação dos benefícios econômicos do desenvolvimento do turismo, baseados em dados numéricos e estatísticos, geralmente não se contabilizam os elementos negativos gerados pela construção das segundas residências. Os números não denunciam a situação precária das moradias dos habitantes locais, ou dos impactos ambientais decorrentes de uma urbanização instalada sobre locais inadequados e sem infra-estrutura.

A partir do desenvolvimento do turismo, baseado na implantação de residências para o veraneio, diversos mitos foram criados. O principal deles é a imagem cultural e idílica da casa de praia, individual, horizontal e isolada das outras construções, que desde os anos setenta, evidencia a concepção de uma mercadoria de consumo para as classes altas e médias, sonho de consumo de amplos segmentos da população.

Quando o espaço geográfico é limitado, como na ilha, esse sonho de consumo pode se traduzir em apartamentos de praia, com características que configuram segunda residência, que em sua maioria são construídos em locais ambientalmente atrativos e que com o passar do tempo, perdem as características que eram anteriormente sedutoras.

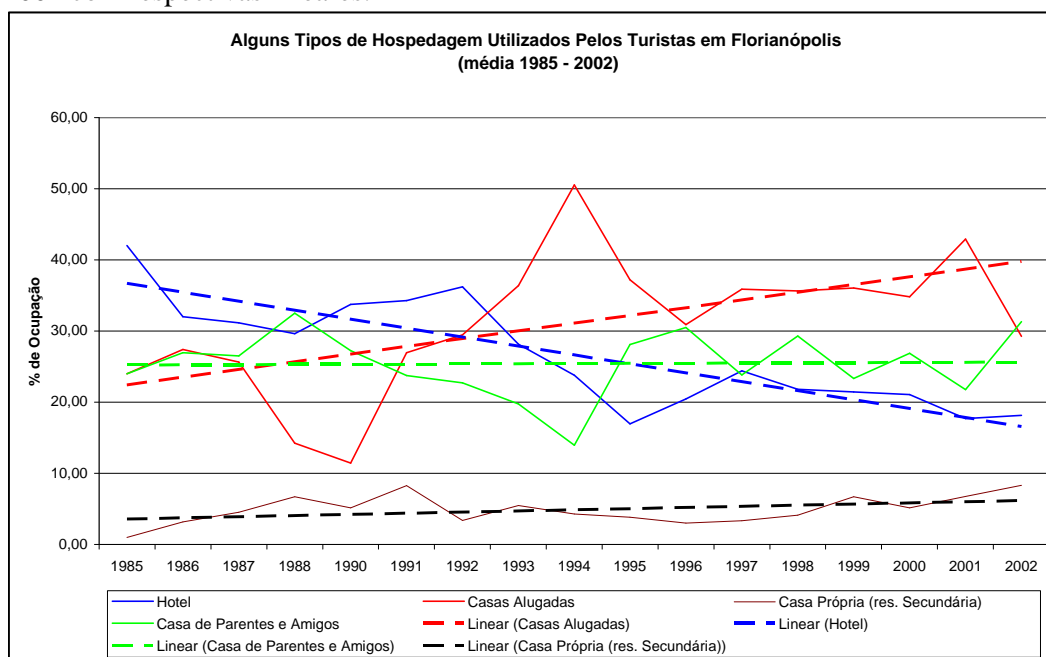
A partir da intensificação dos movimentos com preocupações ambientais, as casas em lotes ajardinadas vêm sendo também consideradas uma “opção ecologicamente correta”, de contato “com a natureza”, ou da “volta às origens naturais”.

Essa concepção justifica uma das principais formas de ocupação do solo, responsável pela eliminação de grandes extensões de vegetação nativa, e pela alteração dos ecossistemas naturais, representando um modelo da incompatibilidade entre o uso do solo para o desenvolvimento, com a preservação ambiental.

A atual configuração espacial, em diversos sítios, ao longo do litoral da Ilha de Santa Catarina é o reflexo desse tipo de turismo, bastante difundido nas costas brasileiras, da implantação de residências secundárias particulares, construídas para o uso na temporada de verão e nos finais de semana prolongados.

Portanto, a urbanização turística baseada na implantação de empreendimentos privados destinados à construção linear, vertical e extensiva de residências secundárias, é a principal responsável, em termos de extensão, pela transformação e modificações nas características das paisagens naturais da ilha, com alterações na dinâmica ambiental dos sensíveis ecossistemas. Os modelos dessa forma de ocupação são inadequados aos ambientes litorâneos e a evolução dessa modalidade de turismo sobre os espaços litorâneos vem se apresentando como uma alternativa insustentável. (HAUZMANN, 2001). A seguir o Gráfico 6A demonstra os tipos de hospedagem utilizados, pelos turistas, em Florianópolis.

GRÁFICO 6A: Tipos de hospedagem utilizados pelos turistas em Florianópolis: hotel, casa de amigos ou parentes, casas alugadas, casas próprias; no período de 1985 a 2002 com respectivas lineares.



FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. (1986 a 2003).

Em relação aos meios de hospedagem, no ano de 2002, na indústria hoteleira nacional havia 18 mil estabelecimentos e empregou 550 mil funcionários. Os meios de hospedagem empregam em média 31 pessoas por estabelecimento, o que representa 0,8% da População Economicamente Ativa (PEA).

Segundo Abih-sc o setor possui um patrimônio de R\$ 78,8 bilhões, gasta R\$ 2 milhões por ano com mão-de-obra e mais de R\$ 30 milhões com Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS), começa voltar sua atenção para o turismo de eventos, para aumentar o fluxo de hóspedes, ao mesmo tempo em que revela preocupação com a preservação do meio ambiente.

Pesquisa realizada pela EMBRATUR / PRODETUR junto a 800 meios de hospedagem, no período de fevereiro a abril de 1997, divulga que:

- A maioria (mais da metade) dos empreendimentos hoteleiros no Brasil, 56% ainda se utiliza principalmente de contato direto com os clientes como forma de comercialização de seus serviços. Entretanto, esse percentual cai para 29% e 20%, respectivamente, entre os meios de categorias quatro e cinco estrelas. As agências e operadoras de turismo, juntas, respondem por 26% dos meios de hospedagem no Brasil, mas representam 57% das vendas dos mais confortáveis meios de hospedagem.

- As receitas dos meios de hospedagem variam de acordo com as alterações e combinações de diversos fatores, dentre os quais se destacam: o nível de conforto dos empreendimentos turísticos, suas localizações regionais, municipais ou temáticas e os determinantes da conjuntura econômica nacional.

- Entre os tipos de hospedagem, os hotéis de lazer tiveram condições de produzir receitas mais elevadas, enquanto as hospedarias de turismo, por sua vez, geraram as receitas mais baixas de que os de cidades, campos e outros sítios históricos. Observa-se ainda que os meios de hospedagem que participam de cadeias também produzem receitas inferiores aos demais, isso porque não ganharam totalmente a credibilidade dos brasileiros.

- O conforto e o tamanho dos meios de hospedagem tem um impacto positivo nas suas receitas. Afinal, quanto maior, mais serviço pode prestar. Entretanto, não há ganho de escala para obtenção das receitas. As receitas, portanto, são obtidas principalmente dos serviços de hospedagem que respondem por 82,5% do total. (EMBRATUR/PRODETUR, 1997).

Nas principais cidades do litoral catarinense, a taxa média de ocupação hoteleira, do reveillon até fevereiro 2000, confirma a expectativa de “boom” turístico inédito no Estado. Em pesquisa divulgada pela Abih-sc ostenta que 91,3% das vagas em Florianópolis estavam reservadas para o fim do ano e a ocupação nos meses de janeiro e fevereiro, na capital, deve alcançar uma média de 79%. Nos outros 13 principais municípios turísticos, as taxas médias chegam a 86% e 73,5%, respectivamente. São as mais altas taxas hoteleiras já registradas em Santa Catarina. Dos hotéis pesquisados, a maioria das unidades da capital registraram 100% de ocupação para o reveillon. Boa parte desses hotéis elevou os preços das diárias em 20% a 30%, mas alguns cobraram até o dobro em comparação à temporada de 1998/99. A Tabela 7 apresenta a taxa de ocupação hoteleira nos hotéis da Ilha de Santa Catarina.

TABELA 7: Taxa de Ocupação Hoteleira – TOH - nos hotéis classificados na Ilha de Santa Catarina no período de 1986 a 2002.

ANO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
1986	69.15	70.91	44.90	28.09	26.74	24.91	44.69	28.86	43.08	35.79	46.02	55.29
1987	79.42	72.67	44.09	37.81	27.84	27.02	31.66	26.16	33.54	32.39	33.72	38.31
1988	53.09	48.90	35.08	29.52	25.84	26.10	30.04	25.46	32.24	44.57	34.99	38.41
1989	71.97	71.68	49.07	32.82	25.60	30.05	33.84	27.32	44.66	43.07	40.06	40.98
1990	64.28	63.01	34.49	25.70	22.28	22.26	28.61	27.96	30.02	36.95	33.47	39.60
1991	55.40	58.59	41.29	27.69	28.25	26.57	35.09	28.68	34.28	37.95	33.13	37.47
1992	-	-	-	34.74	28.49	26.38	33.67	25.77	29.77	38.32	36.32	39.72
1993	71.20	71.32	45.46	39.59	28.21	26.02	26.50	26.19	29.16	33.67	37.57	38.62
1994	61.77	57.93	42.27	32.93	22.82	22.72	26.42	26.83	33.34	32.70	39.94	43.73
1995	60.10	52.59	36.75	36.61	24.86	20.67	26.64	27.36	31.54	31.24	39.15	33.81
1996	43.86	48.00	37.81	38.34	28.67	24.92	34.43	29.90	33.63	36.87	38.27	48.07
1997	53.48	50.47	39.01	34.66	28.58	32.57	35.14	29.97	37.91	38.15	40.62	36.40
1998	51.11	49.08	36.35	39.30	29.57	34.61	29.89	33.30	40.42	44.41	43.42	50.01
1999	59.04	56.24	34.55	29.34	23.90	28.86	31.57	24.89	36.07	51.00	45.80	42.43
2000	78.01	66.20	53.93	42.74	31.80	30.12	36.40	35.06	41.41	38.71	43.08	50.79
2001	68.20	53.17	49.22	42.19	22.81	33.11	40.81	32.18	47.12	51.44	53.00	47.75
2002	51.47	46.97	38.03	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. (1986 a 2003).

Obs: A coleta de dados não foi efetuada pela Santur nos meses de janeiro, fevereiro e março de 1992.

O número de estabelecimentos de hospedagem em Santa Catarina, considerando o parque hoteleiro dentro das seguintes especificações: hotéis, apartamentos, motéis, camping, pousadas e outros, nos anos de:

**1995 – 670 meios de hospedagem*

**1996 – 720 meios de hospedagem*

**1997 – 770 meios de hospedagem*

**1998 – 830 meios de hospedagem*

**1999 – 890 meios de hospedagem*

**2002 – 2126 meios de hospedagem*

Observamos os números fornecidos pela Abih-sc, que o total de meios de hospedagem cresceu, 31,73% (em Santa Catarina), significando grandes investimentos no setor. O parque hoteleiro catarinense possui atualmente 105.000 UH's (Unidades Habitacionais). Perfazendo uma média de 50 UH's por hotel. A taxa média de ocupação no estado de Santa Catarina não passa de 50%.

Como turismo e hotéis estão intimamente ligados, essa organização acredita ser crucial investir na divulgação do Estado. Uma vez que a taxa de ocupação passar a 60%, em dois anos serão criados 20 mil novos empregos e o incremento da renda dos hotéis e segmentos de apoio (restaurantes, transportes, etc.), será de R\$ 300 milhões. Atualmente o setor gera 37,5 mil empregos diretos e 112,5 mil empregos indiretos. Essa entidade acredita que se houver propaganda, haverá crescimento da atividade turística.

Entretanto, esse crescimento turístico contribuiu para a ocupação inadequada de sítios frágeis e ao crescimento desenfreado das estações balneárias. Aos loteamentos de casas secundárias, aos “condomínios” de residências secundárias, aos edifícios de vários andares, aos complexos hoteleiros proliferarem na Ilha sem a mínima planificação, sem o mínimo planejamento.

Turismo sustentável parece distante.

4.1 – MOTIVAÇÕES DOS TURISTAS E ALGUMAS TIPOLOGIAS

Os recursos turísticos mais importantes da Ilha de Santa Catarina residem nos atrativos naturais, que é o principal atrativo durante todo o ano. As enquetes feitas pela SANTUR junto aos turistas são reveladoras.

A definição clássica de demanda constante nos dicionários, referente à motivação, é derivada da palavra *motivar*, que significa fazer uma pessoa agir de certa maneira, ou estimular seu interesse. Podemos também fazer referência à palavra *motivo*, que está relacionada com iniciar um movimento ou induzir uma pessoa a agir. Como seria de se esperar, muitos textos associados ao turismo utilizam o conceito de motivação como uma influência fundamental sobre o comportamento do consumidor.

Para tanto, surge a necessidade de alguns tópicos sobre motivações e necessidades que permeiam as escolhas dos turistas, para que possamos traçar um paralelo com as motivações das demandas turísticas na Ilha de Santa Catarina, utilizou-se a teoria da hierarquia das necessidades de Maslow (1970).

Cooper (2001), apresenta a hierarquia de necessidades de Maslow (1970), a qual declara ser provavelmente a teoria da motivação mais conhecida, talvez por sua simplicidade e atração intuitiva. Essa teoria da motivação está apresentada na forma de uma classificação, ou hierarquia, dos arranjos de necessidades individuais. O valor humanista é enfatizado, sugere um modelo no qual a auto-realização é valorizada como sendo o nível ao qual o homem deveria aspirar. A argumentação é fundamentada afirmando que, se nenhuma dessas necessidades de hierarquia fosse satisfeita, então as necessidades inferiores, as fisiológicas iriam dominar o comportamento. Se estas estivessem satisfeitas, entretanto, elas não seriam mais uma motivação, e o indivíduo seria motivado pelo próximo nível hierárquico. (MASLOW, 1970 *in*: COOPER, 2001). O Quadro 16, a seguir, apresenta essa teoria.

QUADRO 16: Hierarquia de necessidades.

INFERIORES	1 – Fisiológicas – fome, sede, descanso, atividade.
	2 – Segurança – proteção, libertação do medo e da ansiedade.
	3 – Pertencer e amor – afeição, dar e receber amor.
	4 – Estima – auto-estima e estima por outros.
SUPERIORES	5 – Auto-realização – realização pessoal.

FONTE: MASLOW, 1970 *in*: Cooper, 2001.

No Quadro 16 são identificados dois tipos motivacionais, que podem ser bastante simplificados como:

- *motivos relacionados à deficiência ou redução de tensões;*
- *motivos relacionados à indução ou busca de excitação.*

Uma grande parte das teorias das demandas turísticas foi construída com base nessa abordagem. Até certo ponto, a popularidade dessa teoria pode ser entendida em termos morais. Ela sugere que, dadas as circunstâncias corretas, as pessoas irão se distanciar de suas preocupações com os aspectos materiais da vida e tornar-se-ão mais interessadas em coisas “superiores”. (COOPER, 2001).

No Quadro 16 conforme a hierarquia das necessidades, os turistas buscam na Ilha de Santa Catarina satisfazer suas necessidades inferiores (descanso /atividades). Assim sendo, no ano de 2002, conforme corrobora adiante a Tabela 8 (O que atrai os turistas à Florianópolis) a variante “busca por belezas naturais” obteve 75,83% na preferência pelos turistas, variante que na literatura turística se inclui nos três “S”: sun, sand, sea (sol, praia, mar).

O estudo da motivação derivou-se de várias áreas disciplinares que levaram a uma diversidade de abordagens em turismo.

Cooper (2001) apontou para o fato de que há sete elementos dentro de uma abordagem geral da motivação: (COOPER, 2001).

1 – A viagem é uma resposta a algo que é desejado, mas está faltando. Esta abordagem sugere que os turistas são motivados pelo desejo de experimentar fenômenos que sejam diferentes daqueles que estão disponíveis em seu ambiente doméstico.

2 – A atração da motivação, em resposta ao impulso individual. Faz a distinção entre a motivação do turista individual em termos do nível de desejo (impulso) e a atração exercida pela destinação, ou atrativo turístico.

3 – A motivação como fantasia. Este é um subconjunto dos primeiros dois fatores e sugere que os turistas viajam para assumir comportamentos que não seriam culturalmente aceitos em seu meio doméstico.

4 – A motivação como um propósito classificado. Uma categoria ampla, que evoca os vários propósitos motivadores de uma viagem. Os propósitos podem incluir a visita de parentes ou amigos, desfrutar de atividades de lazer ou estudos.

5 – Tipologias motivacionais. Esta abordagem está internamente dividida em: a) tipologias comportamentais, como os motivadores *sunlust*, que se refere à busca de amenidades (que podem ser climáticas) melhores do que as disponíveis em casa e as *wanderlust* (curiosidade para experimentar o estranho e o diferente).

6 – Motivação e experiências turísticas. Esta abordagem é caracterizada pelo debate sobre a autenticidade das experiências turísticas e depende das crenças sobre os tipos de experiências.

7 – Motivação como autodefinição e significado. Sugere que a forma na qual os turistas definem suas situações fornecerá uma compreensão maior da motivação para o turismo do que simplesmente observando se comportamento.

Dentro dessa abordagem, que contem sete elementos, destacamos quatro elementos que consideramos (baseados nas motivações) serem os principais nos quais se incluem os turistas que procuram a Ilha de Santa Catarina como destinação. Podemos classificá-los: elemento 1, elemento 3, elemento 4 e o elemento 5; nas seguintes interpretações:

ELEMENTO 1: A viagem é uma resposta a algo que é desejado, mas estão faltando – nessa abordagem os turistas motivados pelo desejo de experimentar fenômenos não disponíveis em seu ambiente de origem, sentem-se atraídos pelo sol, mar e praia (3 “S”), por que em sua grande maioria são provenientes de locais que não possuem praias, conforme apresentou anteriormente na página 155. (Tabela 5: Turistas nacionais e internacionais chegados à Florianópolis no período de 1986 a 2002 segundo seu local de origem).

ELEMENTO 3: A motivação como fantasia – na escolha desse elemento os turistas querem assumir comportamentos que não seriam aceitos em seu meio doméstico, conforme demonstram os estudos de Valene Smith (1990) e Schmeil (1994), abordados no Capítulo I, onde afirmam que os fatores praia, sol, areia proporcionam mudanças comportamentais como se verifica no motivo da escolha pela destinação, confirmada, adiante, pela Tabela 8 (O que atrai os turistas a Florianópolis no período de 1990 a 2002).

ELEMENTO 4: A motivação como um propósito classificado – nessa abordagem a ênfase são as visitas a parentes ou amigos, no ano de 2002 tal preferência classificada com 20,13% na prioridade do motivo da viagem como demonstra, adiante, a Tabela 8 (O que atrai os turistas a Florianópolis no período de 1990 a 2002).

ELEMENTO 5: Tipologias motivacionais – nesse item se inclui as abordagens comportamentais que podem ser o clima (3 “s”) ou curiosidades para experimentar o novo. O fato de serem essas sete abordagens identificadas há que se ter uma preocupação para que não demonstrem uma “confusão de definições” a qual, não sendo esclarecida, pode tornar difícil descobrir “se cada pesquisador do turismo está estudando o mesmo fenômeno”.

Além da abordagem dos elementos da motivação, Cooper formulou teorias sobre motivações, destacamos e as comparamos com os turistas que visitam a Ilha de Santa

Catarina, segundo essas categorias de motivações, apoiadas nos percentuais demonstrados na Tabela 8. (COOPER, 2001).

1 – MOTIVADORES FÍSICOS: são aqueles relacionados ao relaxamento do corpo e da mente, a questões de saúde, aos esportes e ao prazer. Este grupo de motivadores é considerado ligado àquelas atividades que reduzem a tensão.

Os Motivadores Físicos na Ilha de Santa Catarina: esses turistas buscam o relaxamento do corpo e da mente que estão relacionados às atividades que reduzem a tensão. As destinações com as características da Ilha de Santa Catarina se enquadram em suas necessidades. A média percentual em doze anos fica em torno de 79,84% da escolha dos turistas pela busca das belezas naturais de Florianópolis, confirmando, portanto que a diminuição das tensões (para esses turistas) está intimamente ligada ao contato com a natureza.

2 – MOTIVADORES CULTURAIS: são aqueles identificados pelo desejo de ver e conhecer mais sobre outras culturas, aprender sobre os nativos de um país, seu estilo de vida, música, arte, folclore, dança, etc.

Os Motivadores Culturais na Ilha de Santa Catarina: esse tipo de turista comparece com percentual de 7,6% na escolha da destinação. Não representa está entre as primeiras opções, mas muito distante em relação. A primeira escolha que são os atrativos naturais.

3 – MOTIVADORES INTERPESSOAIS: este grupo inclui o desejo de conhecer novas pessoas, visitar parentes ou amigos e buscar experiências novas e diferentes. A viagem é um escape dos relacionamentos de rotina com amigos e vizinhos, ou do ambiente doméstico, ou é usada por razões espirituais.

Os Motivadores Interpessoais na Ilha de Santa Catarina: Nessa categoria incluem-se 16,10% dos turistas chegados na Ilha de Santa Catarina para visitar parentes ou amigos. Essa média dos últimos seis anos é considerada alta. Como acontece com a maioria dos autores que lidam com motivação, não há uma base científica para as categorias nem qualquer proporção de turistas que exibiriam um tipo de motivação e não outro. Como seria de se esperar, o conceito de motivação como um determinante fundamental do comportamento no turismo e amplamente utilizado por autores que escrevem sobre a atividade.

4 – MOTIVADORES DE STATUS E PRESTÍGIO: incluem desejo de continuação da educação (ou seja, desenvolvimento pessoal, satisfação do ego e satisfação dos sentidos). Tais motivadores estão relacionados com o desejo de reconhecimento e atenção dos outros, como forma de estimular o ego. Esta categoria também inclui o desenvolvimento pessoal com relação ao desenvolvimento de *hobbies* e atividades de educação.

Os Motivadores de Status e Prestígio na Ilha de Santa Catarina: esses grupos de turistas poderiam ser incluídos entre os que freqüentam a Ilha de Santa Catarina, caso a Ilha se encontrasse entre as destinações de padrão economicamente altas. Mas, se percebe e se confirma, através da pesquisa é o fato de Florianópolis ser considerada uma destinação de valor econômico baixo e acessível (haja vista o

fenômeno do turismo de massa, comprovado anteriormente), esse fato se contrapõe aos motivadores de status e prestígio que buscam destinações economicamente altas para afirmar seu status e prestígio social.

Os principais motivos pelos quais os turistas escolhem Florianópolis para suas férias estão representadas na Tabela 8 e no Gráfico 7, a seguir, evidenciando o que atrai os turistas à Florianópolis percentualmente.

Foram agrupadas as variantes: belezas naturais, atrativos culturais e históricos, folclore e artesanato, eventos científicos, visitas a amigos ou parentes, tratamento de saúde e outros motivos.

A Tabela 8 a seguir comprova que a variante com maior percentual na motivação pela destinação “Ilha de Santa Catarina” é o **atrativo natural**.

Em 1990 era a opção 88,60% na preferência dos turistas e no ano de 2002, essa marca diminuiu para 75,84%. Representando um decréscimo de 12,76% na escolha pelos atrativos naturais. Tal variante aponta nos 12 anos pesquisados, a média de 79,84% na preferência dos turistas, considerada percentualmente alta. Confirmando assim, a necessidade de práticas de turismo sustentável para que o turismo não seja devorador dele mesmo, como observamos em alguns sítios: o motivo pelo qual o turista foi atraído é o mesmo pelo qual ele deixa de frequentar porque está destruído. (Conforme já citado pela autora, o destino turístico catarinense de Balneário Camboriú, insere-se como exemplo).

Quando questionados em relação à motivação pelo destino da viagem, apenas 2,18% afirmam que viajam para conhecer os **atrativos culturais e históricos**. Um percentual baixo. Acreditamos que se deve ao fato de não haver divulgação suficiente para os atrativos históricos e culturais. Essa variante nos 12 anos pesquisados mantém a média de 7,60%. (Tabela 8).

O item **folclore e artesanato** (poderia ser incluído na mesma variante “história e cultura”, por que folclore faz parte da cultura) não há justificativa para estar numa variante separada. No ano de 2002 obtém-se 0,38% na preferência pela escolha da destinação. Se considerarmos na mesma variante “História e Cultura”, este índice sobe para 2,56%. Na série histórica esse item resulta em 1,43% na média. (Tabela 8).

A Ilha de Santa Catarina possui folclore rico e diversificado. Onde se conclui que essa variante pode ser trabalhada no sentido de se tornar um forte atrativo.

Em seguida, Tabela 8, apresenta os percentuais que os atrativos turísticos exercem sobre os turistas advindos à Florianópolis no período de 1990 a 2002.

TABELA 8: O que atrai os turistas a Florianópolis no período de 1990 a 2002. (%).

ATRATIVOS							
ANOS	Beleza Natural	História Cultura	Folclore/ Artesanato	Eventos Científicos.	Outros	Amigos/ parentes	Tratamento de saúde
1990	88,60	4,13	1,23	2,12	4,46		
1991	83,65	3,78	6,37	--	6,20		
1992	71,49	23,45	2,76	0,46	1,84		
1993	70,77	25,44	2,03	0,54	1,22		
1994	78,59	16,38	1,28	1,07	2,68		
1995	83,82	4,41	1,79	0,74	9,24		
1996	83,33	3,56	0,67	1,33	11,11	--	--
1997	86,77	4,14	1,30	--	6,66	--	--
1998	69,59	0,90		2,96	--	21,78	0,52
1999	78,56	3,61	0,49	1,32		15,81	0,21
2000	81,91	3,62	0,23	1,13	--	12,38	0,73
2001	85,12	3,25	0,13	0,38	--	10,43	0,69
2002	75,83	2,18	0,38	0,90	--	20,13	0,58
MÉDIA	79,84	7,60	1,43	0,99	--	16,10	0,54

FONTE: Adaptado pela autora a partir de dados fornecidos pela Santur. Anos de 1990 a 2003.

Obs: Os dados “Visita de amigos e parentes” e “Tratamento de Saúde” foram anexados pela Santur a partir de 1998.

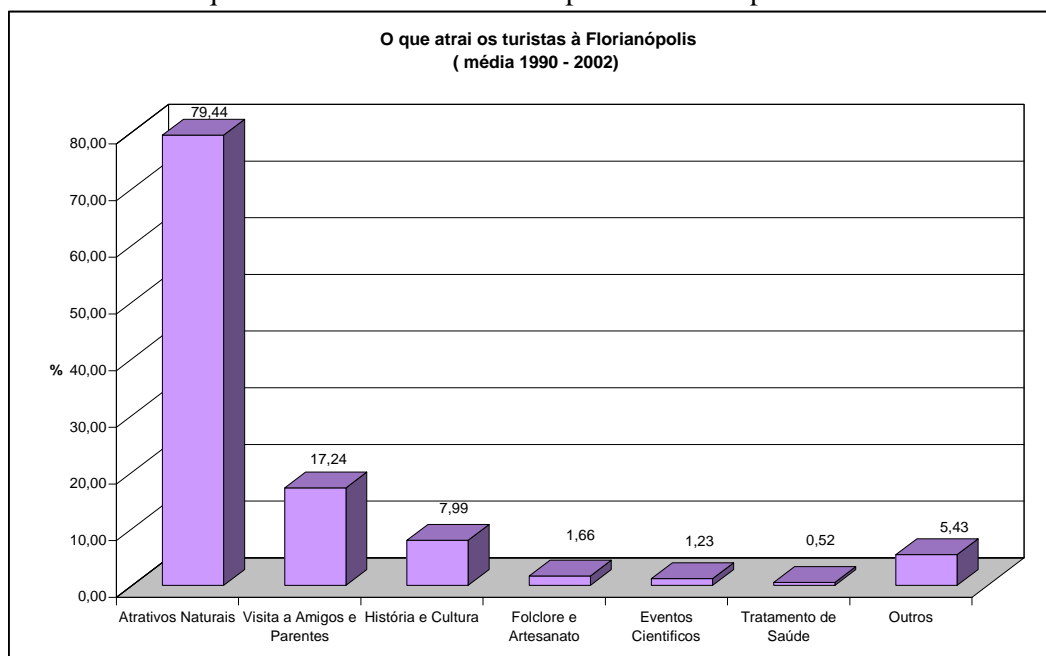
A variante **evento científico** em 1990 possui 2,12% na motivação pela escolha dos turistas. No ano de 1998 sobe para 2,96% e vai declinando até 0,99% em 2002. A média durante todo o período analisado permanece no índice de 0,99. Esse tópico merece atenção e cuidados especiais por parte dos planejadores do turismo e das políticas públicas. É notório que turismo de eventos pode ser a solução para destinações sazonais (como a Ilha de Santa Catarina). A necessidade de considerar a relevância dessa variante pode vir a mudar o perfil e o modo de promover e fazer turismo em Florianópolis, sem perder de vista que a sazonalidade é benéfica para a recuperação do meio ambiente e esse é nosso principal atrativo.

A motivação para **visitas a parentes ou amigos** obteve em 1998 o percentual de 21,78% e diminuiu para 20,13% em 2002, representa 1,65% a abaixo da escolha dessa variável que durante os seis anos pesquisados apresentou a média de 16,10%.

Quanto à variável **tratamento de saúde** a oscilação na escolha fica entre 0,52% e 0,54%, índices considerados baixos. Deve-se também ao fato de que a destinação analisada não se enquadra nas características das destinações para esse fim.

As motivações naturais são, para os turistas, mais importantes que as culturais, folclóricas ou científicas. A imagem do paraíso está fortemente presente na escolha do atrativo natural, a paisagem montanhosa na beira do mar, a vegetação exuberante, as dunas desérticas, a diversidade das praias de areias finas, as pequenas praias cercadas por montanhas cobertas por uma rica vegetação, as praias selvagens, as praias no meio urbano, a costa entremeadada de ilhas etc... Essa imagem traduz certamente a diversidade da vida econômica, social e cultural de Florianópolis. São os atrativos naturais que mais atraem os turistas. (SANTIAGO, 1995).

GRÁFICO 7: O que atrai os turistas à Florianópolis média do período de 1990 a 2002.



FONTE: Elaborado pela autora a partir de dados pesquisados na Santur. (1990 a 2003).

A porção insular da cidade de Florianópolis tem sua imagem intensamente explorada e divulgada no sentido de relacioná-la à natureza. A Ilha de Santa Catarina é sinônimo de destino turístico privilegiado devido às suas belezas naturais.

É preciso integrar práticas sustentáveis à experiência turística.

CAPÍTULO V

ANÁLISE DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO NA ILHA DE SANTA CATARINA

**Pouco conhecimento,
faz que as criaturas se sintam orgulhosas.**

**Muito conhecimento,
que se sintam humildes.**

**É assim que as espigas sem grãos
erguem desdenhosamente a cabeça
para o céu, enquanto que as cheias
baixam para a terra, sua mãe.**

Leonardo da Vinci

5 – ANÁLISE DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO NA ILHA DE SANTA CATARINA.

A análise do processo de ocupação na Ilha de Santa Catarina mostra a rapidez do desenvolvimento turístico, demográfico e espacial pertinente ao meio ambiente que será submetido ao crescimento do turismo.

A evolução populacional do município de Florianópolis a partir de IBGE - Sinopses dos Censos Demográficos (2000).

Ano de **1970** – 138.337 habitantes

Ano de **1980** – 187.871 habitantes

Ano de **1990** – 255.390 habitantes

Ano de **2000** – 341.781 habitantes

Nesses últimos vinte anos, o impacto exercido sobre a orla pela ocupação desordenada e pelo desenvolvimento do turismo balneário, demonstra e destaca aspectos da fragilidade dos sistemas costeiros da Ilha. Em vista do súbito crescimento urbano desordenado, a Ilha de Santa Catarina teve grande parte de seus ecossistemas locais destruídos. Os primeiros balneários da cidade localizaram-se na costa continental, pelos anos da década de 30. A construção da Ponte Hercílio Luz (1926), aproximou a cidade das praias do continente, tornando-as mais próximas da cidade que as praias situadas na ilha. O primeiro balneário da costa Norte da Ilha, Canasvieiras, formou-se, a partir da década de 50, através de diversos loteamentos que se subordinaram a uma ordem de conjunto, configurando uma malha viária xadrez. Jurerê, na década de 60, e os balneários Daniela e Açores, da década de 70, foram constituídos a partir de empreendimentos únicos. Apresentando alguma infra-estrutura quando do lançamento, expressam a transição para as novas formas de crescimento que foram adotadas nos anos 80: os grandes empreendimentos, de formação única, infra-estrutura completa e definição e controle de tipologias de edificação, como Jurerê Internacional, Praia Brava e, posteriormente, Cidade da Barra e Novo Campeche. (REIS, 2002).

Atualmente, assistimos um ciclo turístico em ascensão que despreza os ecossistemas frágeis, buscando apenas soluções presentes, esquecendo que esses serão problemas maiores no futuro. Um dos mais graves em uma das praias mais procuradas pelos turistas, Ingleses, é a convivência com a degradante poluição.

Ao longo de toda a orla marítima dos Ingleses estão os bares e restaurantes que ficam lotados de turistas no verão. Estes estabelecimentos ficam junto à faixa de areia

que, para os banhistas, é uma comodidade, mas também oferece perigo para a saúde devido à poluição causada pela falta de saneamento básico.

O crescimento populacional e comercial na região contribui para uma piora a cada ano. Não é difícil ver ao longo de toda a praia e esgoto sendo despejado na areia. Segundo o funcionário de um restaurante, os turistas sempre perguntam se aquilo “é mesmo esgoto”. (O Estado 29 de setembro de 2003).

O mar branco de areia que forma as dunas dos Ingleses é considerado um dos principais atrativos naturais tanto para moradores quanto para turistas. O bairro de Ingleses é um exemplo de que o aumento populacional desordenado pode trazer problemas, como invasões e construções irregulares que ameaçam o lençol freático sob as dunas e compromete o manancial.

Além do balneário de Ingleses (a Figura 12, comprova a existência e o convívio de veranistas com saída de esgoto, sendo despejado nas areias da praia e no mar), vários sítios turísticos convivem com situações ambientalmente preocupantes, por exemplo, as praias de Ponta das Canas, Canasvieiras, Jurerê ou Praia Brava.

FIGURA 12: Praia de Ingleses – Convívio entre esgoto e veranistas.



FONTE: Arquivo jornal “O Estado”. Florianópolis (2003).

Atingindo encostas, planícies cobertas por Mata Atlântica, restingas em regeneração, além de manguezais e dunas, os crescimentos urbano-turísticos, produzem impactos ambientais que apresentam uma característica bastante importante: são diluídos no tempo. A percepção dos seus efeitos ambientais é, portanto, também diluída

no tempo, parecendo muitas vezes menos danosos ambientalmente que grandes empreendimentos que impactam de golpe as áreas em que se instalam. A Figura 13 apresenta aerofoto das praias de Ingleses e praia do Santinho.

FIGURA 13: Aerofoto das praias de Ingleses e praia do Santinho.

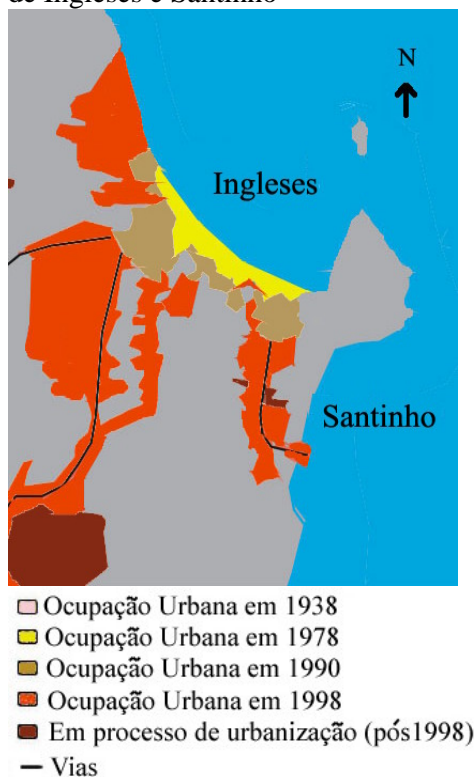


FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

Obs.: Mosaico realizado com o auxílio do software Adobe Photoshop 6.0, através da digitalização das aerofotos da Ilha de Santa Catarina do voo de 1998 (CELESC), de escala 1:15000.

As Figuras 14 e 15 a seguir, oferecerem a evolução urbana na praia de Ingleses e Santinho e as áreas de conflito ambiental na praia de Ingleses e Santinho.

FIGURA 14: Evolução urbana na praia de Ingleses e Santinho



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

FIGURA 15: Áreas de conflito na praia de Ingleses e Santinho



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

Raramente se discutem os impactos advindos do somatório de pequenas intervenções, que, no caso da Ilha de Santa Catarina, tem comprometido o território numa escala bem maior do que os grandes empreendimentos. Os resultados finais, somatórios de inúmeras atuações pontuais, não planejados, em sua maioria clandestinos, costumam ser desastrosos para a paisagem e para os ecossistemas costeiros. Reis (2002) defende como ponto positivo, em relação aos empreendimentos instantâneos, o crescimento gradativo permitir adaptações e migrações das espécies, tanto da flora quanto da fauna, mas não leva em conta a redução do habitat desses locais, ocupados por tais edificações.

A cidade expandiu-se linearmente. A ocupação balneária foi estabelecendo-se junto à orla mais distante, principalmente na costa norte. Esta ocupação apesar da sazonalidade do uso define zonas de tensão máxima junto à costa, onde vão situar-se os usos turísticos principais, diluindo-se à medida que dela se afasta. Em algumas localidades, (entre os quais o caso dos Ingleses é o mais expressivo), chegou mesmo a

constituir-se uma região periférica, onde, tal qual outras cidades brasileiras, localizaram-se extratos sociais de baixa renda e serviços de apoio à frente marítima. Essas duas frentes (o centro e a orla) são articuladas como um todo por canais viários, mesclando os caminhos rurais preexistentes às novas rodovias estaduais.

A Figura 16 proporciona a visualização da ocupação ilegal sobre as dunas na praia de Ingleses, e a Figura 17 demonstra a ocupação ilegal sobre as encostas e dunas na mesma praia.

FIGURA 16: Praia de Ingleses: ocupação sobre dunas.



FONTE: Acervo jornal “O Estado”. Florianópolis (2003).

FIGURA 17: Praia de Ingleses: ocupação sobre encostas de dunas.



FONTE: Acervo jornal “O Estado”. Florianópolis (2003).

As vias que concentram os maiores fluxos, relacionados tanto ao cotidiano urbano da cidade quanto ao turismo, passam a ter cada vez maior importância atraindo, em função da alta acessibilidade, usos comerciais e de serviços às suas margens, além de ancorar crescimentos residenciais. (REIS, 2002 p. 192). O somatório das transformações motivadas pelos crescimentos contemporâneos, as edificações desordenadas, conforme demonstra a Figura 18, provocam também processos erosivos.

No balneário de Ingleses esses processos erosivos são notadamente percebidos e relaciona-se com a crescente degradação ambiental da Ilha de Santa Catarina, através do aspecto da expansão das áreas edificadas e através de estudo dos projetos de conjuntos residenciais onde demonstra que a não observância de critérios de sustentabilidade espacial colabora para a remoção de dunas, mangues, aterros de rios, cortes em encostas de morros, além de outras agressões ao ambiente. (MORETTO, 1993).

FIGURA 18: Praia de Ingleses – Edificações e esgoto sobre as areias da praia.



FONTE: Arquivo jornal “O Estado”. Florianópolis (2003).

Percebemos, também, acelerados processos erosivos, que provocam o recuo da linha da costa, principalmente nas praias da Armação e Ingleses. Essas erosões atestam a alteração dos sistemas praias. A Figura 19 apresenta essas praias.

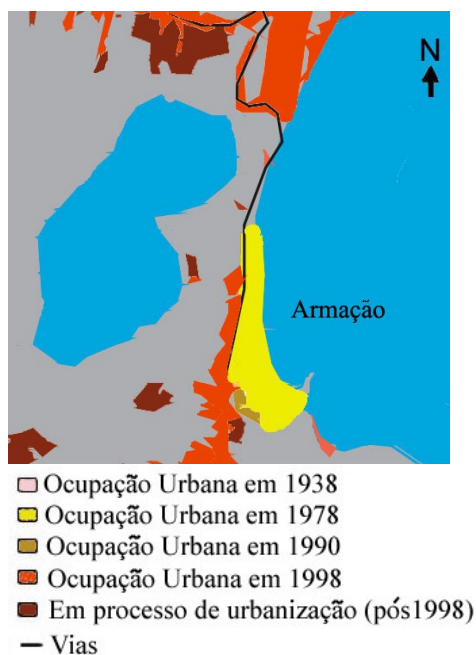
FIGURA 19: Aerofoto da Lagoa do Peri, praia da Armação e praia do Matadeiro.



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

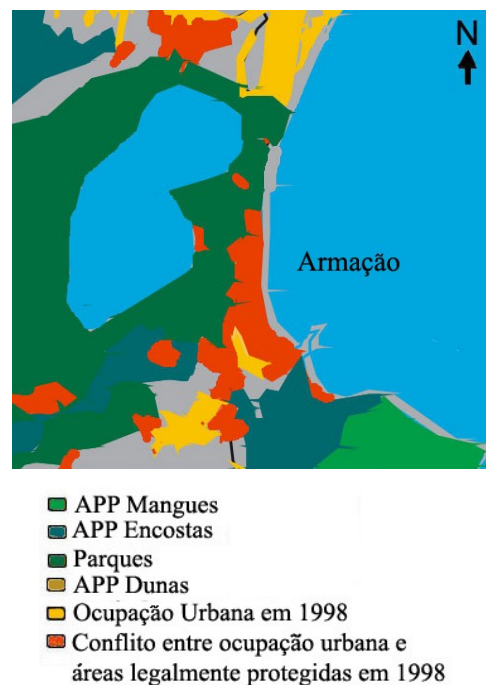
Obs.: Mosaico realizado com o auxílio do software Adobe Photoshop 6.0, através da digitalização das aerofotos da Ilha de Santa Catarina do voo de 1998 (CELESC), de escala 1:15000.

FIGURA 20: Evolução urbana na praia de Armação



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

FIGURA 21: Áreas de Conflito Ambiental na praia de Armação



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

Além dos impactos causados pela desordenada ocupação, existem fatores ligados a hidrodinâmica local que são pouco conhecidos, tais como: balanço sedimentológico ou a possibilidade de uma elevação do nível do mar, que evidenciam cuidados na elaboração de planos de ocupação desses espaços costeiros. Verifica-se que a invasão dos ambientes costeiros reflete não apenas uma realidade espacial, mas um conjunto de complexas transformações sócio-econômicas e culturais, cujas conseqüências para o meio ambiente podem representar a destruição dos próprios recursos naturais, como no caso dos manguezais ou ainda das praias, comprometendo seu valor econômico para o turismo. (CECCA, 1997). Podemos verificar esses processos erosivos atuando acentuadamente nas praias de Jurerê e Canasvieiras, que paralelos à densidade crescente da ocupação balneária a partir dos anos 70 e devido à precariedade das condições sanitárias, apresentam panorama preocupante para a qualidade ambiental. Figuras 20 e 21, respectivamente, apresentam esses conflitos.

Ao analisar os reflexos do planejamento turístico em Canasvieiras e Jurerê Internacional, verifica-se uma série de impactos ocorridos. Um deficiente controle do uso e da ocupação do solo, sem uma legislação mais específica, bem como uma

fiscalização mais atuante, desenvolve uma urbanização precária que tende a comprometer o seu principal atrativo: a beleza natural. (SANTOS, 1993). A Figura 22 apresenta aerofoto da ocupação urbana na praia de Canasvieiras, a seguir.

FIGURA 22: Aerofoto da praia de Canasvieiras.



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

Obs.: Mosaico realizado com o auxílio do software Adobe Photoshop 6.0, através da digitalização das aerofotos da Ilha de Santa Catarina do vôo de 1998 (CELESC), de escala 1:15000.

A sobreposição contínua de diferentes loteamentos gerou para Canasvieiras uma urbanização bastante regular. Dos balneários da costa norte da ilha, Canasvieiras, o primeiro deles (loteamento inicial da década de 50), teve um crescimento bem mais intenso que os demais, que se deve ao pioneirismo da ocupação e ao fato de localizar-se em uma posição bastante centralizada em relação ao conjunto dos balneários do norte da Ilha de Santa Catarina, constituindo-se fluxo de passagem entre diferentes localidades. (REIS, 2002, p. 236).

FIGURA 23: Turismo de massa na praia de Canasvieiras.



FONTE: Arquivo jornal “O Estado”. Florianópolis (2003).

FIGURA 24: Turismo de massa na praia de Canasvieiras.

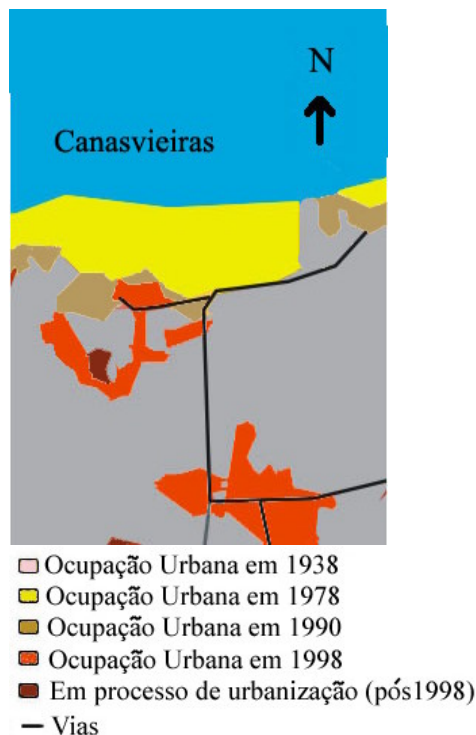


FONTE: Arquivo jornal “O Estado”. Florianópolis (2003).

A Figura 23 e a Figura 24 comprovam a experiência de turismo de massa na praia de Canasvieiras, que se constitui durante a temporada de verão forte centro de comércio e de lazer, com expressivo movimento, inclusive, e particularmente no período noturno.

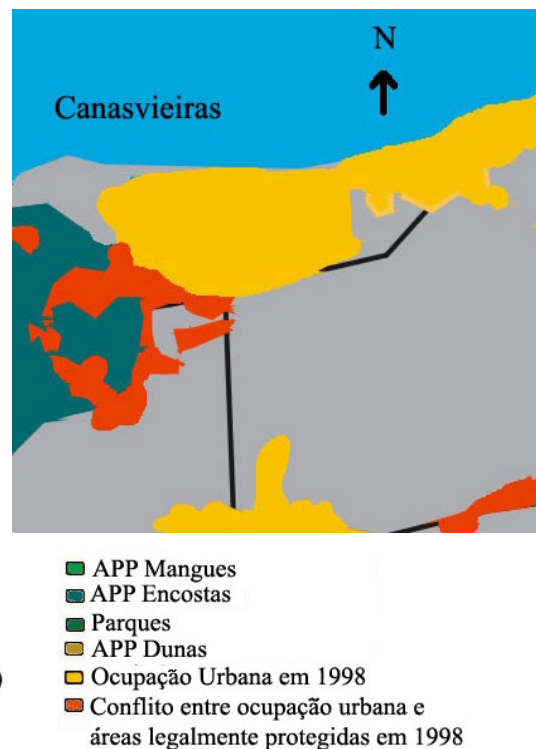
A seguir apresentamos a Figura 25 e a Figura 26 que proporcionam a evolução da ocupação urbana na praia de Canasvieiras e as respectivas áreas de conflito ambiental.

FIGURA 25: Evolução urbana praia de Canasvieiras



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

FIGURA 26: Áreas de Conflito Ambiental da praia de Canasvieiras



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

Reis (2002) ressalta que características bastante específicas destacam a Praia Brava no contexto dos balneários da Ilha de Santa Catarina, a começar pela localização geográfica e exclusividade do acesso, que leva a inexistência de fluxos de passagem no interior do balneário. A Praia Brava encontra-se não apenas segregada espacialmente do sistema urbano da cidade como um todo, mas também de seu entorno imediato (Ponta das Canas, Lagoinha do Leste, e Cachoeira), estas, por sua vez, praias que tendem a um processo de elitização marcante. É relevante destacar que quando da construção do empreendimento, no local não existia nenhum assentamento pioneiro.

Entre outros tantos casos, a ocupação da praia Brava constitui mais um exemplo da transformação de uma área, onde a falta de ordenação e planejamento não possibilitou que se organizasse a acessibilidade e ao mesmo tempo a ocupação de forma

mais positiva, tanto em termos urbanísticos quanto ambientais, evidenciando os problemas da ocupação desenfreada e não planejada. A Figura 27 apresenta aerofoto da ocupação urbana da Praia Brava.

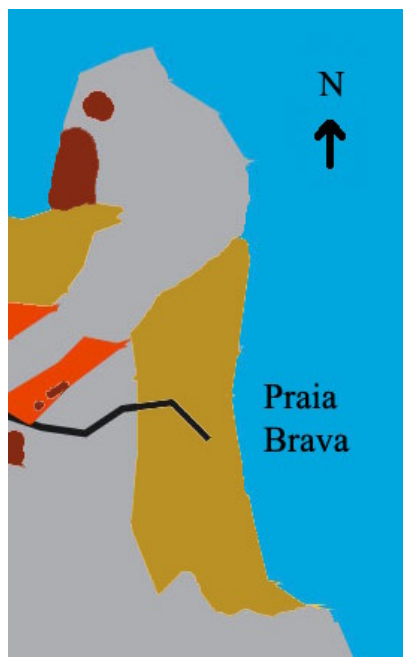
FIGURA 27: Aerofoto da praia Brava.



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.
Obs.: Mosaico realizado com o auxílio do software Adobe Photoshop 6.0, através da digitalização das aerofotos da Ilha de Santa Catarina do voo de 1998 (CELESC), de escala 1:15000.

Paradoxalmente, nesse tipo de situação, a melhoria da acessibilidade, tem levado também, ao aumento exponencial na velocidade de transformação do entorno. Estabelecendo-se assim, um ciclo vicioso em que a ampliação leva à ampliação da capacidade viária, que por sua vez, acelera o processo de transformação, exigindo novas obras. O parcelamento do solo na Praia Brava contém lotes bastante extensos, destinados a construção de condomínios fechados. Via principal paralela à praia, interligando as demais, concentra o trânsito de veículos e a maioria dos casos principais dos condomínios. (REIS, 2002). Nela está situado também um centro comercial aonde, com exceção dos bares e restaurantes, junto à orla, se localizam algumas das poucas atividades de comércio e serviços existentes. A Figura 28 apresenta a evolução urbana na praia Brava e a Figura 29 demonstra as áreas de conflito ambiental na mesma localidade.

FIGURA 28: Evolução urbana na praia Brava



- Ocupação Urbana em 1938
- Ocupação Urbana em 1978
- Ocupação Urbana em 1990
- Ocupação Urbana em 1998
- Em processo de urbanização (pós1998)
- Vias

FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC, 2003.

FIGURA 29: Áreas de conflito ambiental na praia Brava



- APP Mangues
- APP Encostas
- Parques
- APP Dunas
- Ocupação Urbana em 1998
- Conflito entre ocupação urbana e áreas legalmente protegidas em 1998

FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC, 2003.

FIGURA 30: Acesso ao mar da Praia Brava.



FONTE: Arquivo jornal “O Estado”. Florianópolis (2003).

Na Praia Brava todas as ruas perpendiculares ao acesso principal levam à praia (conforme Figura 30). Apresentam, porém, uma quantidade muito pequena de transições entre espaços públicos e privados – a essas ruas praticamente não se abre portas, pois os condomínios, em sua maioria, concentram seus acessos somente em dois pontos: na rua paralela ao mar e junto à orla. Pouco abastecidas a partir das atividades que ocorrem no interior das parcelas privadas, tampouco concentram fluxos de acesso à praia, pois os fluxos principais dos pedestres ocorrem de forma paralela a essas ruas, pelo interior dos condomínios fechados.

Na consolidação da praia Brava como cidade balneária, os empreendimentos situaram-se sobre restinga e dunas móveis. Desde o início essas edificações foram realizadas com terraplanagens, drenagens, abertura e pavimentação da totalidade das vias, e substituíram completamente a paisagem, muito pouco incorporando dos ecossistemas originais.

Casos como o da Praia Brava, isolada do contexto urbano pela localização e pelo sítio, são raros na Ilha. Mais comum é a situação onde novos empreendimentos apresentam interfaces com estruturas pré-existentes. A Praia Brava caracteriza-se pela ruptura com o entorno em que se insere, provocada pela descontinuidade territorial e viária. Pode-se considerar também, como assentamento autônomo, onde redes de espaços públicos e apropriações são restritas aos moradores locais. (REIS, 2002).

Não obstante, nem mesmo esse “isolamento geográfico” contribui para evitar danos ambientais. A Figura 31, abaixo, apresenta impacto ambiental, onde se observa o esgoto fluvial sendo despejado na praia, comprovando conflito existente entre natureza e ocupação antrópica.

FIGURA 31: Esgoto sendo despejado nas águas da praia Brava.



FONTE: Arquivo jornal “O Estado”. Florianópolis (2003).

As ruas da praia Brava não concentram atividades urbanas nem fluxos de pedestres, e apresentam poucas conexões com espaços privados. Sua rede de ruas se constitui, fundamentalmente, como sistema de acessibilidade por onde carros se dirigem aos diversos condomínios fechados. Com exceção da praia, o que resta do espaço público do assentamento apresenta pouca vida urbana, fazendo coincidir potencialidades expressas por seu tecido e expectativas de seus moradores. (REIS, 2002).

Quando a atividade humana interfere na natureza, levando certos lugares ao “stress”, haverá sempre o risco de probabilidade de que determinados fatos naturais sejam sensibilizados ou suscetibilizados, criando impactos: daí a necessidade de cuidados atentos a essas interferências. (CRUZ, 1998).

O caráter instável e recente dessas formações rochosas requer maior cuidado e prudência quanto à sua ocupação, para que sejam evitados danos materiais e ambientais observados nos últimos cinco anos, como por exemplo, na praia de Ponta das Canas, provocados pela aceleração de processos erosivos marinhos na área. A Figura 32 e

Figura 33 demonstram, respectivamente, edificações nas areias da praia de Ponta das Canas.

FIGURA 32: Edificações nas areias da praia de Ponta das Canas.



FONTE: Acervo da autora (2001).

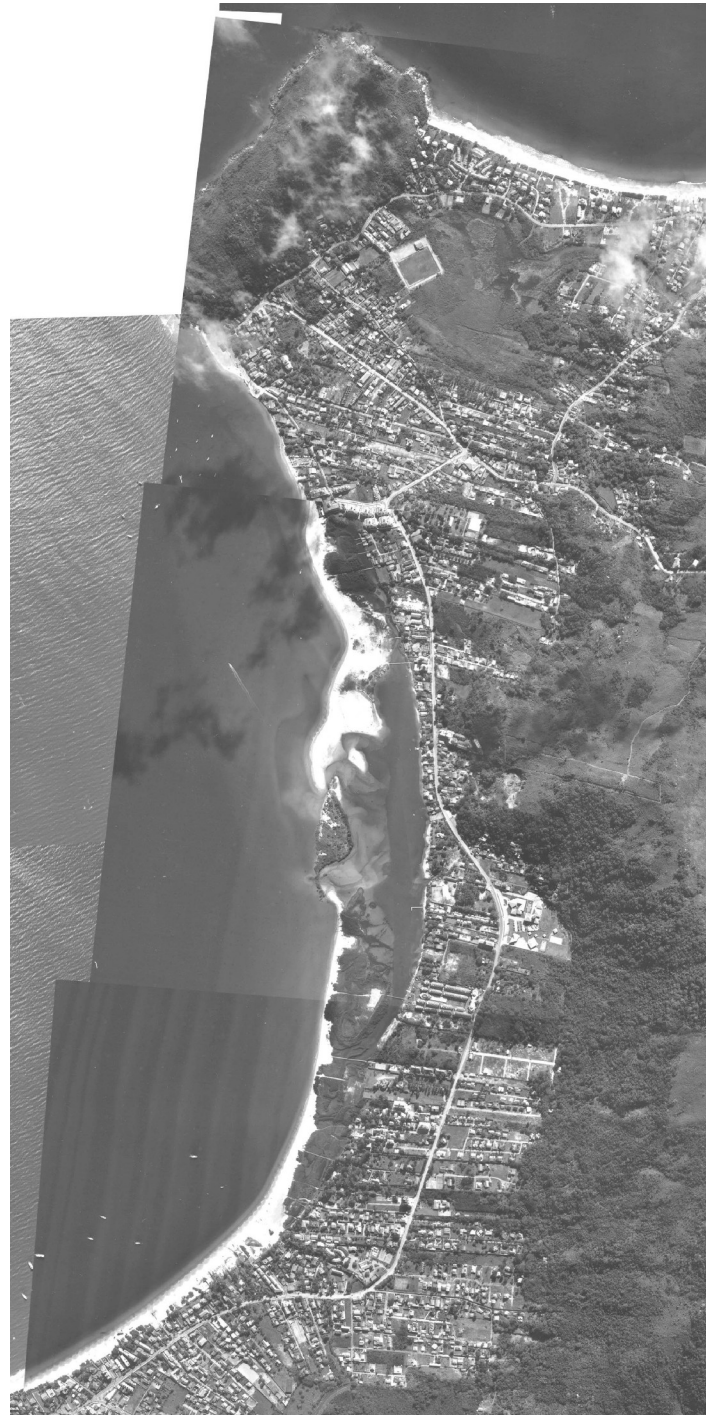
FIGURA 33: Edificações nas areias da praia de Ponta das Canas.



FONTE: Acervo da autora. Florianópolis (2001).

A seguir a Figura 34 apresenta aerofoto da praia de Ponta das Canas.

FIGURA 34: Aerofoto da praia de Pontas das Canas.

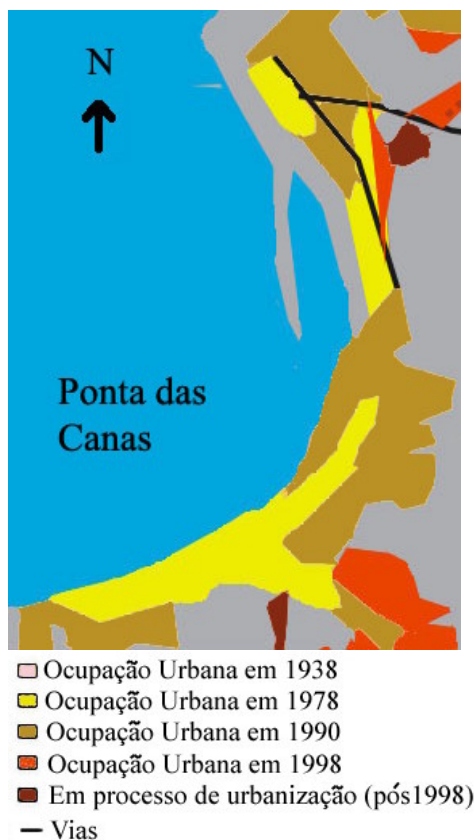


FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.
Obs.: Mosaico realizado com o auxílio do software Adobe Photoshop 6.0, através da digitalização das aerofotos da Ilha de Santa Catarina do voo de 1998 (CELESC), de escala 1:15000.

As distintas lógicas espaços-temporais, verificadas nos processos de crescimento urbano-turísticos, apresentam diferenciações notáveis em termos do modo como impactam os ambientes naturais da Ilha de Santa Catarina. Essas diferenças acontecem em função da morfologia original dos ecossistemas, das especificidades do modo em que aconteceu a ocupação colonial, do caráter gradual ou instantâneo dos processos de crescimento e da presença, ou não, de planejamento no processo da produção do espaço.

A seguir a Figura 35 demonstra a evolução urbana da praia de Ponta das Canas e a Figura 36 apresenta as áreas de conflito ambiental.

FIGURA 35: Evolução urbana na praia de Ponta das Canas



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC, 2003.

FIGURA 36: Áreas de conflito praia de Ponta das Canas



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC, 2003.

No movimento da cidade em direção à costa, a expansão urbana criou uma outra frente junto à orla marítima. A ocupação de frentes de mar, no final dos anos 80 e na

década de 90, propiciou em diversos pontos da Ilha uma urbanização espontânea não planejada. Muitas dessas edificações foram construídas para atender ao apelo da demanda turística, respondendo aos altos índices de procura que a Ilha exercia e exerce. Este fato também colaborou para que praias e costões sofressem impactos com a construção de edificações e com o despejo de efluentes domésticos. Podemos citar a praia de Ponta das Canas como exemplo que esta ocupação levou à obstrução do acesso à orla. Os casos em que a estrada geral passa em frente ao mar propiciaram a geração de via costeira, valorizando a paisagem e incentivando o uso público da orla. O aumento do fluxo de obras e melhoramento viário, quase sempre com a realização de aterros sobre a água, constitui, neste caso, os impactos principais.

Quando o crescimento ocorre em direção aos manguezais, a situação é completamente inversa, exemplo: Figura 37. Independente do tipo de ocupação (urbana ou turística), a imagem social negativa desse ecossistema tem gerado um fundo pouco valorizado, onde aterros e ocupações irregulares avançam por sobre áreas alagadiças cobertas com a vegetação original. A deposição de lixo e esgoto deteriora suas qualidades ambientais, gerando graves problemas sanitários e ambientais. (REIS, 2002).

FIGURA 37: Edificações sobre o manguezal na praia de Ponta das Canas.



FONTE: Acervo da autora. (2001).

O campo das pesquisas dos riscos naturais envolve conflitos entre processos naturais e os sistemas humanos.

Os trabalhos sobre mudanças e conseqüente evolução das paisagens costeiras e seus agentes geomórficos, não chegariam a um bom desempenho se neles não fossem inseridos o agente processual dos mais instigantes: o homem e seus processos antrópicos. Cientistas alertam a humanidade, de maneira como nunca vista antes, que os seres humanos e o mundo natural estão em rota de colisão.

A natureza é harmoniosa, mas seu ritmo é irregular e isto pode levar a impactos naturais ou quando o homem lida com os elementos naturais sem cuidado, levando a instabilidades e riscos. Numa avaliação ambiental, os efeitos da atividade humana podem ser qualificados como impactos, conforme apresenta a Figura 38. Situações de risco ocorrerão quando essas atividades podem prejudicar ou serem prejudicadas, como por exemplo, a “explosão” da atividade turística na Ilha de Santa Catarina.

A porção insular da cidade de Florianópolis tem sua imagem intensamente explorada e divulgada no sentido de relacioná-la à natureza.

FIGURA 38: Esgoto sendo despejado nas águas da Lagoa da Conceição e ocupações desordenadas nas encostas.



FONTE: Arquivo jornal “O Estado”. Florianópolis (2003).

Se essa diversidade natural é inquestionável e corresponde a tantas expectativas – mar calmo, mar aberto, balneários agitados, vilarejos recatados – fato comprovado pelo súbito aumento da população nos meses de verão, questionáveis são os problemas

de funcionamento da cidade no mesmo período: o abastecimento de água é insuficiente, sobretudo nos balneários mais freqüentados como Canasvieiras, Ingleses, entre outros; a falta de tratamento das águas servidas compromete a balneabilidade de muitas praias e a circulação torna-se por vezes impraticável, devido à inadequação da cidade a um grande número de veículos, causando congestionamentos pouco vividos em outras épocas do ano. A precariedade dos empregos gerados pelo setor, também não corresponde à imagem que se quer passar do turismo como captador de riquezas o ano inteiro. Essa é uma das facetas que comprova que a atividade turística ainda não está tão sólida como se pretende e se divulga, nem tampouco é “ecologicamente correta”: inúmeras são as construções clandestinas (hotéis, pousadas, residências principais, residências secundárias, bares, restaurantes) e até mesmo “queimadas”, como evidencia a Figura 39, em áreas de preservação permanente como dunas, encostas e costões.

FIGURA 39: Queimada sobre encostas na Lagoa da Conceição.



FONTE: Arquivo jornal “O Estado”. Florianópolis (2003).

A seguir na Figura 40 aerofoto da ocupação urbana na Barra da Lagoa, praia da Galheta, praia Mole, Lagoa da Conceição e praia da Joaquina.

FIGURA 40: Aerofoto da Barra da Lagoa, Galheta, Mole, Lagoa da Conceição, e Joaquina.

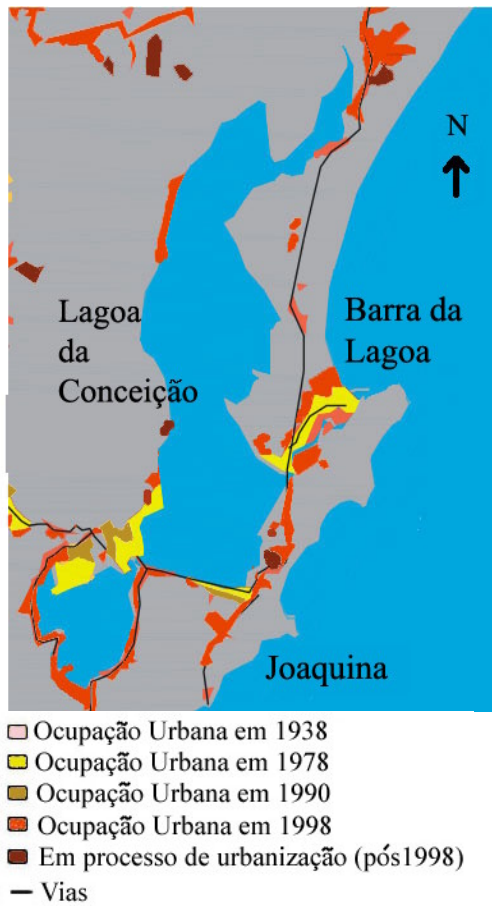


FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

Obs.: Mosaico realizado com o auxílio do software Adobe Photoshop 6.0, através da digitalização das aerofotos da Ilha de Santa Catarina do voo de 1998 (CELESC), de escala 1:15000.

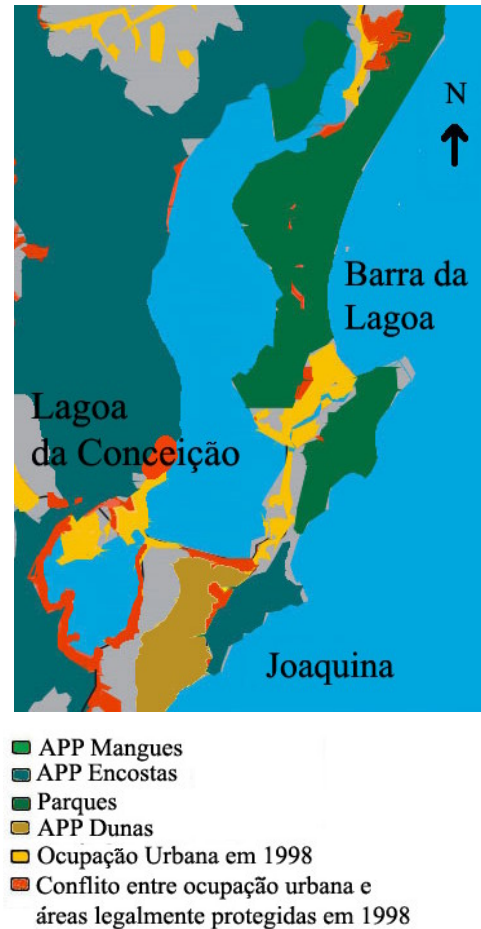
Adiante na Figura 41 apresentamos a evolução urbana da Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa e praia da Joaquina. Na Figura 42 são mostradas áreas de conflitos ambientais nessas mesmas localidades.

FIGURA 41: Evolução urbana na Lagoa Conceição, Barra da Lagoa e Joaquina



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

FIGURA 42: Áreas de Conflito Lagoa da Conceição, Barra Lagoa e Joaquina



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

O conflito entre forças opostas e não-complementares vai predeterminando, sobre bases de crescimento exponencial da população e do capital para financiar a expansão dos centros turísticos, as características das relações entre a infra-estrutura de apoio ao turismo ou turística, o empreendimento, os turistas e os atrativos naturais turísticos: essas relações artificiais são cada vez mais difíceis de sustentar, seja do ponto de vista econômico, político, social ou da legitimidade moral, ética e estética. (MOLINA, 2001). O resultado das ações humanas, após tantas modificações no espaço em que se insere, é visível. Extrapola limites, com a deterioração de ecossistemas confirmando suas paisagens artificializadas, que contém apenas vestígios da natureza primitiva. A esses conflitos ambientais somam-se vários tipos de poluição, destacamos, por exemplo, as demonstradas na Figura 43 e Figura 44, a seguir.

FIGURA 43: Esgoto sendo despejado nas águas da Lagoa da Conceição.



FONTE: Arquivo jornal “O Estado” (2003).

FIGURA 44: Dunas avançando nas ruas.



FONTE: Arquivo jornal “O Estado” (2003).

A aerofoto, na Figura 45, demonstra a ocupação urbana na praia de Pântano do Sul.

FIGURA 45: Aerofoto da ocupação urbana da praia do Pântano do Sul.

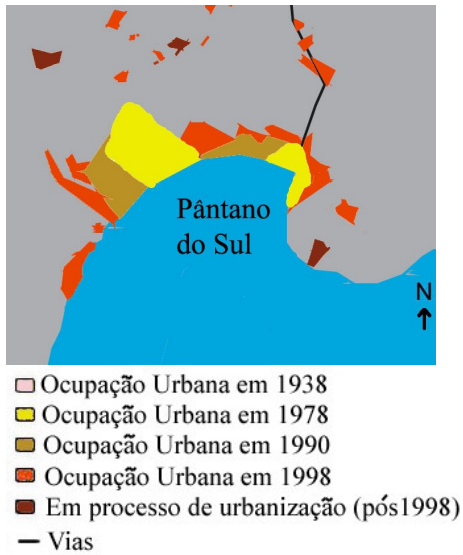


FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

Obs.: Mosaico realizado com o auxílio do software Adobe Photoshop 6.0, através da digitalização das aerofotos da Ilha de Santa Catarina do voo de 1998 (CELESC), de escala 1:15000.

A intervenção antrópica ao passo que se apropria da natureza e transforma o espaço em novas formas de organização degrada cada vez mais os atrativos naturais e culturais da Ilha. Morros vêm sendo ocupados; mares, praias (Figura 48), lagoas e mangues confundidos com esgoto; edifícios históricos são expulsos por edifícios mais modernos. Os atrativos naturais da Ilha que são os principais atrativos turísticos correm riscos. A atividade turística na Ilha de Santa Catarina, em decorrência, corre riscos igualmente. A seguir a Figura 46 e a Figura 47 apresentam a evolução urbana e as áreas de conflito ambiental, respectivamente, na praia de Pântano do Sul.

FIGURA 46: Evolução urbana praia do Pântano do Sul



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

FIGURA 47: Áreas de Conflito Ambiental na praia do Pântano do Sul



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003.

A imagem apresentada na Figura 48, realizada na praia de Armação do Pântano do Sul, corrobora, mais uma vez, a prática comum de edificações sobre areias das praias na Ilha de Santa Catarina.

FIGURA 48: Edificações sobre as areias de Armação do Pântano do Sul.



FONTE: Arquivo jornal "O Estado". Florianópolis (2003).

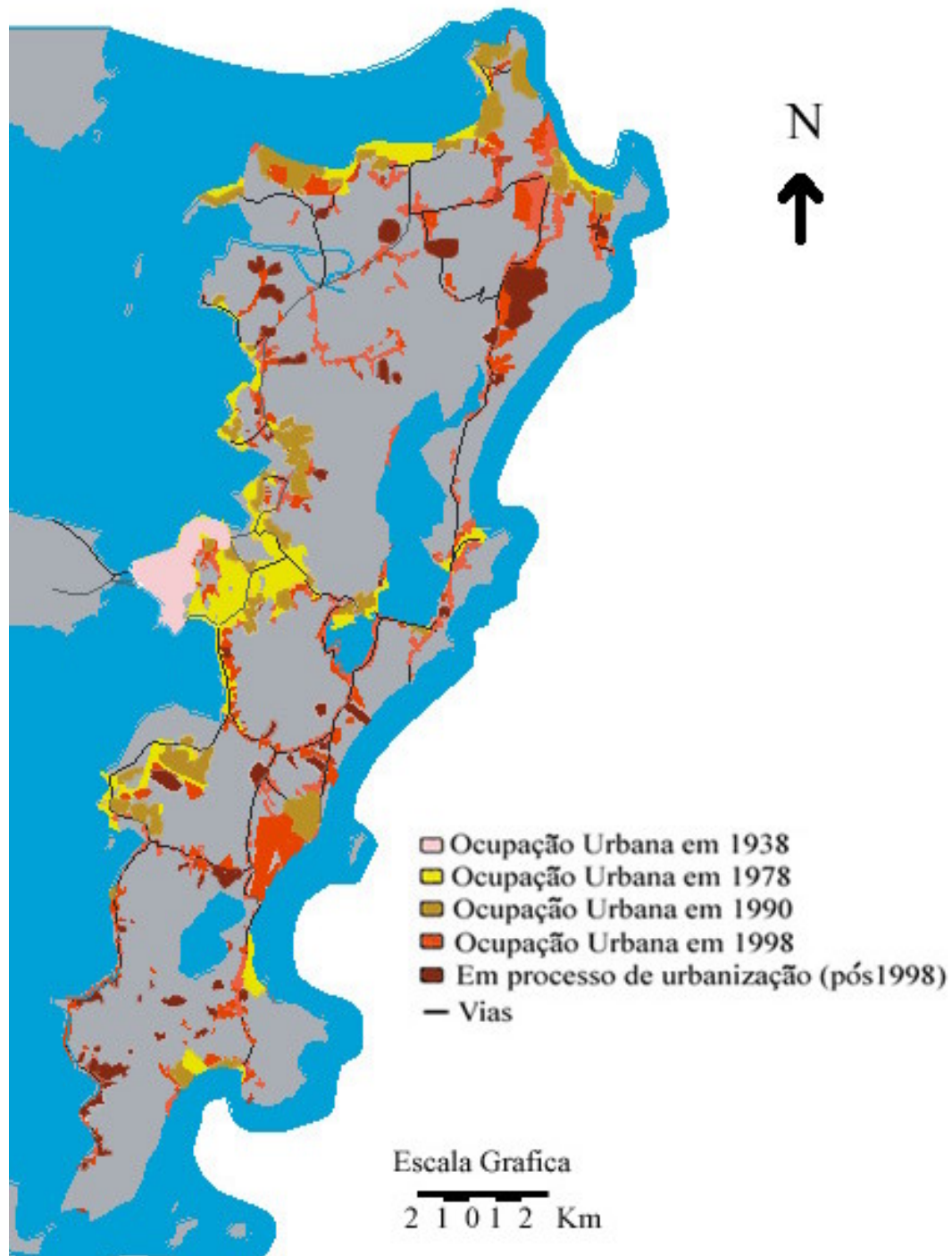
A Figura 49 demonstra, a seguir a evolução da ocupação urbana na Ilha de Santa Catarina, a região insular da cidade de Florianópolis teve uma primeira ocupação principalmente no seu litoral. Os primeiros indícios de uma ocupação mais intensos aparecem em meados da década de 30 e 40. A população se fixou próximo às atividades principais existentes na época. A principal característica da cidade era a sua relação direta com o mar, se priorizando as atividades pesqueira e portuária. O porto foi muito importante nesse período. Situava-se onde a Ilha estava mais próxima do continente, sem limite de águas muito extenso, portanto nomeado Estreito. O crescimento urbano da Ilha pode-se dizer que foi um crescimento horizontal, por expansão, projeção. E teve vários momentos de prosperidade e estagnação, sempre influenciados por acontecimentos externos, e evoluções tecnológicas.

Conforme o mapa da evolução da ocupação urbana (Figura 49), a cidade começa principalmente a partir de meados da década de 50 aos anos 60. As décadas de 70 e 80 apresentam crescimentos acelerados, caóticos. É dessa fase o primeiro Plano Diretor de Florianópolis, a construção da Universidade Federal de Santa Catarina (no bairro da Trindade), e o destaque na verticalização da urbanização principalmente no centro da cidade e na baía norte. Na década de 90, observa-se uma ocupação mais ao Norte da Ilha, afetado principalmente por especulações imobiliárias motivadas pelo desenvolvimento turístico. Ainda ao final do século XX, o turismo é o principal fator de crescimento urbano na Ilha de Santa Catarina, no entanto não é o único. Houve também sensível êxodo para a cidade, quando parte da população abandona seus antigos lares mais afastados, procurando maior proximidade com o centro econômico e social, na esperança de encontrar emprego, moradia e segurança.

A Ilha de Santa Catarina nos surpreende por possuir em seu pequeno território grande diversidade natural: manguezais, costões, dunas, praias, restingas, promontórios, pontas, ilhas, lagoas, rios e morros integram sua beleza natural e a caracterizam como única e sua beleza natural é responsável pela grande demanda turística atual.

Apesar do visível aumento populacional alastrando-se, principalmente, nas proximidades de vias ou empreendimentos importantes, há tendência para um possível crescimento mais ao sul da Ilha nos próximos anos, uma vez que tal região ainda está parcialmente intacta das mãos predadoras do homem se comparada a outras regiões mais desgastadas e devastadas, como as áreas centrais.

FIGURA 49: Evolução da Ocupação Urbana na Ilha de Santa Catarina.



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC, 2003.

Os conflitos entre as áreas de ocupação urbanas e as áreas de preservação na Ilha de Santa Catarina, demonstradas na Figura 52, a seguir; ocorrem a longo tempo.

O Plano diretor dos balneários (IPUF, 1985), mapeou pela primeira vez o conjunto das áreas de preservação ambiental da Ilha de Santa Catarina, consolidando as Áreas de Preservação Permanente (APPs) e as Áreas de Preservação com Uso Limitado (APLs), demarcadas a partir da legislação ambiental (em âmbito federal, o Código Florestal e o Código de Águas, a que se juntam numerosas leis estaduais de proteção ao meio ambiente), além das áreas já protegidas como parques ou reservas (Parque da Lagoa do Peri, Estação Florestal Rio Vermelho, pequena porção do Parque da Serra do Tabuleiro, dunas da Joaquina).

As áreas de Preservação Permanente (APP) foram assim definidas no plano:

Art.21 – Áreas de Preservação Permanente (APP) são aquelas necessárias à preservação dos recursos e das paisagens naturais, à salvaguarda do equilíbrio ecológico, compreendendo:

I – topos de morro e encostas com declividade igual ou superior a 46,6% (quarenta e seis e seis décimos por cento);

II – mangues e suas áreas de estabilização;

III – dunas móveis, fixas e semifixas;

IV – mananciais, desde as nascentes até as áreas de captação d'água para abastecimento.

V – praias, costões, promontórios, tómbolos, restingas e ilhas.

VI – áreas de parques florestais e das reservas biológicas.

Parágrafo Único – são consideradas ainda áreas de preservação permanente (APP) na forma do art. 9º da Lei Federal nº 4.771/65 as florestas e bosques de propriedade particular quando indivisos com parques e reservas florestais, ou com quaisquer áreas de vegetação considerada de preservação permanente.

As áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) foram assim definidas no Plano:

Artigo 22 - Áreas de Preservação com Uso Limitado (APL) são aquelas que pelas características de declividade de solo, do tipo de vegetação ou de vulnerabilidade aos fenômenos naturais, não apresentam condições adequadas para suportar determinadas formas de uso do solo sem prejuízo do equilíbrio ecológico ou da paisagem natural.

Parágrafo Único – são incluídas nas Áreas de Preservação com Uso Limitado e 46,6% (quarenta e seis e seis décimos por cento), bem como as áreas situadas acima da “cota 100” que já não estejam abrangidas pelas Áreas de Preservação Permanente (APP).

FIGURA 50: Esgoto sendo despejado nas águas da Baía Norte.



FONTE: Acervo da autora. (2002).

FIGURA 51: Avenida Beira Mar Norte.



FONTE: Acervo da autora. (2002).

Obs.: Placa alertando para a poluição das águas na Baía Norte. (Avenida Beira Mar).

A aplicação de tais critérios na Ilha levou que a 42% de seu território ficassem enquadrados como APP (189, 42 km), e 17% como APL (74,60 km), índices elevados,

talvez únicos no Brasil. A existência de legislação em diversos âmbitos, assim como seu enquadramento em APP (não edificante) ou APL (somente usos residenciais unifamiliares, com Índice de Aproveitamento de 0,1) não impediu a ocupação de muitas dessas áreas, evidenciando dificuldades no gerenciamento por parte da administração pública e órgãos de fiscalização.

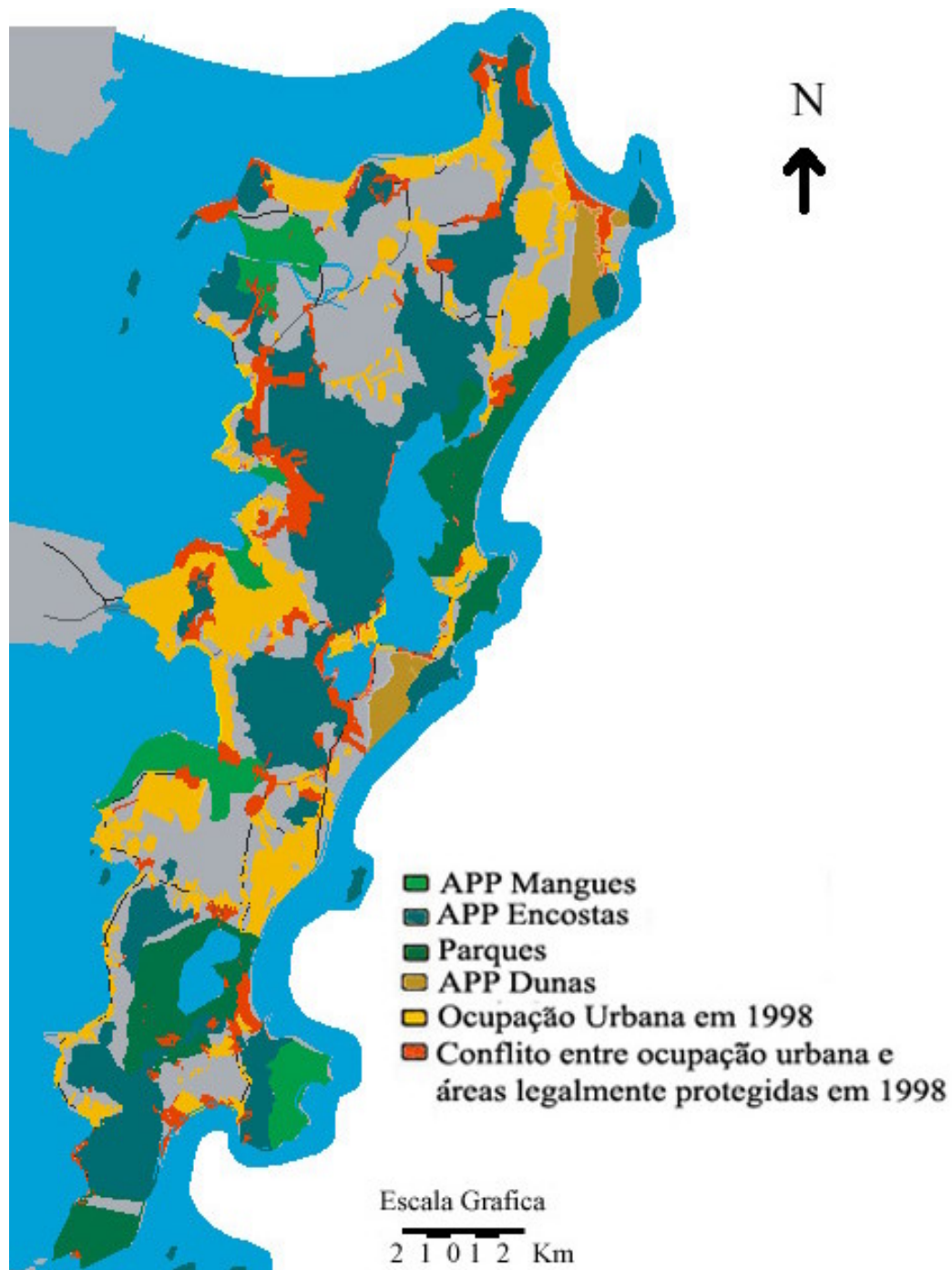
O conjunto dessas áreas constrói uma figura que se expande por toda a Ilha (59% de seu território), se interpondo entre as diversas áreas com ocupação urbana e turística. Do correto agenciamento entre as áreas que predominam as características naturais do espaço e aquelas que predominam as adaptações feitas pelo homem, certamente depende o futuro urbanístico e ambiental da cidade. Os limites entre uma e outra, expressando a relação entre a cidade e natureza sobre a Ilha de Santa Catarina, constituem interfaces fundamentais entre esses dois sistemas, devendo ser estudado em sua configuração e influências recíprocas. Se a efetiva ocupação das áreas de preservação da Ilha de Santa Catarina por grupos de alta ou baixa renda é altamente condenável, sua apropriação para usos de lazer, recreação ou turismo é recomendável, desde que realizada sob controle dos órgãos ambientais e de planejamento a partir de limites determinados por estudos ambientais. (REIS, 2002, p. 202).

O processo de ocupação na Ilha de Santa Catarina mostra acentuada impactação ambiental haja vista a falta de planejamento na organização dos espaços. Daí, a importância de um planejamento e gerenciamento no crescimento da cidade, a fim de evitar uma aglomeração urbana que interaja negativamente com o meio físico. Conforme Figura 50 e Figura 51 demonstram, respectivamente, impactos ambientais na Avenida Beira-Mar norte em Florianópolis.

A potencialidade natural da Ilha de Santa Catarina corre riscos. Suas áreas protegidas e de preservação são ignoradas, a ocupação do solo não acata as leis previstas pelo poder público. Uma das intervenções irregulares é a ocupação de manguezais, uma área frágil e imprópria para a construção de edificações. São consideradas áreas importantes para a produtividade biológica, que contém diversas espécies herbáceas e arbustivas, (vide Figura 52, adiante).

Porém, a ocupação urbana vem alterando esse quadro evolutivo da natureza, através de ações como obras de canalização, barragens, aterros, construção de vias e edificações, descarga de detritos sólidos e líquidos. Todos os manguezais da Ilha possuem sua área atual reduzida comparada à sua área pré-existente. E as reduções ocorrem sucessivamente, ocasionadas por tal expansão urbana (e turística) desordenada.

FIGURA 52: Conflito entre Ocupação Urbana e Áreas de Preservação na Ilha de Santa Catarina.



FONTE: Grupo de Pesquisa da Informática na Arquitetura (INFOARQ). UFSC 2003

FIGURA 53: Estacionamento sobre as dunas na praia da Joaquina.



FONTE: Arquivo jornal “O Estado”. Florianópolis (2003).

FIGURA 54: Bares sobre as areias da praia da Joaquina.



FONTE: Arquivo jornal “O Estado”. Florianópolis (2003).

As encostas também sofrem os impactos das ações humanas. A ocupação dos morros com habitações é marcada por processos inadequados e perigosos. Sem acompanhar o acelerado crescimento da cidade iniciou-se essa concentração crescente da população em áreas de encostas, que devastam a cobertura vegetal que ali se encontrava. Na Figura 53 observamos áreas de estacionamento sobre as dunas da Praia da Joaquina. As demais áreas preservadas da Ilha de Santa Catarina estão igualmente sujeitas a essas transformações. Uma série de conflitos entre as ações antrópicas e o

ambiente natural resulta em desastrosos e irrecuperáveis efeitos. Na Figura 54 demonstramos a existência de bares sobre as areias da Praia da Joaquina, comprovando as impactos negativos e a existência de turismo de massa.

É necessário pesquisar o impacto ambiental do turismo. É preciso desenvolver indicadores ambientais para uso em análises custo /benefício e também para possibilitar o planejamento de padrões ambientais nos destinos, a fim de ajudar os consumidores em sua escolha. A Organização Mundial de Turismo (OMT, 2003) já adotou esse conceito. Está explícito que turismo será empreendido nesta tendência. Nesse sentido o planejamento dos contextos ambiental, social e cultural do turismo no destino é vital.

A relação entre o turismo e o meio ambiente é mediada pelo planejamento e pelo gerenciamento. Essas técnicas de planejamento e gerenciamento do turismo existem e são bem usadas em muitas áreas. Mas é necessário que as barreiras ao planejamento e ao gerenciamento que se erguem em muitas áreas, sejam retiradas para permitir que as técnicas existentes sejam aplicadas de modo eficaz.

O turismo somente será uma atividade aceitável e de sucesso no futuro, se uma mão-de-obra bem treinada e profissional estiver atuando e for capaz de implementar a melhor prática de gerenciamento.

A relação entre turismo e meio ambiente é uma questão de importância fundamental. O ambiente passou para o primeiro plano nas discussões sobre turismo.

O gerenciamento sustentável do turismo se torna um grande desafio para o século que ora se inicia.

O gerenciamento para fazer acontecer e praticar sustentabilidade turística na Ilha de Santa Catarina é o grande desafio para todos nós.

CONCLUSÃO

**Quando eu encontrei as respostas,
Mudaram-se as perguntas...**

Sócrates

CONCLUSÃO

A diversidade natural é o maior atrativo turístico da Ilha de Santa Catarina. A descoberta do litoral ensolarado vem recentemente transformar esse panorama. Assim os movimentos mais massivos sobre as costas da Ilha de Santa Catarina, atraem cerca de 500 mil turistas durante o período de verão, confirmando o valor econômico desses ambientes.

A análise visual das aerofotos confirma o crescimento acelerado e desordenado da Ilha de Santa Catarina. Esse processo se mostra acentuado em função da falta de planejamento e gerenciamento no crescimento da cidade, onde a atividade turística colabora negativamente para acentuar esse quadro, através do turismo de massa praticado na maior parte dos sítios apresentados.

Foram apresentadas através de figuras as ocupações urbanas nos seguintes locais da Ilha de Santa Catarina: Praia Brava, Canasvieiras, Ingleses, Santinho, Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa, Praia Mole, Praia da Joaquina, Praia da Galheta, Pântano do Sul, Ponta das Canas, Jurerê, Lagoa do Peri, Praia do Matadeiro, Praia da Armação.

Os sítios turísticos são contextualizados espacialmente em função dos seus estados de urbanização e sob a pressão turística. A construção de hotéis e o início do processo de proliferação dos loteamentos para residências secundárias, condomínios secundários, *resorts* e os imóveis para habitação levam à devastação do meio ambiente físico e do próprio potencial de atração da Ilha de Santa Catarina.

Dentre os resultados da investigação destacamos:

- Através dos gráficos apresentados na série histórica durante os anos de 1986 a 2002, afirmamos que o turismo pode ser considerado a atividade principal do desenvolvimento de Florianópolis.

- Durante os dezessete anos pesquisados ficou evidenciado, estatisticamente, que o número de turistas nacionais é superior ao número de turistas estrangeiros. Embora a princípio, possa parecer o contrário. Acreditamos que essa impressão (enganosa) se deva ao fato de que as diferenças na moeda, no vestir e no idioma, contribuem para causar um

impacto mais forte, num primeiro momento, originando assim, a impressão de que os turistas estrangeiros são em maior quantidade.

- Durante os anos de 1986 a 2002, visto no Capítulo IV, percebe-se que a atividade turística foi crescendo e se consolidando na Ilha de Santa Catarina. Nota-se que as oscilações ocorridas na demanda turística se deveram, essencialmente, às crises econômicas vividas pela América Latina (turistas estrangeiros argentinos – nosso maior pólo emissor na latino América.) ou pelo Brasil (turistas nacionais).

- O crescimento da demanda turística ao curso dos anos analisados é significativo. Principalmente a partir do ano de 1986: o número de turistas que procuram como destino a cidade de Florianópolis, ultrapassou o dobro desde o ano de 1986 a 1993 (Tabela 19).

1986 = 199.500 turistas;

1993 = 416.614 turistas;

E de 1986 ao ano de 2001 quase triplicou o número de turistas:

1986 = 199.500 turistas;

2001 = 552.888 turistas;

Sobretudo aqueles procedentes de São Paulo e Argentina.

- O número de turistas estrangeiros é mais numeroso quando há um declínio da moeda brasileira em relação ao dólar. Como nossa moeda encontra-se quase todo o tempo em declínio, há um aumento significativo de turistas estrangeiros de 1995 a 2001. Contudo, uma variante (não esperada) se reflete imediatamente na demanda turística na Ilha de Santa Catarina em 2002, apresentado um declínio até então nunca visto (18,2%), relacionado ao ano de 2001, associado à crise econômica vivenciada na Argentina. (Gráfico 4D), no capítulo IV.

- No que diz respeito ao número de leitos e sobre a Taxa de Ocupação Hoteleira - TOH, no período analisado, há uma estagnação no crescimento da oferta de leitos entre os anos de 1995 e 1999. A investigação demonstra que o motivo dessa situação encontra-se diretamente relacionado com o aumento da oferta das segundas residências para aluguel

(uma vez que rivalizam com a rede hoteleira), e com a diminuição do número de turistas, quando esse fato ocorre, por exemplo, ano de 2002.

- Em relação às residências secundárias podemos afirmar que fazem parte da “monocultura turística” que se instalou na Ilha de Santa Catarina, uma vez que representam uma solução para aumentar o orçamento familiar, na forma de aluguel. Torna-se um problema para a rede hoteleira (rivalizam com os hotéis), para a administração pública (não contribuem com impostos), para o meio ambiente (superlotam casas sem infra-estrutura para o número de pessoas que alojam), e favorecem a prática do turismo de massa.

- Em relação à problemática “turismo de massa”, a pesquisa demonstrou que em 1970 a Ilha possuía uma população de 138.337 habitantes. Naquela data não existem dados quanto ao recebimento de turistas. No ano de 1980, havia 187.871 habitantes, no entanto, não há registro oficial quanto ao recebimento de turistas. Contudo, no ano de 1986 há registro de 199.500 turistas. No ano de 1990, existem 255.390 habitantes e a Ilha recebeu 302.657 turistas. No ano 2000, havia uma população de 341.781 pessoas, e recebeu 506.241 turistas. Comprovamos de tal modo, que a Ilha de Santa Catarina recebe desde o ano de 1986 mais turistas que sua população (ao longo do período de temporada). Esse fato não seria problema se houvesse infra-estrutura compatível para a demanda turística, equipamentos turísticos adequados, e estudos para avaliação da capacidade de carga turística. Pois um fato relevante é a própria configuração geográfica: a condição de ilha.

- Os números apresentados, comprovam a ocorrência de turismo massivo, impactante e descontrolado. Além disso, o turismo de massa é uma prática corriqueira na Ilha de Santa Catarina, e vem contribuindo de forma avassaladora para a degradação ambiental, destruindo dessa maneira o maior atrativo turístico local que são as belezas naturais. Portanto, o turismo da forma que é praticado em Florianópolis, é devorador de paisagens. E se continuar a depredar o ambiente, se autodestruirá.

- Quanto à demanda turística e ao gasto per capita turista /dia (em dólares), durante o período analisado, o ano de 2001 é um marco referencial no recebimento de turistas,

perfazendo um total de 552.888 turistas, que gastaram US\$ 163.149,00 dólares. Mas, não obstante, tenhamos recebido mais turistas, isso não representou uma maior entrada em moedas na economia local. Por exemplo, no ano de 1987 chegaram à Florianópolis 208.845 turistas, que gastaram o total de US\$ 129.962,00 dólares. Por conseguinte, em 1987, um turista estrangeiro gastava US\$ 101,89 média /dia, e um turista nacional que gastava US\$ 17,69 média /dia. No ano de 2001, um turista estrangeiro gastou, US\$ 36,09 média /dia e um turista nacional gastou US\$ 21,60 média dia. De tal modo, a análise demonstrou e comprovou que o poder aquisitivo do turista estrangeiro (argentino), durante a série histórica investigada diminuiu, enquanto o poder de compra do turista nacional aumentou, justifica-se porque:

- A) A moeda nacional está muito desvalorizada em relação ao dólar, dificultando os brasileiros a fazerem turismo ao exterior. Sair do Brasil ficou muito dispendioso.
- B) O turista estrangeiro está vindo cada em maior número e gastando cada vez menos, é preciso repensar a política turística quanto à captação e marketing, para atingir uma demanda que deixe mais renda nos sítios turísticos.
- C) É preciso reinventar a economia local, diversificá-la, todavia não perder de vista que a atividade turística sustentável é a melhor opção para o município.
- D) É importante qualificar os atores sociais envolvidos com a atividade turística, para que o desenvolvimento turístico seja compatível com o desenvolvimento sustentável, através de cursos de capacitação que formem profissionais em diversas áreas de atuação.

- O desenvolvimento do turismo na Ilha afeta os modos de apropriação dos lugares públicos (edificações sobre dunas, marinas, areias das praias, encostas de lagoas, morros), gerando conflitos causados pela especulação imobiliária, (segundas residências), especialmente nos meses de veraneio, há um aumento da população e as conseqüências se fazem sentir, sobretudo nas zonas costeiras e litorâneas: dunas, praias, lagos, lagoas.

- Quanto a sazonalidade o ano de 2002 foi um exemplo das dificuldades que o turismo sazonal pode acarretar. Acostumada com a demanda turística nos meses de verão e apostando na temporada, a rede hoteleira, o comércio e a própria população foi surpreendido pela diminuição do número de turistas estrangeiros (devido à crise econômica

na Argentina) que é nosso maior pólo emissor estrangeiro. A atividade turística é um sistema atuando em rede; as mudanças em qualquer parte se fazem notar no todo, principalmente por Florianópolis valorizar excessivamente o turista estrangeiro. (devido à desvalorização de nossa moeda em face ao dólar). A economia local sentiu imediatamente os efeitos da falta dos dólares “sazonais”. Se por um lado a sazonalidade beneficia (em parte) a "regeneração" do meio ambiente, por outro, desestabiliza a economia baseada na "monocultura turística". Faltam planejamentos turísticos para administrar situações como a que se apresentou.

- A precariedade dos empregos gerados pelo setor, também não corresponde à imagem que se quer passar do turismo como captador de riquezas o ano inteiro (a sazonalidade traz em seu bojo o emprego sazonal). Essa é uma das facetas que comprova que a atividade turística ainda não está tão sólida como se pretende e se divulga, nem tampouco é “ecologicamente correta”: inúmeras são as construções clandestinas – hotéis, pousadas e outras – em áreas de preservação permanente como dunas e costões.

- A ocorrência dessa forma de ocupação, extensiva, se localiza sobre os sensíveis ecossistemas da Ilha de Santa Catarina. Sua ocorrência, com grande intensidade e rapidez nas últimas décadas do século, é uma das principais responsáveis por transformações radicais nas paisagens, com eliminação de diversos recursos naturais, poluição e degradação ambientais.

- Desde que foi imposta a vocação turística e “promovida” a paraíso turístico, a turistificação tem contribuído para mudanças ocorridas nos espaços da Ilha de Santa Catarina, pela especulação imobiliária, pelo aumento de segundas residências, pela instalação dos equipamentos turísticos, pelos congestionamentos no trânsito, filas em farmácias, supermercados; quedas bruscas de energia elétrica, falta de abastecimento de água, poluições, dano ambiental, estão a demonstrar que a atividade turística se implantou na Ilha de Santa Catarina e adquiriu características de turismo massivo.

- Os danos ambientais se fazem notar cada vez mais e começam a chamar a atenção das pessoas e das comunidades não apenas no sentido de que alguma coisa está errada, mas igualmente no sentido de se questionar: o que fazer?

No que se refere ao crescimento das cidades turísticas nas áreas costeiras os impactos humanos sobre os ecossistemas, com destruição de marismas e manguezais, juncais, pântanos, bancos de algas, recifes, poluição de estuários, lagunas, aterros contaminados, desnudação do solo e assoreamento dos cursos d'água, turbidez e eutrofização, contaminação por resíduos de mineração, plásticos, efluentes, podemos perceber os conflitos que causam impactos ambientais: ao sistema dunas /praias (edificações na faixa dunária praias), em costas sujeitas a tempestades ou ataques de ondas, desmatam encostas de preservação ambiental, canalizam esgotos para o mar. Dunas são exploradas às claras, com retiradas das areias, de vital importância para a manutenção dos lençóis aquíferos nas planícies costeiras. (fotografias apresentadas ao logo da pesquisa).

Há, pois, muitas causas comprometedoras que muitos autores não se cansam de referir: desmatamentos, estacionamentos, especulação imobiliária, pistas de "buggies", motos nas dunas, deterioração, contaminação e exploração sem controle dos lençóis subterrâneos, efluentes industriais, degradação e destruição dos manguezais, com depósito de lixo, construção de ruas e avenidas sobre a faixa litorânea, destruição de bancos coralígenos, ausência de tratamento de esgotos, construção de represas nas áreas costeiras; ao mesmo tempo em que represam águas para abastecimento das populações, (conforme alguns autores), retêm os sedimentos fluviais e diminuem o material que abastece o litoral, facilitando a erosão nas praias.

A diversidade natural na Ilha de Santa Catarina é inquestionável, e corresponde a tantas expectativas – mar calmo, mar aberto, balneários agitados, vilarejos recatados – fato comprovado pelo súbito aumento da população nos meses de verão, questionáveis são os problemas de funcionamento da cidade no mesmo período: o abastecimento de água é insuficiente, sobretudo nos balneários mais freqüentados como Canasvieiras, Ingleses, entre outros; a falta de tratamento das águas servidas compromete a balneabilidade de muitas praias e a circulação torna-se por vezes impraticável, devido à inadequação da cidade a um

grande número de veículos, causando congestionamentos pouco vividos em outras épocas do ano. As sociedades precisam ser sustentáveis.

Para a prática da sustentabilidade turística considera e sugere-se que:

Sejam avaliados (através de pesquisas) os custos e benefícios para a implantação de equipamentos turísticos envolvendo critérios econômicos, ambientais, sociais e culturais, evitando que o favorecimento de um determinado aspecto ocasione hostilidade e ressentimentos.

Sejam estabelecidas as intenções para a implantação turística de um determinado local de acordo com ações mais amplas, seguindo as restrições relativas à capacidade de suporte do local: físicas, espaciais, ambientais e sociais.

Sejam protegidas as águas superficiais e subterrâneas de todos os tipos de poluição, impondo a obrigatoriedade de instalação de sistemas de captação e tratamento de esgotos e outros efluentes.

A concentração da ocupação turística em centros ambientalmente mais resistentes é mais adequada aos ambientes litorâneos. A dispersão da implantação de equipamentos e das atividades por áreas muito extensas causa agressões aos ecossistemas mais frágeis.

Devem ser evitadas as formas de ocupação espontâneas, em desacordo com as restrições ambientais. É importante localizar os equipamentos e locais destinados à urbanização em algumas áreas, para manter espaços com ecossistemas naturais.

Deve-se levar em conta que cada grupo ou cultura pode definir seu modelo próprio de produção e consumo, bem estar e qualidade de vida, baseando-se em critérios e características locais. (A comunidade local deve ser respeitada em todos sentidos).

As comunidades e grupos podem definir seu modelo próprio de produção e consumo através da participação, conscientização e capacitação da população local e de veranistas nos processos de organização da urbanização turística que podem facilitar os esquemas de fiscalização das ações indevidas.

As atividades econômicas devem ser diversificadas, e mantidas, na medida do possível, as economias locais originais, tais como agricultura, pecuária e pesca.

As questões relativas às altas concentrações sazonais podem ser amenizadas através de algumas medidas, tais como o escalonamento das férias escolares, e incentivos para outros tipos de turismo, promovendo a ocupação das unidades habitacionais ao longo do ano; não deixando de considerar a relevância da sazonalidade como reparadora de certos ambientes.

O estímulo às caminhadas, passeios de bicicleta, assim como o uso dos transportes coletivos são maneiras de se evitar os congestionamentos, e a poluição sonora e atmosférica nos locais turísticos, gerada por veículos particulares.

Os usos dos recursos turísticos naturais precisam ser devidamente taxados. Dessa forma haverá estímulos para os turistas consumirem com moderação as águas, manterem as paisagens e a vegetação nativa.

Os entraves burocráticos governamentais precisam ser evitados para proporcionar uma continuidade nas ações estabelecidas.

Existe necessidade de reorganização permanente das ações perante a ocupação. A organização espacial deve ser periodicamente revista, para avaliação dos esquemas de compensação do aumento no consumo e utilização dos recursos, e da degradação ambiental, inerente ao uso pela atividade turística e pela ocupação humana.

A implantação e o desenvolvimento do turismo na Ilha de Santa Catarina continuam transformando as suas estrutura. Essa concentração sazonal, assim como qualquer outra concentração humana (turismo de massa), degrada as condições ambientais naturais e culturais. Os processos que romperam o frágil equilíbrio entre o ambiente natural e o ambiente cultural, na Ilha de Santa Catarina, iniciaram com a ocupação e colonização. A intensificação do processo de urbanização, a partir da década de setenta decorrentes do desenvolvimento turístico, não foi acompanhada por uma legislação ambiental que pudesse minimizar essas transformações. Até então o crescimento era lento, o que permitia a recuperação e renovação dos recursos naturais. Sob esse aspecto, havia tempo cronológico e geológico, para possibilitar a recuperação dos ambientes naturais. A sazonalidade da demanda turística é boa para o meio ambiente, dá “tempo” para se “recompôr”. Contudo, o acelerado ritmo de crescimento urbano e turístico, e a utilização de novas tecnologias para a exploração da natureza são os responsáveis pela ruptura desse equilíbrio.

O tempo cronológico é diferente do tempo geológico. A não consideração do tempo geológico necessário para recompôr a natureza e a forma intensa e sem controle com que a sociedade utiliza os recursos, explicam a crise ambiental em que se vive atualmente. Parece que somos donos da falsa idéia de que nosso ambiente possui riquezas infinitas.

Em relação a sazonalidade defendemos prudência e respeito aos sistemas naturais. Mesmo que não se faça uma análise apurada dos impactos (respostas) às intervenções, pois se sabe (empiricamente) que os sistemas naturais conseguem suportar um certo nível de uso (ou abuso) e mesmo assim permanecem equilibrados. No entanto, a partir de um certo grau de utilização, a capacidade regenerativa é destruída.

Os órgãos de controle e gestão do desenvolvimento turístico precisam analisar como um único conjunto, todos os agentes envolvidos no processo, como os moradores e os usuários das regiões turísticas. Bem como perdendo o potencial de atração turística a destinação caminhará para o modelo hipotético apresentado por Butler (1980), o ciclo de vida de áreas turísticas: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e declínio.

A atividade turística na Ilha de Santa Catarina está em vários estágios ao mesmo tempo. Essa ocorrência, singular, deve-se ao fato de a Ilha possuir várias praias. Cada uma delas encontra-se em estágios de utilização desiguais.

No litoral, principalmente nas praias, a densificação humana e a concentração sazonal provocam a poluição das águas e o acúmulo de detritos deixados na areia. A partir de um ponto central, o crescimento urbano das praias ocorre em 180° e a “frente para o mar” é parte mais disputada e valorizada. Em função da elevação dos custos dos terrenos, constroem-se prédios, que passam a constituir uma barreira visual e física – impedindo a visão e a passagem de ventos para os moradores que residem mais atrás.

Podemos alegar que na maioria dos sítios turísticos na Ilha de Santa Catarina, ocorre a prática do turismo de massa que é o maior responsável pela degradação ambiental. Ao mesmo tempo não ocorre turismo sustentável, pois há degradação do patrimônio ambiental, principal atrativo turístico.

Sobre a massificação das destinações turísticas, Krippendorf (2001) manifestou-se contrário ao grande fluxo de pessoas aos recursos, alegando que “**o turismo destruirá o turismo**”. Sugeriu um “turismo brando”, no qual os turistas serão atendidos pela infraestrutura destinada à população local, renunciando aos equipamentos turísticos complementares que alteram a originalidade das paisagens e os outros recursos culturais. Denominou a atividade de “**devoradora de paisagens**”, pois o fluxo de grande quantidade de pessoas destrói aquilo que a faz viver – a beleza e a originalidade das atrações.

A ocorrência dessa forma de ocupação, extensiva, se localiza sobre os sensíveis ecossistemas da Ilha de Santa Catarina. Sua ocorrência, com grande intensidade e rapidez nas últimas décadas do século, é uma das principais responsáveis por transformações radicais nas paisagens, com eliminação de diversos recursos naturais, poluição e degradação ambientais.

O que acontece no momento, à medida que o turismo se transforma numa grande indústria, de alcance mundial, muitos ou a maioria dos países será invadida, por uma onda turística. É uma onda que não se confina a determinados lugares, mas na qual quase todos os espaços, histórias e atividades sociais podem ser material e simbolicamente refeitas para o olhar que não cessa de devorar. (URRY, 1990, p. 208). Os balneários terão de mudar profundamente para poder sobreviver. Essa mudança passa necessariamente pela convivência com a sustentabilidade turística.

A Ilha de Santa Catarina é cantada em prosa e verso, amada por sua natureza, seus recantos e encantos. A quase totalidade dos turistas que a conhecem querem voltar a vê-la.

É preciso prudência, é preciso cuidado, pois do contrário talvez, em breve, não haverá nada na Ilha que se deseje voltar a ver.

Na pesquisa desenvolvida ficou evidenciado que existe um conflito entre algumas formas de gestão do desenvolvimento turístico e entre as formas de gestão de turismo sustentável, delineando flagrante crise ambiental na Ilha de Santa Catarina.

Essencialmente, a crise ambiental configura-se num esgotamento dos modelos de desenvolvimento em vigor e turísticos. O impacto ambiental provocado pelo desenvolvimento da atividade turística trata-se, na verdade, de um divórcio entre a concepção de desenvolvimento turístico sustentável e o ambiente, fator que resulta em degradação ambiental e prejuízo à sociedade como um todo.

A crise ambiental questiona a necessidade de introduzir novas formas no comportamento econômico na exploração dos recursos naturais sejam esses de caráter turístico, ou não.

Verificou-se, nas investigações, que os modelos de desenvolvimento turísticos praticados na Ilha de Santa Catarina marginalizaram a questão social-ambiental.

Como alternativa à crise ambiental gerada pelo desenvolvimento desenfreado e sem critérios a atividade turística na Ilha de Santa Catarina deve procurar um modelo que mantém o vínculo com a natureza buscando um paradigma diferenciado, amparado na não exclusão da geração futura, e uma visão menos antropocêntrica, levando em conta a preservação da capacidade do ecossistema.

Contudo, na prática, as propostas alternativas não vêm se concretizando de forma eficaz, trazendo um esgotamento dos modelos de desenvolvimento turístico levados a cabo, desde o início da exploração da atividade turística, na Ilha, na década de setenta. Tais ações retratam uma sociedade de risco, em fase de transição e diretrizes incompatíveis com as necessidades da coletividade. Conforme verificamos nessa pesquisa, a sociedade de risco e de perigo, advinda da sociedade industrial, pode trazer resultados imprevisíveis, com possibilidades de catástrofes.

As investigações realizadas constataram que para se implementar turismo sustentável, é necessário que se formule uma política de desenvolvimento turístico e meio ambiente ancorada em princípios que vão se formando a partir das complexas questões

suscitadas pela crise ambiental, em evidência na Ilha de Santa Catarina, resultante do desenvolvimento inadequado da atividade turística.

Os problemas da ocupação urbana e do turismo em Florianópolis estão muito ligados ao ambiente. À medida que iniciativas técnicas são aplicadas, há providências cuidadosas a serem tomadas para que essa ocupação se adapte ou se ajuste ao ecossistema natural, para o bem do turismo e da população. Isso exige mudanças e mentalidades renovadoras. O desfrute pela recreação e o desenvolvimento do turismo serão então pautados por essa conservação dos bens naturais.

Aos danos ambientais, incluem-se os morais e éticos das comunidades. Esses danos não só afetam a sensibilidade de um conjunto ecológico, como também os valores da qualidade de vida.

Em Florianópolis, atualmente, o discurso ecológico também está intimamente ligado ao turismo. Esse discurso tem sido apropriado e vivido por políticas públicas e por experiências de vida. Turismo e natureza estão associados na Ilha de Santa Catarina, e muitos discursos abordam o tema como “vocação natural”, colocando a atividade turística num patamar de absoluto destaque. Essa “turistificação” foi imposta. Não há nada natural nesse fenômeno, ele se deve à emergência do discurso ecológico que instituiu e continua instituindo fazeres, construindo sujeitos, estabelecendo leis e práticas, até poucas décadas consideradas sem importância. Tais acontecimentos estão marcando a vida e a história da cidade.

O turismo está num momento da sua história no qual é tempo de refletir sobre as conseq ncias desse alto nível de “proteção ambiental”, sobre o futuro da atividade no mundo.

Verdadeiras cidades turísticas que vendem imagem de uma natureza deslumbrante, na verdade estão totalmente comprometidas (excessos de ocupação urbana) pelos próprios planos de loteamento e urbanização. Hotéis, *resorts*, condomínios de praia e outros edifícios são construídos sem respeito ao ecossistema e a preservação ambiental.

Os impactos ambientais são inerentes ao crescimento turístico. Não se cresce sem que ocorram impactos negativos sobre o meio. O papel do pesquisador consiste, então, em buscar harmonização entre os objetivos econômicos e ambientais.

Como não se pode escolher entre o crescimento e qualidade do meio ambiente é necessário que se estabeleçam limites de exploração. Torna-se imperativo que medidas de prevenção sejam acionadas, que se evitem danos ambientais irreversíveis ao invés de medidas reparadoras dos mesmos.

Portanto Concluimos que:

- O desenvolvimento do turismo na Ilha de Santa Catarina se caracteriza pelo turismo de massa, pela intensa e rápida transformação dos ambientes naturais em áreas construídas, colocando em risco, dessa forma, seu maior atrativo turístico: as belezas naturais.

- As tendências apontam para a continuidade e expansão das atividades turísticas em Florianópolis, baseadas na construção das residências secundárias particulares e condomínios residenciais secundários.

- As residências secundárias rivalizam e competem com o ramo hoteleiro na captação da demanda turística, provocando redução da taxa de ocupação hoteleira, motivadas por preços baixos oferecidos pelos proprietários (das residências secundárias), que são utilizadas na alta temporada para locação.

- A comercialização dos loteamentos e a ampliação da indústria imobiliária tendem a ocupar todas as áreas de planícies da Ilha de Santa Catarina.

- Identifica-se na população local procedência distinta: de um lado uma população “nativa”, que já residia na área, cujos valores sociais e culturais estão sendo negligenciados e assimilam-se novas formas de expressão; e as populações migrantes, provenientes de outras regiões, atraídas pela intensificação das atividades econômicas na Ilha de Santa Catarina, em sua maioria, relacionadas à atividade turística.

- Os impactos gerados pela precária instalação da população migrante, e a transferência da população local, em decorrência da valorização dos terrenos para o turismo, são acentuados pelo rápido crescimento urbano.

- Esta “urbanização espontânea” se caracteriza pela ausência de meios oficiais para controle das densidades populacionais; inadequada localização, sem a instalação de infra-estrutura básica; poluição, degradação e comprometimento dos ecossistemas.

A Ilha de Santa Catarina tende a ser ocupada extensivamente, caso não sejam incorporadas medidas efetivas para organizar, frear ou estabilizar o inevitável aumento de fluxos turísticos, e principalmente a construção de residências secundárias ou condomínios residenciais secundários.

- A atividade turística na Ilha de Santa Catarina caracteriza-se pelo turismo de massa. O turismo de massa não é compatível com turismo sustentável, mas o principal responsável pela degradação ambiental. Para melhorar o quadro é preciso mudar o paradigma e integrar desenvolvimento turístico à sustentabilidade.

Turismo de forma sustentável parece ser uma meta distante.

Algumas causas acima demonstraram que determinadas destinações turísticas abordadas nessa pesquisa foram levadas à degradação de suas áreas ambientais, diminuindo com certeza a qualidade dos atrativos naturais.

Em Florianópolis a atividade turística já se instalou. A Ilha foi turistificada. Percebe-se que o turismo de massa está trazendo trágicas conseqüências na transformação do espaço e assim compromete a própria identidade local. O turismo pode ser um meio propagador da consciência ambiental quando envolvido com sustentabilidade turística.

Para que o desenvolvimento turístico seja organizado, conservando a dinâmica ecológica e as características das paisagens da Ilha de Santa Catarina, algumas medidas serão fundamentais:

- incentivar a prática da atividade ecoturística porque traz a oportunidade de envolver órgãos governamentais, as comunidades afetadas e os visitantes em uma meta de minimizar impactos degradantes até então causados na Ilha. Já que a ilha é considerada pela Embratur como um dos Pólos de Desenvolvimento de Ecoturismo na Região Sul. Seus atrativos naturais são os principais destaques turísticos e ainda abrange atrativos históricos e culturais pouco explorados para a contemplação e experimentação dos visitantes e até mesmo da população local.

- considerar na elaboração dos empreendimentos imobiliários ou hoteleiros os pressupostos básicos da concentração dos tecidos urbanos, para a conservação da dinâmica ecológica em grandes áreas e corredores naturais de vegetação, mantidos em espaços públicos. Embora tais alterações são visíveis, porém dificilmente mensuráveis. Para a definição de diretrizes para uma política de turismo voltada para o meio ambiente será preciso determinar quais os limites suportáveis e compatíveis com cada espaço.

- para prevenir os impactos ambientais do turismo, a degradação dos recursos e a restrição do seu ciclo de vida, é preciso concentrar os esforços no desenvolvimento sustentável não apenas do patrimônio natural, mas também dos produtos que se estruturam sobre todos os atrativos e equipamentos turísticos, melhorando as condições de infra-estrutura para receber a demanda turística.

- a implantação de outras modalidades de turismo, diferentes das residências secundárias ou condomínios residenciais secundários, tais como hotéis e pousadas, pode oferecer muitas vantagens, desde que devidamente organizadas e controladas. Dessa forma é possível proporcionar a melhoria no nível dos empregados, e de sua remuneração; permitir um maior adensamento das construções, e viabilizar economicamente a implantação de sistemas de saneamento básico; organizar a coleta seletiva de lixo; racionalizar o tempo gasto para locomoção e custos da infra-estrutura e principalmente não rivalizar com a taxa de ocupação hoteleira, evitando turismo de massa.

-Órgãos de gestão e controle do desenvolvimento turístico pecam quando esquecem de analisar como um único conjunto, todos os agentes envolvidos nesse processo, como os moradores e os usuários das regiões turísticas.

-Os atrativos turísticos estão dispostos principalmente nas áreas com urbanização consolidada. Alguns bairros possuem informações de suas atividades turísticas, porém a Ilha como um todo apresenta falha nesse sentido, pois suas iniciativas estão muito isoladas. Sugere-se a criação de um sistema de informações que organize e possibilite uma divulgação mais ampla dos atrativos turísticos da Ilha.

- Fundamental para todo enfoque da administração das cidades e, sobretudo de cidades com crescimento turístico é a criação de um banco de dados para monitorar o crescimento, as decisões, as mudanças que ocorrem na atividade turística e socializar essas informações à comunidade. Os dados disponíveis na maioria dos destinos turísticos são inadequados e incompletos e Florianópolis não foge à regra.

- tendo conhecimento das potencialidades da Ilha, é essencial iniciar um seletivo planejamento urbano (e turístico) que abranja e busque solucionar essas importantes questões, como a degradação ambiental, a ocupação do solo desordenada e seus muitos causadores, com destaque a especulação imobiliária movida por fatores como o turismo. Também cabe aos órgãos responsáveis e dirigentes perceber as falhas do turismo em massa, procurando minimizar seus impactos procurando promover “turismo ecológico”, uma vez que a Ilha é privilegiada com a fonte de sustentação para tal atividade.

As conclusões baseadas em fatos examinados no decorrer deste trabalho devem continuar a ser analisadas e discutidas. As propostas teóricas neste trabalho ajudaram a intuir que as pesquisas devem prosseguir e aperfeiçoadas por novas idéias e novas técnicas.

As atividades operacionais, interligadas a atitudes mentais, tais como emoção, imaginação intuitiva, percepção, reflexões e leituras procuraram gerar interações de modo a

compor o corpo analítico-interpretativo da pesquisa. Dessa maneira, verificação e organização dos fatos pesquisados levaram a alinhar e compor a tessitura da rede de inter-relações, que compõem o universo da atividade turística na Ilha de Santa Catarina.

É conhecido que o turismo traz vantagens em longo prazo, quando é controlado pelo respeito à natureza. O crescimento econômico visando somente ao lucro, é uma noção ultrapassada, substituída pela idéia de desenvolvimento econômico e humano, rumo a um novo tempo, e do desenvolvimento sustentado no Brasil, como uma alternativa de bom senso ao desperdício, conforme a Agenda 21. Uma vez que o mundo passa por rupturas profundas, sob todos os aspectos, requer mudanças radicais de mentalidade e de ação. Mudar é preciso, pela renovação.

O turismo é um fator de bem-estar socioeconômico que tem sua importância reconhecida, e o seu desenvolvimento não deve ser impedido em nome de um apelo meramente preservacionista. Entretanto, essa condição só poderá ser alcançada se o turismo se desenvolver de forma sustentada, segundo princípios conservacionistas.

Como se notou ao longo do presente trabalho, o ecossistema é parte importante de um empreendimento ou de uma cidade turística, mais que comércio local ou equipamento de recreações ou serviços básicos.

Um fato está se tornando permanentemente claro em nossos dias: a poluição está consumindo a passos largos os recursos naturais disponíveis, de tal modo que bastam mais alguns anos e os custos para recuperá-los serão muito maiores. Esse é o momento adequado para reagir.

Torna-se imperativo ampliar o olhar sobre a cidade na busca de proposições voltadas a qualificar a estrutura espacial turística, buscando repensar e qualificar esse processo de expansão turística e urbana na ilha.

Consideramos relevante não perder de vista que os índices apresentados nos primeiros capítulos: são números e a vida não acontece com índices para tudo. Esses podem indicar o caminho ou mapear alguns perigos. Nós decidimos o que é possível. Não podemos colocar índices em todas as coisas: nas pessoas, na natureza... Afinal tudo acontece dentro do possível. Portanto se foi possível impor a “construção” à Ilha de Santa Catarina como destino turístico, também é possível que essa prática seja fundamentada numa possível sustentabilidade turística.

É preciso inventar o futuro, a partir do contexto, enfrentando limitações valorizando potencialidades, exercitando a chamada competência diferencial. Somente assim os estudos sobre o desenvolvimento e planejamento do turismo sustentável poderão oferecer sua efetiva contribuição à Ilha de Santa Catarina.

Essa pesquisa procurou despertar a consciência ecológica em relação aos impactos ambientais desencadeados pelo desenvolvimento descontrolado da atividade turística na Ilha de Santa Catarina, em consequência do súbito crescimento urbano-turístico desordenado, a Ilha teve grande parte de seus ecossistemas locais destruídos. Cuidados devem ser tomados para não transformar essa situação num quadro irreversível de degradação ambiental e da qualidade de vida.

É preciso cuidar, uma vez que quem ama cuida...

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACERENZA, Miguel Angel. **Administração do turismo**. São Paulo: Edusc, 2002.
- ABIH – SC - **Associação Brasileira da Indústria Hoteleira**. Boletim Informativo. Anos 2000 a 2002. Florianópolis.
- AGENDA 21** Brasileira, bases para discussão. Versão preliminar- Ministério do Meio Ambiente (MMA), Brasília: 1999.
- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. (Org.). **Turismo como aprender, como ensinar**. São Paulo: Senac, 2001.
- ARBACHE, Jorge Saba. **O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil**. Brasília: Editora UNB, 2001.
- ARRILAGA, **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- ASSIS, Leonora Portela de. **Planos, ações e experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística**. (Mestrado em História Cultural), UFSC. 2000.
- AZEVEDO & IRVING. **Turismo. O desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura. 2002.
- BANDUCCI & BARRETO. (Orgs.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. São Paulo: Papyrus, 2002.
- BARBIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudança da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papyrus, 1996.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 7ª ed. São Paulo: SENAC, 2002.
- BOULLON, R. C. **Planificación del espacio turístico**. México: Editorial Trillas, 1996.
- BRAUN & BORGONOV. **Marias. A jornada de 50 mulheres que fizeram a história**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.
- BRUHNS & MARINHO. **Turismo, lazer e natureza**. São Paulo: Ed. Manole, 2003.
- BUTLER R. W. The concept of tourist area cycle of evolution. Canadá: Canadian Geographer, 1980. *In*: COOPER, Cris. Et alli. **Turismo. Princípios e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BUTLER R. W. The concept of tourist area cycle of evolution. Canada: Canadian Geographer, 1980. *In*: THEOBALD, William F. **Turismo Global**. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

CAMARGO, Luis L.O. **O que é Lazer?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

CAMPBELL, Joseph. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1992.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARSON, Rachel. **Silent Spring**. New York:1962.

CECCA – Centro de estudos de Cultura e Cidadania. **Relatório sobre os problemas sócio-ambientais da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 1997a.

CECCA – Centro de estudos de Cultura e Cidadania. **Unidades de conservação e áreas protegidas da Ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, 1997b.

CMMAD – Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CONAMA - **Conselho Nacional do Meio Ambiente**. Resolução número: 16, ano 1990. Brasília.

COOPER, Cris. et al. **Turismo. Princípios e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

CRUZ, Olga. **A ilha de Santa Catarina e o continente próximo**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

DE LA TORRE, Oscar. El turismo, fenómeno social. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. *In*: BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papyrus, 1996.

DE MASI, Domenico. **O ócio criativo**. São Paulo: Sextante, 2000.

DENCKER, Ada Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

DESLANDES & MINAYO. (orgs). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e sociedades insulares**. São Paulo: NUPAUB – USP, 1997.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Anuário Estatístico**. Brasília: Imprensa Oficial. Anos de 1987 a 2002.

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo. **Manual de ecoturismo**. Brasília: Ed. Federal, 1994.

FERREIRA, Francisco A. C. **Turismo e desenvolvimento urbano: avaliação do impacto sócio-ambiental da atividade turística na Ilha de Santa Catarina.** (Mestrado em Sociologia Política). UFSC, Florianópolis, 1992.

FERRETTI, Eliane Regina. **Turismo e meio ambiente.** Uma abordagem integrada. São Paulo: Editora Roca, 2002.

FUSTER, F.L. Teoria y técnica del turismo. Madri: Nacional, 1974. *In:* BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** São Paulo: Papirus, 1996.

GASTAL, Susana. (org.) **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer.** Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

HAUSMANN, Dina. **Paisagem, ambiente e ocupação turística litorânea. Modelos, alternativas e vanguardas.** (Tese de doutorado em Arquitetura). Universidade de São Paulo. 2001.

ILHA DE SANTA CATARINA. **Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.** Assessoria Cultural da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1979.

IPIUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Aglomerado Urbano de Florianópolis.** Florianópolis: 1981.

IPIUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Plano diretor dos balneários e do interior da Ilha de Santa Catarina – Diagnóstico.** Florianópolis: IPIUF/PMF, 1985.

IPIUF – Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis. **Primeira Oficina de Desenho Urbano de Florianópolis.** (Anais). Florianópolis: Oficina Gráfica. 1994.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens.** São Paulo: Aleph, 2001.

LAGE & MILONE. et al. **Turismo, teoria e prática.** São Paulo: Atlas, 2000.

LAKATOS & MARCONI. **Metodologia Científica:** ciência e conhecimento científico; métodos científicos; teoria; hipóteses e variáveis. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LEITE, J R Morato. **Dano ambiental: do indivíduo ao coletivo extra-patrimonial.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

LEIPER, N. Tourism systems. Massey University Department of Management Systems Occasional. New Zeland: 1990. *In:* COOPER, Cris. et al. **Turismo. Princípios e prática.** Porto Alegre: Bookman, 2001.

LINS, Hoyêdo Nunes. **A sócio-economia do turismo**: investigações sobre o crescimento turístico recente em Florianópolis e algumas de suas implicações. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas, UFSC, 1991.

LINS, Hoyêdo Nunes. (org.). **Diagnóstico e prognóstico da atividade turística em Santa Catarina**. Badesc, Ufsc, Fepese. Mimeografado. Florianópolis, 1994.

LINS, Hoyêdo Nunes. Turismo em Santa Catarina: caracterização e problemática. *In*: VIEIRA, Paulo Freire (org). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: Ed. Aped, 2002.

LUCHIARI, Maria Tereza. (org.) **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. São Paulo: Papirus. 2001.

LUNDBERG, D. The tourism business. Boston: CBI Publishing, 1974. *In*: BARRETO, Margarita. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papirus, 1996.

MACHADO, Ewerton Vieira. et al. **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o turismo sustentável em municípios**. São Paulo: Ed. Rocca, 2002.

MASLOW, A. H. Motivation and personality. NEW York: Harper and Row, 1970. *In*: COOPER, Cris. et al. **Turismo. Princípios e prática**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MOLINA Sérgio. **Turismo e ecologia**. São Paulo: Edusc, 2001.

MONTIBELLER, F. G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Editora Ufsc, 2001.

MORETTO NETO, L. **Atividade turística e desenvolvimento sustentado**. Estudo de caso: balneário de Ingleses e projeto costa norte – Ilha de Santa Catarina, no período de 1960-1990. (Mestrado em Geografia).UFSC. Florianópolis. 1993.

NAISBITT, John. **High tech high touch**. A tecnologia e a nossa busca por significado. São Paulo: Cultrix, 1999.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Educando educadores em turismo**. Espanha: Instituto de Turismo Empresa y Sociedad. Universidad Politécnica de Valência, 1995.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman. 2003.

OMT - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Ed. Rocca, 2001.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis. Uma crítica à indústria pós-moderna**. Florianópolis: Editora UFSC, 1998.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Papirus, 1998.

PELLEGRINI Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1998.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Relatório Anual de Informações Sociais – RAIS -** mão-de-obra empregada no Turismo – adendo SC, 2001. Brasília: 2002.

RAUEN, Fábio José. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão: Ed. Unisul, 2002.

REIS, Almir Francisco. **Permanências e transformações no espaço costeiro: formas e processos de crescimento urbano-turístico na Ilha de Santa Catarina**. (Tese de doutorado em Arquitetura) USP, São Paulo, 2002.

REJOWSKI, Miriam. **Turismo e pesquisa científica**. São Paulo: Papirus, 1998.

RODRIGUES, Adyr Balestreri (org.). **Turismo e ambiente: reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES Adyr Balestreri. **Turismo e Espaço**. Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Papirus, 1996.

ROHR, Pe. João Alfredo. **O sítio arqueológico do Pântano do Sul**. Florianópolis: Ed. Ioesc, 1977.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. São Paulo: Papirus, 2001.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTIAGO, Alina Gonçalves. **Environnement, Tourisme et Aménagement: L'Impératif d'une Conciliation. L'Ile de Santa Catarina (Bresil)**. Tese de doutorado. Universidade de Paris I Panthéon – Sorbonne. Paris. França, 1995.

SANTOS, Cristina S. **Planejamento turístico e seus reflexos no processo de urbanização nas praias de Canasvieiras e Jurêre Internacional**. (Mestrado em Geografia). UFSC. Florianópolis, 1993.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTUR – SANTA CATARINA TURISMO S. A. **Pesquisa Mercadológica**. Estudo da Demanda Turística do Município de Florianópolis. Florianópolis: Imprensa Oficial. 1986 a 2002.

SCHMEIL, Lílian. **“Alquila-se uma isla”:** **Turistas estrangeiros em Florianópolis**. (Mestrado em Antropologia Social). UFSC. Florianópolis, 1994.

SEABRA, Lilia dos Santos. **Análise das metodologias da capacidade de suporte** – Anais do IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local – Joinville, 2000.

SECOM – SECRETARIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO DE GOVERNO. **Real: oito anos construindo o futuro**. Brasília: Ed. Federal, 2002.

SMITH, Valene L. Anthropology and tourism. A science industry evaluation. *Annals of tourism research*. Stout: 1980. In: SCHMEIL, Lílian. **“Alquila-se uma ilha”: Turistas estrangeiros em Florianópolis**. (Mestrado em Antropologia Social). UFSC. Florianópolis, 1994.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**. São Paulo: Aleph, 2000a.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**. São Paulo: Aleph, 2000b.

TABACOW, José Waldemar. **Análise da Fragmentação da Paisagem na Ilha de Santa Catarina – SC: Uma Aproximação por Geoprocessamento**. (Tese de doutorado em Geografia), Rio de Janeiro: UFRJ/LAGEOP, 2002.

THEOBALD, William F. **Turismo Global**. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godói. (org.) **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: Ed. Senac, 2001.

UICN – PNUE – WWF – Sauver la planète – stratégie pour l’avenir de la vie; gland. Suisse: 1991. In: SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Nobel, 1993.

URRY, John. **O olhar do turista**. Lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Ed. Studio Nobel, 1990.

VIEIRA, Paulo Freire (org). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: Ed. Aped, 2002.

WTTC - World Travel & Tourism Council. Relatórios. Philadelphia: American Express Company, vários anos. In: LAGE & MILONE. et al. **Turismo, teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000.

ZEFERINO, Augusto César. **Caminhos e trilhas de Florianópolis**. Florianópolis: IPUF, 2001.

MÍDIA IMPRESSA

Diário Catarinense – Jornal diário local. (2002 -).

O Estado – Jornal diário local. (2002 -).

Veja. Outubro 2001, p.42. – Revista semanal. (2001 -).

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.